



# CIDADE E MUNDOS RURAIS

TAVIRA E AS SOCIEDADES AGRÁRIAS









**CIDADE  
E MUNDOS  
RURAIS**

**TAVIRA E AS SOCIEDADES AGRÁRIAS**

# FICHA TÉCNICA

## **Museu Municipal de Tavira**

Palácio da Galeria

### **Director**

Jorge Queiroz

### **Museologia, Investigação do Território**

Célia Teixeira e Marta Santos (Arquitectura)

Daniel Santana e Rita Manteigas (História de Arte)

Marco Lopes (História)

### **Arqueologia**

Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco (Arqueologia)

Ana Sofia Vieira, Celso Candeias e Susana Gonçalves (Técnicos de Arqueologia)

### **Produção Expositiva**

Ana Miguens (Historia)

### **Conservação, Restauro e Coleções**

Ângela Zacarias e Leonor Esteban (Conservação e Restauro)

### **Serviço Educativo**

Luisa Ricardo (Antropologia), Patrícia Gonçalves (Artes Visuais)

### **Centro de Documentação**

Cristina Bernardo (B.A.D.)

### **Auxiliares de Museografia**

Carlos Pires, José Fernandes, José Gregório e José Neves

## **EXPOSIÇÃO**

### **Comissariado científico**

Jorge Queiroz, Marta Santos

### **Produção expositiva**

Ana Miguéns

### **Serviço Educativo**

Luísa Ricardo, Patrícia Gonçalves

### **Museografia**

Nerve Atelier de Design

### **Multimédia**

Alberto Corvo, Nerve Atelier de Design

### **Filmes**

Cinamateca Portuguesa – Museu do Cinema

### **Documentário**

Jorge de Sá

### **Registos fílmicos**

Fábio Palma, José Lima Ferreira, Marta Santos

### **Registos sonoros**

José da Cunha Duarte, Marta Santos, Rui Moura Jerónimo

### **Traduções**

José Flores Brasil, José León Acosta Carrillo

### **Conservação, restauro e preparação das peças**

Ana Sofia Vieira, Ângela Zacarias, Celso Candeias, Jaquelina Covaneiro, Leonor Esteban, Mais Restauro, Sandra Cavaco, Susana Gonçalves

### **Pesquisa Documental**

Alexandra Rufino (Santa Casa da Misericórdia de Tavira)

Emanuel Sancho (Museu do Trajo de São Brás de Alportel)

Isabel Salvado, Óscar Caeiro Pinto (Arquivo Municipal de Tavira)

### **Auxiliares de Museografia**

Carlos Pires, José Fernandes, José Gregório, José Neves

### **Montagem**

CMT / Departamento de Desporto, Ambiente, Mobilidade e Equipamentos, Nerve Atelier de Design

### **Transportes**

CMT / Departamento de Desporto, Ambiente, Mobilidade e Equipamentos

### **Seguros**

Companhia de Seguros Allianz Portugal S.A.

## CATÁLOGO

### Coordenação

Jorge Queiroz, Marta Santos

### Artigos

Ahmed Tahiri, Alberto Corvo, Carminda Cavaco, Catarina Almeida Marado, João Vieira Caldas, Jorge Queiroz, Luís Moreno, Miguel Reimão Costa, Rita Manteigas, Rui Moura Jerónimo

### Catálogo

Ahmed Tahiri [AT], Alberto Corvo [AC], Alexandra Rufino [AR], António Xavier [AX], Cláudia Silveira [CS], Daniel Santana [DS], Florian Fuhrmann [FF], Hugo Xavier [HX], Isabel Salvado [IS], Jaqueline Covaneiro [JC], João Vieira Caldas [JVC], Jorge Queiroz [JQ], José Cunha Duarte [JCD], Luís Gameiro [LG], Marta Santos [MS], Miguel Reimão Costa [MRC], Óscar Caeiro Pinto [OP], Rita Manteigas [RM], Rui Moura Jerónimo [RMJ], Sandra Cavaco [SC]

### Design Gráfico

Nerve Atelier de Design

### Impressão

António Coelho Dias, S.A.

### Depósito Legal

311 837/10

### ISBN

978-972-8705-38-1

### Tragagem

1000 Exemplares

### Fotografias

Alberto Corvo, Ana Cristina Jesus Cruz, Arquivo Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, Catarina Almeida Marado, Catarina Oliveira, Fátima Zahara, Gtaa Sotavento, João Vieira Caldas, Jorge Corte Real, Jorge Murteira, Lúcio Alves, Margarida Santos, Maria da Conceição Guiomar José, Maria do Rosário Afonso Cavaco, Maria Manuela Andrade Martins, Marta Santos, Miguel Godinho, Miguel Reimão Costa, Museu do Trajo de São Brás de Alportel, Nerve Atelier de Design, Rancho Folclórico da Luz de Tavira, Rita Manteigas, Stefano Malobbia, Tipografia Tavirense, Valter Matias.

### Digitalizações

Arquivo da Câmara Municipal de Tavira, Arquivo Digital de Cartografia Urbana ISCTEC, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Rabat – Marrocos, Direcção – Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direcção-Geral de Arquivos, Entidade da Região de Turismo do Algarve, Estação Agrária de Tavira, Instituto Geográfico Português, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Ministério da Agricultura, Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Secretaria – Geral do Ministério da Agricultura, Sociedade de Geografia de Lisboa.

### Agradecimentos

Arquivo Digital de Cartografia Urbana ISCTEC, Associação de Artes e Sabores de Tavira, Associação In Loco, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Rabat – Marrocos, Casa do Povo da Luz de Tavira, Casa do Povo de Santo Estevão, Centro de Estudos Geográficos, Centro Paroquial de Cachopo, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional do Algarve, Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Direcção – Geral de Arquivos, Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve, Entidade Regional do Turismo do Algarve, Estação Agrária de Tavira, Fundação Hispano – Marroquina Al-Idrisi, Grupo Musical de Santa Maria, Instituto Geográfico do Exército Português, Instituto Geográfico Português, Junta de Freguesia da Luz de Tavira, Junta de Freguesia de Cachopo, Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Junta de Freguesia de Santa Luzia, Junta de Freguesia de Santa Maria, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Ministério da Agricultura, Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa, Museu da Música Portuguesa, Museu do Trabalho Michel Giacometti, Museu do Trajo de São Brás de Alportel, “Museu Vivo”, Núcleo Museológico de Cachopo, Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Tavira, Paróquia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Paróquia de Santa Maria de Tavira, Paróquia de São Brás de Alportel, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Secretaria – Geral do Ministério da Agricultura, Sociedade de Geografia de Lisboa.

### Agradece-se ainda a

Adelaide Palmilha Martins, Albino Martins, Ana Cristina Cruz, Anabela Rosa, António Domingos, Aurete Pereira, Beatriz Inácia, Bernardino Matos, Conceição Correia, Conceição Simões, Custódio Campos, Délio Lopes, Emanuel Sancho, Emília Correia, Fábio Palma, Fernando Costa, Gertrude Rosado, Helena Grego, Helena Leiria, Hermínio Guerreiro, Isabel Lopes Palmilha, Isabel Victor, Joaquim Correia, Joaquina Feijão, Jorge Murteira, José Lopes, Luís Aires-Barros, Luís Madeira, Luísa Correia, Luísa Maria dos Ramos, Manuel Simão, Manuela Andrade Martins, Manuela Martins, Maria dos Anjos, Maria da Conceição José, Maria do Rosário Cavaco Afonso, Maria do Rosário Martins, Maria Ilária da Conceição, Maria João Monteiro, Maria José Fernandes, Maria José Rita, Natália do Carmo Correia, Nuno Branco, Nuno Guiomar, Otilia Cardoso, Otilia Cardeira, P.e Afonso da Cunha Duarte, P.e Dinis Faísca, P.e Joaquim Correia, P.e José da Cunha Duarte, Paulo Estrela, Paulo Tremoceiro, Renato Vieira de Abreu, Rui Parreira, Rui Salve Rainha, Salomé Gonçalves, Sara Moreira, Sezaltina Sousa, Teresa Cunha, Teresa Monteiro, Tolentina Pereira, Ventura Fernandes.

© Câmara Municipal de Tavira, 2010









# ÍNDICE

<b>PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA</b> .....	11
Jorge Botelho	
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
Jorge Queiroz	
<b>ARTIGOS</b>	
<b>TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO</b>	
Tavira, território rural a olhar o mar .....	17
Alberto Corvo	
Tavira nos tempos de al-Ândalus: a dinâmica cidade-campo .....	35
Ahmed Tahiri	
<b>ARQUITECTURAS DO BARROCAL E DA SERRA</b>	
Verdade e ficção acerca da casa rural vernácula do Baixo Algarve .....	49
João Vieira Caldas	
Os montes da serra de Tavira .....	64
Miguel Reimão Costa	
<b>ECONOMIAS AGRÁRIAS</b>	
Paisagens rurais no concelho de Tavira: da diversidade natural e fundiária às dinâmicas económicas .....	83
Carminda Cavaco	
<b>O RURAL NA CIDADE</b>	
Tavira: apontamentos para as relações com a periferia rural e vestígios da ruralidade na cidade .....	97
Rita Manteigas	
A cidade, os conventos e as suas hortas .....	106
Catarina Almeida Marado	
<b>SONORIDADES</b>	
Charolas, a invenção da tradição .....	119
Rui Moura Jerónimo	
<b>RITUAIS E FESTIVIDADES</b>	
Imaginários e construção social das festividades .....	129
Jorge Queiroz	
<b>ALTERAÇÕES NO MUNDO RURAL</b>	
Desenvolvimento local em meio rural e a construção de novas territorialidades .....	141
Luís Moreno	
<b>CATÁLOGO</b> .....	152
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	243
<b>CRÉDITOS</b> .....	263





O Museu Municipal de Tavira apresenta durante os próximos meses a exposição “Cidade e Mundos Rurais”, a qual corresponde a uma fase evolutiva do trabalho de investigação, estudo e divulgação do património cultural da região desenvolvido com a participação de muitos especialistas, universitários e profissionais de diversas proveniências disciplinares, e que igualmente recebeu o contributo de muitos elementos da comunidade taviense.

O património de Tavira, como muitos reconhecerão, é rico e diversificado, contemplando os monumentos e as vivências sociais de uma cidade histórica, também espólios variados das actividades marítimas e piscatórias, os testemunhos materiais e dos sistemas produtivos agrícolas e da pecuária, as memórias intensas e seculares das populações da serra e do barrocal. Hoje com outras formas de apropriação e uso, a evolução e autenticidade do perfil identitário do Algarve e o seu património representam um valor espiritual insubstituível mas também elevado valor económico e turístico.

Esta exposição igualmente representa um contributo da autarquia taviense para o trabalho conjunto da Rede de Museus do Algarve, consubstanciado na exemplar e

inovadora iniciativa “ Do Reino à Região “ projecto que agora se inicia e reúne treze exposições temáticas coordenadas e complementares sobre a História do Algarve, do período islâmico à actualidade.

A Câmara Municipal reconhece e agradece o valioso contributo dos investigadores intervenientes e autores dos textos deste catálogo, do Centro de Estudos do Património e História da Universidade do Algarve, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, também os apoios da CCDR Algarve, da ERTA Entidade Regional do Turismo do Algarve, do Museu do Traje de São Brás de Alportel, Ministério da Agricultura, Museu do Cinema/ Cinemateca Portuguesa, Direcção Geral de Arquivos, Fundação Hispano-Marroquina Al-Idrisi, Centro Paroquial de Cachopo, Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Paróquias de Santa Maria de Tavira, de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Luz de Tavira e de São Brás de Alportel.

À equipa do Museu Municipal de Tavira e a todos os colaboradores, uma palavra de estímulo e o reconhecimento pelo empenho e trabalho desenvolvido, consubstanciado agora na exposição “Cidade e Mundos Rurais”.

*Jorge Botelho*  
Presidente da Câmara Municipal de Tavira



## Apresentação

A exposição “Cidade e Mundos Rurais” orienta-se por dois objectivos complementares, por um lado responder ao projecto expositivo da Rede de Museus do Algarve, “Do Reino à Região” e simultaneamente dar continuidade à investigação sobre o território de Tavira e às propostas sugeridas pela recente exposição “Tavira, patrimónios do mar” deslocando agora o enfoque para o interior, o barrocal e a serra.

Uma exposição é sempre uma construção de discursos, selecção entre várias possibilidades, enquadrando pontos de vista, no caso presente centrada num tema complexo, os “mundos rurais”, não só pelas problemáticas e conceitos que o integram, mas igualmente pelos discursos e as construções ideológicas de origem erudita sobre a “cultura popular”, que há anos o Professor Manuel Viegas Guerreiro considerou ironicamente uma “discriminação absurda”.

Os discursos sobre a ruralidade portuguesa estão na origem de uma museologia de matriz etnográfica. Resultam também das formulações românticas do século XIX, da idealização de “povo” e da necessidade de (re)construção da identidade nacional num momento de forte desenvolvimento do racionalismo, das ciências e novas capacidades tecnológicas, industrialização e expansão urbana com ascensão de novas classes sociais.

Desse período resultou a dicotomia cidade-campo, onde se evidenciaram desde logo intenções ideológicas e antagonismos vários, uma a ideia moral de povo simples, trabalhador, pleno de virtudes e em perspectiva oposta as referências à “decadência nacional”. “*A nossa fatalidade é a nossa história*” afirmou Antero de Quental em 1871, na sua polémica conferência no Casino Lisbonense “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”.



A ruralidade como conceito meramente territorial está hoje em causa. A cidade já não se define pela indústria nem os campos pela agricultura e o critério técnico que enquadra o “rural” a partir da dimensão da população activa na agricultura seguido por diversos países apresenta desadequações várias. A ruralidade é crescentemente multissetorial, ambiental e inovadora, com emergência de novos fenómenos sociológicos como a designada “rurbanização” ou os três R (recreation, retirement, residences), entre outros.

O conceito de “mundos rurais”, no contexto desta exposição, refere-se às actividades e às culturas produzidas pelas comunidades que viveram e vivem no barrocal e na serra, na sua relação permanente e antiga com a cidade de Tavira, centro político-administrativo de uma sub-região, também ela marcada pela permanência no seu interior por ruralidades decorrentes da estratificação social, periferização e limitada dimensão demográfica.

Foram seleccionados alguns grupos temáticos considerados essenciais: a geografia humana e as alterações no território a partir da presença islâmica, as arquitecturas rurais e os seus sistemas conceptuais e construtivos, a permanência do rural dentro da cidade e a natureza e características das relações económicas, religiosidades e festividades, as profundas alterações no mundo rural na actualidade.

Os territórios de Tavira foram-se modificando no decorrer dos séculos, herdámos paisagens culturais, salinas, pomares, hortas, figueirais e florestas, ... Com a entrada de populações originárias do Norte de África e depois da cristandade foram introduzidas novas produções agrícolas e tecnologias, modelos de habitação e técnicas construtivas, concepções e normas de comportamento em comunidade, práticas e rituais religiosos, formas de expressão verbal e gestual, tradições alimentares, festividades e convivialidades diversas. Um processo de permanente contacto e influências mútuas, que hoje permanecem dando origem a novas formas expressivas.

A exposição cobre um vasto período temporal e poderá ser considerada, face à multiplicidade de informações e possibilidades de aprofundamentos temáticos, como um momento inicial de um processo de estudo continuado a necessitar de outros contributos disciplinares. Um exercício permanente de devolução à comunidade dos conhecimentos e bens materiais resultantes do trabalho do Museu Municipal de Tavira e de outras entidades especializadas, que conosco colaboram nomeadamente Universidades e Centros de Investigação.

Algumas “ausências” temáticas, serão consideradas em programas complementares e educativos que acompanharão o desenvolvimento da exposição, nomeadamente visitas orientadas, seminários e textos.

A população urbana é hoje maioritária e a globalização uma realidade presente em todos os lugares. As sociedades agrárias estão em perda demográfica e patrimonial.

“Cidade e Mundos Rurais” é, neste contexto, um convite para conhecermos o extraordinário, extenso e múltiplo património das ruralidades do sul do País, para o revalorizarmos pugnando por uma perspectiva evolutiva, ambiental e humanamente equilibrada, socialmente inclusiva.

Este projecto só foi possível pelo apoio e estímulo da Câmara Municipal de Tavira, mas também pela gratificante colaboração de muitos elementos da população, que testemunharam, contaram experiências e vivências, cederam objectos e fotografias, também pelo contributo de qualificados investigadores cujos nomes e trabalhos integram este catálogo. Uma menção inteiramente justa para o profissionalismo e empenho de toda a equipa do Museu Municipal de Tavira e dos técnicos de design e museografia que conosco colaboraram.

*Jorge Queiroz*

Director do Museu Municipal de Tavira









**ARTIGOS**



# TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO

**TERRITORY  
TRANSFORMATIONS**





# Tavira, território rural a olhar o mar

Alberto Corvo, geógrafo

## Que território?

Tomando como desafio uma abordagem geográfica ao território concelhio de Tavira, na sua feição rural, no que opto por um convite a uma visita imaginária parcelar ao mesmo, seguida de uma análise a alguns aspectos mais genéricos, faço-o tendo em mente a sua validade para um espaço não confinado pela mera abstracção da fronteira administrativa concelhia. Com sensíveis variantes poderia esta exposição referir-se a muitas outras parcelas da região algarvia ou, mais particularmente, da sub-região do Algarve Oriental<sup>1</sup>. De resto, abstraindo a minha posição de estudioso de uma região e colocando-me apenas como natural e habitante dessa mesma região, percepciono todo esse espaço como “meu”, precisamente porque, se ignorar linhas divisórias concelhias e toponímias, percorro toda a região, tomando contacto com a sua diversidade física e humana sem que sinta uma quebra de afinidade com o espaço. Ou melhor, sem sentir que estou a sair de um espaço que defino como “o meu lugar de pertença”. Algo que não é facilmente explicável por ser do domínio perceptivo e psicológico individual. É este território que aqui, de certa forma, convido a interpretar.

Mas, de que território falamos exactamente? Falamos de um pedaço de Mediterrâneo que extravasou as Colunas de Hércules e se instalou em posição atlântica; de uma parcela da Ibéria que o Império Romano de Augusto integrou, em 7 a.C., na província da Lusitânia<sup>2</sup>, sem que alguma vez tivessem sido lusitanos os seus habitantes, na realidade turdetanos, que Estrabão classificou, na sua *Geografia*, como os *mais sábios dos ibéricos*, possuidores de uma cultura e de uma escrita distintas; de uma região onde o *mouro* se sentiu em casa e deixou bem marcada a força da sua longa permanência; de um território a que os monarcas de Portugal reconheciam uma individualidade que ostentavam nos seus títulos, *Rei de Portugal e dos Algarves...*

<sup>1</sup> Carminda Cavaco (CAVACO, 1976) considerou para esta sub-região os concelhos de Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim. Jorge Gaspar (GASPAR, 1993), seguiu em traços gerais as divisões sub-regionais sugeridas por aquela autora, mas colocou Olhão no Algarve Central, considerando a forte ligação a Faro que se desenvolveu ao longo dos 17 anos que medeiaram entre as duas publicações. Hoje, decorridos mais 17 anos, esse argumento está mais consolidado.

<sup>2</sup> SILVA, L. F. da (2007), *Balsa, Cidade Perdida*, Campo Arqueológico de Tavira; Câmara Municipal de Tavira, pp. 72-73.

## Tavira, a rural territory overlooking the sea

This is an attempt at reading the Tavira municipality's rural and natural territory as a shared experience, focused on its physical contrasts, on the variety of its rural spaces and on the Mediterranean quality of its landscapes, the combined product of ecology and history.

After a brief consideration of Tavira as a place of belonging, without defined borders, and a place where land-based and sea-based ways of living meet, an exploration journey begins on the wings of two birds, between the coastline and the schist hills that fade into the region's northern limits. On the landscape, we observe how salt ponds give way to geometrically designed agricultural fields, which contrast with the old non-irrigated orchards, irregular in both their outline and in the distribution of their trees. As we go on heading east, we will notice several physical and human marks and peculiarities: the geomorphologic and biophysical contrasts between coast, cliffs and hills, between forms of field organisation, tradition and innovation, ways of peopling, permanence and abandonment, memory and oblivion...

The third part consists of an analysis and synthesis of the widely reported Mediterranean features, in an area that is geographically Atlantic. In the interaction between Man and Nature, which civilisational traits have proved decisive and lasting on the landscape we observe today? What kind of landscape diversity can we find, which we can in some way recognise as Mediterranean?

Finally, we suggest a look at historic rural landscapes. What are they? How much validity and chances of continuation can they have, in a world that is somewhat alien to them? Concepts relating to them and concerning a move towards the Global Landscape will also be examined here.

Falamos de uma região que motivou, em diversas épocas e por gente de diversas culturas, visitantes, cronistas, homens de religião e de ciência... extraordinárias descrições. Do frade Agostinho Frei João de S. José<sup>3</sup> ao naturalista alemão Link<sup>4</sup>, do geólogo francês Charles Bonnet<sup>5</sup> ao político e escritor Silva Lopes<sup>6</sup>, dos escritores Raul Brandão<sup>7</sup> e Manuel da Fonseca<sup>8</sup> ao geógrafo Orlando Ribeiro<sup>9</sup>, eis alguns, entre muitos outros, que deixaram acerca desta região valiosos testemunhos pessoais.

### Encontros, avanços e recuos

Olhamos para um território onde a ruralidade começa à beira-mar, ou, sendo mais preciso, à beira do sistema lagunar que se expande por toda a sua frente marítima; onde a vida do mar e a vida da terra se completam, se misturam e por vezes quase se confundem, na propriedade, na exploração, no trabalho, nas vivências...

De tal promiscuidade posso dar testemunho pessoal, pois na já distante década de 80, quando em férias escolares passava o Verão na campanha das vindimas e noutras colheitas frutícolas, em finais de Agosto e todo o Setembro, trabalhando para o mesmo Sr. Gilberto, passava a ser salineiro, continuando a trabalhar na mesma propriedade onde apenas um simples caminho separava o pomar de pereiras das salinas, alguns tractores e apetrechos serviam as duas funções e os armazéns

destinados às funções agrícolas e à salicultura bordejavam a ria, cujas águas, na enchente, banhavam os limites da exploração agrícola.

Também nas gentes se dava a fusão de mundos. Os homens que chegavam para o trabalho das salinas eram assalariados agrícolas calejados de muitos anos de labor. Todos gente do campo. Juntavam-se ao Ti' Correia, o encarregado permanente das salinas, homem nascido na ria, rijo e ressequido como a carapaça do sal, sempre descalço, sobre sal ou sobre pedras, e a um ou outro marítimo sem trabalho no mar. Ali se cruzavam modos e falares de *marítimos*, de *montanheiros* e de *serrenhos*<sup>10</sup>, ali se partilhavam petiscos: do mar, peixe-agulha seco, *muxama* de atum, polvo e ova de polvo assados... do campo, pão e vinho caseiros, chouriço e presunto da última matança e, “para aconchegar”, a aguardente de figo ou de medronho com figos secos. Nos finais de tarde, terminada a jornada, os dias ainda grandes de Setembro permitiam, no regresso a casa, dedicar algum trabalho à terra e aos animais. No final da campanha era daquelas salinas que cada um levava o sal grosso para a salmoura da próxima matança de porco.

Outros tempos houve, não muito longínquos, em que os dois mundos se interpenetravam. Pastores atravessavam na maré baixa o Passo do Pinheiro para levar o gado a pastar na ilha, enquanto em sentido contrário, os morraceiros, esses ceifeiros

Espaço agrícola murado (alfarrobal e policultura intercalar) na periferia urbana de Tavira (Atalaia), confinante com salinas (desenho)



dos sapais, muitas vezes os próprios pescadores em períodos de defeso ou de temporal, vendiam o produto da sua esforçada colheita directamente aos agricultores, levavam-no a vender junto ao mercado ou transportavam-no de barco para locais onde era descarregado para o lombo de burros ou carroças e daí levado ao Algarve agrícola para servir de adubo ou alimento de animais. Nas salinas próximas ao antigo campo, agora bairro, da Atalaia, ainda se vê, agora menos assiduamente, algum retalho exíguo de terreno baldio ser aproveitado para cultivo de hortícolas e, há pouco mais de uma década, era comum ver apascentar ali pequenos rebanhos de gado miúdo.

Ao Barrocal e à Serra, o mar chegava em pequenos reboques atrelados a motorizadas. O “almocreve-peixeiro” fazia-se anunciar através de ruidosas buzinas de ar, a que a minha avó, largando outros afazeres, acorria para comprar peixe fresco. Cavalas, *charros*, bogas, sardinhas, com sorte algum sargo, polvos, chocos, por vezes conquilhas para deitar nas papas de milho, eram a sorte de muita gente da Serra, de bolsa modesta e pouco atreita a deslocações frequentes ao mercado diário da cidade ou da aldeia, poder incluir na sua dieta o peixe fresco a que o azeite novo acrescentava sabor.

A oeste da foz da ribeira do Almargem, próximo da Casa Alta, uma parcela de terreno assemelhado, em vista aérea, a um esporão que penetra e divide o espaço das salinas, ainda é terra de cereal e pasto de bovinos. Ali próximo, do lado oposto da estrada do Arraial, duas moradias recentes aniquilaram a velha casa e as figueiras esquecidas, memórias residuais do figueiral e casa de Martinho Soares<sup>17</sup>.

Nesta curta resenha de relações de conquista mútua entre o sal e a terra, mais dois exemplos: a nascente do Forte de S. João da Gomeira, para lá do amendoal, dos grandes pinheiros e da antiga canada, algumas alfarrobeiras crescidas no limite da arriba baixa, entretanto erodida na base, agarram-se desesperadas ao suporte de solo residual, em vias de ceder por falta de sustentação, enquanto um pouco mais à frente, uma irmã mais ousada medra, sem sinais de fraqueza, sobre as areias salgadas da margem da ria, ao alcance das águas de marés vivas; no sítio da Foz, entre Tavira e Santa Luzia, terrenos agrícolas que durante muitos anos proporcionaram produções hortofrutícolas de excelência, entretanto deixados incultos,

vêm-se agora vorazmente invadidos (reconquistados?) por espécies arbustivas halófitas<sup>12</sup>, num claro avanço da salinidade sobre terrenos agrícolas, apesar de separados da ria por largos hectares de salinas. A grande memória da natureza a recuperar terreno assim que o homem vira costas.

## A voo de pássaro, um extraordinário cenário

### Geometrias da água e da terra

Vinda de sueste, após longa viagem desde o coração de África e travessia do mar interior pelo Estreito, uma cegonha segue, com o bando, o irreprimível impulso biológico que a impele a empreender ciclicamente a rota migratória comum à sua espécie. Ultrapassada a foz do Guadiana e sobrevoada a linha de costa ao longo de quatro léguas decide-se agora a alterar o seu rumo para norte, atraída por um rio de amplos

<sup>3</sup> GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. (1983), *Duas Descrições do Algarve do Século XVI* - Frei João de S. José, *Corografia do Reino do Algarve* (1577), Henrique Fernandes Sarrão, *História do Reino do Algarve* (Circa 1600), Cadernos da Revista de História Económica e Social, n.º 3, Sá da Costa Editora, Lisboa.

<sup>4</sup> LINK, M. (1803), *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799*, Tome II, Levrault, schoell & Compagnie, Paris; LINK, M. (1805), *Voyage en Portugal par M. Le Comte De Hoffmannsegg*, Tome III, Levrault, schoell & Compagnie, Paris.

<sup>5</sup> BONNET, C. (1990), *Memória Sobre o Reino do Algarve, Descrição Geográfica e Geológica*, Secretaria de Estado da Cultura - Delegação Regional do Sul, Faro. [Reedição traduzida e anotada da edição original: BONNET, C. (1850), *Algarve (Portugal) Description Géographique et Géologique de Cette Province*, Academia Real das Ciências de Lisboa].

<sup>6</sup> LOPES, J. B. da S. (1988), *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 2ª Ed., Algarve em Foco, Faro. [Edição original: 1841].

<sup>7</sup> BRANDÃO, R. (1986), *Os Pescadores*, Ed. 97 RB 4, Editorial Comunicação, Lisboa. [Ed. original, 1923].

<sup>8</sup> FONSECA, M. da (1986), *Crónicas Algarvias*, 2ª ed., Editorial Caminho, Lisboa. [Ed. original, 1968].

<sup>9</sup> RIBEIRO, O. (1961), *Geografia e Civilização*, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

<sup>10</sup> No falar popular regional: *marítimos*, do Litoral; *montanheiros*, do Barrocal; *serrenhos*, da Serra.

<sup>11</sup> Segundo cartografia de José de Sande Vasconcelos (1790/1797), Borrão de Campo de *huma légoa d'suburbios orientaes de Tavira*, Biblioteca Nacional de Portugal, C-par-42, Lisboa.

<sup>12</sup> Halófitas: plantas adaptadas ao ambiente salgado e às grandes variações de salinidade do solo.



meandros, cujo vale se insinua a montante entre colinas suaves e se perde terras adentro na massa escura montanhosa que, vista do mar, preenche toda a linha do horizonte.

Fazendo nossas as suas asas e nossos os seus olhos, começamos por observar as frágeis fímbrias arenosas das ilhas-barreira, protegidas por vegetação dunar, estabelecendo uma marcante fronteira física entre dois mundos de água: o dos humores variáveis do velho Neptuno<sup>13</sup>, ora tranquilo no seu grande sono azul, ora furioso reagindo a provocações de Éolo<sup>14</sup>, e o da calmaria abrigada do “formoso” sistema lagunar. Confinando directamente com este, uma marca de grande impacte paisagístico da acção transformadora humana, o quadriculado labiríntico das salinas, a espaços rasgado por poucas *regueiras* (esteiros) naturais e intercalado com áreas alagadiças de manto verde de herbáceas e arbustivas, os sapais. Na transição do sistema húmido para o sistema seco, novo reticulado surge, desta vez de geometria e cor mais diversas. São os campos agrícolas, marginais ao espaço lagunar e às salinas, muitas vezes parecendo mesmo fundir-se de tão próximos que se encontram. Visto das alturas é uma imensa manta de retalhos que se estende para o interior da planície litoral, cujo geometrismo só é interrompido por pequenas áreas incultas de limites irregulares, cursos de água não artificializados

Transição do sistema húmido para o sistema seco: salinas, sapais, matos e campos agrícolas (foz da ribeira do Almargem)



marginados por vegetação ripícola, manchas urbanas e rede viária.

### Povoados, campos e colinas

Subindo o Gilão encontramos, harmoniosamente distribuída pelas duas margens, a antiga cidade que o rio não dividiu, mirando-se nele, orgulhosa da sua vetusta fisionomia que tantos visitantes tem encantado. Sob o casario da cidade adivinham-se as primeiras colinas calcárias, anfitriãs dos primitivos povoadores<sup>15</sup> e, 18 séculos mais tarde, dos primeiros assentos *mouros*<sup>16</sup> de pedra e cal, a partir daí expandidos sobre as margens, num processo de estrangulamento progressivo do rio, que periodicamente, na sequência de períodos chuvosos particularmente intensos nas serranias a montante, reocupa temporariamente o espaço que lhe foi roubado, lembrando às diferentes gentes de diversas épocas históricas, a sua soberania natural sobre o vale.

Elevando-nos mais no céu, para procurarmos as irmãs menores desta urbe, conseguimos distinguir a nascente Cabanas e a sul Santa Luzia, ambas nascidas de pés molhados e desde sempre vocacionadas para uma relação marítima, mas ainda assim, completamente envolvidas pelo xadrez de castanhos, ocres e variantes de verdes dos campos agrícolas;

Charneca mediterrânea em colina calcária (margem esquerda do rio Séqua)



imediatamente a norte da primeira, Conceição, a ponte, Santo Estêvão e quatro quilómetros a sul desta, Luz, sedes de freguesia de feição inteiramente rural, por posição e vocação.

Continuando o voo, subimos agora o vale do Séqua, o mesmo que a jusante da velha ponte medieval era Gilão. O rio, traçando amplos meandros no vale de fundo plano, parece jogar com as colinas calcárias que o marginam, encostando-se ora às vertentes da margem esquerda ora às da direita. Naquelas colinas, os afloramentos de rocha nua, esbranquiçada, a agreste *charneca* de arbustos xerófilos<sup>17</sup>, aromáticos e algumas árvores – carrasco, tojo, aroeira, palmeira-anã, tomilho, rosmaninho... aqui e acolá algumas azinheiras, alfarrobeiras e velhas oliveiras a lembrar que ali já foi campo de cultivo – e, onde não dominam os matos, a permanência dos ancestrais campos agrícolas arborizados, muito compartimentados, limitados por valados de pedra solta arrancada ao solo de cultivo, tudo nos evidencia estarmos em domínios do Barrocal, uma das três grandes unidades geomorfo-ecológicas consensualmente reconhecidas, quer pela ciência, quer pelo saber popular, na divisão sub-regional do Algarve: o Litoral, o Barrocal e a Serra (independentemente de outras subdivisões que se estabeleçam, elas cruzam-se inevitavelmente com estas).

Voltejando atrás numa longa trajectória circular, a ave

sobrevoa os limites das novas áreas urbanas periféricas, devoradoras dos campos arborizados que no passado histórico motivaram descrições de uma cidade rodeada de extraordinários arvoredos. Ali podemos observar, sobre a margem direita, na trincheira que rasga a colina para deixar passar a estrada (EN-125), a belíssima amostra de formações calcárias do Jurássico Médio<sup>18</sup>, em estratos perfeitamente definidos e bem conservados. Um testemunho geológico precioso, de formação contemporânea do domínio dos grandes répteis e de uma idade da terra em que este território integrava o grande continente do Norte, a Laurásia, que viria a originar a Europa e a América do Norte.

<sup>13</sup> Deus dos mares na mitologia romana.

<sup>14</sup> Deus dos ventos na mitologia grega.

<sup>15</sup> Mais antigas ocupações conhecidas do Alto de Santa Maria - da Idade do Bronze final ou início da Idade do Ferro aos turdetanos (séc. VIII a. C. a IV a. C.). Conf. CORVO, A. (2008), Tavira Litoral, Território em Mudança, in: MANTEIGAS, R., QUEIRÓS, J. (coord.), Tavira, Patrimónios do Mar, Câmara Municipal de Tavira. [Conf. bibliografia aí citada].

<sup>16</sup> Ocupação islâmica - séc. X a XIII. Conf. ob. cit., n. 15. [Conf. bibliografia aí citada].

<sup>17</sup> Plantas xerófilas - adaptadas a climas secos ou com períodos de seca prolongados.

<sup>18</sup> Jurássico Médio - 161-175 M. A. (milhões de anos antes do presente).

Calcários jurássicos em trincheira da E.N. 125 (próximo de Quinta de Perogil)



Vale da Asseca no sítio de S. Domingos: em primeiro pano, matagal denso no limite do Barrocal; no vale da depressão periférica, fruticultura intensiva e ao fundo a Serra





Aproximamo-nos entretanto de São Domingos da Asseca. Cerca de um quilómetro antes, o curso de água (para uns, já ribeira da Asseca, para outros ainda rio Séqua) sofre uma mudança de orientação brusca (de montante, E-O, para jusante, N-S) coincidente com a transição geológica entre a Serra e o Barrocal – a depressão periférica – atravessada por uma estreita faixa de materiais do Jurássico Inferior e Triássico Superior<sup>19</sup>. Na margem sul, o limite norte dos calcários do Barrocal e simultaneamente da Orla Sedimentar Meridional<sup>20</sup> é marcado por uma vertente escarpada, coberta de formação vegetal densa, impenetrável, numa fase mais evoluída (ou menos degradada) que a *charneca* – o *mataga*<sup>21</sup> – e encimada por uma curiosa construção humana, o colossal muro do Fojo, limitando um amplo recinto fechado para o qual arqueólogos e historiadores ainda não encontraram explicação conclusiva. A norte, os cerros arredondados, cobertos por vegetação descontínua e pouco arborizados, marcam o início da Serra de Tavira (Serra do Caldeirão na realidade). Recorrendo à analogia imaginativa, muito repetida por geógrafos, comparando a Serra de xistos e grauvaques a um imenso acampamento de tendas nómadas, poderíamos dizer estar perante uma das entradas no acampamento. Ali é também o limite meridional do Maciço Antigo<sup>22</sup>, a maior unidade morfo-estrutural da Península Ibérica.

### Geometrias, puzzles, ousadias e confluências

Nas margens da ribeira, a exuberante vegetação ripícola, a que o desenvolvimento exagerado dos invasores canaviais, acima dos quais assomam aqui e acolá frondosas copas de velhos freixos, confere um aspecto uniforme e compacto, em vista aérea ilusoriamente aparentado às duas faixas paralelas da floresta galeria das regiões tropicais, corta sinuosamente os padrões geométricos dos campos agrícolas que ocupam o fértil vale de aluvião. Aí, a organização linear e metódica dos pomares de citrinos, exibindo todo o seu vigor na quantidade e qualidade dos seus frutos, contrasta, vista das alturas, com o complexo *puzzle* de campos de antigo pomar de sequeiro e culturas intercalares anuais, de grande irregularidade, tanto nos limites como na distribuição das árvores, alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras, que se estendem desde as

elevações da margem direita, para sul, até aos campos de Santa Margarida e da freguesia de Santo Estêvão, aquela que ocupa, juntamente com o sector sul da freguesia de Santa Catarina, a extensão mais significativa de terrenos de Barrocal no concelho. Mais a sul, na transição para a planície litoral da freguesia da Luz, a malha rural é novamente dominada por traçados rectilíneos próprios de uma agricultura intensiva de regadio, que atinge máxima expressão nos sítios da Campina (da Luz e de Santiago), em solos derivados de depósitos sedimentares Plio-Pleistocénicos<sup>23</sup>, os *campos limpos* do Litoral, onde não se desdenha um palmo de terreno fértil.

Há sempre um bicho-homem mais ousado. A ave, ainda no vale da Asseca, espanta-se agora de ver pomares de citrinos, alguns em socalcos, a aventurarem-se encosta acima e, galgando os primeiros cerros da Serra, um cenário extraordinário que tinha visto a leste do Guadiana, mas invulgar por aqui: *parral* em socalcos xistentos. Resultado, segundo Gilberto Ferro, à beira de cumprir 50 anos de viticultor, dos conselhos de um mouro que lhe assaltava os sonhos. Não é afinal uma novidade, antes a recuperação de memórias antiquíssimas, das quais, segundo o mesmo, os islâmicos deixaram testemunho noutra propriedade sua no sítio da Foz.

Deixado para trás o sítio de São Domingos, onde a ave não distinguiu qualquer vestígio da pequena capela, entretanto engolidada pela terra, porque de terra era feita, em cuja torre nificaram os seus progenitores há mais de duas décadas,



Parral em socalcos (Quinta das Cegonhas – Asseca, Beira-Serra)

chegamos agora a um local onde os ribeiros convergem e os homens divergem: os cartógrafos mostram-nos que ali confluem as ribeiras de Alportel e da Asseca e chamam-lhe rio Séqua daí para jusante; o senso-comum diz que a ribeira de Alportel conflui com a da Asseca que continua o seu curso até mudar de nome para rio Séqua, a jusante de S. Domingos, no limite da área de influência das marés, ou seja, o limite do troço do curso de água que apresenta escoamento superficial permanente, porque na realidade não será mais que um longo braço de mar que penetra vale adentro levando consigo influências litorais. Imediatamente a montante da referida confluência, a ribeira da Asseca transpõe a salto curiosas formações sedimentares, classificadas pelos geólogos como tufos calcários<sup>24</sup>. Numa visão fantástica e antropocêntrica, autênticos caprichos da natureza, laboriosa e lentamente construídos para deleite dos nossos sentidos - o pego do Inferno e, mais a montante, os pegos do Pomarinho e da Torre. Também nestes três locais entenderam os homens tirar partido das características geomorfológicas e hidrológicas favoráveis, instalando ali moinhos de água de roda horizontal, hoje arruinados (o da Torre já desaparecido).

Sobre esta paisagem, a nossa graciosa guia detém-se demoradamente em voos circulares. Ali reconheceu o seu berço e encontrou ninhos de parentes. Por ali ficará, rendida



Ruínas do moinho do Pomarinho (Asseca)

à tranquilidade do sítio e à abundância de alimento, pequenos animais anfíbios, insectos e mamíferos, a que não é alheia a presença do bando de garças brancas que seguem a curiosa máquina conduzida por um homem, revolvendo a terra e deixando assim expostos aos seus bicos, pequenos animais subterrâneos. Encontrou também uma boa plataforma metálica que lhe pareceu ter sido colocada de propósito para ali instalar o seu ninho. Saberiam os homens que ela viria?

### Acima do Algarve, a Serra

Daqui por diante continuamos a descoberta deste território através do olhar arguto doutra ave. Pousada numa grande alfarrobeira em posição sobranceira ao vale, uma águia-de-asa-redonda observa, para lá da outra margem, os cerros agrestes e declivosos, rasgados por sulcos e barrancos, esparsamente povoados de árvores e matos, de cores escuras, monótonas, e áreas de solo nu e pedregoso. O seu instinto impele-a a voar para lá da barreira orográfica abrupta, onde encontrará os territórios ideais de nidificação e caça, nas vertentes de vales muito encaixados, povoados de sobreiros e azinheiras de grande porte e de matagal, onde proliferam mamíferos roedores, pequenos répteis e aves indefesas, que irão servir de alimento à sua futura prole. Elevando-se nas alturas, a ave dispõe agora de uma ampla visão sobre a vastidão de serra que se lhe oferece à exploração. Sobe ainda um curto troço do vale da Asseca, sobrevoando o “cone perfeito” do Cerro do Major (144 metros), uma espécie de sentinela vigilante sobre o

<sup>19</sup> Materiais: arenitos, argilas, argilitos, carbonatos, evaporitos, escoadas de basaltos, piroclastos e doleritos. Idades - 175 a 228 M. A.

<sup>20</sup> Unidades morfo-estruturais de Portugal continental: Maciço Antigo (rochas eruptivas e metamórficas); Orlas Sedimentares Ocidental e Meridional (rochas sedimentares); Bacias Sedimentares do Tejo e Sado (rochas sedimentares).

<sup>21</sup> Designação discutível, como adiante veremos.

<sup>22</sup> Maciço Antigo ou Maciço Hespérico - constituído por um conjunto de rochas pré-câmbrias (4600 M. A. a 542 M. A.) e paleozóicas (542 M. A. a 251 M. A.), com predomínio de xistos, granitos e quartzitos. Ocupa cerca de sete décimos do território continental português.

<sup>23</sup> Pliocénico - 5,3 - 1,8 M.A.; Pleistocénico - 1,8 M.A.- 10 000 anos. O Pleistocénico (e Pliocénico Superior) definem o início do período Quaternário, também designado Antropozóico (período do aparecimento do *Homo*).

<sup>24</sup> Materiais de idade quaternária (n. 23), carbonatados, bastante porosos, resultantes da precipitação de carbonato de cálcio sobre o leito da ribeira.

vale e, juntamente com o Cerro da Zorra (118 m), derradeiras testemunhas orientais, de vários alinhamentos de elevações calcárias e dolomíticas que atravessam o Algarve, com máxima expressão na região central. Próximo dos limites oeste do concelho de Tavira termina o último desses alinhamentos, com os cerros de S. Miguel (410m) e Cabeça (250m); em território concelhio, sem vigor comparável aos anteriores, erguem-se os cerros Grande (200m) e Boavista - Marco (221m).

### Abandonos e resistências

A rapace inflecte então para norte, cruzando a estreita faixa de terrenos avermelhados dos argilitos e arenitos triássicos, desde há muito explorados pelas gentes da região de Santa Catarina para fabrico de cerâmicas de construção civil, que marca a definitiva transição para o grande “mar de xisto”, precisamente sobre o local que recebeu o sugestivo nome de Monte dos Pés da Serra.

Sobrevoamos agora Malhada do Alcaide, desolador cenário de abandono e ruína parcial que prenuncia o que muito se há-de repetir serra acima: muitos e muitos montes onde as casas dos que teimam em permanecer se assemelham a corajosas embarcações solitárias, rodeadas de esquadras em destroços prestes a serem engolidas pelo mar alteroso. Testemunhos de êxodos vários, migrações sem regresso, litoralização dos mais jovens e envelhecimento dos que ficam.

Habitacões arruinadas e habitacões habitadas (monte de Zimbral)



Ao contrário do que antes havíamos observado no Baixo Algarve (Litoral e Barrocal) onde, aparte os aglomerados urbanos, o povoamento apresenta grande dispersão, aqui, na Serra, o povoamento toma um aspecto defensivo, na medida em que se concentra em montes. Não no sentido de monte alentejano, centro de uma grande propriedade, com todas as suas funcionalidades, dependências e dependentes, mas o lugar de vários vizinhos, todos pequenos proprietários, cujas casas se encostam umas às outras, sugerindo acantonamentos defensivos. E, na prática, assim terá sido na sua origem: contra o meio hostil da montanha, a intempérie, as feras, os bandoleiros... Daqui mesmo podemos distinguir vários: olhando para nascente, Soalheira do Pereiro, Picota, Encruzilhada; para poente, Morenos, Umbria e Eira do Lobo.

No monte do Daroal, o Manuel Guerreiro e a sua mulher, autênticos arquitectos da paisagem rural, labutam na horta de notável esmero, em patamares murados, rasgados mecanicamente a meia encosta, tirando partido de uma ligeira quebra de declive, acima dos terrenos muito arborizados de amendoeiras, oliveiras e sobreiros, em declive acentuado até à ribeira de Alportel, mais de cem metros abaixo. Daí inflectimos para leste, em direcção a Palheirinhos e Zimbral, passando sobre o notável meandro em ferradura que abraça o monte de Malhada do São, quase despovoado dos seus antigos

Monte da Ribeirinha





habitantes, porém, agora repovoado e arquitectonicamente reinterpretado pelos novos serrenhos das modernas e pacíficas invasões dos povos do norte da Europa. Zimbral, alcandorado sobre uma rechã estreita e alongada, na minha imaginação, autêntico transatlântico decadente, de proa afilada, apontada a sul, grandes rombos no casco de estibordo e meia dúzia de tripulantes, vagueando no convés: a Maria José, no afã de transporte de lenha de esteva, a Sebastiana, sentada no poial, de olhar vago, alheado, e o Avelino, pastando as suas *churras*, apoiado no bordão, levantando os olhos para o voo planado da ave e sorrindo sobre o profundo mistério do seu silêncio. Subindo o caminho íngreme da encosta, já lá vem o seu pai, de enxada ao ombro e saca às costas; com quase noventa anos, continua a tratar da terra, a recolher os proventos de cada courela da propriedade dispersa por corgos e veredas e a descer ao fundo do vale, à pequena horta, comum a tantas outras por essa Serra imensa, que aproveitam cada nesga fértil de aluvião, nos fundos de vale apertados. Autênticas preciosidades de policultura, regadas a partir de pequenos poços, onde convivem árvores de fruto, mais exigentes em solo e água, como laranjeiras, limoeiros e nespereiras, com toda uma variedade de leguminosas e outras hortícolas. A “rainha” batata divide ou alterna a ocupação do espaço, com a fava, o griséu (ervilha), o feijão, a couve, o alho, a cebola, o

tomate... Encostadas aos valados ou substituindo-os, com a mesma função divisória, ainda se encontram parreiras de *uva serrenha* e, não raro, quando o espaço disponível o permite, ocupam mesmo parte da horta, armadas com arames em fiadas paralelas. Em alguns fundos de vale mais amplos e onde existem ainda braços de trabalho disponíveis, a horta ultrapassa a função de subsistência familiar, permitindo criar excedentes para venda. Um significativo complemento económico familiar, que no entanto perdeu a expressão de outros tempos, por desvantagem concorrencial. *Noutro tempo vinham aqui os comerciantes desse Algarve comprar as coisas das nossas hortas. Agora chegam à praça, camiões de todo o lado, carregados de tudo... já não precisam de vir cá... também não lhes compensava, as hortas vão ficando abandonadas... uns abalaram outros já não podem!...* Manuel José Fernandes, monte da Ribeirinha.

Ainda no Zimbral, as construções mais periféricas do monte, *cabanas*<sup>25</sup> e palheiros, de pedra nua, com telhados de uma e duas águas, exibem uma “perfeição inca” de construção. No extremo sul ergue-se ainda, apesar da ruína parcial, um notável conjunto de palheiros circulares, em redor de eiras, a recordar a urgência da preservação de uma memória arquitectónica que remonta às mais antigas sociedades agrícolas que povoaram o território.

<sup>25</sup> Estábulos.

Eira e palheiros de planta circular (monte de Zimbral)



*Ali, no monte de cima, também há dois ou três palheiros de bico!... – Diz o Jacinto Martins de Corte de Besteiros, enquanto vai escolhendo semente de alfarroba para plantar em pequenos vasos de viveiro – e acrescenta: ...nesta serra toda havia muitos... isso agora está tudo em baixo... nesses montes que se vêem aí em volta redonda: aquele monte além é o Cotovio, o outro a Fuzeta, mais ao longe, os Estorninhos e ali mais acima, aquelas luzinhas fracas, Poço da Amendoeira e Casas Novas... e daqui também se vê o mar, olhando p'rá banda de baixo!... A família da Serra abala tudo lá p'ra baixo!... Entretanto as suas cabras, de raça algarvia, vão recolhendo ao curral, sem precisar de ordem de pastor. Já viu aqueles amojos?... De madrugada vamos ordenhá-las... a ver se a Maria faz uns queijinhos!...*

### **Imponências, fragilidades e memórias**

Próximo a Malhada de Santa Maria, a impressionante vertente escarpada do cerro do Bacelo, sobranceira a um cotovelo da ribeira de Carriços, favorece a formação de fortes correntes térmicas ascendentes, aproveitadas pela ave para uma grande elevação em voo planado circular, que nos permite agora apreender a imensa *terra ignota* a descobrir. Sobre terras de Santa Maria (freguesia), tudo o que a vista abrange é relevo movimentado, não parecendo distinguir-se uma porção de terreno a que justifique chamar planura. A nascente temos as terras da Conceição, a poente as de Santa Catarina e a norte, quase tocando o Alentejo, terras de Cachopo. Impressiona

o traçado denso e o encaixe vigoroso da rede hidrográfica: abismos profundos, onde as ribeiras, de humores inconstantes, entre a violência torrencial dos curtos invernos de abundância e a penúria sedenta das longas estiagens, desenham os seus sinuosos traçados, marginados por belas galerias ripícolas onde o verde é salpicado de rosa pelas abundantes flores de loendro. Nas vertentes mais declivosas assomam grandes afloramentos rochosos, desnudados pela intensa erosão hídrica. Precipitações intensas e concentradas arrastam a frágil cobertura de solo, sulcam e esfolheiam os impermeáveis xistos argilosos e transportam assim, para os leitões, uma carga sólida que, multiplicada por uma infinidade de sulcos, barrancos, ribeiros e ribeiras, se traduz no poderoso caudal castanho barrento que periodicamente espanta as gentes da cidade, mais habituadas ao rio verde e plácido. Os mesmos processos erosivos explicam a dissecação do relevo e o “mar de cabeços” da Serra. Impressionam também as vastas extensões de esteval contínuo e monótono, o resultado mais visível do culminar de todas as agressões – fogo, pastoreio, arroteia – milenarmente infligidas à Serra pelo homem, a Campanha do Trigo do Estado Novo, que, no auge da tragédia, despiu muita serra de todas as árvores e, no cair do pano, deixou a monocultura de cereal pelo deserto e o deserto pela “monocultura natural” de esteva (mais uma vez, quando o homem vira costas...). Esta planta é uma autêntica metáfora de resistência sorridente: resiste à secura e aridez, repele o temível dente da cabra, resiste até ao fogo e a tudo isso responde com bonitas flores e intenso perfume.

A Serra, “mar de cabeços” de xisto, rede hidrográfica densa e muito encaixada e domínio da esteva





Na constelação de montes serrenhos que o voo circular vai permitindo descortinar, estão, nos seus próprios nomes, evocações diversas à história e à vida da Serra: de árabes e berberes (Alcaria Alta, Alcaria Fria, Alcorvel, Larache, Marrocos...); de judeus e cristãos (Malhada do Judeu, Malhada do Nobre, Corte Perdida, Corte de João Velho, Garcia, Cruzes...); de defesas fortificadas (Castelos, Castelão, Torre...); da fauna e da flora (Porto Carvalhoso, Carvalhal, Amoreira, Várzea da Azinheira, Vale da Murta, Eira do Lobo, Portela da Zorra, Cerro da Gineta, Vale da Cerva...); da habitação e da agricultura e pastorícia (Casas Novas, Alqueive, Alqueivinhos, Almarginho, Vale da Vaca, Carneiros, Pocilgões, Curral da Pedra...).

A 525 metros de altitude, Alcaria do Cume é o ponto culminante do concelho; ali passa a linha de cumeeada que separa as águas: para norte, as bacias de Odeleite e da Foupana, pertencentes à bacia hidrográfica do Guadiana; para sul, as ribeiras tributárias do Rio Séqua e da Ribeira do Almargem. Do topo de uma grande antena metálica, donde se vê serra, mar e mundo, a águia lança-se novamente no vazio, elegeu para lugar de acasalamento e nidificação os frondosos bosques de sobreiros da freguesia de Santa Catarina.

Apeados, algures entre Água de Tábuas e Eiras Altas, vamos fazer Geografia como o mestre: *com os olhos e com os pés*.

Descendo por um antigo caminho de bestas, vestígios de gente ausente: velhos valados de divisão de propriedade, *moriços*, pomar de sequeiro como nas origens, como os do Barrocal, duas pereiras bravas espinhosas e dois gigantes mortos de pé pela terrível praga dos sobreiros; a meia encosta, uma casa em ruínas, onde figueiras e aroeiras nascidas do barro das paredes semiderruídas esventram-nas à medida que engrossam os caules; as alfaias apodrecidas, o forno e a pocilga lembram que ali foi lugar de lavoura, de pão e de porco; o penico recorda as noites de frio e de breu em que não se saía à rua; no pequeno terraço que ainda não ruiu imagina-se a secagem do figo e, nas manjedouras, o repasto dos generosos asnos, após o regresso de *gorpelhas* carregadas de alfarroba. Vencendo as tais estevas capazes de ocultar um cavaleiro<sup>26</sup> e descendo agora pela vertente umbria, eis um belo bosque de sobreiros, aproximação interessante à autêntica floresta esclerófila<sup>27</sup> mediterrânea. Com os grandes sobreiros dominantes convivem

medronheiros de porte arbóreo, azinheiras e uma ou outra alfarrobeira intrometida, enquanto no sub-bosque, tanto mais denso e impenetrável quanto nos aproximamos do fundo do vale, esconderijo do “invisível” javali, dominam urzes, estevas, estevãos, tojos... apenas junto à margem do pequeno ribeiro a cobertura vegetal se altera, com a presença de loendros, juncos e silvas. Transposto o mesmo, a transformação é radical, pois depara-se-nos uma encosta soalheira com uma courela de figueiral lavrado, povoamentos esparsos de esteva, moitas de palmeira-anã semi-colhidas e vegetação herbácea, terreno ideal para a prole da nossa amiga águia se treinar nas artes da caça aos coelhos incautos.

<sup>26</sup> RIBEIRO, O. (1987), Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico, 5ª ed., Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, p. 49.

<sup>27</sup> Esclerofilia - mecanismo de redução das perdas de água por transpiração. As folhas são persistentes, pequenas, coriáceas e por vezes com as margens terminadas em espinhos.



Fase evolutiva de formação de bosque esclerófilo mediterrâneo em sobral “abandonado” (Eiras Altas)

### Que mediterrâneo?

Num pequeno retalho de chão, distante do monte onde habita, o homem, observado pela criança, tranquilamente sentada sobre uma grande pedra, à sombra da alfarrobeira, incita o animal a avançar. A custo, o arado vence a carapaça endurecida do solo pobre e pedregoso da encosta xistenta, esparsamente povoada por uma dúzia de árvores, teimosas amendoeiras e alfarrobeiras e, mais próximo do fundo do vale, alguns zambujeiros enxertados, lançando timidamente os primeiros rebentos mansos. Terminada mais uma série de regos, o quadrúpede pára à voz do guia. Este leva aos lábios ressequidos o *cucharro* de cortiça que o pequeno lhe entregara. Bebe, esboça um sorriso, observando a tarefa já adiantada e, enquanto ajeita ligeiramente o chapéu, incita a Catita a reiniciar o esforço que espera compensador, na multiplicação dos grãos. Daquela e de outras pequenas courelas há-de sair o pão de todo o ano.

A criança sou eu, em férias da escola primária; o homem, o meu avô, em dia de “descanso” do trabalho do telheiro; o tempo, algures entre o ocaso de um Portugal cinzento e monolítico e os alvares de um tempo novo em que a opinião do homem do arado também deverá pesar.

A imagem descrita, ainda hoje possível de encontrar na Serra, mas muito residual, era, na época da descrição, há cerca de três décadas e meia, ainda comum, mas, era já a fase de rápido declínio de uma herança cultural de tempos imemoriais. Os gestos daquele camponês eram os gestos dos seus antepassados remotos; as alfaias arcaicas, pouco deviam à era industrial; a courela de terreno onde lavrava e a pequena horta de fundo de vale poderiam ser as mesmas de algum seguidor de Maomé, mil anos antes. No mesmo momento, noutra qualquer chão pedregoso e agreste em redor do mar interior, outro qualquer camponês poderia ser o seu espelho.

### Ambiente e civilização

O clima mediterrâneo que, apesar da posição Atlântica, caracteriza, de forma desigual, o território português, repete-se em recantos restritos de territórios tão distantes como o Chile, a Califórnia, a África do Sul e a Austrália. Tendo o clima reflexo directo sobre as biocenoses, Orlando Ribeiro

apontou a oliveira como o seu melhor índice (o Mediterrâneo chega até onde chegam as oliveiras), enquanto Aldo Pavari<sup>28</sup>, obtém delimitação idêntica, balizando o mediterrâneo entre o palmar, a sul, e o castanhal, a norte. No entanto, o que confere a uma região um cariz verdadeiramente mediterrâneo é a interacção entre factores biofísicos e histórico-culturais, como bem sintetizou Orlando Ribeiro em duas palavras: *Ambiente e Tradição*<sup>29</sup>. Em Portugal, onde melhor se exprime esse encontro é, sem qualquer dúvida, no Algarve.

Para esta identificação, muito contribuiu a particularidade histórica da forte implantação islâmica que aqui perdurou cinco séculos, traduzida nas paisagens agrárias numa consolidação de um carácter mediterrâneo que antes lhes haviam imprimido os romanos. Posteriormente, com os novos e “definitivos” conquistadores cristãos, não terão ocorrido grandes alterações imediatas no espaço rural, essencialmente porque se deu uma assimilação e continuidade de técnicas e culturas às quais estes reconheceram grandes avanços e benefícios e, por ter permanecido no território boa parte da população islâmica, agora com o estatuto de mouros forros, que de certa forma desempenharam socialmente, como antes havia sucedido com os moçárabes, um importante papel de ligação intercultural, uma ponte entre dois mundos. Também terá certamente concorrido para essa continuidade, a particularidade de, ontem como hoje, a vida no campo, ainda que ocorram sobressaltos civilizacionais, ser marcada por forte imobilismo e uma certa resistência à mudança, pela simples razão, válida em todas as épocas, de que nesses meios sobrepõem-se a quaisquer outros, os aspectos práticos e utilitários de modos de vida em que o trabalho absorve quase todo o quotidiano, em contraste com os meios urbanos, onde são mais diversos os motores da transformação.

Não é por acaso que, entrados numa era de plena difusão dos sistemas mecanizados, assentes na facilidade de utilização de combustíveis fósseis e de expansão de redes eléctricas, as noras, uma das heranças mouriscas mais vulgarmente reconhecidas, continuaram durante muitos anos em pleno funcionamento. Por três razões fundamentais: pela histórica persistência de arcaísmos nos meios mais isolados; por integrarem sistemas agrícolas que incluíam a posse de burros e/ou muars e porque



continuava, de facto, a ser a forma mais acessível e económica de executar a tarefa de extracção de água de grandes poços.

Nos meios rurais e com maior evidência nos lugares de maior isolamento, as subtis marcas históricas, não revelando as evidências ou a monumentalidade (quando preservada) que se encontram nos centros urbanos, podem no entanto revelar-se mais duradouras, apesar de menos óbvias ao observador. Procuramos na paisagem uma nora ou um aqueduto e não nos apercebemos de que a simples organização do pequeno pomar onde pisamos poderá ser também uma herança do mesmo povo que nos trouxe as engenhosas obras hidráulicas.

Os povos islâmicos vieram encontrar neste território uma sociedade muito ruralizada pelos invasores germânicos que se sucederam aos romanos na sua ocupação. Aqueles viviam em pequenos aglomerados, uns resultantes de anteriores explorações agrícolas romanas, outros de povoados já existentes no tempo do domínio romano. Contudo, à ruralização do território não correspondera uma expansão das áreas cultivadas. Pelo contrário, um retraimento demográfico e comercial levou ao abandono de espaços agrícolas, rapidamente reconquistados por matos e floresta, que os seguidores do Corão vieram novamente inverter. O crescimento da pequena alcaria na margem direita do Gilão (e provavelmente na esquerda)<sup>30</sup>, um quilómetro e meio a jusante dos cerros calcários (cerros do Abreu e do Cavaco) abandonados pelos romanos oito séculos antes, e o desenvolvimento do comércio, levam à necessidade

de expansão das terras de cultivo, com a reconquista de espaço à floresta. Com a introdução de novas técnicas de irrigação, de novas espécies cultivadas, nomeadamente cereais (trigo rijo, arroz, sorgo e cevada santa), de horticultura intensiva e pomar extensivo de sequeiro operaram neste território uma autêntica revolução agrícola, conseguindo extrair superiores rendimentos das terras, inclusivamente na Serra, onde os solos de maior fertilidade, localizados nas restritas áreas de aluvião dos fundos de vale viam agora desenvolver-se a horticultura regada, enquanto a difusão de espécies arbóreas conhecia também uma expansão sem precedentes, que viria a deixar marcas duradouras na paisagem rural da região.

Acerca da forma como os islâmicos ocuparam a Serra, para além dos indícios fornecidos pela rica toponímia de raiz árabe e de supostas influências berberes, referidas por autores diversos baseados em analogias ao nível dos tipos de habitação e de organização do espaço habitado, de formas de subsistência e também por indícios toponímicos, carecem ainda de sustentação mais sólida, por trabalho arqueológico com abrangência territorial concelhia. No entanto, a publicação

<sup>28</sup> PAVARI, A. (1947), *Bases Ecológicas de la Selvicultura Europea*, Escuela Esp. Ing. de Montes, Madrid.

<sup>29</sup> RIBEIRO, O. (1983), *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, 2ª ed., FCG, Lisboa.

<sup>30</sup> KHAWLI, A., *apud* MAIA, M. (2003), Muralhas Islâmicas de Tavira, in: *Tavira, Território e Poder*, C.M. Tavira e Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 155-162.

Memórias de heranças islâmicas: pomar de sequeiro e policultura intercalar, em conjugação com pomar e horticultura de regadio, nora de tracção animal e canais de rega (próximo de Eiras Altas)



do Levantamento da Carta Arqueológica de Cachopo<sup>31</sup> veio reforçar as evidências da importante presença de tais povos na Serra e mostrar a urgência do alargamento dos trabalhos a todo o concelho. Dos 112 sítios arqueológicos identificados naquele trabalho, 37 são islâmicos.

Quando o inexorável avanço dos cavaleiros de Santiago, ao serviço do reino de Portugal, venceu a difícil barreira da Serra, não sem que tivessem de recorrer a quem conhecia os seus difíceis caminhos, no caso o mercador Garcia Rodrigues, os objectivos estratégicos prioritários dirigiram-se às cidades portuárias. Uma vez conquistadas as mesmas, estabeleceram o domínio de todo o território, deixando isoladas as pequenas alcarias da Serra que não teriam assim quaisquer hipóteses de resistência.

Quase dois séculos depois da submissão de Tavira ao novo poder começava, agora ao serviço do Rei de Portugal e dos Algarves, a grande epopeia marítima. O papel de grande importância que Tavira veio a assumir no contexto das relações marítimas que se estabeleceram com o exterior trouxe-lhe grande prosperidade, que atingiu no século XVI o seu auge. O crescimento demográfico então ocorrido e a intensificação do comércio marítimo tiveram enorme impacto no espaço rural do seu termo. No Baixo Algarve, as produções agrícolas intensificaram-se para satisfazer a procura dos principais produtos de exportação, entre os quais tinham grande peso o figo, o azeite, a alfarroba e as passas de uva, enquanto a Serra, sem as mesmas potencialidades edáficas e morfológicas, era procurada sobretudo pelos seus importantes recursos florestais, que vieram então a sofrer uma considerável delapidação, devido à procura crescente de madeira para a construção civil e naval, além da recolha de lenha, para consumo de uma cidade que atingia o seu máximo demográfico e para exportação.

A desflorestação assumiu na serra de Tavira, como noutras regiões do reino que viram as suas florestas sacrificadas ao esforço de construção naval da época das descobertas, dimensão de autêntico desastre ambiental a que uma disposição régia de 1562 procurou pôr travão, proibindo mais abates de árvores no concelho, para esse fim. Os solos, já de si pobres, ficaram desprotegidos, expostos aos agentes erosivos, potenciados pela impermeabilidade do substrato existente e pelos elevados declives.

Nos séculos seguintes, as paisagens naturais e rurais do concelho não voltaram a sofrer um impacto daquela dimensão. As transformações pautaram-se por sensíveis avanços ou recuos das áreas cultivadas, em correlação com os ciclos de decadência ou de relativa prosperidade económica e correspondentes acréscimos ou decréscimos demográficos. Foi já nos séculos XIX-XX que a Serra voltou a sofrer intervenções profundas e novamente desastrosas, com a Lei dos Cereais (1899-1918) e, sobretudo, com a Campanha do Trigo (1928-1938) que culminou numa degradação ecológica sem precedentes. No território concelhio de Baixo Algarve, as transformações mais significativas prendem-se com a ocupação dos terrenos mais férteis e de morfologia mais favorável por horto-fruticultura intensiva, nomeadamente pela expansão das áreas de pomar de citrinos e, obviamente, pelo avanço, em grande parte cego, de áreas urbanas sobre antigos terrenos agrícolas.

#### **Paisagens mediterrâneas no termo de Tavira - esboço de síntese**

Na sequência da exploração atrás imaginada, da reflexão até aqui feita e baseado em leituras diversas, trabalho de campo e vivências, esboço agora uma breve síntese de aspectos essenciais (mesmo que em parte diluídos) de uma paisagem de carácter mediterrâneo, produto da natureza e produto da história.

As paisagens naturais, sem que o termo seja sinónimo de virgens, porque na realidade todas sofreram intervenções antrópicas, são constituídas por formações vegetais consideradas estádios intermédios de degradação relativamente a formações climáticas<sup>32</sup>, ou, visto de outra forma, estádios intermédios da progressão para as mesmas. Dito por outras palavras, são reflexo do grau de intervenção humana que sofreram ou do tempo decorrido desde o abandono, que lhes permitiu uma recuperação tendente para a vegetação potencial natural, que contudo nunca será atingida, sobretudo devido às limitações do solo.

Assim, as formações mais degradadas são representadas pela *charneca* (equivalente à *garrigue* mediterrânea), associação arbustiva baixa, de espécies xerófilas, onde se destacam o carrasco, o zambujeiro, a aroeira, a palmeira-anã e, entre as



espécies aromáticas, o tomilho, o rosmaninho e o alecrim; azinheiras e alfarrobeiras germinam aqui espontaneamente, mas, em competição com o mato de crescimento mais rápido vingam com dificuldade. Estas formações atingem máxima expressão em terrenos pedregosos e com afloramentos rochosos dos cerros do Barrocal ou em áreas de antigo pomar de sequeiro abandonado, sobretudo nas freguesias de Santo Estêvão, Santa Catarina, nas colinas a montante de Tavira e próximo da Conceição, no Mato da Ordem.



Alfarrobeira germinada num microsolo em calcário carsificado (Lagoa dos Cavalos)

Constituído por formações vegetais mais desenvolvidas e densas que as anteriores, o **matagal** (equivalente ao **maquis** mediterrâneo) corresponde ao estágio intermédio de degradação das formações clímax de quercíneas (sobreiro, azinheira e carrasco). Estão presentes nestas formações, por vezes impenetráveis, que atingem entre três e cinco metros, o carrasco, o medronheiro, a esteva, a urze, a giesta e a murta; os sobreiros e azinheiras podem estar presentes de forma esparsa. Encontram-se um pouco por toda a Serra, nos locais de topografia mais inacessível, onde a intervenção humana foi menos intensa ou o abandono agro-pastoril mais antigo, com maior expressão nas freguesias de Cachopo e Santa Catarina (Serra). Também conhecidas por **brenhas**, donde a antiga expressão, geralmente depreciativa, *...veio das brenhas da Serra*.

Em alguns locais, principalmente destas mesmas freguesias, relativamente residuais, se tivermos em conta a imensidão da Serra, onde as árvores foram poupadas ou as

características mais favoráveis, sobretudo de humidade e solos, permitiram uma boa recuperação das espécies nativas, as formações atrás referidas surgem como sub-bosque de imponentes povoamentos de sobreiro e/ou azinheira, constituindo preciosas manchas florestais do que podemos designar por **floresta esclerófila mediterrânea**.

A **charneca** atinge, em alguns locais (ex: vertentes calcárias do vale da Asseca), uma densidade e um porte comparáveis à formação de **maquis**. Assim, apesar de esta designação ser imprópria para formações desenvolvidas em solos calcários, o termo português acaba por ser também **matagal** ou, menos comum, **charneca alta**.

Quanto às paisagens rurais, porque também já foram atrás referidas sob diversos aspectos, deixo apenas à reflexão, sem prejuízo de retomar o assunto de forma mais alargada, palavras de diversos estudiosos que de uma ou outra forma se têm debruçado sobre aspectos fulcrais para a compreensão das mesmas.

Acerca dos **pomares de sequeiro com culturas intercalares**:

(...) *na planície e no sopé dos cerros calcários e dos relevos de xisto, amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras cobrem o chão em tal quantidade que, vistas de um ponto alto, parecem antes uma mata espontânea e densa do que uma cultura onde o homem intercala o cereal, as favas e as ervilhas.* Orlando Ribeiro, 1991<sup>33</sup>.

Acerca da **trilogia mediterrânea**, pão, vinho e azeite, transversal a culturas e civilizações, com significados que ultrapassam a mera dimensão alimentar:

*O trigo, a oliveira e a vinha constituíram a tríade prestigiosa, produto da ecologia, da sociologia e da religião, ao ponto de o pão, o vinho e o azeite entrarem nas principais cerimónias da liturgia cristã.* Manuel Gomes Guerreiro, 1991<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> MAIA, M. G. P. (2000) *Levantamento da Carta Arqueológica de Cachopo*, Campo Arqueológico de Tavira.

<sup>32</sup> Clímax (formação climática) - etapa de uma sucessão ecológica correspondente ao máximo desenvolvimento potencial de uma comunidade vegetal.

<sup>33</sup> RIBEIRO, O. (1991) *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

<sup>34</sup> GUERREIRO, M. G. (1991), *O Mundo Mediterrâneo Sua Diversidade e Seu Futuro*, Correio da Natureza, n<sup>o</sup> 11, SNPRCN, Lisboa, pp. 20-28.



Vinha e oliveiras. Com o trigo completa-se a trilogia mediterrânea (Fonte do Bispo)



Hortas na planície aluvial da ribeira de Tira Baixo (Monte de Ribeirinha)



Expansão de pomares de citrinos em terrenos de antigo pomar de sequeiro, no barrocal (Poço do Álamo, Pero Gil)

#### Acerca da **vocação agro-silvopastoril da Serra:**

*A norte destes campos ricos da Orla estendia-se o “sertão” serrano, com algumas sementeiras de trigo, cevada e centeio, muitas colmeias e importante criação de vacas, cabras e porcos (...)* Carminda Cavaco, 1976<sup>35</sup> [referindo-se à descrição de Frei João de S. José, 1577 (n. 3)]

#### Acerca da importância das **hortas** familiares:

*A “horta” do barrocal e o “hortejo” da serra são cavados todos os anos, sempre com o máximo cuidado, na extinção de ervas e grama. (...) Depois da cava, ali por Março, “arma-se” a horta, isto é, fazem-se tableiros e leiras com os seus camalhões e a requeira por onde correrá a água das regas. Em Abril, a horta é semeada de milho, feijão e batata. [sic] Estanco Louro, 1929<sup>36</sup>.*

Acerca da **transformação dos sistemas agrários**, nas áreas de maior potencial produtivo:

*Fazem principal objecto do comércio desta freguesia os produtos da sua agricultura: o figo, a alfarroba, a amêndoa, o azeite e o vinho. (...) os possuidores de terras verdes teem-se esmerado na selecção dos frutos das hortas e teem concorrido vantajosamente aos mercados de Lisboa, do baixo Alentejo e de todo o Algarve. [sic] Ataíde Oliveira, 1913<sup>37</sup>.*

#### **Preservação de paisagens rurais históricas — sustentabilidade ou utopia?**

##### **Valor cultural e ambiental**

Não nos restam hoje dúvidas acerca da aceitação generalizada da necessidade de protecção e valorização do património cultural e natural. A legislação e os instrumentos de ordenamento criados definem com clareza os objectos e espaços a que devem aplicar-se as respectivas medidas. No entanto, existem fora desse âmbito uma série de valores que, não gozando de qualquer estatuto específico de protecção, não deixam de ter a maior importância. Entre eles estão as paisagens rurais históricas. Conceito um tanto ou quanto difuso, na medida em que permite alguma subjectividade de interpretação, mas que simplificada podemos traduzir em toda a paisagem rural cuja especificidade traduz uma originalidade e um carácter distintivo próprio de uma determinada região natural e da sua humanização histórica, chegando mesmo a ser assimilada como imagem dessa mesma



região. São exemplos, o montado alentejano ou o pomar de sequeiro do barrocal algarvio, estereotipado, na vigência do Estado Novo, no postal ilustrado das amendoeiras em flor, que traduzia para o exterior a imagem da região.

São paisagens resultantes de formas ancestrais de utilização do território; incorporam o saber acumulado de muitas gerações e traduzem uma situação de equilíbrio entre as formas de uso do solo e as características ecológicas do meio. Precisamente por isso, apesar das vicissitudes da história, chegaram sabiamente ao tempo presente. Além do seu inegável valor cultural, a sua continuidade garante a permanência da fertilidade do solo, a conservação da biodiversidade silvestre, o povoamento equilibrado dos espaços rurais e uma eficaz protecção aos incêndios.

Uma das características fundamentais destas paisagens é a zonagem, ou seja, ...*a definição de grandes áreas com possibilidades biológicas diferentes*. (TELES, 1992). No concelho de Tavira, como na maior parte do território do Algarve, a zonagem está bem definida entre as três sub-regiões “naturais”, existindo contudo, interpenetrações diversas entre as mesmas, o que demonstra curiosas sobreposições culturais a determinismos físicos. O melhor exemplo é o “decalque” na Serra, dos mesmos campos do pomar de sequeiro com culturas anuais, tradicionalmente mais associados ao Baixo Algarve. Em muitos desses campos, as semelhanças são tantas que quase só se distinguem pela cor dos solos e pelas pedras dos valados, cinzentos de calcário ou castanho-ferrosos de xisto. O sucesso do modelo, sem rupturas de equilíbrio, não desmente, antes confirma, a vocação agro-silvopastoril da Serra, pois o imenso espaço disponível permite a convivência das três componentes, de acordo com a avaliação local das aptidões edafo-morfológicas.

Outra característica é a compartimentação dos campos de cultura, tradicionalmente constituída por muros de pedra solta (valados), sebes arbustivas (ex: piteiras ou figueiras da Índia), árvores ou vegetação ripícola, nas margens das linhas de água. Assumem um papel fundamental na protecção à fauna e flora naturais, no abrigo ao vento, no retardamento da progressão de fogos e na prevenção da erosão dos solos, particularmente importante quando existem declives significativos, funcionando como barreiras de retenção de solos na ocorrência de fortes precipitações.



Campos compartimentados de pomar de sequeiro tradicional (Sítio do Prego)

### Dificuldades e perspectivas

A evolução dos sistemas agrários e a adequação dos objectivos de produção aos modelos de crescimento económico prevalentes à escala global vieram ameaçar de morte as paisagens rurais tradicionais. No caso específico dos sistemas do Barrocal e da Serra, o envelhecimento e declínio demográfico, a carestia de mão-de-obra, a desvalorização das produções e a desadequação da estrutura fundiária, demasiado fragmentada, levam ao seu abandono e conseqüente invasão pelo mato. No extremo oposto ao abandono está outra ruptura de equilíbrio, o esgotamento dos sistemas por utilizações desadequadas às características dos solos e à morfologia, como sucedido em vastas extensões da Serra aquando das referidas Lei dos Cereais e Campanha do Trigo.

Deste modo, se a ideia do valor destas paisagens é pacificamente reconhecida, já a prática da sua preservação, tal como as conhecemos, afigura-se complexa, desde logo porque o espaço rural tem para os seus múltiplos proprietários e para a sociedade em geral, acima de tudo uma função produtiva, quer seja com finalidade lucrativa, quer de mera

<sup>35</sup> CAVACO, C. (1976) *O Algarve Oriental, as Vilas, o Campo e o Mar*, Vol. 1, Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro.

<sup>36</sup> LOURO, E. (1986), *O Livro de Alportel*, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel. [Ed. original, 1929].

<sup>37</sup> OLIVEIRA, A. (1991), *Monografia da Luz de Tavira*, Algarve em Foco Editora, Faro. [Ed. original, 1913].

subsistência familiar. Assim, se é compreensível, embora não necessariamente pacífica, a prática de critérios de preservação e valorização por proprietários de imóveis urbanos com estatuto de património histórico, o mesmo não se aplica facilmente a proprietários rurais. Pode dizer-se a um proprietário que o abate de determinadas espécies, tais como o sobreiro ou a azinheira, terá consequências legais devido ao estatuto especial de protecção que a lei lhes confere, mas não resultará dizer-lhe que tem de preservar a paisagem tal como a herdou dos antepassados, se tal não representar qualquer vantagem económica. Da mesma forma, as estratégias de preservação de identidade cultural não podem deixar confundir-se com apologias de imobilismo ou transformação de parte do mundo rural em museu vivo com figurantes arcaicos para turista ver, assim como o reconhecimento do equilíbrio de um sistema não deve obrigar ao imobilismo das técnicas.

Mas, porque a história não pára, as desvantagens de hoje podem ser vantagens de amanhã. No complexo mundo actual, as crises internacionais que recorrentemente vêm abalar as estruturas estabelecidas mostram-nos como os paradigmas de crescimento/desenvolvimento podem alterar-se, precipitando o repensar de estratégias e revalorizando valores regionais endógenos que, num ajuste de escalas de relações podem vir a recuperar a vitalidade perdida.

Se consideramos louvável que, com a mesma facilidade consumamos bens alimentares frescos vindos das antípodas de avião e coloquemos no Norte da Europa morangos algarvios de primeira categoria produzidos com técnicas avançadas de hidroponia, também há que reconhecer o perfeito contra-senso que tal sistema representa em termos ambientais. Por quanto mais tempo será sustentável a gigantesca pegada ecológica<sup>38</sup> do mundo desenvolvido? Estará muito distante da actualidade uma previsível crise global sem precedentes, eventualmente a definitiva crise do petróleo<sup>39</sup>, que forçará mudanças drásticas de modos de vida à escala global, aos quais responderão melhor os que estiverem melhor preparados?

São cenários, para uns previsíveis para outros catastrofistas, de um futuro onde o retorno à prevalência do local sobre o global e por inerência a “reinvenção” da “pequena agricultura” seriam realidades a enfrentar. Sem avançar tanto e abordando

um futuro que é já hoje, são crescentes as vozes<sup>40</sup>, e em algumas sociedades as práticas, defendendo o retorno ao trabalho da terra, encarado numa nova perspectiva de pluriactividade, de agricultura a tempo parcial, e de esbatimento de fronteiras entre o rural e o urbano. A caminhada para o conceito de *Paisagem Global*<sup>41</sup>.

Paradoxalmente assistimos já hoje, em certa medida, ao desejo de trabalhar a terra por gente estranha ao meio rural (hortas familiares e/ou comunitárias nas periferias de grandes centros urbanos, recuperação de velhos logradouros, apropriação popular de espaços suburbanos devolutos...), enquanto grandes espaços rurais de vocação agrícola continuam em processos de envelhecimento, despovoamento e abandono.

Arranque-se então o leteiro “vende-se” da pequena parcela de terreno herdada dos antepassados, onde se distinguem ainda, por entre o mato, encostados ao valado semi-derrubado, velhos cepos de parreira, o pequeno poço encoberto pelas silvas e um conjunto de árvores dispersas. Limpe-se o mato, desobstrua-se o poço, cuide-se das árvores, lavre-se e lance-se à terra a fava, o grão-de-bico, o griséu!...

<sup>38</sup> Criada por William Rees e Mathis Wackernagel (...) a Pegada Ecológica permite calcular a área de terreno produtivo necessária para sustentar o nosso estilo de vida. (...) Somando as várias pegadas parcelares obtemos um valor global que representa uma área produtiva capaz de repor, pelo menos em teoria, o capital natural por nós consumido. Esta área pode ser comparada com o espaço efectivamente existente (chamado “biocapacidade”), concluindo-se assim da sustentabilidade do sistema. (...) a Pegada Ecológica média é de 2,8 ha [0,8 ha acima do que deveria ser matematicamente] (...) Mas a Pegada Ecológica portuguesa é superior à média, atingindo os 5,1 ha. Fonte: Escola Superior de Biotecnologia - Universidade Católica Portuguesa - www.esb.ucp.pt

<sup>39</sup> As publicações de análise da situação mundial actual e perspectivas de sustentabilidade futuras são muito diversificadas, entre mais ou menos científicas, cépticas, catastrofistas, optimistas, analíticas, tecnicistas, místicas... Eis alguns exemplos: MARQUES, V. S. (1998) *O Futuro Frágil*, Europa América, Lisboa; KUNSTLER, J. H. (2006) *O Fim do Petróleo, o Grande Desafio do Século XXI*, Bizâncio, Lisboa; REEVES, H. (2006) *A Agonia da Terra*, Gradiva, Lisboa; RODRIGUES, J. (s/d) *Sociedade e Território, Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado*, Profedições, Porto.

<sup>40</sup> Em Portugal, o Arq. Gonçalo Ribeiro Teles é um dos mais reconhecidos defensores destas novas perspectivas sobre o mundo rural.

<sup>41</sup> TELES, G.R. (1994), Paisagem Global, in: ABREU M.C. de (Coord.), *Paisagem*, DGOTDU, Lisboa.



# Tavira nos tempos de al-Ândalus: a dinâmica cidade-campo

Ahmed Tahiri, historiador \*

## Introdução

O contexto territorial de Tavira sofreu constantes mudanças durante o período *andalusi*<sup>1</sup>. No começo, foi integrada na *cora* (*qūra*) de Ukšunuba<sup>2</sup> (Ossonoba) como zona rural. Mais tarde, adquiriu o estatuto de alcaria (aldeia) do *iqḷīm* (distrito) almorávida de al-Fugar, dependente de Mértola, atingindo, por um curto espaço de tempo, a capitalidade de um estado local. Em finais do século XII, foi-lhe concedido o estatuto de capital regional de uma *wilāya* almóada, abrangendo, na sua jurisdição, os territórios de Loulé e de Santa Maria (Faro).

A permanente evolução sofrida pelas estruturas agrícolas, pelas formas de produção agrícola e pelos sistemas impositivos que configuravam a dinâmica cidade-campo tornam imprudente a opção do rótulo “esquema de sociedade tributária” (Guichard, 1990: 19-24), uma classificação largamente adoptada pela medievalística actual. A nossa posição, no entanto, é a de diferenciar, na evolução histórica do Gharb al-Ândalus, três fases principais: a primeira enquadra-se dentro de um modelo de sociedade tribal estruturada sobre relações de vassalagem (*al-walā*); a segunda inscreve-se dentro das normas de um singular sistema comercial artesão a que designamos “investimento contratual” (*al-tathmīr al-ta’āqudī*); o terceiro coincide com os critérios de uma sociedade tributária.

Não é fácil analisar, num contexto histórico tão complexo, as relações entre um mundo rural em plena mudança e um centro urbano em constante evolução. As fontes utilizadas no estudo da Tavira islâmica pelos primeiros arabistas portugueses (Domingues, 2004: 342-43; Lopes, 1968: 133) continuam a ser, até à data, a principal base documental utilizada em trabalhos de interpretação histórica e arqueológica. Como é de esperar,

<sup>1</sup> Optámos pelo neologismo *andalusi(s)* por estar morfológicamente mais perto da raiz (al-) *Ândalus*, da qual deriva, e para evitar confusões com o adjectivo e nome *andaluz*, que reservamos para tudo o relacionado com a actual Andaluzia, ou com os seus habitantes (N. do T.).

<sup>2</sup> Na tradução portuguesa mantemos a transcrição de topónimos e antropónimos árabes utilizada pelo autor, que opta, também no original em espanhol, pela pura adaptação alfabética, sem atender à forma imposta pela tradição (N. do T.).

## Tavira in al-Andalus times: the city-country dynamics

Since Algarve became a part of the *Dār al-Islam*, in 711, until the founding of the Tavira settlement, around 1116, the rural lifestyle predominated throughout the district. Over time, research on this subject has revealed the changes that took place in the region during the first four centuries of its history, in terms of agrarian structures, different ways of putting natural resources to use and agricultural exploration techniques. There were, also, a certain number of variations that influenced the city-country dynamics within Algarve’s various political and territorial contexts. In fact, remarkable advances were achieved in the fields of agriculture, stock-breeding and arboriculture during the 10th and 11th centuries, thanks to scientific breakthroughs and especially to the watering systems developed in the Tavira kitchen gardens, traces of which still remain today. By comparing textual, toponymic and archaeological data, we have been able to carry out, for the first time, a historical reconstruction of the Tavira rural milieu in al-Andalus times. Our findings, besides allowing us to reconsider certain notions on the persistence of a tributary system – widely divulged in academic circles – have also revealed certain elements of a rural life connected to a system of ‘contractual investment’ which has yet to be more thoroughly detailed.

\* Catedrático de História Medieval e presidente da Fundação al-Idrisi Hispano-Marroquina

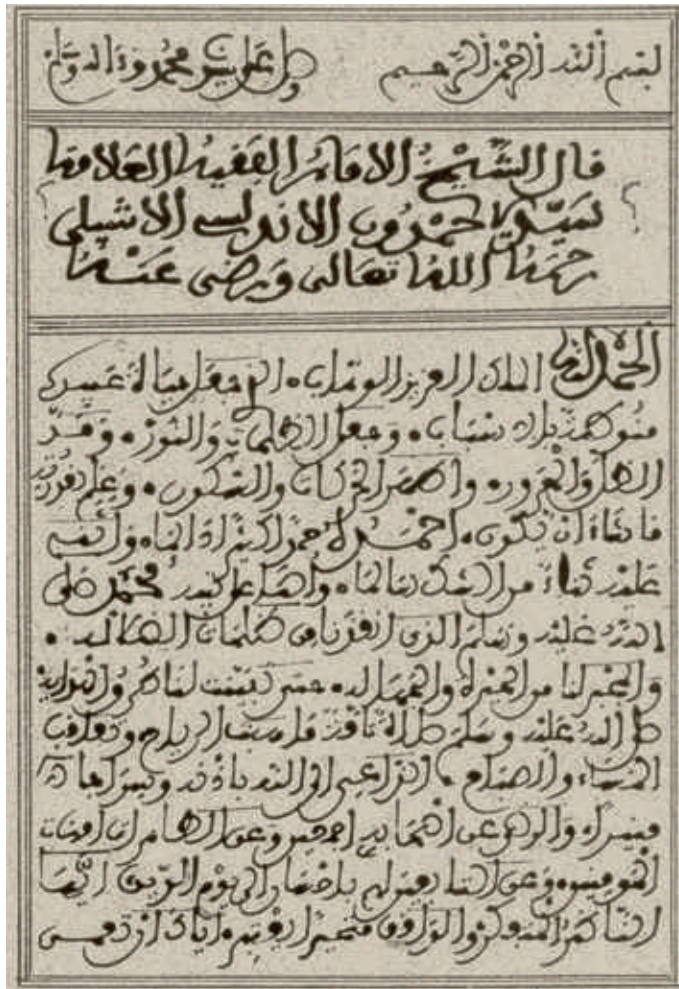


Fig.1 Primeira página do manuscrito da obra de agronomia andalusí de Al-Tignari (n.º D1579), na Biblioteca Nacional de Rabat - Marrocos

as escassas referências documentais em que se faz menção a Tavira não nos permitem seguir novas abordagens. É por isso que, neste trabalho, optámos pela mesma metodologia que já usámos em casos similares, a que denominámos “arqueologia textual extensiva”. (fig.1) (fig.2)

Para além das fontes cronísticas e geográficas consultadas

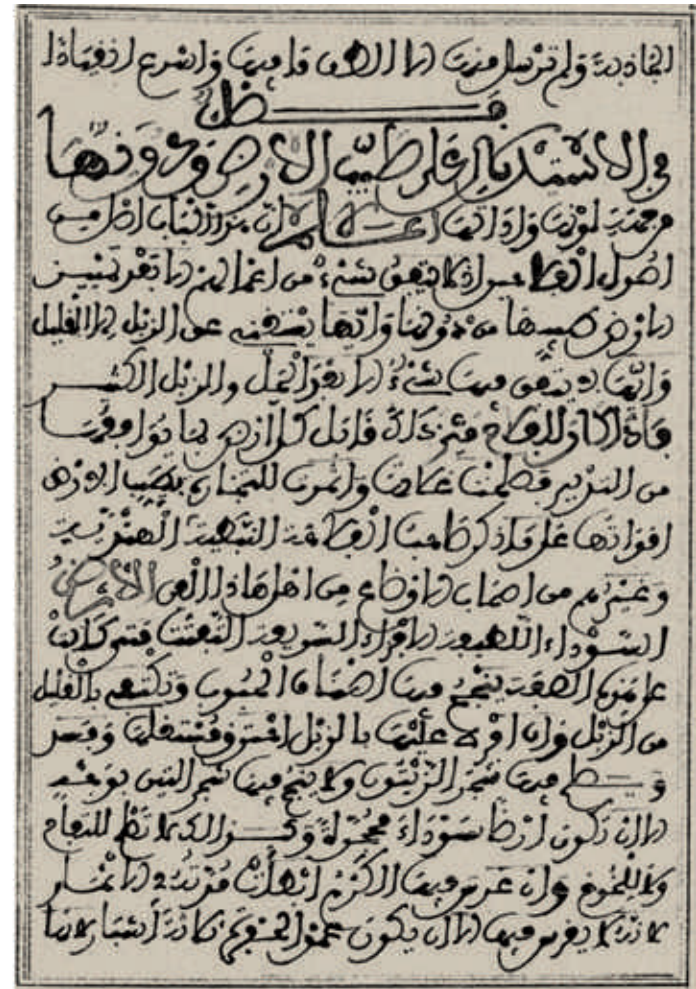


Fig.2 Página 78 do manuscrito onde Al-Tignari refere a qualidade da terra para agricultura

tradicionalmente, foram utilizadas obras de agricultura e botânica, bem como calendários. Também foram de grande proveito os despachos, pareceres e decisões judiciais e as actas notariais, assim como hagiografias, genealogias e enciclopédias linguísticas. Os dados obtidos foram contrastados, sempre que possível, com as evidências arqueológicas e toponímicas.



## 1. Fundamentos da situação jurídica das terras do Algarve

Já assinalámos em trabalhos anteriores que o Gharb al-Ândalus foi incorporado no *Dār al-Islam* mediante pactos de paz e concórdia outorgados aos seus habitantes por Tāriq ibn Ziyād logo após os primeiros momentos da conquista da Península Ibérica, no ano 711 (Tahiri, 2002: 158-59). Graças a uma singular citação do cronista al-Rāzī, sabemos que, à medida que o corpo principal do exército de Tāriq avançava em direcção a Écija, “este desviou-se para Sevilha, onde os seus habitantes pactuaram com ele a paz e a concórdia, submetendo-se ao pagamento da capitação (*ʿizya*)” (al-Maqqari, I, 1968: 260; Ibn al-Kardabus, 1971: 140).

São significativos os dados relacionados com a concessão, por parte de Tāriq, de “mil quintas no Gharb al-Ândalus” (al-Maqqari, 1968: 266; Ibn al-Qutiya, 1982: 35) a favor de um dos filhos do último rei visigodo, Vitiza. Não faltam indícios que revelam o valor dos actos de concessão de domínios a grandes proprietários, formalizados por Tāriq graças aos acordos denominados na terminologia jurídica daquela época “*al-ʿahd* [pl. *al-ʿuhūd*] (compromisso)” (al-Maqqari, 1968: 266). Seria, pois, conveniente rectificar a ideia, muito difundida, segundo a qual “a campanha de Tāriq não tem nada a ver com a Lusitânia” (Domingues, 1997: 52).

No nosso entender, foi nesse momento que as primeiras linhagens de berberes assentaram pacificamente na Lusitânia com o consentimento da antiga nobreza visigoda, configurando o quadro inicial da futura paisagem rural do Algarve. É assinalável o papel desempenhado pelos berberes *sanhaʿya*, que dominaram o meio rural que circundava a desaparecida cidade de Balsa, localizada nas imediações da Tavira actual (Tahiri, 2009a: 23-24). Já examinámos, noutra ocasião, a influência exercida nesta zona por uma nobre família berbere que contribuiu para a constituição do denominado “feudo dos *Banū Darrāʿy*” (Domingues, 1997: 94), situado no sotavento algarvio.

Contrariamente ao que tem sido divulgado pelos estudiosos, a segunda campanha comandada por Musā b. Nusayr no Gharb al-Ândalus orientou-se, sobretudo, para a expropriação dos autóctones e a rectificação dos acordos de paz e concórdia

já assinados pelo próprio Tāriq. Em vez de respeitar os compromissos conforme as disposições vigentes — seguindo as normas do direito muçulmano —, Musā preferiu optar pela força das armas. Esta repentina mudança na política de propriedade da terra foi devidamente descrita por al-Razi nos seguintes termos: “quando os muçulmanos conquistaram a terra de al-Ândalus, o forte tomou dela segundo a sua força e o fraco segundo a sua fraqueza, de modo que não foi repartida conforme o direito” (al-Zuhri, s/d: 100). É por esse motivo que vários juristas andalusis, nos séculos seguintes, denunciaram o sucedido e foram omissos em relação à forma como “se cometeu a arbitrariedade de cada mão ficar com o que tinha tomado” (Ibn Hazm, III: 75).

É preciso assinalar que os pactos subscritos por Tāriq foram praticamente revogados após a chegada de Musā. O próprio Tāriq foi severamente castigado, humilhado e destituído das suas funções, com a insolente intenção de lhe arrebataram os méritos. Perante esta situação, para a família real visigoda poder conservar as suas propriedades no Gharb al-Ândalus, não havia outra saída a não ser acudir à jurisdição califal, passando por cima de todas as autoridades intermédias. As fontes árabes registam a recepção em Damasco de Alamundo, filho do último rei visigodo, pelo califa omíada al-Walīd b. ʿAbd al-Malik, “o qual ratificou, mediante uma escritura (*al-siyill*) devidamente assinada, o pacto que Tāriq lhes tinha outorgado, a ele e à sua família, em relação às quintas herdadas do seu pai” (al-Maqqari, I: 266), o rei Vitiza.

Com efeito, podemos, sem reservas, descrever a chegada de Musā a al-Ândalus como a de um “cavaleiro sem campo de batalha” (Tahiri, 2004: 17), uma vez que a empresa política e militar da conquista da Península já tinha sido efectuada por Tāriq, derrotando o exército visigodo na batalha de Guadalete, aniquilando a resistência no fortim defensivo de Écija e tomando vitoriosamente a cidade de Toledo. Quando Musā chega ao Gharb al-Ândalus, apenas lhe resta a possibilidade de provocar obstinação e confrontos, como aconteceu com a sua impopular política em relação aos grandes proprietários e a sua rejeição dos pactos outorgados por Tāriq à população autóctone.

Por conseguinte, era de prever que, durante a segunda

campanha, Musā se tivesse deparado com uma feroz resistência em Mérida, capital da Lusitânia, e com uma firme sublevação em Sevilha, capital da Bética, que teve de ser reconquistada uma segunda vez após “um assédio de vários meses” (Ibn Idari, II: 14). Os cronistas oficiais podiam, a partir daquela altura, tomar nota e atribuir, erroneamente, a conquista do Gharb al-Ândalus a Musā, silenciando, assim, a magna obra de Tāriq. Perante esta distorção premeditada dos factos históricos, é frequente a historiografia contemporânea considerar que a conquista da Lusitânia pelos muçulmanos “permanece um problema que ainda não foi tratado convenientemente” (Domingues, 1997: 51).

Foi sob o mandato de Musā e do seu filho ‘Abd al-Azīz que se fixaram os primeiros núcleos de povoação árabe nas localidades de Niebla, Beja e Ukšunuba (Tahiri, 2007: 158), estruturando o seu poder no Gharb al-Ândalus através de relações de vassalagem (*al-walā*) tecidas com as linhagens árabes e berberes da região de Sevilha, considerada, naquele momento, a capital de al-Ândalus. Visto serem os primeiros grupos étnicos a assentar na zona, foram chamados, tanto “os árabes como os berberes, de *al-baladiyyūn*” (Ibn Hazm, III: 175; Ibn al-Jatib, 1347 h: 16-17), isto é, “os nativos de al-Ândalus”.

De acordo com um historiador de Silves, todos os territórios conquistados por Musā foram repartidos sob a forma de concessões feudais entre os contingentes do seu exército (Ibn Muzain, 1957: 203-205). Cabe assinalar que a então denominada “Ujšunuba Maria” (al-Maqdasi, 1967: 224) surgia como o único núcleo urbano do Algarve oriental em actividade durante os primeiros momentos da conquista. Foi em seu redor que se começaram a regularizar as relações impositivas e de vassalagem entre o mundo rural e os governantes sediados em Sevilha.

A concessão, em 742, de direitos sobre as terras do Algarve a um novo contingente tribal árabe proveniente do Egipto causou grande impacto no meio rural (Ibn al-Abbar, I: 1961). Tratava-se, segundo explicam as fontes cronísticas, de um tipo especial de concessão feudal, denominada, no léxico especializado da época, como o “*al-Inzāl* que aqueles receberam sobre as terras e gados que possuíam os nativos não árabes” (Ibn Idari, II: 33). Estas concessões afectaram “um terço

dos bens dos cristãos comprometidos (*ahl al-dimma*), e fixou-se como sustento (*tu'ma*)” (Ibn al-Khatib, I, 1973: 103) a favor dos novos privilegiados.

Era habitual, no contexto social e político da época, transferir uma parte da produção agrícola, pecuária e artesã do meio rural para os centros de poder, sob as formas de capitação (*ʿizya*) e sustento feudal (*tu'ma*). Existiam, também, outros tipos de tributos, impostos a favor da elite tribal estabelecida nas aldeias, na localidade de Ukšunuba ou em Córdova. Ao mesmo tempo, começavam já a brotar, sobre a paisagem rural, os primeiros efeitos das novas técnicas e produtos agrícolas vindos do Oriente (al-Maqqari, I: 200 e 466-68; al-Khušani: 17).

## 2. O meio rural e as relações de vassalagem: época emiral (755-928)

Devido ao facto de dispor de capacidade para controlar os territórios rurais, e em conformidade com as relações de vassalagem estipuladas pelo sistema político e impositivo estabelecido em Córdova, foi concedido ao Algarve o estatuto territorial de “*cora* submetida a um exército (*al-kuwar al-muʿannada*)” (Ibn Hayyan, 1965: 57; Ibn Idari, II: 244; al-Maqqari, I: 158). Tratava-se de adaptar esta região, juntamente com mais outras cinco, à primeira ordenação territorial instaurada em al-Ândalus. Em 742 foi-lhe concedido o título administrativo de “*kūrat Ukšunuba*” (Ibn al-Abbar, I, 1963: 61).

É oportuno lembrar que, na sua maioria, as linhagens tribais estabelecidas no Algarve eram compostas por “árabes do Iémen” (al-Idrisi, 1975: 543; al-Himyari: 342), herdeiros de uma tradição milenar no que diz respeito aos sistemas de rega das planícies e ao acondicionamento dos socalcos destinados às culturas em zonas altas. O seu contributo para a agricultura andalusi foi registado nos tratados geopónicos que aludem aos “árabes da antiguidade (*al-ʿarab al-quḍāmā*)” (al-Tignari, ms. 1260 D: f. 115a). A sabedoria e a experiência agrícola árabes, juntamente com as de outras civilizações antigas, são consideradas os alicerces da impressionante evolução agrícola do al-Ândalus.

A iniciativa mais relevante em relação à organização territorial do Algarve teve lugar — é obrigatório reconhecê-lo — sob o mandato do emir ‘Abd al-Rahmān II (821-852), mais



precisamente após a incursão viking no Guadiana, em 844. A partir de então, foram lançados os fundamentos de uma nova ordenação territorial do meio rural à volta da localidade de Ukšunuba, reconvertida em capital regional (*qā'ida al-kūra*). Foi nessa altura que se iniciou a delimitação dos distritos (*aqālim*, *sing. iqlīm*) em redor das principais povoações da cora “*al-qurā al-ġāmi'a*” (Yaqt, I: 26, 249).

Em paralelo, produziram-se avanços de igual importância relativamente à ordenação urbana. Referimo-nos ao início “pelo emir ‘Abd al-Rahmān II da construção das mesquitas *alĵamas* das *coras* de al-Āndalus” (Ibn Hayyan, 1999: 142a), à volta das quais foram-se organizando freguesias (*hārāt*), bairros (*huwam*) e arrabaldes (*arbādh*). Segundo as regulamentações urbanísticas da época, considerava-se “povoação rural todo o povoamento que não possua mesquita e banhos, mesmo que seja muito numerosa de habitantes” (al-Bakri: 123). Assim, e de acordo com as observações deste historiador de Huelva, eram, precisamente, “*a alĵama* e os banhos que faziam com que uma povoação fosse considerada urbana” (al-Bakri: 123) e, dessa forma, fosse concedida aos seus moradores a condição de habitantes civilizados.

Não se tratava apenas de realizar simples obras de reabilitação no antigo centro urbano de Ukšunuba, herdado da Antiguidade, mas de levar a cabo, paralelamente, a mudança do sistema de ordenação do território. Ao mesmo tempo que se executava o desmantelamento das estruturas tribais, aniquilando as relações de vassalagem, começaram a entrar em funcionamento, a nível regional, novos instrumentos de governação dependentes das estruturas estatais centralizadas pelo emirado omíada em Córdoba, isto é, os poderes administrativos (*al-tarsīl*), legislativos (*al-fatwā*) e judiciais (*al-qadā*). A partir desse momento, é possível constatar a evolução e a interacção entre dois mundos paralelos: o urbano, em expansão, e o rural, em plena mudança.

Uma vez transferidas as relações de vassalagem para linhagens árabes, sem se ter produzido anteriormente uma consolidação suficiente das estruturas estatais dependentes de Córdoba, os habitantes do Algarve optaram, no final da época emiral, por se organizar como estado independente. A população rural, na sua maioria autóctone, viu no

enfraquecimento do poder central a oportunidade de se emancipar das desagradáveis obrigações tributárias, cujo usufruto era encaminhado para os centros de poder omíada. Uma nova ordem, que regulava a relação cidade-campo, foi instaurada por uma emergente nobreza local chefiada por uma ilustre família de *muladis* (*al-muwalladū*, conversos), os Banū Zadlaf, que souberam erguer um senhorio local à volta da cidade de Santa Maria.

Uma nova era, caracterizada por conflitos entre regiões, etnias e classes sociais assolou a Península. O senhorio dos Banū Zadlaf ver-se-ia obrigado a fortificar-se atrás de sólidas muralhas e portões de ferro (Ibn Hayyan, 1937: 15-16). Mais tarde, os novos senhores foram forçados, por razões defensivas, a mudar a capital para a “cidade de Silves, situada no centro da *cora*” (Ibn Hayyan, 1937: 16). Foi durante essa mesma época que outra família de conversos, os Banū Marwān, se apoderou da alcaria então designada “Qastalla Marwān” (Ibn Abd al-Malik, IV: 178), à volta da qual se ordenavam as dependências rurais da desaparecida cidade de Balsa, no sotavento algarvio (Tahiri, 2009a: 20-28).

Lembremos as nefastas consequências da situação que culminou, em finais do século IX, com o caos do sistema emiral, cujo poder já não conseguia ultrapassar as muralhas de Córdoba (Tahiri, 1989: 22). Os Banū Zadlaf viram-se obrigados a empenhar-se com brio na tarefa de fortificar os centros que acolhiam a sua cavalaria e os seus órgãos de poder (Ibn Idari, II: 137). Como acontecera com outras regiões de al-Āndalus, os fortins e castelos voltaram a desempenhar um papel fundamental na ordenação do território. Mesmo a cidade de Santa Maria teve de se converter num assentamento fortificado (*hisn*) (Ibn Hayyan, 1937:15).

### 3. Um meio rural aberto ao mundo: época califal

Foram impressionantes as transformações que revolucionaram as estruturas agrícolas, as formas de propriedade e posse da terra e os aspectos da vida rural (Tahiri, 1989: 59-79) após a reintegração efectiva do senhorio dos Banū Zadlaf no sistema califal central de Córdoba, em 929 (Ibn Hayyan, 1979: 248; Ibn Idari, II: 200). As relações tributárias e de vassalagem não demoraram a desaparecer, sendo substituídas

por um novo modo de exploração agrícola — a que designámos “investimento contratual” (*al-tathmīr al-ta’āqudī*) —, mediante o qual se tentavam valorizar os terrenos, as plantações, as hortas e o gado através de um leque de contratos devidamente assinados perante uma autoridade notarial entre, por um lado, os proprietários e, por outro, os agricultores (*al-muzārī’īn*), os plantadores (*al-muḡārisīn*), os horticultores (*al-ḡannānīn*) e os pastores (*al-ru’at*).

A maior parte da actividade agropecuária realizava-se sob o enquadramento de cinco modelos diferentes de contratos, escrupulosamente adaptados à actividade rural no seu conjunto: contrato de plantio com doação de uma parte do terreno (*al-muḡārasa*); parceria (*al-muzāra’a*); contrato de regadio (*al-musāqāt*); contrato de tarefeiro ou trabalho braçal (*al-muḡā’ala*); e, por último, contrato de assalariado (*al-mu’āyāra*) (Tahiri, 2001: 127-37). Se exceptuarmos o compromisso voluntariamente estipulado nos contratos de produção, os agricultores exerciam livremente o seu trabalho mediante este sistema contratual, sem estarem sujeitos a nenhuma obrigação de tipo feudal.

Em contrapartida, todos os produtos agrícolas e pecuários viram-se submetidos a uma estrita avaliação quantitativa, levada a cabo por agentes devidamente acreditados pela autoridade jurídica que realizavam, *in situ*, a taxação “*al-jars*” (Ibn Abdun, 1934: 196) de cada colheita. Existem diversos registos onde se documenta que “o trigo se taxava na mesma eira em que era trilhado” (Arib: 66). Do mesmo modo, “a oliveira era taxada” (Ibn Abdun: 196) na altura da safra do olival. Outros agentes, responsáveis pelo “seguimento e acerto das contas (*al-ta’aqub wa-l-muhāsaba*)” (Ibn Bassam, I/I: 51), intervinham caso fosse incumprida a regulamentação em vigor. Tudo isto tinha por objectivo garantir a percepção do tributo (*al-ḡibāyāt*) e a arrecadação dos impostos (*al-maḡārim*) estabelecidos pelos organismos políticos, jurídicos e fiscais do Estado (Tahiri, 1989: 79-88).

Cabe também assinalar que as tropas tribais e as ordens de cavalaria que operavam a nível local ou distrital foram sendo desmanteladas pouco a pouco. Ao mesmo tempo, por ordem do califado, foram derrubados todos os fortins, castelos e fortalezas que, até então, tinham controlado o mundo

rural (Tahiri, 1989: 58-63). Sobre as ruínas do antigo regime ergueram-se os alicerces de uma nova ordem baseada na separação entre o poder defensivo, da responsabilidade de um exército de militares assalariados (*ḡund al-hadra*), e a autoridade administrativa, estruturada à volta de um complexo sistema de vizirados (*al-jitat*). Uma fulgurante era de estabilidade política, abertura diplomática e justiça social tornou-se possível graças à instauração de um novo sistema baseado na separação do âmbito de actuação dos três poderes: o executivo, o legislativo e o judicial. Consideramos que se trata de uma experiência histórica sem precedentes na Idade Média, um feito posto à prova em al-Āndalus sete séculos e meio antes da revolução francesa (Tahiri, 2000).

O impacto destas transformações foi decisivo para o estabelecimento de novos equilíbrios entre a vida urbana e o meio rural. Nesse sentido, teve um papel crucial a intensificação das comunicações terrestres, fluviais e marítimas que ligaram os cantos mais afastados do Algarve (Tahiri, 2009b: 80-82 e 108-110) a Córdova, “onde se entrecruzavam as vias de comunicação procedentes dos quatro pontos cardiais, juntando-se nela todos os tipos de produtos e víveres (Ibn Hayyan, 1965: 65). Quem viajar por al-Āndalus, “em qualquer percurso que escolher, encontra sempre, seja no alto da montanha ou no fundo do vale, seja no ermo inóspito ou na floresta, hospedarias onde se vende pão, frutas, queijos, carne, peixe e tudo o mais que for necessário” (al-Maqqari, I: 226). Os efeitos da actividade comercial afectaram intensamente todo o meio rural, que começou a destinar uma boa parte da produção agrícola à economia de mercado.

A rota do Algarve, que unia Sevilha a Silves, atravessava o actual concelho de Tavira, seguindo pela margem da ribeira da Asseca, até encontrar a outra rota que ligava a cidade de Santa Maria a Beja, na alcaria de São Brás de Alportel (*Šanbras*) (Ibn Bassam, II/I; Tahiri 2009a: 43). Através das fontes geográficas, sabemos que o termo *al-sikka* (al-Idrisi, 1989: 46; al-Udri: 100) corresponde a uma unidade de longitude. Não é, pois, de estranhar que a palavra se conserve até aos nossos dias na toponímia hidrológica de Tavira, dando nome a um dos mais importantes cursos de água do concelho.

É de notar a considerável abertura do meio rural de Tavira



ao mundo exterior, como consequência, nomeadamente, da intensificação das rotas de navegação que ligavam o litoral do Algarve às cidades portuárias do Mediterrâneo e da costa atlântica (Tahiri, 2009b: 108-110). A mais transitada chegava “até ao extremo meridional do Magreb (*al-Sūs al-aqsā*), considerado o último lugar a que chegam as embarcações provenientes de al-Ândalus” (Ibn Abd al-Barr: 35). Outras rotas marítimas da costa do Algarve eram habitualmente frequentadas por grandes embarcações chamadas *al-qarāqir al-kibār* (Ibn Saïd, 1958: 114), que faziam a cabotagem para além do cabo de São Vicente, em direcção à Galiza, Navarra, Bordéus, até chegarem às costas da Inglaterra e da Irlanda (Tahiri, 2009b: 126-27). Através destas rotas, exportava-se uma grande variedade de produtos agrícolas, matérias-primas, minerais e medicamentos, como já sublinhámos noutra trabalho anterior (Tahiri, 2009b:137-154).

#### 4. As alcarias e o repovoamento rural: fontes e toponímia

Todos os indícios cronísticos põem de manifesto como, após a incorporação do Algarve no Dār *al-Islam*, e até ao fim da época almorávida, a vida rural era a predominante em todo o território correspondente ao actual concelho de Tavira. Todavia, as transformações estruturais da época califal e o espantoso crescimento demográfico favoreceram a concentração dos aldeãos nas alcarias, cuja densidade populacional podia flutuar entre as “doze e as trinta casas” (Ibn Rusd, II: 784). Os pareceres jurídicos referem que “cada alcaria costuma ter uma mesquita, ou mais, segundo a extensão das suas áreas” (Ibn al-Hay: 121).



Através da leitura de textos árabes de diversos géneros, também sabemos que um distrito (*iqḷīm*) andalusi do período califal ou das taifas podia estar formado por um mínimo de “dezassete alcarias” (Anónimo, 1965: 180) e um máximo de “duzentas e vinte alcarias” (al-Maqqari, I: 159; Tahiri, 2004: 127-49). De acordo com a avaliação que já efectuámos noutro trabalho, a cora de Ukšunuba estaria composta por catorze distritos (*aqālīm*) (Tahiri, 2006: 344-45).

Não deixa de ser significativo que, no concelho de Tavira, ainda se conservem numerosos topónimos que revelam o rasto deixado pela antiga malha de alcarias andalusis. A título de exemplo, basta assinalar o caso da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, onde encontramos as povoações de Alcarias, Alcaria do Cume e Alcaria Fria; ou a freguesia de Cachopo, à qual pertencem as povoações de Alcarias de Baixo e Alcaria Pedro Guerreiro. Encontramos casos similares no concelho de Castro Marim, sendo um deles o de Alcaria, localidade pertencente à freguesia de Odeleite que, por sua vez, é um nome de ribeira que também reflecte a influência da língua árabe na toponímia local: o prefixo Ode- (*wād*) significa rio e o sufixo -leite (*Layt*), provavelmente, fazia referência à linhagem dos al-Layt. Nos arredores dessa mesma ribeira está localizada a povoação de Garrobo, que coincide com a palavra árabe *Jarrub*, isto é, alfarrobeiro, em português, ou *algarrobo*, em castelhano.

Encontramos outros nomes próprios, neste caso hidró-nomo, no meio rural tavirense, que deixam entrever a sua etimologia árabe, como acontece com a ribeira de Almargem que, provavelmente, deriva de *al-marj*, pradaria. Destaca também, na vizinhança do Barranco da Nora, a povoação de Malhada do Alcaide, palavra derivada do étimo árabe *al-qā'id*, que pode significar oficial de justiça ou governador. Outros topónimos remetem para uma etimologia berbere, como é o caso de Aceifão, localidade situada na margem esquerda da ribeira de Alportel, a nordeste da freguesia de Santa Catarina. O seu nome, *asyef* (pl. *asyefaon*), significa “terras ou meandros irrigados”. Contudo, ainda não dispomos da informação suficiente para demonstrar, com o devido rigor científico, os vínculos entre estes topónimos e toda a complexa realidade social e histórica da que derivam.

No Algarve, como noutras regiões, algumas alcarias conseguiram ser elevadas à categoria de cidade devido ao seu crescimento demográfico e, sobretudo, à extensão do seu perímetro. Ao serem dotadas com novas infra-estruturas, como “mercados, vivendas luxuosas, banhos e outras instalações” (al-Maqqari, I: 158), ultrapassaram a sua condição inicial de alcarias. Assim, no Cerro do Zambul de Corte de Besteiros, no concelho de Tavira, foram localizados “restos de um grande povoado muçulmano associado a um forno de telhas e a uma necrópole” (Catarino, I: 254). Ainda mais evidente é o caso da vizinha alcaria de Cacula, que conseguiu, durante os séculos X e XI, converter-se em cidade, a então denominada “*madīnat Qastalla*” (Ibn Said, I, 1978: 380; Yaqut, IV: 347). Também sabemos que a alcaria de Targalla, que todavia não podemos localizar no distrito de Ossonoba, ultrapassou a sua condição inicial de “freguesia-mor” e foi elevada à categoria de “cidade de al-Ándalus” (Yaqut, IV: 31).

Foi em Silves que se atingiu a máxima extensão urbanística e a maior concentração demográfica, convertendo-se na “maior cidade do Algarve” (al-Razi: 91), com freguesias, bairros e arrabaldes. O seu destaque como uma das “grandes cidades do al-Ándalus” (Ibn al-Tahir, VII: 380) foi registado por geógrafos andalusis e cronistas orientais, segundo os quais “a cidade de Silves é a capital do Algarve e os andalusis não possuem outra de igual relevância na zona que fica para além de Sevilha” (Ibn Galib: 291; Yaqut, III: 357). Posto isto, fica bem patente que o meio rural dominou a vida do concelho de Tavira durante os primeiros séculos da sua história andalusi, à margem dos principais centros urbanos do Algarve.

### 5. Hortas e sistemas de rega no concelho de Tavira

A acumulação de riquezas e propriedades agrícolas nas mãos de uma nova classe social, denominada nas fontes da época “titulares do capital monetário e do negócio (*arbāb amwāl wa-l mu'āmalāt*)” (Tahiri, 2009b: 21-47), facilitou o desenvolvimento de uma autêntica revolução agrícola, não apenas do ponto de vista dos avanços técnicos, como também da produtividade, dos procedimentos de trabalho e da extensão da superfície cultivada, como já referimos noutras ocasiões (Tahiri, 1997: 83-103; 2001: 153-2003; 2004: 161-261).



O registo desta revolução ficou documentado nos tratados de agricultura andalusi redigidos um século mais tarde por filósofos, cientistas e peritos com conhecimento da matéria (Tahiri, 2001: 13-75).

Interessa lembrar o papel fundamental desempenhado por uma obra de hidráulica atribuída a Filão de Bizâncio (Carra de Vaux: 332-40) no desenvolvimento, por parte dos responsáveis andalusi, das técnicas de extracção, captação, condução e armazenamento das águas correntes e subterrâneas: o *Tratado de Canalização da Água (Kitāb fī qawd al-miyāh)* (Ibn Wafid: 3). Esta obra, traduzida — e comentada — do original grego para o árabe pelo eminente filósofo oriental al-Kindī, no século IX, seria introduzida em al-Ândalus um século mais tarde. Segundo um arboricultor de Sevilha do século XI, “trata-se da melhor obra realizada sobre este tema e é imprescindível folheá-la, caso uma pessoa queira canalizar água de um local longínquo até a uma cidade, uma alcaria ou outros destinos semelhantes” (Abu-l-Khayr, 1357: 5).

Os avanços que revolucionaram os métodos e sistemas de rega durante o século X foram verdadeiramente impressionantes, ao ponto de se converterem vastas superfícies agrícolas em hortas de exploração intensiva. Os esforços técnicos e o investimento de grandes somas de dinheiro nas instalações hidráulicas concentraram-se nos solos férteis, onde as fontes e as águas correntes eram abundantes. O papel desempenhado pelo sistema de “investimento contratual” na realização das infra-estruturas agrícolas e de regadio andalusi já foi apontada por um célebre historiador, ao confirmar que “a agricultura andalusi requeria grandes dispêndios” (Ibn Khaldun, III: 865). Essa mesma observação já tinha ficado registada num dito popular andalusi, nos seguintes termos: “com dinheiro, até a água pode ser levada ao minarete” (al-Zayyali, II).

Além da ribeira de Asseca, seguida no seu curso pelo Séqua e pelo Gilão até à foz, no Atlântico, o concelho de Tavira é atravessado por numerosos cursos de água, entre os quais: Alportel, Carriços, Almargem, Odeleite, Leitejo ou Foupána. Estas características naturais foram registadas por um geógrafo andalusi do século X quando descreveu as “abundantes águas correntes” (al-Razi, 91) que regavam a comarca. Essa mesma



Pormenor da estrutura que suporta a abóbada da sadr al-sāqiya, na mina primária do Barranco da Nora



Vista exterior da mina secundária de água do Barranco da Nora, cuja captação se realizava através do sistema andalusi designado sadr al-sāqiya

observação seria retomada em documentos posteriores (Ibn Galib, 291; al-Himyari, 342). Foi na época califal, precisamente, que se realizaram importantes reformas agrícolas, convertendo vastas superfícies em campos de regadio dotados de infraestruturas hidráulicas. Conforme descreve um cronista da época, boa parte da paisagem agrária do Algarve oriental veio a ser transformada em “excelentes hortas irrigadas” (al-Razi: 91). Um século e meio depois, um viajante magrebino captava essa mesma imagem da singular paisagem de hortas “*al-basātīn*” (al-Idrisi, 1975: 542).

Os pareceres jurídicos, os tratados agrícolas e as fontes geográficas e notariais incluem numerosos pormenores sobre os diversos tipos de condutas e canalizações de água utilizados para a rega das terras. São conhecidas as “represas” (*al-sudd*, pl. *al-sidād*) (al-Udri: 2), construídas para desviar a água do rio para as hortas, e cuja designação se conserva na língua portuguesa e no falar algarvio com o arabismo correspondente: *açude* ou *açudete* (Brazão Gonçalves: 24). Segundo um jurista cordovês do século XII, foram muitos os capítulos dedicados a este tema sob o título de “questões relativas a açudes e rios (*masā'il al-sidād wa-l-anhār*)” (Ibn al-Haǧ: 148).

Um sábio e erudito da escola andalusi de Agronomia do século XI refere pormenores de notável interesse a propósito dos “recursos, despesas e esforços necessários para erguer os sudur e as acéquias de alvenaria acima da horta” (al-Tignari, ms. 120 D: 44; Tahiri, 2001: 154), fazendo referência a essa construção em forma de ponta de lança que aparece na parte mais alta da acéquia, e que se designa com a expressão “*sadr al-sāqiya*” (pl. *sudūr*) (Ibn Manzur, vol. IV: 2411), ou seja, “o ponto mais elevado da acéquia”.

Foi muito significativo constatar que a descrição veiculada pelas fontes agrícolas sobre o referido sistema de rega coincidia com os restos arqueológicos que tivemos ocasião de apreciar no concelho de Tavira durante a visita arqueológica que realizámos no passado mês de Novembro de 2009, organizada pelo Palácio da Galeria / Museu Municipal de Tavira. Referimo-nos às estruturas hidráulicas que identificámos com o que se designa no léxico técnico andalusi com a expressão *sadr al-sāqiya*. O mais impressionante de todos eles está localizado junto de outro exemplar com diferente tipologia, ambos no



Vista exterior de duas minas de água em Valongo, cuja captação se realizava através do sistema andalusi designado *sadr al-sāqiya*



Pormenor da estrutura de suporte da abóbada da *sadr al-sāqiya*, na mina primária do Barranco da Nora



lugar designado Barranco da Nora, situado perto de Santo Estêvão, nas imediações do leito da ribeira de Asseca. Existem mais dois localizados em Valongo, perto da localidade de Conceição. O último, rústico e elementar, fica perto de Cachopo, na localidade conhecida como Monte dos Estevais.

Pode apreciar-se, nos quatro modelos de estruturas hidráulicas examinados, como o corpo do *sadr al-sāqiya* fica ligado aos outros elementos de canalização, armazenamento e distribuição da água para a rega. Este tipo de estruturas era construído, regra geral, em zonas de altitude média, onde existiam fontes ou águas subterrâneas que podiam ser canalizadas para terras férteis situadas a jusante. O *sadr al-sāqiya* corresponderia, assim, ao elemento básico utilizado neste sistema para a captação das águas. É preciso assinalar a

insistência dos peritos andalusis em sublinhar “quão vantajosa é a água doce e suave das fontes para as culturas da horta” (Abu-l-Khayr, 1357: 170). Lembremos o interesse em sublinhar a abundância “de fontes de água clara” (al-Razi: 91) no Algarve, evidenciado numa obra de geografia do século XI.

Não é por acaso que ainda se conservam, no meio rural de Tavira, topónimos que reflectem a importância deste tipo de estruturas de rega em toda a zona, como sucede com o local chamado “Hortas”, situado perto da “Fonte do Bispo”, ambos nos arredores de Santa Catarina. Reparámos, também, na proximidade destes dois assentamentos da povoação de Julião. Seria interessante efectuar prospecções arqueológicas nos locais onde se supõe que existem vestígios arqueológicos similares (Catarino, I: 253-62; Campos Paulo: 580).



Vista aérea do Baixo-Algarve

Uma vez estabelecida a localização da referida *sadr al-sāqiya*, verificámos que, no local, se abria uma acéquia que descia até aos terrenos planos das hortas. Era dessa forma que al-Tignari descrevia a construção deste sistema, e assim o pudemos verificar no terreno a partir dos restos arqueológicos conservados no Barranco da Nora e em Valongo. Ainda podem ser apreciadas as partes construídas a céu aberto, além das canalizações subterrâneas, denominadas no léxico hidráulico andalusi “regueiras” (*surub al-šurb*) (Ibn al-Attar: 79), de acordo com indicações notariais do século X. Se deixarmos de lado as acéquias comuns, escavadas na terra ou na pedra, neste caso estamos perante uma excepção, pois o sistema de canalização foi todo ele construído. A documentação legal da época vem trazer algumas precisões sobre este tipo de “canalizações de água construídas (*sāqiyat māʾmabniya*)” (Ibn Rusd, III: 1482-483). Na sua edificação, usava-se cantaria, pedras, tijolos, madeira e outros materiais.

Aparentemente, a boca alta da acéquia subterrânea do Barranco da Nora sofreu importantes danos por sobrecarga, sendo obrigados os seus proprietários, nalguma altura posterior, a reforçar a sua estrutura utilizando fragmentos reciclados de canos de pedra aparelhada.

Nos quatro casos estudados, a acéquia está ligada a um tanque ou alverca que recolhe a água antes de a distribuir para



Exemplo de acéquias de rega no Barranco da Nora

as canalizações que, através de um leve declive, se ramificam em direcção a todas as parcelas da horta. A este respeito, vale a pena lembrar a existência, na engenharia hidráulica andalusi, de uma grande variedade de dispositivos para estancar a água da rega, dispositivos esses que, na maioria dos casos, deviam ser adaptados aos cursos de água em que eram aplicados. Além das “alvercas (*al-birkā*)” (Abu-l-Khayr, I, 1990: 241) mencionadas nos tratados agrícolas, as fontes consultadas referem dados de interesse sobre as “cisternas construídas” (*al-sahāriyy al-mabniya*) (Ibn Sahl: 225; al-Maqqari, III: 497). Também são numerosas as referências às cisternas ou “albibes (*al-ḡibāb*, sing. *al-ḡubb*)” destinados a armazenar a água da chuva (Arib: 117; Ibn Hayyan, 1979: 476). O mesmo se poderia dizer em relação aos “pântanos” (*manāqiʾ al-miyāh*) (Abu-l-Khayr, I, 1990: 241) e charcos.

As fontes agrícolas explicam-nos como se deve “abrir na acéquia um *šulyār*, que é uma espécie de ramal colocado a um palmo e meio abaixo do nível” (al-Tignari: 44) da corrente principal. Ainda mais engenhosa é a técnica dos poços artesianos, para os quais “se filtrava a água do rio” (Ibn Bassal: 92-93; Torres Balbas, I: 209-22) através do subsolo. Também era frequente conduzir “a água por um canal” (*qanāt*) (Ibn al-Hay: 147) ou mediante outros tipos de canalizações e alcatruzes<sup>3</sup> (*al-qawādīs*) (Ibn al-Hay: 146), para ampliar a superfície irrigada até às hortas, quintas e campos mais afastados.

Noutros casos, o recurso era instalar nos açudes, acéquias ou poços “artefactos chamados noras” (*al-nawāʾir*, sing. *al-nāʾura*) (Ibn al-Awam: 5), que eram, geralmente, usadas para “elevar a água até a um nível mais alto” (al-Idrisi, in Tahiri, 1989: 95). No Barranco da Nora, ainda se conservam os restos de uma nora com tanque, situados no mesmo local onde, provavelmente, estaria situada uma nora mais antiga. Julgamos que este topónimo de origem andalusi se conservou até aos nossos dias devido ao facto de essa tradição hidráulica ter perdurado no mesmo lugar. Trata-se de um topónimo muito comum que também podemos encontrar noutros barrancos, como sucede na localidade de “Nora”, situada perto da Carrapateira, a nordeste do concelho de Tavira.

Os camponeses andaluses manejavam também uma espécie de cambota chamada *al-jattārā* (Ibn al-Awwam: 5).





Alverca (tanque) no Barranco da Nora com pavimento de argamassa de cal formando círculos concêntricos

Temos acesso a uma breve imagem deste artefacto através de uma descrição, incluída numa enciclopédica obra histórica, feita nestes termos: “é uma espécie de roda hidráulica ligeira com a qual puxam a água dos rios os andalusis, sendo muito abundante no Guadalquivir” (al-Maqqari, III: 453). O referido artefacto, pelos vistos, também era frequentemente utilizado no Gharb al-Ândalus, segundo se deduz da biografia de um homem de letras do século IX “que se pôs a regar as hortaliças das suas hortas com uma *jattārā*” (al-Khušani: 49).

Mais tarde, em pleno século X, inventar-se-iam métodos e técnicas inéditos, como o “artifício que lança a água e que tem uma parte oca em forma de abóbada de berço que, por vezes, pode ser quebrado pelo vento” (al-Maqqari, III: 601). A revolução técnica atingiu um nível muito alto, até ao ponto de um sábio em ciências mecânicas (*‘ilm al-hiyal*) “chamado Ibn Mudrik, tentar montar um artefacto que mexesse, sem força motriz, o rodízio para puxar a água do poço” (al-Dabbi: 523; Tahiri, 2001: 159). Esta precoce experiência foi considerada uma loucura na altura, pois nunca passara pela cabeça de ninguém nada semelhante. Seria necessário esperar até aos tempos modernos para que o sonho energético andalusi fosse cumprido, quando, noutra contexto histórico, foi descoberto o vapor como fonte de energia.

No Barranco da Nora ainda podem ser apreciados os vestígios de um antigo silo, escavado na terra e na rocha, que servia para armazenar cereais. Embora o Algarve oriental fosse conhecido pela “variedade das suas frutas e legumes (*dhurūb al-thimār*)” (Ibn Galib: 291), as fontes árabes referem também a sua produção de “cereais (*alzar*)” (Ibn Galib: 291; Yaqut, V: 10). Com efeito, neste Barranco encontramos perante estruturas arqueológicas que podem muito bem ser consideradas vestígios de uma quinta andalusi algo singular, denominada no léxico rural da época *al-maššar* (Ibn Sahl: 143; Tahiri, 2004: 66-70), um tipo de propriedade na qual se complementavam a cultura de regadio e de sequeiro com a actividade pecuária.

É verdade que “a pastorícia predominava nas zonas montanhosas” (al-Razi: 91), enquanto, no litoral, as pessoas dedicavam-se mais à “pesca, por ser abundante” (Ibn Galib: 291) nas suas águas. A caça desenvolvia-se como actividade complementar, já que “sobram as capturas, tanto nas suas montanhas quanto nas suas planícies” (al-Razi: 91). Por todas estas razões, as qualidades dessas terras foram referidas por inúmeros viajantes, como aquele que visitou al-Ândalus por volta do ano 948 e evocou as suas “enormes e abundantes riquezas” (Ibn Hawqal: 115).

<sup>3</sup> Embora a acepção mais conhecida de *alcruz* seja aquela que refere a vasilha da nora que apanha e sobe a água até a um nível superior, o seu uso como sinónimo de *tubo* ou *manilha* também está documentado em português. (N. do T.)



**ARQUITECTURAS  
DO BARROCAL  
E DA SERRA**

**“BARROCAL”  
AND HILLY REGION  
ARCHITECTURE**





# Verdade e ficção acerca da casa rural vernácula do Baixo Algarve

João Vieira Caldas, arquitecto\*

## 1. Introdução

Em 1927 era publicada a 1ª edição do volume II do Guia de Portugal (reeditado em fac-símile pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1983), em cujo capítulo dedicado ao Algarve Raul Proença escreve, entre outros textos, uma introdução geográfica onde sintetiza lapidariamente as características que terão marcado a parte meridional do território algarvio durante séculos e antes de, há algumas décadas, ter entrado em profunda transformação:

*“A faixa marítima e da subserra é quadro único em toda a terra portuguesa: um continuado pomar que se estende de E. a O., entremeado de culturas, em que a alfarrobeira, a amendoeira, a figueira e a palmeira das vassouras dão uma facies exótica. Não é o quadro de nenhuma das regiões que lhe ficam próximas ou contíguas, o Alentejo pelo N., a Andaluzia a E. e Marrocos ao S.”*<sup>1</sup>

No troço do texto aqui citado, Proença está a referir-se a uma faixa bem delimitada da região mais a sul de Portugal que deixa de fora a serra algarvia. Está a falar de um Algarve que “(...) para os «montanheiros» da província (...) é apenas constituído pelo litoral e pelo barrocal; eles vão *lá baixo ao Algarve*, quando descem da montanha para colocar os seus produtos (...)”<sup>2</sup>.

É à arquitectura vernácula rural dessa dupla faixa constituída pelas suaves colinas calcárias do Barrocal e pelos “terrenos terciários, aluviões e areias marítimas”<sup>3</sup> do Litoral — o Baixo Algarve — que o presente texto diz respeito.

A individualidade deste Algarve em relação aos territórios vizinhos (e ao resto do país) corresponde a uma realidade histórica e a uma evidência geográfica assinalada no passado por observadores e viajantes e afirmada no presente por todos os geógrafos. O mesmo não acontece com a correspondente arquitectura vernácula cuja originalidade — literalmente, de origem — nem todos querem aceitar. Sobre esta arquitectura, pelo menos desde finais do século XIX, foi sendo construído um discurso ficcionado que perdura até hoje e continua a ser largamente difundido pela propaganda turística e pelos meios de comunicação de massas.

<sup>1</sup> Proença, 1983 (1927), p. 189.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

## Truth and fiction concerning the traditional rural houses of Lower Algarve

Our intention is to characterise the rural houses of the Algarve coast, considered as a group of structures built for the purposes of everyday life in a time before the development of tourism and agricultural decay. Such buildings thus imply the productive autonomy of the property on which they stand, and range from a small farmer's house to the stately home of an absent landowner. The rural houses that fit the above description are found in a predominantly agricultural territory that has kept its essential features until the mid-1900s. However, their implantation, shape, spatiality and form of construction had all been undergoing changes since about a century before, reflecting the timid advances of the Industrial Revolution and the nineteenth-century concern with ‘progress’, which would bring about a new kind of traditional rural house.

The ‘Monte’ (a form of country house) would become the main model for the Lower Algarve's rural houses, from the modest house of a farmer who explores a small property (owned or rented) to the building that houses a farm manager or to the stately homes.

\* Professor auxiliar no Instituto de Engenharias de Estruturas, Território e Construção. Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa

Toda a arquitectura vernácula — isto é, a que é “*própria da região em que está*”<sup>4</sup> —liga-se intimamente à geografia do lugar, sobretudo a que se desenvolve em meio rural. A casa rural algarvia não é excepção, muito pelo contrário, “(...) caracteriza-se pela articulação de vários elementos (casa do proprietário, casa do caseiro, instalações agrícolas e pecuárias) que se fundem num conjunto unitário, constituindo, com a paisagem envolvente, um universo arquitectónico, económica e ecologicamente coerente.”<sup>5</sup> Portanto, se o contexto geográfico da casa rural do Baixo Algarve não “*é o quadro de nenhuma das regiões que lhe ficam próximas ou contíguas*”, será normal que essa casa se apresente bem distinta da casa rural das regiões circundantes, tanto no que respeita à distribuição no território, como à tipologia arquitectónica, como, eventualmente, aos materiais e processos construtivos.

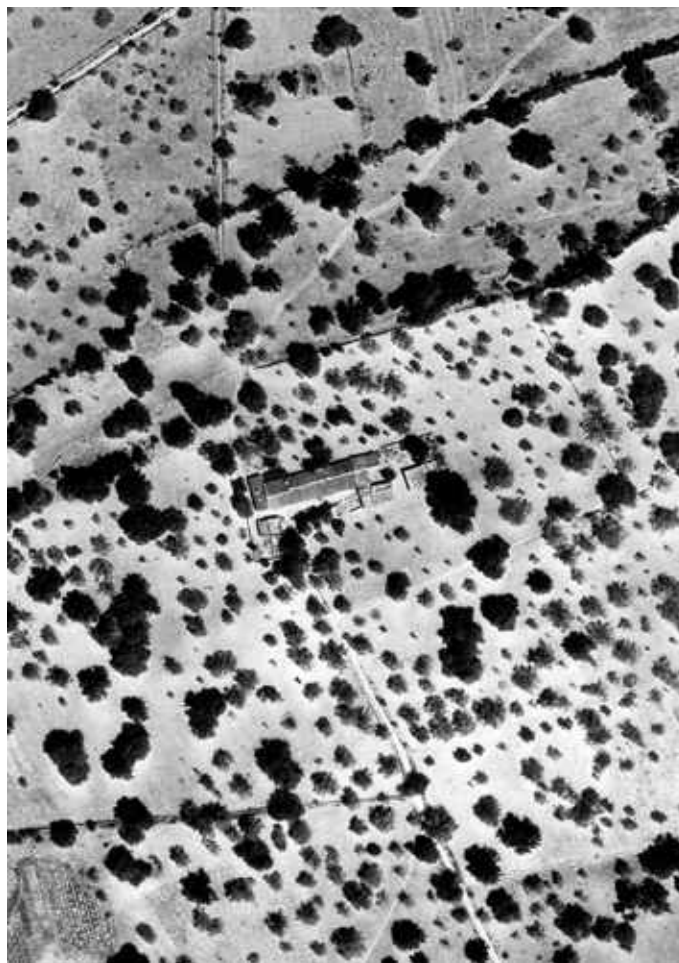
Pretende-se caracterizar a casa rural da orla algarvia entendida enquanto conjunto de estruturas construídas necessárias à vida quotidiana de uma propriedade rústica num período anterior ao desenvolvimento do turismo e à decadência da agricultura. Implica, portanto, a autonomia produtiva da propriedade em que se insere, mas pode ir da casa do pequeno lavrador à do latifundiário ausente.

A casa rural assim delimitada distribui-se por um território predominantemente agrícola que manteve as suas características essenciais até meados do século XX, mas a sua implantação, forma, espacialidade e processo construtivo já tinham começado a sofrer alterações desde aproximadamente um século antes, reflectindo os tímidos efeitos da Revolução Industrial e do “progresso” oitocentista que vieram a dar origem a uma nova casa vernácula. É esta última que, habitualmente, se identifica com a casa tradicional algarvia, mas é a casa rural que a precede no tempo — a primitiva casa vernácula — que interessa a este trabalho.

## 2. Uma casa em comunhão com a paisagem

Era uma casa que se dispersava pelos campos agrícolas do Baixo Algarve formando uma apertada rede de vizinhança nos arredores dos centros urbanos, onde abundavam as hortas e os pomares de citrinos verdejantes e bem irrigados, sobretudo no litoral. Esta rede ia alargando à medida que se avançava pelo

Barrocal, para onde se estende o pomar de sequeiro com as suas alfarrobeiras, as figueiras e as amendoeiras, por vezes as oliveiras, entremeadas em campos de cereais ou leguminosas.



Fazenda com *Monte ao Poço do Vale*, Santo Estevão, Tavira

Era desse território profundamente humanizado que falavam os viajantes portugueses e estrangeiros, primeiro estranhando-o, depois exaltando a beleza dos seus campos bem cultivados. Dessa paisagem construída numa faixa relativamente estreita junto ao mar, de mais fácil ocupação no litoral, exigindo um trabalho mais árduo nos terrenos



calcários do barrocal, onde a dispersão das casas rurais entre as concentrações urbanas constituía um dos principais factores de originalidade em relação às regiões vizinhas, principalmente ao Alentejo e à Andaluzia.

A faixa organizada que impressionava favoravelmente os viajantes, todavia, também não é uniforme. O extremo oeste do Algarve, onde a serra se aproxima do mar e é maior a influência atlântica, em particular o concelho de Vila do Bispo, não comunga das características mediterrânicas do clima, nem da vegetação, nem, em suma, da paisagem organizada da restante faixa sul da província: “(...) encontram-se povoações, hortas com as suas eiras redondas e as suas noras, figueirais, amendoais. Parece que íamos sempre por um jardim fora (...)”. Só “Vila do Bispo fica entre charnecas, e campos em que só se semeia milho, trigo, cevada e batata. Não ha uma horta verde. Não ha uma árvore que dê flores e frutos, ou faça sombra no chão.”<sup>6</sup> Pelo contrário, todos os observadores eram unânimes em destacar a área de Tavira como o expoente de um contínuo pomar que se estendia do concelho de Lagos ao de Vila Real de Santo António: “(...) entrei numa região que ostentava todos os atractivos de fecundidade meridional (...) num magnífico jardim, cujo ponto mais brilhante é formado pelas imediações de Tavira.”<sup>7</sup>

Foi também na metade oriental do Algarve e especialmente no concelho de Tavira (embora não seja de desprezar o peso dos concelhos vizinhos) que se conservaram até mais tarde e em maior número, tanto no que respeita à qualidade como à diversidade, os mais significativos exemplares de casa rural vernácula.

O tipo de dispersão destes núcleos edificados das propriedades rurais algarvias (suficientemente afastados entre si para poderem dominar a terra a que respeitam, mas suficientemente próximos para se poder vislumbrar, por entre as figueiras e as alfarrobeiras, a casa vizinha), aponta para o predomínio da pequena propriedade. Sendo, de facto, indiscutível a sua preponderância no Algarve, aliás como na maior parte do país à excepção do Alentejo, é preciso salientar que, na verdade, a propriedade algarvia é muito mais variável que vulgarmente se julga, como bem demonstrou Carminda Cavaco<sup>8</sup>. Na região existiu um número significativo

de médias e grandes propriedades e até alguns verdadeiros latifúndios, embora, frequentemente, os grandes proprietários acumulassem várias propriedades de média ou pequena dimensão. Não será estranho que as respectivas casas rurais tenham dimensões muito variáveis, mas o que não há dúvida é que são de grande uniformidade tipológica.

### 3. O monte ou a casa rural de todos os lavradores e todos os proprietários

O *monte* é, por excelência, o tipo de casa rural dispersa do Baixo Algarve, ainda que a designação possa estender-se à propriedade da qual constitui o núcleo construído. A denominação é, porém, de uso aparentemente recente e de extensão limitada (na Serra designa um pequeno conjunto de casas que não chega a formar uma aldeia). No passado as propriedades da região eram designadas por quintas ou fazendas e as respectivas casas rurais não eram referidas autonomamente. Porém, a edificação (ou grupo de edificações) a que o nome *monte* corresponde no Barrocal e no Litoral, insere-se numa tipologia que atravessa os tempos pelo menos desde os finais da Idade Média até meados do século XX.

De facto, os vestígios de montes tardo-medievais e proto-modernos que chegaram aos nossos dias indiciam um tipo de edificação que, embora rudimentar, já está muito próximo do que veio a tomar forma estável no séc. XVIII, isto é, um corpo de planta grosseiramente rectangular, com um piso, que incluía a habitação do proprietário (por vezes albergava também a habitação do caseiro) e as principais dependências de apoio à habitação e às actividades agro-pecuárias. Tinha geralmente duas fiadas de compartimentos — uma para a frente e outra para trás — separadas por uma “parede espinha” onde se apoiava a cumeeira do telhado de duas águas. As paredes do corpo habitacional eram rebocadas e caiadas e a fachada principal, preferencialmente virado ao quadrante sul, corresponde a um dos lados maiores do rectângulo onde

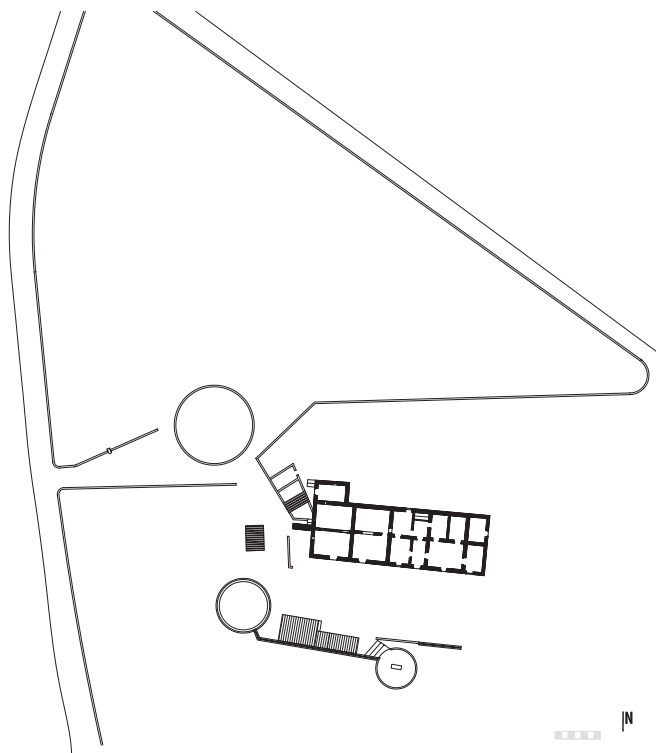
<sup>4</sup> Figueiredo, 1986, p. 1295.

<sup>5</sup> Correia, 1989, pp. 144, 145.

<sup>6</sup> Vasconcelos, 1927, vol. II, pp. 286-293.

<sup>7</sup> Willkomm in Wilhelm, 1987, p. 187.

<sup>8</sup> CAVACO, 1976, p. 125, 126.



Monte à Campina da Luz, Luz de Tavira, Tavira

se abre a maior parte dos vãos e onde encostam poiais ou banquetas. Era acompanhada a todo o comprimento (ou apenas à frente da parte habitacional) por uma faixa empedrada que constituía uma extensão exterior da habitação e onde também se realizavam algumas tarefas complementares da actividade rural. Os *montes* mais antigos, todavia, não teriam a dimensão nem a diversidade funcional que passa a encontrar-se mais tarde. É certo que a exigência quanto à qualidade e conforto relativo da habitação foi aumentando durante a Idade Moderna, o mesmo acontecendo no que se refere à dimensão e diversidade das estruturas de apoio à actividade agro-pecuária. Mas é também provável que a maior ou menor intensificação da vida urbana que o litoral algarvio conheceu em determinados períodos, desde a mais remota Antiguidade, tenha suscitado diferente desenvolvimento das estruturas habitacionais existentes nas propriedades agrícolas.

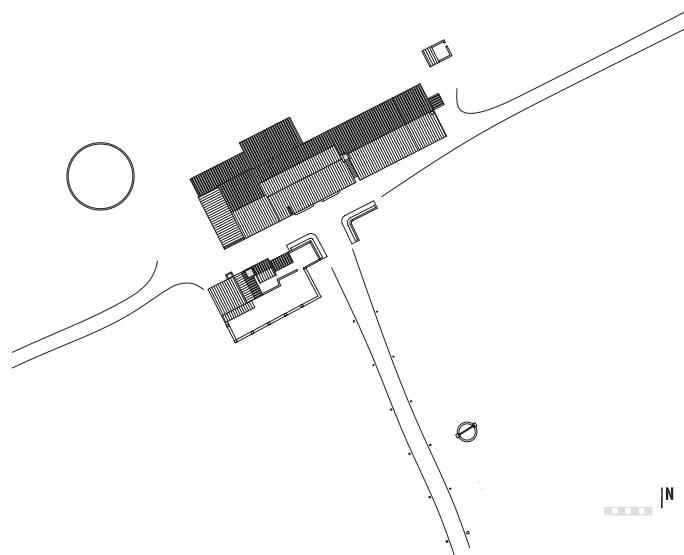
Um desses períodos de incremento indiscutível da orla urbanizada ocorreu quando, nos séculos XV e XVI, os portos algarvios tiveram um importante papel na dinâmica da Expansão, em geral, e, em particular, no apoio às possessões portuguesas na costa marroquina. Já então os membros de quase todas as classes sociais, mesmo os marítimos, tinham a sua propriedade agrícola cuja actividade produtiva directa ou indirectamente acompanhavam. Desde a pequena horta ou o pomar da periferia urbana, que raramente integravam uma habitação e onde a nora era a única estrutura construída verdadeiramente indispensável, até às fazendas mais afastadas. Nestas últimas, mesmo que relativamente próximas, era frequente haver uma casa rural, um *monte* para onde os habitantes das cidades se retiravam durante o *alacil*, palavra de origem árabe que designava o período de abundância correspondente à época das colheitas.

Estes *montes* mais antigos eram, geralmente, construções com dois ou três compartimentos de carácter essencialmente habitacional, provavelmente sem cozinha. O acto de cozinhar realizar-se-ia no exterior (para evitar a propagação de fogos à habitação), sob um telheiro ou uma construção precária, tal como seriam precárias as construções de apoio à actividade agro-pecuária. Aliás ainda hoje se encontram, da orla à Serra, antigas cozinhas separadas dos corpos principais das casas, frequentemente associadas ao forno, embora, tanto sob a forma de alpendre como de construção fechada, surjam já edificadas de pedra e cal. A própria denominação de *cabana* ou *ramada* aplicada ao estábulo constitui uma persistência indicativa do carácter precário dos primitivos abrigos alpendrados para as bestas, certamente construídos em madeira, ou com simples ramos, e cobertos com ramagens.

Terá sido ao longo do século XVII que, com a intensa ruralização das classes privilegiadas que antes pontificavam nos centros urbanos, o *monte* se foi engrandecendo e aperfeiçoando, enquanto estrutura habitacional e de apoio à actividade agrícola, até atingir a dimensão e a complexidade funcional que os grandes *montes* apresentavam já na primeira metade do século XVIII. A ampliação sucessiva de alguns *montes*, à medida que aumentavam as necessidades habitacionais e se desenvolviam as dependências de apoio à actividade rural,



é facilmente detectável através de uma análise construtiva quando o edifício está em obras ou em ruínas, mas nem sempre é perceptível à vista desarmada quando se encontra rebocado e bem conservado. O crescimento faz-se de preferência pela adição de módulos a ambas as fiadas de compartimentos de modo a conservar-se o perímetro geral predominantemente rectangular. Frequentemente são os ressaltos no telhado a denunciar a sucessiva ampliação. Outras vezes nem isso. A possibilidade de crescimento só fica (provisoriamente) limitada quando, às empenas do bloco rectangular, se encostam dependências alpendradas, ou fechadas, com telhado de uma única água orientado perpendicularmente à direcção das águas do telhado principal.



Serro da Mina, Cacela, Vila Real de Santo António



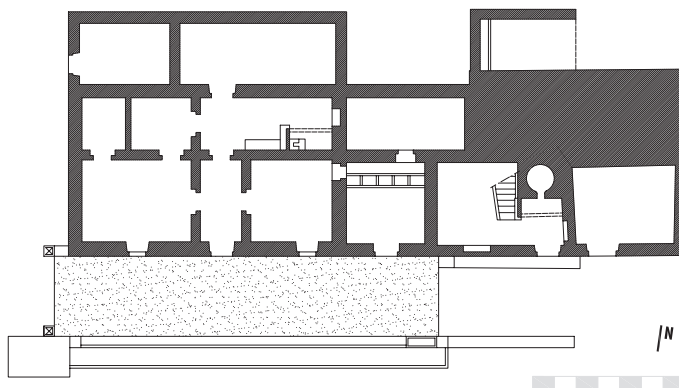
Por vezes as dependências mais pequenas — casa ou alpendre do forno, capoeira, pocilgos, etc. — alinham-se do outro lado da faixa empedrada que acompanha a edificação principal do monte, fronteiros à respectiva fachada sul, delimitando, com a ajuda de um muro com ou sem banquetas, um estreito espaço de estar, de trabalho e de passagem chamado *rua do monte*.

Quando ocorre uma fase de crescimento já no quadro da contemporaneidade (aproximadamente de meados do séc. XIX a meados do séc. XX), a ampliação ou a eventual renovação de uma secção central do edifício, conservando-se embora nos limites do rectângulo e alinhada com fachada principal, destaca-se pela expressão arquitectónica pós-industrial: cércea mais alta geralmente definida por platibanda; vãos em maior número, regularmente distribuídos na fachada e delimitados por molduras em cantaria de desenho caracteristicamente revivalista; uso frequente da cor nas paredes exteriores. A faixa empedrada fronteira transforma-se, no troço correspondente, num estreito pátio ladrilhado e integralmente delimitado por muros baixos com bancos e alegretes.

#### 4. Uma casa do Sul

O conhecimento efectivo do monte disperso do Litoral e do Barrocal faz cair por terra o mito de uma “casa tradicional do Sul” higienicamente vivida e meticulosamente caiada, com os espaços dos animais e as dependências de apoio à agricultura, afastados da impecável habitação: “(...) a casa do Sul, Ribatejo, Alentejo e Algarve (...) É uma casa térrea destinada apenas à habitação das pessoas, com as dependências da lavoura instaladas em edifícios independentes (...)”<sup>9</sup>.

Na verdade, o bloco rectangular do monte do Baixo Algarve não só é constituído pela habitação principal e, por vezes, pela habitação dos caseiros, como quase sempre inclui as principais dependências relacionadas com a actividade rural — celeiros, armazéns, estábulos, palheiros, etc. Aqui, como no Norte granítico, e não em contraste como durante muito tempo se fez crer, homens e animais viviam debaixo do mesmo tecto. E até em maior comunhão no Algarve, pois, enquanto no norte os humanos habitavam no piso superior e os animais ficavam no piso térreo, no Algarve viviam paredes

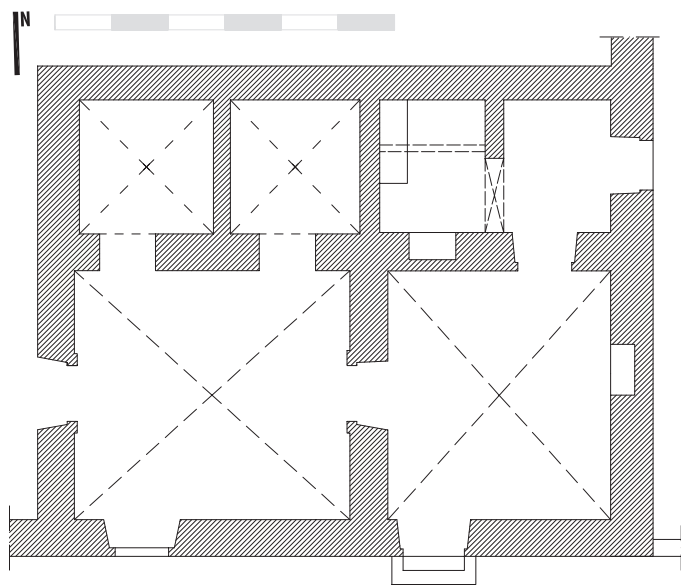


Monte no Malhão, Santo Estevão, Tavira



meias no piso único e até havia uma portinhola que, em caso de necessidade e nomeadamente nas frias e chuvosas noites de Inverno, permitia a comunicação directa entre o quarto do agricultor (ou outro compartimento principal) e a *ramada*.

A familiaridade da casa rústica algarvia com a arquitectura de outras zonas rurais do território português não se revela só na proximidade entre a parte habitacional e os espaços destinados aos animais, mas também em aspectos da organização espaço-funcional. No monte algarvio é vulgar haver, por exemplo, um módulo da habitação constituído por uma sala virada para a frente com a qual comunicam duas alcovas normalmente inseridas na fiada de compartimentos posterior. O mesmo tipo de módulo com sala e alcovas era comum em casas rurais (e urbanas) do Centro e do Norte do país.



Monte de Ângela Clara, Livramento, Luz de Tavira, Tavira

Pelo contrário, parece haver grandes afinidades entre o *monte* algarvio e alguns dos *montes* alentejanos mais simples, tanto nos acabamentos como na nomenclatura utilizada com os mesmo significados (*monte*, *rua do monte*, *ramada*). No entanto, os *montes* destas duas regiões diferem não só no tipo

de dispersão mas também na específica organização espacial. Por exemplo, a cozinha, que na habitação vernácula alentejana é, normalmente, um grande compartimento polivalente que inclui as funções de estar e receber, no *monte* algarvio é geralmente muito pequena, frequentemente interior e poucas vezes está impecavelmente cuidada. Não tem dimensão nem condições para exercer a principal função social da casa que é, no Algarve, desempenhada pela sala e, de preferência, desde que o tempo o permita, pela faixa pavimentada, *rua do monte* ou pátio exterior.

### 5. Uma casa na História

É vulgar olhar-se para a casa vernácula como uma estrutura imutável. E é um facto que a arquitectura vernácula rural evoluía lentamente até ao advento dos materiais construtivos e dos processos agrícolas da era industrial, mas isso não faz dela uma arquitectura fora do tempo. Pelo contrário, está profundamente marcada pela História.

Assim, a variedade na dimensão e na expressão arquitectónica com que o monte do Baixo Algarve se nos apresenta hoje, é não só o resultado de ter sido “a casa rural de todos os lavradores e de todos os proprietários”<sup>10</sup>, mas também de termos dele uma visão sincrónica quando é uma edificação diacrónica. Muitos *montes* chegam-nos como uma amálgama arquitectónica onde se cruzam e acumulam soluções e expressões de diferentes épocas, quase sempre unificadas pelo reboco e pela cor branca da cal e, eventualmente, denunciadas pelas alturas e diversidade das coberturas. Numa manifestação muito própria das regiões mediterrânicas, a casa rural do lavrador remediado era tipologicamente idêntica à do lavrador abastado<sup>11</sup>. Variavam provavelmente no tamanho, em função da dimensão das propriedades a que presidiam e das necessidades de apoio às actividades agro-pecuárias, mas raramente evidenciavam outros sinais exteriores de distinção social. As guarnições dos vãos e o tipo de coberturas eram alguns desses sinais.

<sup>9</sup> OLIVEIRA e GALHANO, 1998, p. 22.

<sup>10</sup> CALDAS, 2007, p. 298.

<sup>11</sup> AAVV, 2002, p. 37.

Nos séculos XV e XVI, com o núcleo duro da nobreza algarvia sediado nos centros urbanos, os montes das suas propriedades agrícolas correspondiam à versão mais elementar encontrada. Tinham poucos e pequenos compartimentos frequentemente organizados numa única fiada, telhado de duas águas e nenhuma janela (apenas uma ou outra fresta). Distinguiam-se apenas pelas molduras em cantaria das portas principais, com as características arestas chanfradas e os chanfros rematados em papo de rola: as de arco quebrado remetendo para uma expressão tardo-gótica e as de verga recta apontando já para uma estabilidade classicizante mais própria do séc. XVI. Os lavradores remediados teriam pouco mais que

Monte dos "Henriques", Bernadineiro, Santiago, Tavira



pequenas casas de um ou dois compartimentos, ou mesmo cabanas, total ou parcialmente construídas em materiais perecíveis.

Com a intensa ruralização que se verificou a partir da segunda metade do século XVI, em consequência da retração da participação algarvia na actividade económica suscitada pela expansão ultramarina e após o abandono de várias praças em Marrocos, o monte passou a ser a morada permanente de muitas famílias cuja vida e habitação principal antes estivera centrada na cidade. É natural que muitos montes tivessem sido ampliados não só para satisfazer novas necessidades habitacionais mas também devido à intensificação e melhoramento da actividade agrícola.

Monte na Capelinha, Santa Maria, Tavira





Datará deste período a sistematização da organização espacial dos montes, atrás referida, em duas fiadas de compartimentos paralelos separadas por uma parede resistente onde passa a assentar a cumeeira do agora maior telhado. Os pequenos *montes* da transição do século XV para o XVI ficaram integrados nas estruturas ampliadas ou, quando um novo *monte* ou outro tipo de casa rural foi construído para os proprietários, passaram a habitação dos caseiros. Não há, porém, qualquer sinal exterior de riqueza ou nobreza nas grandes casas agrícolas deste período. Só a dimensão será, eventualmente, indicativa de abundância, mais, até, a dos anexos e dependências agrícolas que a dos compartimentos habitacionais. A própria nobreza empobrecida e ruralizada cruzou-se frequentemente com herdeiros de lavradores mais ou menos abastados adaptando-se aos hábitos e necessidades de uma vida rural sem aspirações de representação social, numa decadência relatada já nos anos de setecentos, certamente com algum exagero, por Damião António de Lemos de Faria e Castro:

*“De todas estas Familias, aquellas, que aumentaraõ com o cabedal o ser da honra, sahiraõ do Algarve; e a mayor parte das que ficaraõ nelle, se reduziraõ a tal miseria, que vemos por esses campos infinitos homens de trabalho, alimentando a vida com o suor do seu rosto, derramado em exercicios vís, quando lhes circula nas veyas taõ illustre sangue : sendo tal a terrível sorte da vida humana, que tem pendente a nobreza da qualidade da vil estimação do cabedal, que levanta os indignos, e abate os benemeritos.”*<sup>12</sup>

O século XVIII, porém, corresponde a um período de recrudescimento da actividade económica no Algarve (a partir da primeira ou da segunda metade, conforme os autores) que, reforçada pelo exórdio de uma aristocracia de toga ou de batina<sup>13</sup>, originou um novo surto construtivo com consequências significativas nos arredores rurais dos núcleos urbanos. Aparece então o equivalente algarvio das quintas de recreio, embora os reflexos desse surto se possam verificar também em edificações das fazendas tradicionais.

A estrutura construtiva e espaço-funcional dos montes setecentistas prolonga a que se foi estabelecendo ao longo século XVII. Salvo raras excepções, é sobretudo do ponto de vista formal que se introduzem as principais diferenças e, em primeiro lugar, nos *montes* da aristocracia. Novamente



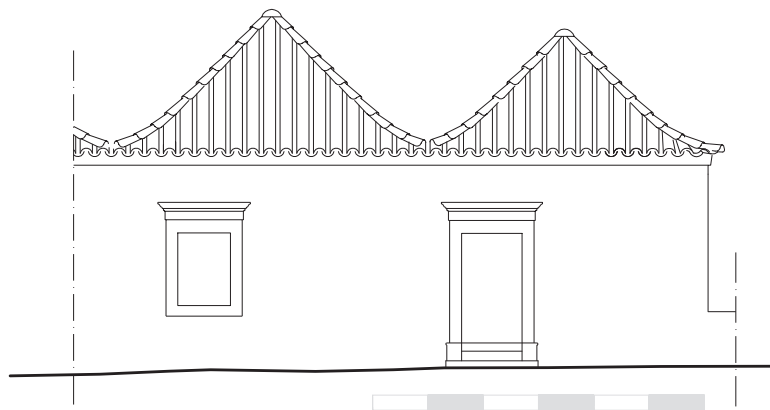
Quinta de Santo António, Santiago, Tavira

nas molduras dos vãos, mas também na construção de capelas anexas às casas nobres e na reprodução, em ambiente campesino, dos *telhados de tesouro* característicos dos grandes centros urbanos do litoral do Algarve desde o século XVI (Tavira, Faro e Lagos).

Logo no final de seiscentos começa a impor-se uma guarnição de cantaria lisa em ressaltado sobre a superfície rebocada da parede exterior (ao contrário do que acontecia com as molduras chanfradas tardo-medievais e primo-modernas, integradas no mesmo plano do reboco) rematada

<sup>12</sup> CASTRO, Tomo IV, 1751, p. 577.

<sup>13</sup> CORREIA, 2006.



Horta de Baixo, Amaro Gonçalves, Luz de Tavira, Tavira  
 Serro da Mina, Cacela, Vila Real de Santo António  
 Monte de Ângela Clara, Livramento, Luz Tavira, Tavira



superiormente por um entablamento clássico simplificado — verga/arquitrave, friso liso e cornija —, segundo um modelo que já vinha a esboçar-se em diversos pontos do país desde finais do séc. XVI e praticamente se generalizou e normalizou durante o século XVII, nomeadamente nos palácios da nobreza lisboeta.

A partir de meados do século XVIII, por influência de um gosto barroco ou de um desenho rococó, o entablamento começa a aparecer encurvado, ou reduz-se a uma simples verga curva. Finalmente no final deste século ou já no século XIX, começa a difundir-se um desenho de moldura semelhante aos vãos mais característicos da arquitectura da reconstrução pombalina na Baixa de Lisboa (também ele resultante, na origem, de uma simplificação da moldura de janela de raízes clássicas difundida sobretudo através de tratados e gravuras).

A construção de capelas destacadas ou oratórios integrados começa também a distinguir as casas nobres, algumas das quais, até aí, não passavam de vulgares montes de grandes dimensões. Mas talvez seja a utilização em ambiente rural dos *telhados de tesouro* que se torna o principal factor de distinção social, como já o tinha sido nas casas nobre de influência urbana

de quinhentos. E, como nessa época, devem ter resultado da transposição para o campo de uma solução construtiva mais complexa (e mais dispendiosa) que o simples telhado de uma ou duas águas, mas indubitavelmente mais prestigiante.

O certo é que os *telhados de tesouro* passam a ser indispensáveis nas casas nobres ou solarengas, onde se multiplicam sobre as salas e os quartos maiores, aparecendo pontualmente nos montes de lavrador abastado ou mediano, onde se destacam sobre um ou dois compartimentos principais. Acabam por vulgarizar-se, enquanto técnica construtiva e forma de cobertura (mas, já então, cobrindo simultaneamente vários compartimentos), sobre pequenas casas de rendeiros cuja edificação entra pelo século XIX, ou sobre casas burguesas construídas no campo, na viragem para o século XX, segundo modelos predominantemente urbanos.

#### 6. Variantes da casa nobre

O *monte* é, portanto, a matriz determinante da casa rural do Baixo Algarve, desde a casa do pequeno agricultor que explora uma propriedade de dimensões reduzidas (própria ou arrendada), ou do caseiro da grande propriedade, até à

Torre dos Frades, Cacela, Vila Real de Santo António



casa nobre. E se no final da Idade Média esta correspondia ao monte de dois ou três compartimentos, quando a habitação do camponês não passava de um casebre com um só, à medida que aquele ia evoluindo para a forma e dimensão estabilizada no século XVII, o *monte* de dimensões reduzidas tornava-se o típico núcleo da propriedade do pequeno agricultor, até, porventura, vir a transformar-se na habitação do assalariado rural.

Porém, além do *monte*, existem no Algarve outras formas de casa nobre em ambiente rural que, até há bem pouco tempo, não eram (re)conhecidas. Algumas delas aproximam-se de tipos de casa nobre ou nobilitante existente noutras zonas do país. A começar pela *casa-torre* ou *casa forte*, cujos exemplos mais frequentes e mais significativos se encontram no Norte, em particular no Minho e no Douro Litoral, tipologia da qual também existem, no Algarve, alguns exemplares e sucedâneos, embora quase todos muito transformados ou arruinados. O caso mais próximo do modelo nortenho, a Torre de Marim

(Olhão), foi construída no final do século XIII com intuítos comprovadamente militares, mas pouco tempo depois passou a habitação e cabeça de morgado. E há outros, como a verdadeira Torre de Aires (Luz de Tavira) que se perde no seio de uma casa arruinada.

Particularmente significativa é a casa de planta quadrangular com dois pisos que se encontra em vários pontos do Algarve mas também noutras zonas do país, desde os arredores de Lisboa aos Açores. A matriz tipológica dessa casa, de origem quinhentista, tem quatro compartimentos por piso (lojas de apoio à actividade rural no piso térreo e a habitação propriamente dita no piso superior) e cobertura de dois telhados de quatro águas paralelos. A versão algarvia aparece, naturalmente, com quatro *telhados de tesouro*, um sobre cada compartimento principal (embora também haja, no Algarve, exemplos com dois telhados paralelos que cobrem mais que um compartimento cada), e evolui, na passagem para o século XVIII, para uma casa solarenga maior, com sete ou

Quinta de Santo António, Santiago, Tavira





oito compartimentos no piso principal, cada um com o seu *telhado de tesouro*.

Também a casa nobre que apresenta uma frente exterior onde se sucedem a capela, a habitação de dois pisos e o muro do pátio, ou terreiro de entrada, onde se rasga o portão, corresponde a um modelo nacional. No Algarve, porém, esse modelo aparece adaptado às idiossincrasias regionais, como na Horta do Ourives (Faro), seja pela utilização dos *telhados de tesouro*, seja pelo seu carácter marcadamente linear próprio da quinta de recreio desta região, seja pelo reduzido número de compartimentos, só compreensível por se tratar, em princípio, de uma segunda residência que necessitaria de menos comodidades.

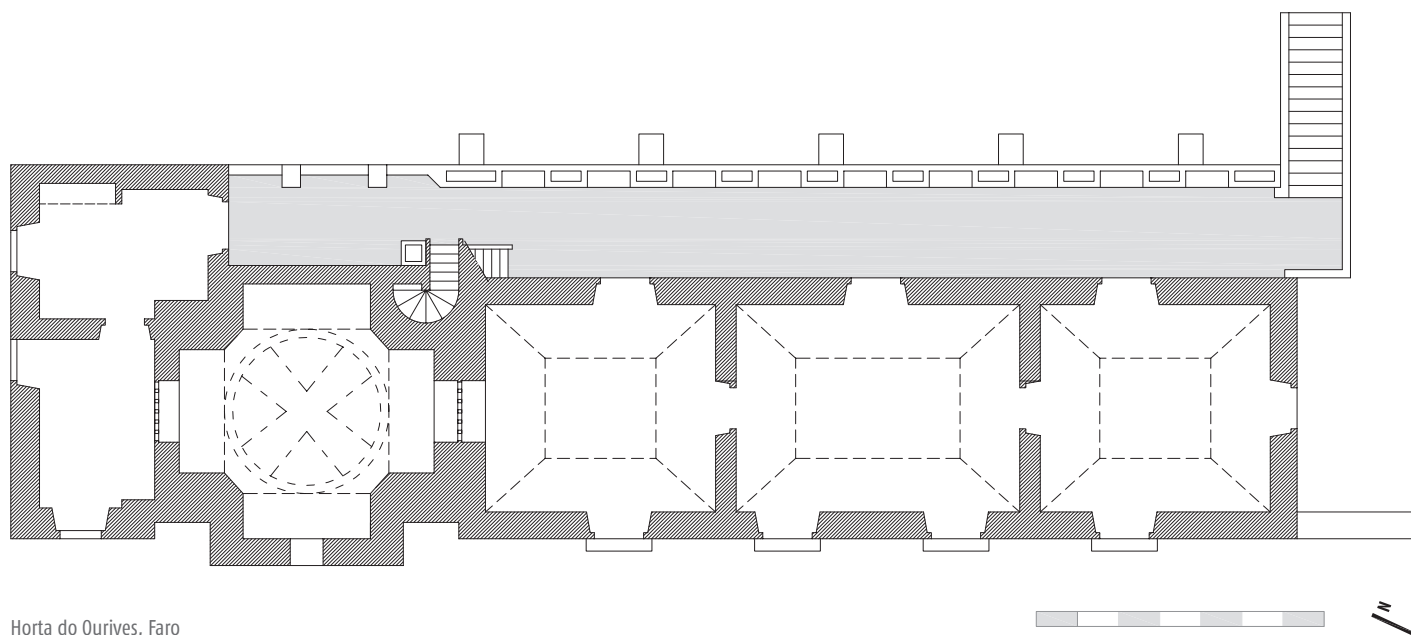
### 7. O mito da herança islâmica

Nenhuma destas casas rurais construídas entre finais da Idade Média e os finais do século XVIII (ou até à primeira metade do século XIX) revela qualquer familiaridade com a casa rural marroquina ou qualquer tipo de filiação numa

tradição com origem islâmica, seja do ponto de vista tipológico e da organização espaço-funcional, seja no que respeita aos processos construtivos incluindo as coberturas e os acabamentos, seja em aspectos formais como o das chaminés rendilhadas.

A casa rural do Baixo Algarve é uma construção de perímetro tendencialmente rectangular compacto e todo virado para o exterior, particularmente para a faixa pavimentada fronteira onde decorriam, sempre que possível, as principais actividades da vida quotidiana. A casa rural (e a casa urbana) marroquina é tendencialmente organizada em função de um pátio interior e fechada para fora.

O *monte algarvio* é normalmente coberto por telhados de duas águas, com troços adicionais de uma água ou com *açoteias* — que, tal como os *telhados de tesouro*, aparecem pontualmente no monte genuíno, são, apesar da raiz árabe da designação, inexistentes antes do século XVIII, século em que, de resto, ocorrem raramente. O seu aparecimento está



Horta do Ourives, Faro

predominantemente ligado a ampliações e transformações da segunda metade de oitocentos ou já do século XX. A casa rural marroquina tem quase sempre cobertura plana (ou de inclinação diminuta) construída com ramagens e terra argilosa, ou ramagens e argamassa de cal enriquecida com pequenos inertes, ou é simplesmente coberta de colmo sobre uma armação rudimentar. Em algumas zonas montanhosas do norte há coberturas de grande inclinação onde o colmo foi sistematicamente substituído por chapa metálica ondulada.

O *monte* tradicional algarvio tinha, habitualmente, uma chaminé simples de planta rectangular (que já não seria muito antiga) com uma ou duas fiadas de orifícios triangulares, no topo, definidos por telhas inclinadas. A casa rural vernácula

marroquina não tem, habitualmente, chaminé. Tem, quanto muito, um orifício desprotegido ou uma pequena elevação na cobertura por onde saem os fumos. Nenhum exemplar de casa rural do Baixo Algarve anterior ao século XIX tem a típica chaminé rendilhada que se tornou, depois, o símbolo da casa algarvia. Há sim algumas (poucas) casas nobres e raras casas urbanas que têm grandes e/ou elaboradas chaminés que podem ter contribuído como fontes de inspiração para a chaminé da casa corrente, de elaboração mais tardia.

Portanto, nenhuma das casas rurais mais antigas possui chaminés “algarvias”, coberturas em terraço ou platibandas no remate superior das fachadas, em vez do tradicional beiral do telhado. Não há qualquer razão para se invocar uma afinidade

Monte dos “Henriques”, Bernadineiro, Santiago, Tavira





da casa rural vernácula algarvia com a casa marroquina, nem com uma tradição islâmica anterior à Reconquista que tivesse persistido no Algarve até à primeira metade do século XX. A não ser na medida em que a tradição islâmica do Magrebe faz parte de uma tradição mais ampla, mediterrânica, que inclui também a contribuição da civilização romana e de todos os povos mediterrânicos que antes e depois de romanos e muçulmanos terem ocupado a Península Ibérica tiveram, essencialmente por via marítima, contactos comerciais (e culturais) com a faixa litoral algarvia.

A casa rural vernácula do Baixo Algarve representa a síntese das principais características da casa mediterrânica<sup>14</sup> e de alguns aspectos pontuais comuns a outras zonas do território português. A utilização de *telhados de tesouro* é a sua principal marca de originalidade.

As chaminés rendilhadas de secção poligonal ou circular, as coberturas em terraço e, finalmente, as platibandas ou a caiação com pigmentos colorantes, elementos que têm sido considerados distintivos da casa tradicional algarvia<sup>15</sup>, só foram sendo difundidos e apropriados na região ao longo do século XIX e, sobretudo, já na passagem para o século XX. São de facto característicos de uma nova casa vernácula do Algarve mas fazem parte do capítulo seguinte da história da casa rural algarvia.

<sup>14</sup> CALDAS, 2005 e 2007.

<sup>15</sup> “(...) os elementos mais característicos da casa algarvia em geral são porém, sem dúvida, a chaminé (...), a açoteia e as platibandas.” OLIVEIRA e GALHANO, 1998, p. 173.

“Quinta da Terra Branca”, Cacela, Vila Real de Santo António



# Os montes da serra de Tavira

Miguel Reimão Costa, arquitecto\*

Os ‘mundos rurais’ de Tavira correspondem em grande medida às vertentes da Serra que, apertando o Barrocal, se aproximam aqui consideravelmente da orla costeira. Em menos de uma hora de caminho de pé posto, estaria o viandante saído da cidade a subir as primeiras faldas destas serranias que tomariam depois quase uma jornada para serem atravessadas, para norte, até ao limite concelhio com as terras de Alcoutim (fig.1). Por serra de Tavira poderemos hoje entender a área de montanha integrada no perímetro actual do concelho de Tavira que compreende, para além da freguesia de Cachopo, parte das freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santo Estêvão, Santa Maria e Conceição. Mas na realidade, e como adiante se verá, a serra de Tavira constitui também uma subunidade territorial com características próprias que tanto é legível à luz de critérios biofísicos, configurando deste modo um perímetro menos preciso, como remete para uma história particular de ocupação do território, relativamente à qual se deverá considerar necessariamente o limite do termo de Tavira ao tempo do Antigo Regime antes das alterações inerentes às reformas administrativas liberais.

Independentemente do perímetro que se reconheça na delimitação desta subunidade, a sua caracterização ocorrerá sempre a partir da integração na unidade maior da Serra que, entre o Baixo Alentejo e o Baixo Algarve, estende os cerros de xistos e grauaques do Maciço Antigo desde o Atlântico ao Guadiana. A Serra algarvia, como é comumente designada, alarga-se também às vertentes de São Barnabé, já na província alentejana, podendo integrar ainda, segundo diferentes critérios, as serranias que, para noroeste, envolvem Santana da Serra quase até Santa Clara-a-Velha<sup>1</sup>. É possível delimitar no interior desta serra diferentes subunidades de paisagem – para além de um primeiro nível de diferenciação entre Caldeirão, Monchique e Espinhaço de Cão – distinguindo, a oriente, a serra de Tavira entre o Baixo Guadiana e a serra alta do Caldeirão, relevando, a ocidente, os limites entre o afloramento sienítico de Monchique, a vertente sul, a vertente norte e as serras atlânticas ou, ainda, diferenciando no Baixo Alentejo as serras de São Barnabé e Santana da Serra.

De qualquer modo, a portela que entre São Marcos da Serra e São Bartolomeu de Messines estabelece o limite entre a serra do Caldeirão e a serra de Monchique, acabará por se constituir como transição entre

## The “Montes” of the hilly region of Tavira

The human occupation of the Tavira ridge is characterised by a network of small agglomerations of buildings (known as ‘montes’) belonging to the proprietors of lands around them. This way of organising places is, by and large, extensive to an important area of the schist mountains that stretch from Alentejo to Algarve, from the Guadiana river to the Atlantic Ocean.

However, within the scope of that larger entity, the Tavira ridge appears as a sub-unit with traits of its own, which may be attributed not only to biophysical conditions, but also to the historical circumstances associated to the settlement of the territory. This particular ridge, which was confined to the perimeter of the Tavira municipality during the days of the Old Regime, has been more densely populated, due to its lack of interior hierarchisation, unlike what happens in neighbouring sub-units, both in terms of agglomeration sizes and of the property system itself. The traditional architecture of these areas was usually reduced to the bare essentials, reflecting the adverse conditions that generally surrounded the local economies. As can easily be gleaned from the plans shown here, the groupings of edifices that define the ridge’s settlement are largely characterised by the aggregation of buildings belonging to various owners, often intent on achieving a prominent position in the landscape.

\* Professor auxiliar e investigador da Universidade do Algarve (CEAUCP – CAM)



dois padrões distintos de povoamento. O monte, entendido enquanto unidade base de ocupação, adquire características dissemelhantes naquelas áreas: a oriente, no Caldeirão, corresponderá a um pequeno aglomerado que, especialmente nas zonas mais aplanadas, poderá contar com algumas dezenas de fogos; a ocidente, manter-se-á, quase sempre, enquanto unidade isolada, cessando o padrão dos pequenos aglomerados que dará lugar, entre extensas áreas livres de edificação, a diversas formas de dispersão (entre as quais se poderia distinguir, pela sua densidade, a que caracteriza o afloramento sienítico e a vertente sul de Monchique)<sup>2</sup>.

O contraste de povoamento registado entre as serras a ocidente e a oriente traduz as diferentes condições que distinguem a ocupação daquelas duas unidades durante o Antigo Regime e após as iniciativas régias do período tardo-medieval e da transição para o período moderno que, em vão, procuraram atrair novos moradores a uma serra subpovoada. De facto, o lento mas efectivo aumento demográfico que a serra do Caldeirão assistirá a partir de então, associado, em muitos casos, ao crescimento do número de fogos por assentamento, não terá a mesma expressão a Barlavento onde, se excluirmos as terras mais ricas de Monchique, as áreas serranas tenderão a manter as mesmas baixas densidades demográficas<sup>3</sup>.

Fig.1 Serra de Tavira em redor de Pedralva



## 1. A arquitectura da Serra do Atlântico ao Guadiana

Pese embora as dissemelhanças que, a nível do povoamento, possam distinguir diferentes áreas da Serra, alguns dos tópicos fundamentais de descrição da arquitectura tradicional acabarão ali por se manter genericamente nos diversos assentamentos. Poderíamos distinguir entre estes (numa primeira aproximação que não releve a dimensão diacrónica desta arquitectura) a prevalência das edificações com cobertura de uma água<sup>4</sup>, a sua pose atarracada<sup>5</sup>, a importância

<sup>1</sup> De acordo com a delimitação das unidades de paisagem proposta em estudo levado a cabo pelo Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora, a serra do Caldeirão integraria também a *serra de Odemira*, constituindo uma subunidade integrada nas “Serras do Algarve e do Litoral Alentejano”: Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira (coord.), “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume V”. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, pp. 173-178.

<sup>2</sup> Considerem-se os diferentes tipos de povoamento delimitados por Mariano Feio nas serras a Barlavento: Mariano Feio, “Le Bas Alentejo et l’Algarve”. Évora: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, Carte V, “Répartition des types d’habitat”.

<sup>3</sup> Ver a este propósito, Joaquim Romero Magalhães, “O Algarve económico. 1600-1773”. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 116-118.

<sup>4</sup> Orlando Ribeiro, “Geografia e civilização – Temas Portugueses”. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 63.

<sup>5</sup> Mariana Amélia Machado Santos, “O Barranco do Velho - tentativa de estudo duma pequena região portuguesa”, Separata da Revista Biblos. Coimbra: Coimbra Editora. Volume VIII. Nº 1-4 (1932), p. 17.

do processo de gradual justaposição de construções<sup>6</sup> ou o exíguo número de vãos restringido, muitas vezes, à porta de entrada<sup>7</sup>. A descrição da casa da Serra será organizada, em diferentes abordagens, por contraposição à casa do *Algarve*, reconhecendo, especialmente, o seu carácter mais despojado ou severo<sup>8</sup> associado, por vezes, à menor expressão de alguns dos elementos mais comuns e valorizados na arquitectura da orla meridional, como sejam a platibanda, a açoteia ou a chaminé rendilhada<sup>9</sup> e até mesmo os revestimentos de cal<sup>10</sup>. Tomar-se-ão, neste caso, como referência da arquitectura do Baixo Algarve, os modelos então mais conhecidos e divulgados que, na realidade, correspondem a um período bem demarcado que se prolonga desde finais do século XIX ao terceiro quartel do século XX, não levando em linha de conta a diversidade tipo-morfológica decorrente do próprio processo histórico. Privilegia-se, assim, no confronto entre os conjuntos edificados da Serra e do Algarve, a fisionomia de diferentes edificações, reconhecendo a importância das casas de fachada que, implantadas ao longo das vias ou dispersas na paisagem, se difundiam então de forma expressiva, especialmente no Baixo Algarve. Nalguns casos, juntar-se-á, no entanto, a estes tópicos, a própria caracterização do ambiente interno ou a organização do espaço doméstico, experimentando, pontualmente as semelhanças entre a arquitectura das duas zonas<sup>11</sup>.

Ao nível da organização dos espaços e ao nível morfológico, far-se-á recorrentemente referência, na descrição da arquitectura da Serra, à relevância do processo de adição progressiva de construções na conformação dos conjuntos edificados, relevando a organização da habitação em diferentes níveis de pavimento ou a composição dos diversos planos de cobertura inclinada<sup>12</sup>. Este processo aditivo de construção do monte acabará por se confirmar como uma das características fundamentais desta arquitectura, traduzindo-se nas plantas dos diversos assentamentos em composições não seriais de células que adquirem, em cada caso, dimensões e topologias próprias. Na realidade, antes da generalização da casa de fachada com cobertura de duas águas simétricas<sup>13</sup> de planta rectangular que renuncia claramente a este princípio, muitos dos conjuntos do Baixo Algarve eram caracterizados por um processo idêntico de justaposição de diversos corpos

edificados, mais ou menos evidente através do seu perímetro irregular ou dos diferentes planos de cobertura. Este processo adquirirá particular relevância num período que se estende da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, quando se generalizam as coberturas planas em abóbada ou sobre dormentes que, nalguns conjuntos, poderão aparecer associadas aos sistemas até então mais correntes como os telhados de uma ou duas águas ou até os telhados de tesouro<sup>14</sup>. Por comparação à diversidade de sistemas de cobertura que marcava então a arquitectura do Baixo Algarve (com evidentes repercussões ao nível das geometrias e dimensões dos diferentes espaços), a combinação de construções na Serra compreende um leque bem mais restrito de soluções confinado às coberturas prevalecentes de uma água e às coberturas de duas águas com pau de fileira que, em muitos casos, adquirirão especial relevância num primeiro tempo de construção destes conjuntos edificados<sup>15</sup>. O que neste contexto acabará por distinguir os montes da Serra e, especialmente, os montes da serra do Caldeirão – marcada, como vimos, pelo povoamento dos pequenos aglomerados – é o modo como o processo de sucessiva agregação de células marcará, não apenas o crescimento de uma determinada habitação mas a relação entre as habitações de diferentes proprietários, conformando uma estrutura intrincada que se poderá estender a todo o aglomerado.

Os montes da serra de Tavira, para nos reportarmos agora ao objecto específico deste artigo, corresponderão quase sempre a esta organização, sendo formados por diferentes conjuntos edificados onde se juntam ou juntavam as habitações dos diferentes proprietários das pequenas explorações disseminadas em seu redor. Na maior parte dos casos, estas habitações eram constituídas por quatro ou cinco compartimentos, entre os espaços da habitação e as dependências agrícolas, que por vezes se combinavam numa mesma unidade mas que muito frequentemente se dispersavam em diferentes conjuntos edificados. De um modo geral, estas moradas acabavam por adquirir dimensões exíguas, especialmente quando considerámos o número de habitantes que albergavam, pelo que, frequentemente, acabavam por transbordar para o exterior, tomando especialmente o espaço de frente da casa



de fora marcado pela presença do poial e do forno de pão (fig. 2), ao mesmo tempo que certas dependências (como, por exemplo, os palheiros) serviam frequentemente como espaços de dormir.

Considerados num espaço territorial mais vasto que compreenda as regiões vizinhas do Baixo Alentejo e do Baixo Algarve, os montes serranos corresponderão a uma arquitectura tradicional de poucas variantes quase sempre legível a partir dos mesmos modelos interpretativos. Esta condição poderá, antes de mais, ser entendida a partir de um quadro mais subtil de contrastes que a nível das economias tradicionais, do tecido social local ou do próprio povoamento (entendido a partir da hierarquização dos aglomerados), distingue a área serrana das unidades geográficas mais próximas. Descrita, em diferentes momentos da sua história, enquanto paisagem de esteva, a Serra aparecerá quase sempre associada a padrões de ocupação assentes em pequenas comunidades, incapaz de suportar o desenvolvimento de aglomerados de dimensão considerável. Deste modo, no âmbito do estudo do património construído serrano, não se poderá registar, como nas regiões contíguas, o contraste entre as tipologias rurais e as tipologias

<sup>6</sup> Orlando Ribeiro, "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas". 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998, p. 94; Cristiana Bastos, "Os montes do Nordeste Algarvio". Lisboa: Cosmos, 1993, p. 153.

<sup>7</sup> Francisco Keil do Amaral [et al.], "Arquitectura Popular em Portugal". Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961, vol. 2, pp. 331-332.

<sup>8</sup> Dan Stanislawski, "Portugal's other kingdom: The Algarve". Texas: University of Texas Press, 1963, p. 44.

<sup>9</sup> Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, "Arquitectura tradicional portuguesa". Lisboa: Dom Quixote, 1994, pp. 170-171; Dan Stanislawski, Ob. cit., pp. 47, 217.

<sup>10</sup> Manuel Viegas Guerreiro, "Uma excursão à serra do Algarve". Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1991, p. 8.

<sup>11</sup> Dan Stanislawski, Ob. cit., p. 44.

<sup>12</sup> Considere-se, por exemplo, a caracterização destes conjuntos constante no Inquérito à Arquitectura regional Portuguesa: Francisco Keil do Amaral [et al.], Ob. cit., p. 331.

<sup>13</sup> Orlando Ribeiro, Ob. cit. na nota 4, p. 62.

<sup>14</sup> Veja-se a este propósito: João Vieira Caldas, "A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve". Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2007. Dissertação para a obtenção do grau de doutor em Arquitectura, p. 193.

<sup>15</sup> Miguel Reimão Costa, "Das casas de trave às casas de espigão: processos de transformação dos montes da serra do Caldeirão". Promontoria. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Nº 5 (2007), p. 305-328.

Fig. 2 Habitação no Montinho do Cravo



edificadas dos aglomerados urbanos objecto de processos característicos de densificação no interior de uma estrutura viária e predial preponderante. As aldeias e os montes serranos são marcados por um processo mais livre em que, como se verá, será frequentemente o próprio processo de edificação, considerando as suas topologias e métricas próprias, que acabará por estabelecer a estrutura de vias e parcelas do conjunto, privilegiando a adição em extensão e renunciando quase sempre ao sobrado e ao segundo piso.

O característico povoamento da Serra não poderá, naturalmente, ser dissociado das condições ditadas por um território de escassos recursos traduzindo-se, como noutras regiões de montanha, numa economia de subsistência e de poucos rendimentos. A estrutura predial compreende o domínio das pequenas explorações dispersas, muitas vezes, num número considerável de parcelas mais ou menos distantes. A grande propriedade não estava, no entanto, ausente da maior parte das subunidades da Serra, onde alguns montes constituíam o conjunto edificado sede de uma herdade, não correspondendo assim ao típico assentamento local formado pela concentração das edificações de diferentes seareiros. Mas mesmo estas herdades – muitas das quais contavam ainda, no início do século passado, com algumas centenas de hectares – não poderiam ser equiparadas às propriedades maiores das regiões vizinhas, especialmente quando se tem em linha de conta os magros proveitos disponibilizados pelos solos de vertentes pobres e esqueléticas. Considerados no contexto da Serra, os lavradores, maiores proprietários, adquiriram preponderância na economia local – como ainda hoje é possível constatar a partir dos testemunhos dos habitantes destes lugares – contratando assalariados e *aforando* terras à razão aos moradores nos montes vizinhos. Fora desta região sertaneja, no espaço alargado à área meridional do país, o lavrador serrano perderá relevância, não sobressaindo de forma expressiva de entre as comunidades onde se integrava. Tanto mais que, a partir da segunda metade do século XIX, grande parte destas herdades será objecto de sucessivos e expressivos processos de parcelamento, em parte devido a um desígnio de divisão muito próprio da cultura serrana<sup>16</sup> e em parte porque estas terras não suportarão o aparecimento

de explorações relevantes constituídas por várias herdades que tornasse menos determinante a sucessão de ciclos de partilha. É por todas estas razões que o contraste da dimensão predial contribuirá aqui de forma bem mais modesta que nas áreas rurais das regiões vizinhas para uma diversidade tipomorfológica de arquitecturas.

Os conjuntos edificados serranos tradicionais constituem, assim, uma arquitectura despojada, reduzida, em muitos casos, ao essencial, traduzindo deste modo as difíceis condições de vida dos seus proprietários. Até finais do século XIX, esta condição assentava, em grande medida, no recurso a materiais tomados ou produzidos na Serra. Desde as paredes de alvenaria de xisto (prevalentes a Sotavento) ou de taipa (especialmente a Barlavento), aos pavimentos de terra ou de lajes de xisto, aos madeiramentos da cobertura recorrendo às espécies autóctones (com expressão distinta nas diferentes subunidades de árvores como o castanheiro, o sobreiro, a azinheira ou ainda o freixo, a faia ou o medronheiro), com *ripados* de esteva ou de canas, em *pulo de rato* ou *caniço cerrado*, recorrendo a telhas (provenientes, pelo menos em parte, dos telheiros locais), mas também a materiais vegetais empregues especialmente em dependências não habitacionais. De um modo geral, as habitações estavam, como vimos, desprovidas de janelas, adquirindo nos diferentes espaços interiores uma gradação de luz a partir da porta aberta da casa de fora. Visto do exterior, o monte pouco acrescentava à sucessão de planos de coberturas e fachadas, estas frequentemente de pedra à vista com os vãos escuros das portas ladeadas de poiais (fig. 3). Defronte, um *pátio* aberto contínuo às diferentes habitações, polarizado pela presença de um forno de pão comum apartado era, muitas vezes, desprovido de qualquer pavimento para além do próprio afloramento rochoso.

Os conjuntos edificados serranos acabarão, também, por ser contagiados pela transformação que marca a arquitectura rural das regiões vizinhas e, em particular, do Baixo Algarve, a partir de finais do século XIX. Este processo tanto adquirirá importância ao nível da organização espacial (com a gradual preponderância de uma lógica partitiva e da presença de paredes não estruturais na compartimentação dos espaços), como se reflectirá na mudança dos ambientes interiores e da





Fig. 3 Monte das Casas Altas

imagem exterior de inúmeros edifícios (fig. 4). Muitos destes aglomerados acabarão por revelar a importância dos novos modelos – quer nas edificações preexistentes que marcam as zonas de maior densidade do monte, quer nas novas construções que se dispersam em seu redor – através da presença mais ou menos pontual de elementos ou temas até então ausentes ou praticamente ausentes, como a chaminé de pano ou o *chupão* e a fachada de vãos emoldurados e evidentes preocupações compositivas, pontualmente coroadas por platibandas. Será também progressivamente mais relevante o transporte de materiais para a construção provenientes do exterior, quer a partir das novas vias carroçáveis, quer no dorso dos animais ao longo das antigas veredas, quer ainda através do rio que servia toda a área do Baixo Guadiana. Contam-se entre estes a cal (cada vez mais empregue nos revestimentos exteriores), os barrotes de pinho e eucalipto, os ladrilhos e as telhas ou as cantarias de calcário. Mas, como já anteriormente notámos, os conjuntos serranos acabarão quase sempre por manter o seu carácter despojado por comparação às edificações coevas dispersas no Baixo Algarve adquirindo, mesmo nas *casas de fachada*, uma expressão bem mais modesta (desprovida na maior parte dos casos dos elementos decorativos, das platibandas, dos socos e das cimalthas ou da cor e dos fingidos nos revestimentos exteriores) e restringindo frequentemente a semelhança com a arquitectura da orla meridional do Algarve à organização interna e à composição simétrica da fachada. Na Serra, as casas



Fig. 4 Habitação no monte de Vale de Ebro

mais exuberantes, equiparáveis a muitas das habitações de proprietários *remediados* do Litoral ou do Barrocal, pertencerão, geralmente, aos maiores lavradores locais, correspondendo assim a um número relativamente reduzido.

## 2. Os montes dos *limites* e a serra do antigo termo de Tavira

A serra de Tavira constitui, como vimos, uma das subunidades passíveis de serem delimitadas no interior da unidade maior da *serra algarvia*. Distingue-se das serranias do Baixo Guadiana a oriente e a nordeste onde as vertentes, por vezes abertas em achadas mais favoráveis, beneficiam da maior proximidade do rio, diferenciando-se também das serras mais húmidas e florestadas a ocidente que se elevam progressivamente à cumeada principal do Caldeirão. Na realidade, poder-se-á dizer que a serra de Tavira corresponde à subunidade que mais expressivamente congrega o conjunto das características consideradas genericamente na descrição da Serra, tomando, como nenhuma outra, a orografia dos montículos apertados, as encostas de declives pronunciados de solos esqueléticos e pouco arborizados, ou os vales encaixados pontuados por hortas acanhadas. É também a partir das próprias características físicas do território que, a

<sup>16</sup> Estanco Louro, “O livro de Alportel: monografia de uma freguesia rural – concelho”. 3<sup>o</sup> ed. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1996, p. 134.

nível do povoamento e das estruturas antrópicas, se poderão reconhecer as especificidades da serra de Tavira que se contava entre as zonas sertanejas mais difíceis no quadro das economias tradicionais. Os montes tenderão a ter aqui um número mais reduzido de fogos relativamente às restantes subunidades da serra do Caldeirão. A estrutura predial é marcada por um expressivo parcelamento, correspondendo a uma trama de parcelas exíguas, onde se encontram ausentes as courelas maiores resultantes do *desmembramento* das herdades que se poderão reconhecer nas áreas vizinhas.

Fig. 5 Monte do Zimbral

Fig. 6 planta do monte do Zimbral. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2003 e 2006 por Miguel Reimão Costa, Stefano Malobbia e Nuno Reimão Peres



Os pequenos aglomerados encontram-se frequentemente implantados num afloramento sobranceiro a uma zona de maior aptidão agrícola, beneficiando de um vale mais largo ou de uma área de vertentes menos pronunciadas. O monte do Zimbral compreende muitos dos temas comuns aos assentamentos da serra de Tavira, ainda que adquira uma dimensão maior à que é comum nesta subunidade (fig. 5). O conjunto das diferentes edificações retoma uma linha de fecho de direcção norte/sul com a grande maioria das habitações a abrirem as suas portas ao sol nascente (fig. 6). O assentamento,



que hoje vemos estender-se a toda a zona aplanada do festo, foi anteriormente constituído por dois núcleos autónomos afastados em cerca de cinquenta metros. As habitações concentram-se no núcleo norte, especialmente nos dois conjuntos edificadas de maior dimensão, onde se caldeavam células de diferentes proprietários. O núcleo meridional era constituído por dependências, em grande parte por palheiros, que tanto se poderiam alinhar nos conjuntos de células de planta rectangular como dispersar, mais a sul, em construções de planta rectangular ou circular. Alternando com estas, encontravam-se as diferentes eiras de pisoteio, nalguns casos, perceptíveis ainda hoje pelas superfícies aplanadas dos afloramentos desbastados.

O modo como o conjunto dos palheiros e das eiras dos diferentes moradores do monte se juntavam, formando um núcleo mais ou menos autónomo, é um tema que poderemos reconhecer em inúmeros lugares da Serra. De um modo geral eram conformados por construções com cobertura de materiais vegetais que tanto poderiam corresponder a coberturas de duas águas com pau de fileira como a coberturas cónicas (fig. 7). A área serrana do concelho de Tavira constitui, de resto, uma das subunidades do Caldeirão onde mais se conservam os palheiros de planta circular (tendo sido possível identificá-los em 66 dos cerca de 160 montes ali existentes), quase sempre já desprovidos da sua cobertura de colmo. Esta organização, em que o conjunto dos palheiros e das eiras (ou, noutros casos, dos pocilgos) dos diferentes moradores se concentravam num determinado lugar mais ou menos próximo do monte remete para uma cultura do espaço comum que acabará por perder relevância durante o século passado.

Fig. 7 Palheiro em Mealha, Cachopo, Tavira



No entanto, em muitos dos lugares da serra de Tavira, as comunidades locais conservam ainda hoje a memória dos *limites do monte*, retomando, entre cerros e barrancos, os pontos e as linhas desse perímetro na paisagem. Segundo dizem, os *limites do monte* corresponderiam, num dado momento, ao conjunto das terras propriedade dos residentes daquele monte, conformando uma área de recursos confinada pelas áreas idênticas afectas aos montes vizinhos. A reminiscência destes *limites*, recordados ainda hoje na paisagem de muitos montes, é uma usança notável, tanto mais que o encadeamento de diversas gerações se encarregaria de caldear, por casamentos, parcelamentos, vendas, trocas ou compras, a vinculação do monte aos seus *limites*, convertendo o património de muitas das famílias residentes nestes aglomerados numa exploração de parcelas dispersas por áreas de diferentes montes. Manter-se-ão, no entanto, na memória local como expressão de uma identidade que se estende do assentamento a um território que lhe pertence, registando um sentimento particular de percepção e apropriação da paisagem evidente também na relação com as comunidades dos lugares vizinhos.

De qualquer modo, a memória dos *limites do monte* não se estende a toda a Serra. Na realidade, a referência a este termo torna-se particularmente ajustada a um artigo subordinado ao tema dos montes de Tavira, já que é numa área aproximada às serranias do concelho daquele centro que foi possível registar o conjunto dos lugares onde subsiste a sua memória. De facto, a referência aos *limites do monte* cessa na orla ocidental da freguesia de Santa Catarina, estendendo-se para a área nordeste do concelho de São Brás de Alportel (em redor do monte das Lajes), desaparecendo depois para norte da ribeira de Odeleite (salvo na área em redor da aldeia de Cachopo a que mais tarde faremos alusão), enquanto que para sul da mesma se conservará ainda na faixa meridional do concelho de Alcoutim (em parte da freguesia de Vaqueiros) e na faixa ocidental do concelho de Castro Marim (em parte da freguesia de Odeleite). Ora, o perímetro que acabámos de delinear corresponde justamente às extremas do antigo termo de Tavira antes da sua alteração em 1836 no âmbito das reformas administrativas liberais<sup>17</sup>, pelo que a figura dos *limites do monte*, conforme a temos descrito, remete para o território da serra de

Tavira ao tempo do Antigo Regime. A mesma serra, portanto, que D. Manuel havia doado à Câmara de Tavira e que esta, por sua vez, *entregara* a um donatário que passara então a receber a parte devida das colheitas dos *colonos*.

Não será por isso de estranhar que os *limites do monte* estejam associados ao Alvará Régio de 13 de Março de 1772, episódio da história que, justamente, mais tem servido para distinguir a serra de Tavira no contexto das serranias entre Alentejo e Baixo Algarve. Por esta via, a serra do antigo termo de Tavira será entregue ao povo ou, dito de outro modo, àqueles que eram então os seus moradores, com todas as implicações que daí poderão resultar a nível da história da paisagem. De facto, naquele documento, para além de se proceder a uma breve resenha da ocupação deste território desde o reinado de D. João I, reconhecer-se-á razão aos habitantes dos seus montes que "atormentados [...] com os abusos, e opressões" reclamam contra aqueles que, então e por circunstâncias diversas, se encontravam à "posse da sobredita Serra", entregando-lhes, por fim, "o pleno domínio e posse dos prédios por eles habitados"<sup>18</sup>. Algumas décadas depois, Silva Lopes, retomando as palavras daquela *Carta*, acrescentará que "começarão desde então estes povos a respirar, passando de simples colonos, que até alli erão, a perfeitos proprietários; e a cultura foi levada a tal incremento, que ao presente está em grande parte povoada de vinhas, figueiras, oliveiras, amendoeiras, e alfarrobeiras; não tanto porém como podia ser, se aproveitassem por meio da enxertia a grande quantidade de zambujeiros, e chaparheiros [...]"<sup>19</sup>.

Os *limites do monte* corresponderão à demarcação, no território, da área afecta a cada monte, que deverá ter ocorrido em resultado da doação da serra de Tavira (confinada ao seu antigo termo) aos seus moradores no reinado de D. José. Ambicioso projecto seria o de, monte após monte, reconstituir pelo desenho essa rede alveolar, notando como, em cada caso, se poderá ou não rebelar aos festos e talvegues. De qualquer modo foi possível desenhar os *limites do monte* da Várzea da Azinheira<sup>20</sup>, pequeno lugar com menos de uma dezena de habitações, localizado a alguns quilómetros a sul da ribeira de Odeleite (fig. 8). Confrontam com os *limites dos montes* de Carne Cerva e Tafe a sul, de Cabeça Gorda a nascente, de Taipas a



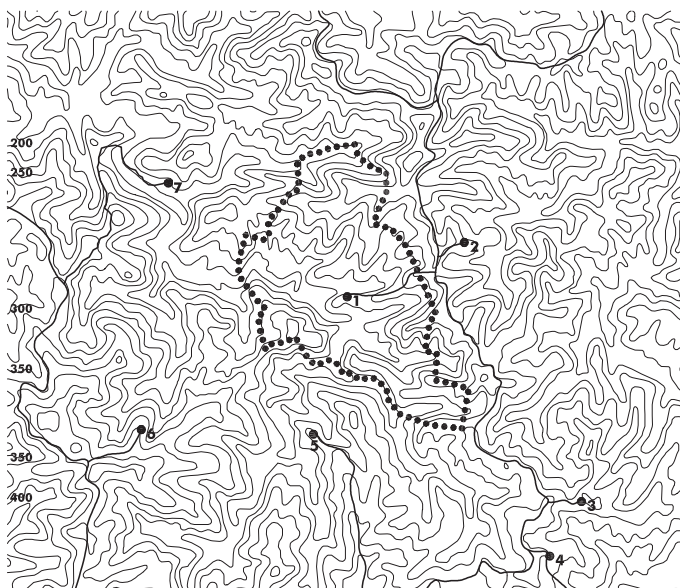


Fig. 8 Planta de delimitação dos limites do monte da Várzea da Azinheira. 1 Várzea da Azinheira 2 Cabeça Gorda 3 Eira Chã 4 Tafe 5 Carne Cerva 6 Peralva 7 Marrocos. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2006 com Manuel Joaquim de Jesus

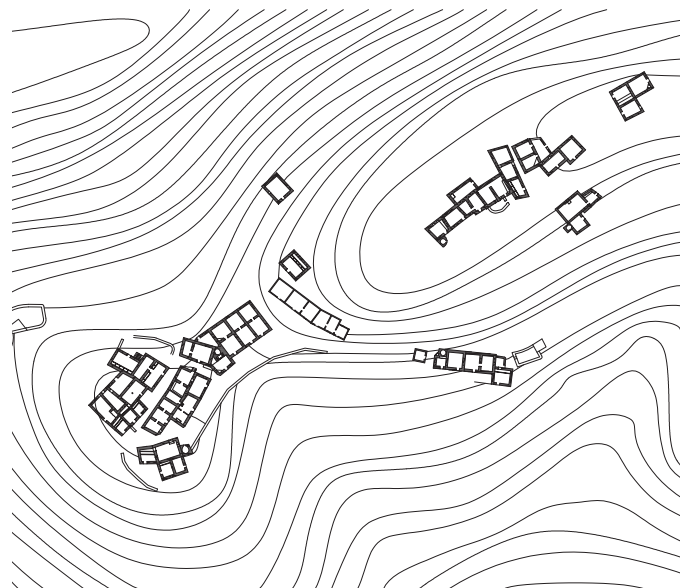


Fig. 9 Planta do monte de Várzea da Azinheira, Tavira. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2006 por Miguel Reimão Costa e José Maria Lopes da Costa

norte e de Marrocos e Pedralva a nascente, correspondendo a uma superfície de cerca de 222 hectares que se aproxima do valor médio da superfície por monte calculado para a serra de Tavira equivalente a 243 hectares.

Ao centro deste círculo, o monte da Várzea da Azinheira constitui um pequeno aglomerado organizado em dois núcleos distintos (fig. 9). O monte de Cima, hoje abandonado, correspondia em grande parte a um alinhamento de *casas* de cobertura de duas águas com pau de fileira ao qual se juntavam algumas células de uma só vertente. Algumas das edificações mais antigas remetem aqui para a imagem dos montes de outrora, marcadas pelo baixo pé-direito, pelo desenho retorcido da trave e dos caibros, pela ausência de qualquer revestimento no exterior (em contraste com as paredes interiores *cafeladas*), pela presença do forno de pão com abóbada de pedra e pela inexistência de qualquer intervenção ao nível do espaço exterior onde o afloramento se oferece

em diferentes estratos à erosão. A cota inferior, o monte de baixo mantém-se ainda ocupado. Os diferentes conjuntos edificadas são aqui marcados pela composição de células de uma água, distinguindo-se aqueles a ponte, correspondentes às dependências dos palheiros e das ramadas (fig. 10), daqueles a nascente onde se concentravam as habitações dos diferentes

<sup>17</sup> Cf. Arnaldo Casimiro Anica, "Tavira e o seu termo – Memorando histórico". Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1993, pp. 12-24. Em relação à área do actual concelho de São Brás de Alportel até então integrada no termo de Tavira, ver Estanco Louro, Ob. cit., pp. 59-61.

<sup>18</sup> Arquivo Municipal de Tavira, "Livros da Câmara", Livro de Registo da Câmara n.º 3 Folha 136 verso.

<sup>19</sup> João Baptista da Silva Lopes, "Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve" [1841]. Faro: Algarve em Foco, 1988, p. 365.

<sup>20</sup> O autor agradece ao senhor Manuel Joaquim de Jesus, residente na Várzea da Azinheira, a jornada de demarcação na paisagem dos *limites* do seu monte em 15 de Junho de 2006.

proprietários, cujas paredes rebocadas e caiadas, abertas pelas portas das casas de fora e do fogo, marcam a fachada sudeste do monte. No conjunto dos dois núcleos, a Várzea da Azinheira compreendia, no segundo quartel do século passado, um total de oito habitações. Ainda que podendo corresponder a disposições bastante dissemelhantes, tal como é comum na generalidade dos montes do Caldeirão, a maior parte das habitações era constituída por dois ou três compartimentos (casa de fora, casa de fogo e casa de dentro), em geral complementadas pelas dependências agrícolas (palheiro e *ramada*). Como variantes extremas desta composição de base poderíamos encontrar, no monte de cima, uma *morada* de um único compartimento e, no monte de baixo, uma habitação constituída por sete compartimentos dispersos em diferentes conjuntos edificadas, a que se juntavam algumas construções agrícolas, uma das quais, com sobrado de canas, encontra-se

implantada na ladeira entre os dois núcleos do aglomerado.

Esta habitação de maiores dimensões pertencia ao que é costume designar na Serra por lavrador remediado. De facto, ainda que no interior serrano do antigo termo de Tavira, o proprietário das grandes explorações estivesse ausente, nalguns montes faz-se menção à presença do lavrador remediado, proprietário de uma exploração maior disseminada em pequenas parcelas que, de qualquer modo, não era comparável às propriedades maiores características, por exemplo, da área a norte da ribeira de Odeleite. Se em diferentes circunstâncias se tem assinalado a importância da pequena propriedade na caracterização dos modos de vida e dos sistemas de produção tradicionais característicos das serras entre Baixo Alentejo e Baixo Algarve, em nenhum lugar adquirirá a mesma expressão que tem no sertão do antigo termo de Tavira, onde, como vimos, uma apertada trama de parcelas exíguas se estende

Fig. 10 Monte da de Várzea da Azinheira, Tavira





continuamente numa complexa organização de explorações multi-prediais. Ainda que o cadastro do concelho de Tavira não tenha chegado a entrar em vigor, as secções cadastrais relativas às áreas das freguesias dos concelhos vizinhos – as *freguesias de canto*<sup>21</sup> – que, antes de 1836, integravam a serra de Tavira atestam esta sucessão de parcelas diminutas. É o que ocorre na orla meridional da freguesia de Vaqueiros, pontuada por diferentes lugares, como o Vale da Rosa, onde ainda hoje se regista a memória dos *limites do monte*. Este aglomerado é também constituído por dois núcleos distintos implantados em zona de vertente e distanciados em cerca de cem metros (fig. 11). E tal como ocorria com a Várzea da Azinheira, também aqui se registava a presença de um lavrador remediado. Os *currais* de vacas e de cabras de dimensão considerável e o forno de pão dissociado com alpendre que se encontram no núcleo a noroeste enunciam, de algum modo, a maior relevância desta exploração, ainda que, a nível da arquitectura da habitação, este conjunto não se distinga consideravelmente das restantes edificações do monte quase sempre formadas por adunção de construções de uma água.

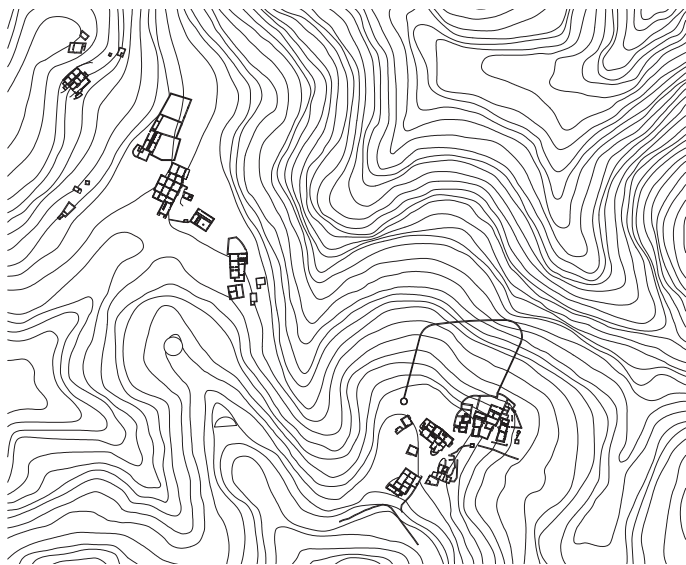


Fig. 11 Planta do monte do Vale da Rosa. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2004 para a publicação "Património Rural Construído do Baixo Guadiana" por Alexandre Miguel Costa, Eugénia Rodrigues Teixeira, Fernando Vítor Ribeiro, Marta Rodrigues dos Santos, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia

Montes como os da Várzea da Azinheira ou do Vale da Rosa acabarão por confirmar a tendência para uma menor dimensão dos aglomerados localizados no interior do antigo perímetro da serra de Tavira, o que se torna particularmente evidente quando se consideram, em contraponto, os montes maiores do Baixo Guadiana e, especialmente, do planalto que se estende de Martinlongo até quase a Alcoutim. Associada a esta menor dimensão média dos aglomerados, é de notar que a sua distribuição no território se caracteriza aqui por uma rede mais apertada de núcleos (correspondendo a 41 assentamentos por cada 100 km<sup>2</sup> em contraste com os cerca de 20 núcleos por 100 km<sup>2</sup> que conformam a ocupação das restantes subunidades do Caldeirão). O povoamento da serra do antigo termo de Tavira é, deste modo, marcado por uma rede indiferenciada e pouco hierarquizada de montes mais próximos e mais pequenos, onde se nota a ausência de uma sede de freguesia<sup>22</sup> ou de qualquer aglomerado que acabasse por adquirir preponderância sobre os demais.

Em algumas das zonas das vertentes mais próximas do Baixo Algarve, este povoamento mais antigo poderá dar lugar a uma dispersão mais recente com origem em finais do século XIX (e que nalguns casos se tem densificado nas últimas décadas), como é especialmente evidente nas freguesias da Conceição e de Santa Catarina da Fonte do Bispo. Em muitos casos, os novos conjuntos corresponderão ao edifício com telhado de duas águas simétricas sobre parede de cumeeira que, como vimos, terá cada vez maior relevância na arquitectura do Algarve. Em certos casos, esta forma *acabada* não resistirá, mesmo durante este período, a alguns dos temas fundamentais da arquitectura da serra do Caldeirão, não escapando ao parcelamento da habitação entre descendentes, à adunção de novas células de uma água ou, em limite, ao aparecimento de novas construções em seu redor que tenderá a converter um conjunto de uma só habitação num monte onde coexistem diferentes núcleos familiares ligados entre si, pelo menos num primeiro tempo, por laços de parentesco.

<sup>21</sup> Livro de Guias de Trânsito para Espanha da Administração do Concelho de Tavira, 1917. Cota A/III/5. Arquivo Municipal de Tavira - CMT

<sup>22</sup> um dado momento chegou a ser equacionada a criação de uma sede de freguesia no monte de Tafe (próximo da Várzea da Azinheira) por divisão da freguesia de Santa Maria: Joaquim Romero Magalhães, Ob. cit., p.105.

É o que ocorre com o monte da Rocha dos Corvos implantado num pontal sobranceiro à ribeira da Gafa, no limite nascente do concelho, a norte da mata da Conceição (fig. 12). A primeira edificação, ao centro, constitui uma habitação com cobertura de duas águas organizada em duas alas compartimentadas por paredes maciças de alvenaria de xisto (em lugar das paredes ligeiras de adobes correntemente associadas a esta tipologia). Mais a sul, apartado da habitação, o palheiro de planta circular formava uma unidade com a eira contígua de terra. A construção gradual de novas edificações ocorrerá no segundo e terceiro quartéis do século passado, convertendo o conjunto original (onde cada uma das duas alas passarão a integrar uma habitação diferente) num elemento de separação de dois ambientes distintos pertencentes a proprietários diferentes. Ainda que associado a uma organização espacial muito particular, o monte da Rocha dos Corvos confirmará assim, mesmo neste período, a permanência de um dos sistemas fundamentais de construção da arquitectura serrana, em que o processo de parcelamento e posterior ampliação das edificações originais adquirem uma importância decisiva no crescimento destes aglomerados (fig. 13).

### 3. Os montes de lavrador, os montes de caseiros e os montes da herdade de Cachopo

Atravessando a ribeira de Odeleite para norte, deixando para trás as vertentes do antigo termo de Tavira, registaremos uma transformação do padrão de ocupação do território associada à tendência para uma maior hierarquização do povoamento. Os montes, agora mais espaçados, adquirirão frequentemente uma dimensão maior que a sul da ribeira, contando, por vezes, com algumas dezenas de fogos. Coexistindo com estes aglomerados maiores, veremos também surgir outros assentamentos de dimensões mais modestas que eram, em muitos casos, habitados por lavradores ou caseiros ligados a explorações relevantes no contexto da Serra. Esta alteração é, portanto, consonante com a própria estrutura predial, já que fora do antigo termo de Tavira as áreas mais compartimentadas passarão a alternar com outras de courelas maiores, quase sempre resultantes do parcelamento de



Fig. 12 Planta do monte da Rocha dos Corvos. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2004, por Alexandre Miguel Costa, Eugénia Rodrigues Teixeira, Fernando Vítor Ribeiro, Marta Rodrigues dos Santos, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia



Fig. 13 Monte da Rocha dos Corvos



antigas herdades, naquela que corresponderá à organização predominante na Serra. É o que ocorre, para oriente, no Baixo Guadiana, e para ocidente, na cumeada principal do Caldeirão ou, mais distante, na serra de São Barnabé, já na província alentejana. É também o que ocorre nas freguesias próximas de Vaqueiros, Giões e Martinlongo, que constituem a metade ocidental do concelho de Alcoutim, ou ainda na freguesia de Cachopo cuja superfície, a norte da ribeira de Odeleite, integrou o mesmo concelho até 1836. Ora, como referia Silva Lopes, em 1841 "Quasi todo o terreno desta villa [de Alcoutim] está repartido em herdades, que erão da Casa do Infantado, muitas das quaes tem excellentes valles com mananciaes de agua; estão porém em perfeito abandono, admitindo cultura de regadio com agua de pé"<sup>23</sup>.

Assim, tal como as freguesias que hoje fazem parte do concelho de Alcoutim<sup>24</sup>, também as serranias de Cachopo eram marcadas pela presença de diferentes herdades da Casa do Infantado que, antes do fim do Antigo Regime, se encontravam emprazadas por contratos de três vidas, como ocorria, por exemplo, com a herdade de Alcaria Alta (da qual aquela casa recebia dezoito alqueires de trigo que passaram a vinte a partir de 1780)<sup>25</sup>. Serão, em grande medida, estas herdades que, depois de incorporadas na Fazenda Nacional e vendidas

em hasta pública com o advento do Liberalismo, acabarão por, directa ou indirectamente, suscitar o aparecimento do lavrador proprietário e residente na Serra. Na freguesia de Cachopo, e para além de Alcaria Alta, deverá ter sido ainda o caso das herdades de Estraga Mantens<sup>26</sup>, Afonso Martins, Seixo e João Mins<sup>27</sup>, ou ainda de outras cujos topónimos se conservaram na tradição local, por vezes associados a montes de lavrador, como Corte Pequena, Valeira, Luzio (entre vale de Odre e Montinho do Cravo) ou Seiceira. De um modo geral, as herdades da Serra acabarão, mais tarde ou mais cedo, como vimos, por ser objecto de sucessivos processos de divisão que, a

<sup>23</sup> João Baptista da Silva Lopes, Ob. cit., p. 396.

<sup>24</sup> Sobre as herdades da Casa do Infantado no actual concelho de Alcoutim, ver: Carminda Cavaco, "O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar". Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976, p. 129; António Miguel Ascensão Nunes, "Alcoutim, capital do Nordeste Algarvio (subsídios para uma monografia). Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, 1985, pp. 166-167.

<sup>25</sup> Arquivo Particular (Alcaria Alta), "Carta de Emprazamento em vida de tres pessoas [da Erdade chamada de Alcaria Alta]. Lisboa, dois de Dezembro de 1780, fls 4, 6.

<sup>26</sup> Referida enquanto herdade nas Memórias Paroquiais: ANTT, "Memórias Paroquiais de 1758", vol. 10, n.º 234, fl. 1580.

<sup>27</sup> Referidas na carta de emprazamento de Alcaria Alta: Arquivo Particular (Alcaria Alta), Ob. cit. fls 2-3.



Fig. 14. Monte do Seixo



Fig. 15. Monte de Estraga Manténs

nível do conjunto edificado, se poderão traduzir na organização de um monte constituído por diferentes habitações. Por vezes, o parcelamento das maiores propriedades resultará num assentamento constituído pelos conjuntos edificados de diferentes caseiros associados a diferentes courelas, como ocorria no monte do Seixo (fig. 14). Nalguns casos, poderão surgir montes de lavrador que, como os Estevais, acabarão por praticamente se restringir às habitações dos herdeiros de um mesmo proprietário. Noutros casos, o monte converter-se-á num assentamento onde, num dado momento, poderiam coexistir lavradores e caseiros, como ocorre com o monte de Estraga Manténs (fig. 15).

Ainda que esta solução não fosse muito comum na Serra da primeira metade do século passado (ao contrário do que ocorria frequentemente em montes das regiões vizinhas do Baixo Algarve ou do Alentejo), também o monte de Alcaria Alta, localizado a menos de 5 quilómetros a sul de Cachopo, juntava as habitações dos caseiros ao conjunto edificado do lavrador. Alcaria Alta da Serra (assim designada entre os habitantes destes lugares para diferenciá-la da Alcaria alta do Campo, situada no planalto de Giões, já para lá da ribeira da Foupana) retoma uma situação comum a diversos aglomerados serranos, ocupando um dos cabeços mais altos a sul da cumeada entre Foupana e Odeleite, a partir do qual desfrutava da visão alargada sobre as terras da herdade. O conjunto das diferentes edificações privilegiava, uma vez mais, a orientação a sudeste, sobre um espaço em calçada irregular de xisto que evoca os arruamentos característicos das aldeias ou dos montes maiores. O conjunto edificado propriedade do lavrador, a norte, foi sendo sucessivamente sujeito a diferentes campanhas de obras, desde o momento em que a solução de cobertura de duas águas com pau de fileira foi preterida à cobertura de duas águas em parede cumeeira. Este conjunto de perímetro irregular era organizado em duas alas de compartimentos (com os compartimentos mais relevantes, como a casa de fora ou a cozinha na ala principal e os compartimentos de despejo na ala posterior), integrando ainda, no limite norte, um núcleo de quatro *casas* com acesso autónomo (fig. 16). A habitação do lavrador era ainda rematada, no limite sul, por uma antiga casa com sobrado que, a partir do início do segundo quartel do



Fig. 16 Planta de Alcaria Alta. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2008 por Miguel Reimão Costa e José Maria Lopes da Costa



século passado, verá substituída a sua cobertura inclinada por uma cobertura de betão armado (a mesma solução empregue, posteriormente, numa nova construção mais alta agregada a poente). Este conjunto era acompanhado, a nascente, por outro alinhamento construído (onde se localizava a casa do forno e o celeiro) e, a poente, pelo conjunto dos palheiros e das ramadas de rezes e equídeos.

Em Alcaria Alta, as duas habitações de caseiros existentes formavam um conjunto autónomo localizado a sul da habitação do lavrador. Se um destes caseiros explorava parte da herdade propriedade do lavrador residente no monte, o outro estava à *posse* de uma parcela pertencente a um outro proprietário residente num aglomerado próximo. Em qualquer caso, partilhavam o forno de pão, entretanto desaparecido, localizado defronte deste conjunto. Estas habitações, associadas às dependências agrícolas do segundo caseiro, estendiam o arruamento em direcção à baixa onde em meados do século passado se haveria de construir uma nora sobrelevada de eixo curto (idêntica àquelas então bastante frequentes na orla meridional do concelho) que para além do regadio serviria ainda à nova destilaria do monte (fig. 17).

Os caseiros cuidavam da distribuição das *sortes* que os lavradores arrendavam à *ração*, escolhendo, naturalmente, para si as de melhores proveitos. Os seareiros dos montes vizinhos localizados na orla norte da serra de Tavira, como a Cortelha, ou dos montes maiores próximos de Cachopo, como os Currais vinham cultivar folhas na herdade de Alcaria Alta, beneficiando da sua proximidade. As serras de Cachopo retomavam deste modo as relações de complementaridade, comum em vastas extensões do Caldeirão, entre os montes das herdades e os montes maiores dos seareiros que, especialmente na primeira metade do século passado, completavam os rendimentos das suas pequenas explorações com as terras *aforadas* em propriedades mais ou menos próximas.

Na freguesia de Cachopo, um número significativo dos montes maiores de seareiros (onde pontualmente poderia residir também algum proprietário mais abastado) localizava-se nas vertentes mais próximas daquela aldeia, enquanto os montes de lavradores e caseiros formavam um segundo círculo exterior. Esta disposição está em parte associada ao facto da área próxima à aldeia corresponder, num perímetro compreendido entre os montes da Redonda a norte e da Catraia

Fig. 17 Monte de Alcaria Alta



a sul, à antiga herdade de Cachopo que, segundo as Memórias Paroquiais de 1758, teria sido, há muito, doada às populações locais para que as cultivassem ou dela se apropriassem. Naquele documento poderá ler-se que "[...] todo aquele sujeito que cercou desta [herdade] alguma parte, fica tendo na mesma real posse e domínio e sem outra alguma pensão, mais que a de pagar o dizimo a Deus, de tal sorte que depois de cercada a pode alienar e vender como se fosse propriedade havida por herança, doação ou compra e a isto mais acresce a circunstância e a singularidade de que toda aquela pessoa, que na tal herdade quis semear, o pode fazer com declaração porém, que antecedentemente deve assinalar e marcar a parte que lhe parecer necessária para a sua sementeira, porém esta fica somente com o usufruto e utilidade daquele ano e também sem mais pensão que a de pagar o dizimo a Deus e passados anos pode outra qualquer pessoa usar da mesma terra para a semear e participar dela todo o fruto e somente com a obrigação de pagar dizimo e dizem os seus moradores que tem a tal herdade de comprimento uma légua e meia de largura e tradição antiquíssima é, fora deixada por uma velha, cujo o nome se ignora para mais comodidade dos seus moradores e em benefício dos pobres com mais facilidade se povoassem estes países pois são inabitáveis por demasiadamente frios e péssimo temperamento"<sup>28</sup>.

Também Silva Lopes faz referência à herdade de Cachopo na sua Corografia do Algarve de 1841, para acrescentar que, já então, os moradores dos montes se haviam apropriado das melhores terras, restando apenas algumas outras menos propícias para a cultura<sup>29</sup>. No entanto, cerca de um século depois, aquando da divisão deste *baldio* promovida pela Junta de Colonização Interna, a herdade compreendia ainda uma superfície considerável correspondente a cerca de 365 hectares, a que se juntavam outros *logradouros comuns* com uma área total de cerca de 39 hectares<sup>30</sup>. A superfície original da herdade de Cachopo seria, em qualquer caso, muito mais extensa. Segundo a tradição local, alargar-se-ia, especialmente a sul e nascente, muito para lá do limite registado pelos técnicos da Junta de Colonização Interna, contendo os referidos *logradouros comuns* e integrando ou aproximando-se de diferentes aglomerados como Cachopo,

Currais, Medronheira, Catraia, Fonte do Corcho, Almarginho, Redonda, Navalha, Monte Sequeira, Monte do Telheiro, Vale João Farto e Montinho do Lobo. Reconstituindo, através de desenho, o perímetro original da Herdade, a partir da descrição de alguns dos habitantes destes montes, é possível constatar que aquela poderia corresponder inicialmente a uma superfície superior a 1500 hectares. Entre as áreas que haviam sido apropriadas pelos seus moradores contavam-se os vales (para hortas, árvores de fruto, milho e outras culturas), os pequenos povoamentos murados de sobreiros e azinheiras e outros cercados nas encostas<sup>31</sup>. De um modo geral, os montes da herdade de Cachopo serão, portanto, lugares de seareiros que tanto poderão adquirir dimensões consideráveis como Fonte do Corcho, Currais, Vale João Farto ou Redonda como permanecer bem mais modestos como Monte do Telheiro ou Navalha. Nalguns casos poderão ser marcados, como vimos, pela presença de um lavrador como ocorre em Vale João Farto ou na Catraia.

No interior da herdade, cada aglomerado compreendia também os seus próprios *limites do monte*, tal como ocorria na serra de Tavira a sul da ribeira de Odeleite. Estas áreas afectas a cada núcleo acabariam, de resto, por ser consideradas aquando da divisão da herdade de Cachopo no segundo quartel do século passado, por exigência dos moradores dos lugares que menos se haviam apropriado das terras no interior dos seus *limites*<sup>32</sup>. Ainda que, como vimos, o usufruto comum da herdade de Cachopo seja já apontado como muito antigo nas Memórias Paroquiais daquela aldeia (documento coevo do Alvará de 13 de Março de 1772 a que anteriormente fizemos referência), é provável que date também do reinado de D. José a demarcação no interior daquela herdade dos limites afectos a cada monte (justificando assim as semelhanças com a organização da serra do antigo termo de Tavira). E de facto, num processo que, em finais do primeiro quartel do século XX, opôs os moradores dos montes de Vale João Farto e Navalha a um residente de Cachopo, a propósito da posse de parte da dita herdade, é aventada essa relação quando se menciona que: "a decisão foi favorável às povoações referidas que alegavam pertencer-lhe os terrenos denominados Herdade de Cachopo, por doação feita no reinado de D. José. Na referida doação eram indicados



os limites dos terrenos usufruídos por cada uma das povoações usurárias”<sup>33</sup>.

Mas não será apenas ao nível da apropriação e da exploração das vertentes da herdade de Cachopo que estes montes acabarão por revelar a importância do tema das *terras comuns*. Também o lugar do próprio assentamento correspondia a um espaço comum onde cada morador do monte era livre de construir. De facto, como referem os habitantes de alguns montes como o Almarginho ou os Currais, até um determinado momento, a edificação era admitida nos espaços livres destes aglomerados, não se guardando memória da existência de um *conselho* ou de uma qualquer estrutura local que tutelasse esse processo. Segundo referem, o morador no monte deveria apenas registar as novas construções na Câmara desde que fossem *casas de morar*, já que as dependências, os palheiros e as ramadas, os currais ou os pocilgos não obrigavam a esse procedimento. A economia de recursos que resultava do processo de construção agregada associada à presença desta superfície sem desenho parcelar justifica a organização dos conjuntos edificados mais antigos onde, como vimos, a estrutura cadastral acabará por fixar as métricas desta cultura particular de edificação. Estes conjuntos poderão, depois, tornar-se gradualmente mais intrincados quando cada um dos compartimentos que os formam se converte na unidade de base de sucessivos processos de partilha, troca ou aquisição. As plantas dos montes registam frequentemente esta organização, especialmente nas construções mais centrais constituídas por

células de diferentes configurações agregadas em função de um processo de encadeamento que se tenderá a estender no tempo. Tanto mais que a memória deste espaço comum que se alargava para lá do aglomerado e onde os seus moradores eram livres de construir não se restringe aos montes da herdade de Cachopo, preservando-se também, sob o nome de *rossio do monte*, noutras subunidades em lugares como Alcaria Alta do Campo no concelho de Alcoutim, Revezes no concelho de Loulé ou Felizes no concelho de Almodôvar, constituindo um interessante tema em aberto para a história local.

<sup>28</sup> ANTT, “Memórias Paroquiais de 1758”, vol. 10, n.º 234, fls. 1576-1577.

<sup>29</sup> “[...] os moradores (a quem se he permitida esta faculdade) tem aproveitado as melhores polpas que tem cercado, restando apenas alguns pedaços mais frágosos que admitem pouca cultura”. João Baptista da Silva Lopes, Ob. cit., p. 380.

<sup>30</sup> Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia, “Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados (volume IV): Distritos da Guarda, Évora e Faro”. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1941, pp.113-124. Nesta publicação é apresentada uma planta com os perímetros da herdade e das restantes terras comuns.

<sup>31</sup> Junta de Colonização Interna, Ob. cit., p.116.

<sup>32</sup> “Duas tentativas de divisão do baldio fracassaram por não respeitarem os limites do terreno usufruído privativamente por cada uma das povoações, [...] em Navalha e Vale João Farto a economia de muitos fogos continuou muito dependente da cultura do baldio, ao contrário do que sucede em Cachopo, onde este se transformou em propriedade particular. É por esta razão que as povoações referidas não consentem em ceder terrenos existentes dentro dos limites tradicionais, para serem entregues em glebas aos fogos de outros lugares.” Junta de Colonização Interna, Ob. cit., p. 117.

<sup>33</sup> Junta de Colonização Interna, Ob. cit., p. 117.





# ECONOMIAS AGRÁRIAS

**AGRARIAN  
ECONOMIES**





# Paisagens rurais no concelho de Tavira: da diversidade natural e fundiária às dinâmicas económicas

Carminda Cavaco, geógrafa\*

Há uma tendência muito generalizada para associar as paisagens rurais às condições naturais, que seriam determinantes nas formas de ocupação e mesmo de estruturação do espaço. Afirma-o Gaetano Ferro (1956, p.47). «No Algarve os aspectos da distribuição populacional e as características das povoações apresentam, no que respeita às condições ambientais, uma relação de dependência e correlação necessariamente mais evidente que em qualquer outra parte, por efeito da bem distinta e marcada diferenciação existente entre as várias paisagens naturais»: geologia, relevo, solos, culturas, tipos de economia, formas de povoamento... São secundadas as condicionantes estruturais e do conhecimento e os estímulos dos mercados, interno e externo, muito embora sejam estes que ditam no geral os objectivos de produção, para lá da simples subsistência e autoconsumo, mesmo no quadro da pequena produção camponesa, sobrepondo-se assim a uma grande diversidade de condições naturais e de estruturas produtivas.



## Rural landscapes in the Tavira municipality: from natural and agrarian diversity to economic dynamics

When walking to the east or west from Central Algarve, the calcareous, rocky cliffs soon lose extent and bulk: the tall elevations disappear and peripheral relief is replaced by flat areas, with soft rocks and thick soil, perfectly fit for agricultural use, or, inversely, by sandy, gravelly stretches and drenched, insalubrious marshlands.

Indeed, areas to the east and west of the city of Tavira are predominantly flat and have thick, fertile soil, into which large agrarian sections have been cut for the use of the old local elites. Even today, such divisions still characterise the landscape with their geometric shapes and homogenous use (non-irrigated orchards, orange orchards and vineyards).

The agrarian appropriation of the land by the urban 'elites' has led to the creation and maintenance of structures favourable to the introduction of various forms to increase agricultural production, with a view to technical modernisation and increased success in distant markets, both Portuguese and foreign, permanently concerned with their competitiveness, at least while landownership and agricultural exploration were still the source of a measure of social recognition and material profit, until the profound tertiarisation of local minds and economy.

\* Professora Catedrática da Universidade de Lisboa, Investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG)



*Estruturas fundiárias e paisagísticas.* Nesta região, como em muitas outras, as maiores unidades fundiárias polarizam de há muito a inovação nas produções e nos métodos, pela capacidade de rendibilização a médio e longo prazos de investimentos sempre vultosos, em dinheiro e não menos em trabalho: plantações frutícolas mistas (pomares de sequeiro), abertas a culturas arvenses intercalares, com rotações tradicionais de cereais de inverno e leguminosas de Primavera, e depois plantações monoculturais, homogéneas, densas e mesmo geométricas, de sequeiro e regadio (figueiras, amendoeiras, olival, vinha de vinho e uva de mesa, laranjais, frutas de caroço); introdução de novas culturas e de novas técnicas (estufas, na continuidade da produção tradicional de legumes e frutos primores, largamente destronada pela indústria de congelação nos casos das favas e ervilhas: tomate, pimento, morangos, flores). Muitos destes investimentos relativamente recentes (segunda metade do passado século) beneficiaram de enquadramentos institucionais a montante e a jusante (Estação Agrária, cooperativas de olivicultores, adegas cooperativas) e souberam aproveitar contextos favoráveis: facilidades de exportação para mercados regionais (Andaluzia), nacionais (Lisboa) e distantes (Flandres), primeiro apenas por mar (cabotagem e navegação a partir do porto de Tavira) e depois também por terra, com o caminho-de-ferro e a moderna camionagem, de capacidades de transporte muito superiores aos dos antigos almocreves que com muitos riscos e dificuldades atravessavam o sertão serrano, esconderijo de malfeitores; mão-de-obra algo abundante, alimentada no passado distante pela afluência de escravos e depois pela densificação natural das populações rurais, largamente desocupadas e pobres, das terras de Barrocal, da Serra e até do Baixo Alentejo, quando a mecanização agrícola limita a contratação sazonal de jornaleiros e se reduzem as possibilidades de emigração, tanto a América do Sul como para a Europa; *elites* fundiárias com adequada formação agronómica e sobretudo com acesso a informação útil em termos técnicos e quanto a oportunidades institucionais de créditos vultosos e largamente bonificados, face a alternativas não prestigiantes, como a pesca e as conservas, aliás em crise, ou ainda marginais, no caso do turismo, o de sol e praia condicionado pela barreira de sapais



lagunares; note-se que só muito tardiamente os campos de golfe e os correspondentes resorts imobiliários substituem os velhos pomares de sequeiro, em unidades fundiárias de adequada dimensão, outrora destacadas explorações agrícolas, algumas conjuntamente inovadoras, como nas Quintas do Benamor, do Rio e de Cima, ou nas Sesmarias e na Quinta do Vale, já nos concelhos de Castro Marim e Vila Real, ao lado de novas plantações de vinha e de novos laranjais ou na vizinhança de extensões silvícolas modernas e sobretudo de loteamentos de turismo residencial. A nova hotelaria fora polarizada por Monte Gordo, enquanto no concelho de Tavira cresciam os aldeamentos, largamente facilitados pela disponibilidade de vastas unidades prediais: Pedras d' El Rei e Pedras da Rainha, ao lado dos aglomerados piscatórios de Santa Luzia e Cabanas; Aldeamento Turístico das Oliveiras, junto da cidade; unidades de turismo rural, como a quinta do Caracol e a Herdade da Corte, a que se juntaram tardiamente as hotéis urbanos, como o Hotel da Porta Nova, o Vila Galé Albacora e a Pousada do Convento do Carmo, com intensidades de procura estival inferiores à das praias da Manta Rota, Altura, Praia Verde e Monte Gordo, não obstante a atractividade patrimonial e cultural da cidade.



Referindo-se ao século XVI, Romero Magalhães (1970, p. 35-36) lembra que o Algarve participa no comércio internacional, pelo que acompanha a evolução dos preços, sobretudo através do figo e do vinho; no litoral, «não se tem por gente quem na altura da colheita (alacil) não apanha figueiral seu ou arrendado (...); todos procuram ter o seu pedaço de terra, como complemento do que granjeiam nas povoações onde moram. E vemos gente de todos os ofícios ter um figueiral ou uma vinha: carpinteiros, mareantes, armadores, calafates, sapateiros, barbeiros. Migram sazonalmente pelo alacil, regressando depois às povoações»; e retomando Frei João de S. José, acrescenta: «normalmente o algarvio tem duas casas e no princípio do mês de Julho vai para o campo (...); os que tem fazendas grossas todos comumente moram nelas». Mesmo a Serra, pobre, escassamente ocupada e com actividades económicas pouco diversificadas, alimentava um pequeno comércio por terra polarizado por Tavira: o Algarve oriental abastecia-a com trigo de Martim Longo (Alcoutim), trazido pelos almocreves, mais ou menos clandestinamente, a par de gados e madeiras para a construção civil e naval, e de lenhas e carvão também muito valorizados na Andaluzia;



em troca recebia nomeadamente o sal e o pescado; outras correntes desciam o Guadiana desde Mértola e continuavam por via marítima até Tavira, então a principal cidade do Reino meridional. Séculos depois, J. B. Silva Lopes (obra cit., p. 349), precisa: «Compreende este concelho terrenos das três faixas em que dividimos o Algarve, sendo grande parte na serra. A sua maior produção é de alfarroba, amêndoa e azeite; deste há 29 lagares trabalhando efectivamente no tempo próprio».

**Paisagens da Serra.** No Algarve e também no concelho de Tavira, a serra de xisto domina largamente em extensão: topografia muito movimentada, um mundo de cabeços de xisto, que observados de longe lembram «montículos de toupeira», áreas bastante declivosas, solos delgados, pedregosos e pobres; secções de montante dos vales de algumas ribeiras afluentes do Guadiana (Beliche, Odeleite, Foupana) ou correndo para sul, sem fundos largos e ricos de aluviões férteis; ribeiras secas durante grande parte do ano mas sujeitas a cheias no Outono e Inverno; um território até há pouco quase sem estradas, antes simples caminhos, mesmo apenas veredas ladeirantas e sinuosas, com vaus não transitáveis, quando se avolumam os caudais dos ribeiros; sobreiros, azinheiras e carvalhos espontâneos, bosques outrora ricos em caça grossa e miúda; algumas pequenas clareiras de sementeira, após arroteias e queima dos matos, onde se faziam cultivos cerealíferos. Dominavam o trigo e o centeio, como cereais de pão, e também a cevada em contextos de crise; nas terras mais frescas cultivava-se algum milho, tradicionalmente não panificável: o *xerém* foi longamente um alimento comum dos pobres, aqui como no Baixo Algarve, e não apenas nos anos de carestia. Os campos eram itinerantes, com longos pousios para renascimento dos matos e novas roças e queimadas, como nas agriculturas mais primitivas. Os calores do Verão e os frios do Inverno condicionavam o leque dos possíveis usos agrícolas e pastoris (ovinos, cabras e alguns bovinos; muitos suínos): aos gados locais juntavam-se todavia os das terras baixas do litoral (transumância estival), aquando do *alacil*, tempo de amadurecimento e colheita de frutos e das vindimas (do S. João ao S. Miguel) (dente voraz das cabras) e a que acresce a transumância das colmeias, pela riqueza florícola dos matos

na Primavera – Verão. A existência de canadas, nomeadamente a «canada do concelho», entre Santa Margarida e a Fonte do Bispo, junto de figueirais, vinhas e terras de pão (Romero de Magalhães, 1970, p. 114), confirma a transumância estival dos gados, certamente cabras e ovelhas, mas também vacas, embora em detrimento do aproveitamento do leite.

Um «sertão» de xisto e de chaparraís que se prolongava a norte pelo Campo de Ourique; um espaço quase despovoado e um povoamento de lugares (montes) pequenos, dispersos, distantes, marcados pelo isolamento, até mesmo das próprias sedes das freguesias; um mundo rude, de isolamento e silêncios, muito inseguro, infestado de bandoleiros e malfeitores que assaltavam os «passantes»; pelas velhas estradas, muitas vezes intransitáveis, não circulavam carros mas apenas os muars dos almocreves, de cargas reduzidas, e alguns contrabandistas. A vertente oriental, menos agreste, beneficiava das facilidades de ligação ao interior e ao Alentejo por um lado e ao mar por outro, pela via terrestre que seguia o vale do Guadiana e pelo próprio rio, estrada económica no passado, fácil e segura, defendida por povoações e seus castelos, e polarizando algumas vias secundárias.





A serra permaneceu marginalizada ao longo dos séculos, face à intensa e persistente litoralização do povoamento e da economia e às constantes dificuldades de circulação. Silva Lopes lembra que D. João I, querendo reduzir a cultura e povoação a serra de Tavira, inculta e ocupada de matos, concedeu-a em sesmaria aos povos adjacentes para que a rompessem, cultivassem e povoassem, sem grandes resultados, pelo que a mandou devassar a todos que a quisessem romper e povoar. Pela insuficiente resposta, D. Manuel atribuiu-a em 1502 à Câmara de Tavira, que por sua vez foi concedendo terrenos para lavrar e edificar, impondo o pagamento de um alqueire por cada 15 recolhidos de trigo, milho e centeio. Em 1645, a mesma Câmara doou-a (mediante pagamento de uma pensão anual) a um capitão - mor (Manoel Godinho de Castello Branco), doação confirmada por D. João IV, mas anulada por D. José em 1772, pelo que cada morador fica daí em diante com o pleno domínio e posse dos prédios habitados e cultivados, sem qualquer encargo ou pensão, passando de simples colonos a perfeitos proprietários.

Multiplicaram-se os arroteamentos das brenhas e as queimadas para «searas de pão», muito valorizado nas cidades litorais e na Andaluzia (cultura de mercado e não de subsistência; preços que cresceram ao longo do século), e na continuação, cresceu a parte cultivada e povoada, aumentou o número de povoadores, criaram-se novas freguesias (1583: freguesia de Vaqueiros, na serra de Alcoutim). O processo de colonização da serra de Tavira lembra o da Herdade do Cachopo, deixada ao povo em tempos remotos: nela qualquer pessoa que *cercasse* uma porção ficava sendo direito senhor, podendo mesmo aliená-la; quem quisesse também podia ir semear a área que lhe aprouvesse desde que a marcasse pelo São João, não pagando nada por isso (cevada e centeio, mas pouco trigo). Desse modo, o povo cercara as melhores partes, restando apenas os penhascos não cultiváveis, quando a aldeia de Cachopo teria apenas quarenta fogos (meados século XVI): a freguesia de Cachopo pertencia ao concelho de Alcoutim e só na segunda metade do século XIX transitou para o de Tavira. A cultura da Serra foi levada a tal incremento que Silva Lopes a reconhece como em grande parte povoada, embora ainda pudesse ser melhor aproveitada.

Os campos continuaram descontínuos; as economias essencialmente camponesas e autárquicas; a sociedade predominantemente pobre; o povoamento escasso, na base de montes e lugarejos isolados, perdidos entre os cabeços de xisto e as manchas de charneca; as casas pequenas, modestas, mal acabadas, sem janelas de vidro e sem chaminés, por vezes mesmo sem ladrilho nem rebocos caiados, e com telhados assentes simplesmente em forros de canas; os matagais que sustentavam milhares de colmeias e a actividade dos carvoeiros e que abrigavam lobos, que atacavam os rebanhos, mesmo no barrocal e até no litoral; as pequeninas hortas nos melhores lugares dos vales, junto de linhas de água e próximas dos lugares de povoamento; abundância de canaviais valorizados pela cestaria; os ferragiais reservados ao corte para alimento dos gados de trabalho na Primavera, quando escasseiam as palhas. A toponímia evoca a origem dos primeiros povoadores e o desdobramento dos lugares e aldeias (fundeiro, do meio, cimeiro).

Ao contrário do concelho de Alcoutim, onde dominam superfícies pouco onduladas (achadas) que prolongam a planura do Baixo Alentejo e onde se encontram algumas aldeias maiores (casos de Cachopo, Martinlongo e Giões), a Serra de Tavira é bem mais movimentada, inóspita, agreste, vazia: terras cada vez menos propícias a cultivos para além da subsistência e sobrevivência quotidianas; campos sempre itinerantes, após arroteias e queimadas dos matos, e não



extensivos, com afolhamentos e pousios; clareiras localizadas nas melhores terras e junto das principais aldeias; povoamento escasso, sem núcleos populacionais de alguma dimensão, antes lugarejos isolados. No Verão, Cachopo atraía gente do Campo de Ourique para as águas férreas que brotam a pouco mais de um km a sul da aldeia: todavia, as casas circulares com paredes de xisto e telhados de palha de centeio, comuns sobretudo na Mealha, testemunham o isolamento tradicional, tal como a existência de um forno comunitário redondo no Grainho, ou a persistência tardia de formas de artesanato utilitário (albardas, têxteis, objectos de cortiça), algum recentemente relançado, embora essencialmente decorativo.

Com a Campanha do Trigo dos anos 30 do passado século, os solos já de si delgados, mesmo esqueléticos, foram muito erosionados e as colheitas tornaram-se medíocres: multiplicam-se os incultos, reduzem-se os restolhos e os rebanhos de gado miúdo, reaparece um *maquis* aberto, denso de estevas e azinheiras esparsas; nas encostas viradas a sul e à beira serra, para lá da depressão periférica, sempre mais húmidas, densificam-se medronhais e sobreirais de rendimento, e surgem algumas novas plantações, sobretudo silvícolas, na continuação de iniciativas oficiais demonstrativas, mas também com espécies próprias do Baixo Algarve. Em algumas grandes herdades a produção assentou na cortiça enquanto noutras ousaram-se plantações das espécies do pomar de sequeiro tradicional, em condições algo marginais, sempre com crescimento reduzido das árvores e produções modestas.

A acentuada dualidade das estruturas fundiárias, de um lado grandes herdades e de outro, pequenas explorações familiares e imperfeitas, fortemente parceladas e com parcelas dispersas, traduz-se na paisagem, em particular na sua morfologia, sublinhada pela maior ou menor fragmentação mas igualmente pelas formas de ocupação: tendem a dominar terras lavradas com alguma regularidade, arvoredos mais ou menos esparsos, irregulares e heterogéneos ou inversamente densos e regulares; matos, no geral arborizados; multiplicam-se os ferragiais na proximidade das habitações, sempre estrumados e cuidadosamente cultivados, as hortas e pomares regados nas várzeas, que se alargam na depressão periférica, de solos espessos, algo frescos e dispendo de recursos freáticos

abundantes, no quadro de pequenas parcelas ou de grandes unidades prediais. Esta dualidade fundiária traduz-se também na densidade e nas formas de povoamento: maiores densidades de construções, sempre algo dispersas, em associação com a fragmentação fundiária (pequenos montes e alguns lugarejos).

Os máximos demográficos deste mundo montanhoso e pobre remontam aos meados do século XX, embora já então não assentes exclusivamente nos recursos locais, antes na busca constante de trabalho longe, permitindo ganhos complementares para a sobrevivência e permanência na terra, no lugar, e viabilizando a recusa do abandono: migrações sazonais para as mondas e ceifas do Alentejo e a apanha dos frutos secos no vizinho Baixo Algarve; migrações igualmente sazonais para terras de Espanha, tanto para as ceifas como para a extracção de cortiça e o corte de palma e esparto; alguma emigração para França, Alemanha, e antes para a Venezuela e Canadá (sobretudo nos anos 50 e 60). Tais estratégias de plurirrendimento e dispersão dos espaços de vida perderam viabilidade, seguindo-se êxodos definitivos para o Algarve, forte diminuição de população residente e crescente despovoamento: primeiro para a média e grande exploração de pomar de sequeiro, nalguns casos renovada, e para as maiores unidades de intensificação hortícola e frutícola de regadio, que no geral também entraram em decadência; depois, pela progressiva inserção no mercado de trabalho regional da construção civil e actividades ligadas ao turismo. Na continuação das novas facilidades de motorização e das novas acessibilidades, este êxodo foi precedido por migrações semanais ou mesmo diárias dos membros activos das famílias, no geral os homens, em particular nos lugares mais próximos destes destinos, até à afirmação dos modos de vida e das múltiplas atractividades dos meios urbanos e periurbanos.

A continuação da forte polarização da Serra pelo Algarve Litoral foi deixando esquecido o interior serrano, abandonado pelos autóctones, mesmo os dos aglomerados da Beira Serra, como Santa Catarina. A população que persiste pouco depende da exploração e posse da terra, da cortiça, dos rebanhos, antes de recursos externos (pensões e complementos, salários de trabalho no exterior), sejam os maiores proprietários ou





os modestos camponeses, não obstante os novos olhares para o mundo rural, os seus ambientes, as suas paisagens, os seus modos de vida, os seus costumes, as suas tradições e autenticidades, nomeadamente os seus sabores, que localmente justificam a multiplicação de residências secundárias, muitas herdadas, a renovação do casario, a introdução de espaços de lazer, incluindo piscinas, mas se mostram incapazes de anular as fortes tendências de desertificação económica e social.

*Paisagens rurais do Baixo Algarve.* Quando do Algarve Central se caminha para Leste ou para Oeste, o barrocal calcário e pedregoso perde extensão e volume: desaparecem os montes altos e à depressão periférica sucede áreas aplanadas, de rochas brandas, solos espessos e de muito boa aptidão agrícola ou inversamente, coberturas cascalhentas e arenosas e áreas mal drenadas, insalubres e de sapais. Assim ocorre, em traços gerais, no concelho de Tavira, se exceptuarmos a freguesia de Santo Estêvão, entre a de Santa Catarina a norte e a da Luz a sul, e pequenas manchas de barrocal nas freguesias mais a leste, cortadas todavia por terras de planura e largas várzeas, ao longo das principais linhas de água, com continuidade pelas da larga depressão da beira-serra.

A leste e a oeste da cidade de Tavira dominam, com efeito, áreas planas e de solos espessos e férteis, onde se talharam grandes unidades fundiárias que premiaram as velhas elites locais e que ainda hoje marcam a paisagem com o seu geometrismo e dimensão parcelar e com o geometrismo e homogeneidade das plantações que as ocupam (espécies do pomar de sequeiro, laranjais, vinhas), mais raramente através da construção de estufas, sempre de reduzida extensão em superfície embora de forte intensidade de investimento em capitais e trabalho e de produção (controlo ambiental – temperatura, humidade, sanidade; água de rega, fertilizações; colheitas programadas para épocas de menores ofertas, sem produções de massa, na continuidade da sua velha especialização em primores hortícolas, associada à doçura dos seus invernos).

De acordo com Silva Lopes (1988), nos meados do século XIX Santa Catarina, junto de serranias fragosas, contava alfarrobeiras e oliveiras (3 lagares de azeite), bom vinho e

algumas hortas regadas pelo pé, com frutas saborosas, alguma laranja, a par de muitas azinheiras que iam sendo reduzidas a carvão, o terreno passando então a ser cultivado por cereais e leguminosas. As terras do Barrocal permaneciam pouco cuidadas, ainda com muitos matos, muita grã (encaminhada para Tavira) e centenas de colmeias, a cera sendo negociada por espanhóis ali estabelecidos. A serra assegurava produções de mel e resinas; do figo, alfarroba e medronho fazia-se aguardente. As mulheres fabricavam obras de palma, esparto e pita, nomeadamente barços/cordas grosseiras... Entre a população contavam-se muitos almocreves que andavam no caminho de Lisboa conduzindo miolo de amêndoa, azeite, perdizes, e também muitos contrabandistas.

Para Santo Estêvão, o mesmo autor sublinha a sua situação em pleno Barrocal, terreno montuoso e agreste, mas onde medravam alfarrobeiras e vinhas, em campos abertos após despedregas, sempre com grande esforço, e arrumação das pedras retiradas nos valados periféricos e em montículos no meio das parcelas; e após desmoitamentos, selectivos, poupando alfarrobeiras e zambujeiros, que depois são enxertados, entre os quais se fazem alguns cultivos, sempre de pouca compensação; solos pobres e campos onde dificilmente medravam os cereais e cresciam as figueiras: freguesia de muitos matos, que aliás iam escasseando, e onde abundavam coelhos e perdizes; montes calcários tardiamente arroteados,





cultivados, plantados e povoados; terras claramente pobres, secas e cobertas de matos mediterrâneos espinhosos; terra de pastos e lenhas, a venda desta e de carvão para a cidade Tavira foi um dos seus recursos; terra de materiais de construção, nomeadamente pedra e cal.

A pressão demográfica rural intensificou a criação de campos neste mundo de pedras, pelas necessidades e pela disponibilidade de força de trabalho: desmoitar, cortando os arbustos que mesmo quando queimados dificultavam as lavras; despedregas e construção de valados em torno das propriedades privadas, que as individualizavam e protegiam da invasão de gados estranhos, defendendo em particular as árvores jovens e os frutos, não apenas na época da colheita, e eliminando a comunhão tradicional das pastagens; alternância entre searas e favas, nomeadamente para consumo em verde, com aproveitamento da simbiose entre leguminosas e azotobactérias, forma clássica de intensificação arvense de sequeiro; generalização de uma paisagem de campos fechados e plantados, como nas terras mais férteis a sul; o mesmo pomar de sequeiro, com alfarrobeiras, oliveiras, mesmo figueiras e amendoeiras, as mesmas searas intercalares (pão), com os seus pousios e alqueives (lavras sem sementeiras) e as mesmas sucessões de culturas outono-inverno e primavera; aqui e além, algumas vinhas.

A sul, a freguesia da Luz contava excelentes terras de pão, bem cultivadas, e de azeite: nela moravam no século XVI mais de 50 fidalgos, famílias que desapareceram (Melo e Pessanha, morgado João Diogo de Mascarenhas), com suas quintas de sequeiro e horta; no sítio da Campina, antes todo coberto de matos, foram plantadas vinhas e depois figueiras, que se ressentiram da natureza argilosa dos solos e da insuficiente drenagem. Ainda hoje a velha apropriação senhorial aparece claramente expressa na morfologia parcelar de malhas largas, sobretudo a oeste e a sudeste da aldeia, embora sem expressão em formas de modernização agrícola, sendo comuns as marcas de subaproveitamento e abandono: não mais culturas arvenses intercalares, nem mesmo simples lavouras regulares, evitando a invasão por bravias; as árvores são velhas, não podadas e com frutos não colhidos, e mal recordam as fazendas de outrora, cuidadosamente cultivadas

Montes e fazendas, vinhas e hortas dominam também na Conceição: arvoredos densos e em parte sempre verdejantes (alfarrobeiras e oliveiras; figueiras, amendoeiras que florescem em Janeiro); searas intercalares; vinhas; abundância de água em superfície e subterrâneas, permitindo a extensão de laranjais e hortas; quintas e casais muito caiados. No Almagem, em terras frescas de várzea, habitualmente de pasto (restolhos estivais) reservado em particular aos gados de trabalho (lavouras, debulhas, carretos, noras de rega), multiplicam-se as courelas de trigo, milho, melões e melancias. Por todo o lado, cultivos bastante exigentes em trabalho, que outrora fora assegurado por mouros cativos e escravos africanos comprados em processos de venda directa pelos próprios africanos. A entrada de escravos terá impulsionado a emigração dos naturais, nomeadamente para a Andaluzia marítima (trabalhadores, mercadores): «os negros tenham invadido todas as actividades, a par com índios e mouros cativos: nas casas agrícolas, nas tarefas urbanas, nas armações de pesca» (Romero Magalhães, 1970, p. 33).

As melhores terras foram quase sempre apropriadas pelos reis (reguengos), que depois constituíram emprazamentos regulares, como nos sítios da Ribeira da Asseca, Pedras d'El Rei, Arroio, Santa Luzia, assim como no sítio do Tojo, e nas hortas da periferia urbana, casos de Atalaia e Belafria; outras áreas de Serra continuaram na posse da Câmara Municipal de Tavira e compõem o perímetro florestal da Conceição, de algumas centenas de hectares. A malha fundiária teve tradução na dispersão e densidade do povoamento: manchas fundiárias de malha larga, correspondente a importantes fazendas e quintas, e largas clareiras na dispersão do casario, reduzido aos assentos de exploração, que as centralizam, como nas freguesias da Luz e na Conceição; estas manchas aparecem justapostas com certa rigidez de limites às de forte densificação dispersa e acentuada parcelização predial camponesa; umas e outras estendem-se até aos esteiros e sapais da Ria. Na margem destes cresciam algumas comunidades piscatórias, instáveis (Palhotas): Cabanas da Armação aglomerava gente da pesca e das marinhas; Santa Luzia concentrava pescadores pobres, habitando cabanas de junco e dedicando-se também à apanha da murraça para venda na cidade.



Referindo-se ao século XVI, Romero de Magalhães afirma: «podemos dizer que estamos perante dois Algarves, um onde aumenta a área arroteada, mas ainda debilmente conquistado – a serra - , outro onde quase só restam pauis, terrenos pedregosos e arenosos para pôr em cultura – o litoral» (1970, p. 53): terras de arboricultura (figueira, amendoeira, oliveira) com campos intercalares de sequeiro, pomares de sequeiro («terras onde há figueiras e que passam a ser figueirais», o figo como rendimento de exportação e igualmente como sucedâneo do pão em situações de carência, até porque mais barato e de fácil conservação, passado e torrado), terras de vinha e terras de horta, onde crescem primores hortofrutícolas sempre regados no estio, uma policultura intensiva de legumes verdes e árvores de fruta (fruta de espinho e nas margens do rio, romãs e marmelos que se exportam); cultivos densos e intensivos, com suporte em trabalho de escravos (base de toda a mão de obra, e base da hierarquia social: mouros, pretos e mulatos, pardos alguns livres, sempre muito pobres, mão de obra servil aos que os podem adquirir e manter) (idem, p. 228).

Para o século XVI, Romero Magalhães (1970, p. 147) precisa: «é na fruta, no vinho e no azeite que se baseia a economia do Algarve litoral e das colinas calcárias do barrocal. Economia agrária, é bem de ver, mas sobre a qual se ergue uma economia de mercado. Por isso vemos gente de todas as posições sociais, do nobre ao sapateiro, o tabelião, o carpinteiro, o pescador, procurar ter o seu figueiral, a sua vinha. Do mais pobre, que faz a empreita para embalar o figo, ao mercador que o leva a longes terras, toda a sociedade tem interesse na fruta, em troca da qual o Algarve recebe o pão, os panos, a moeda estrangeira». Continuemos ainda com este autor: «Um dos traços característicos do Algarve, factor que lhe marca individualidade adentro do conjunto da terra portuguesa, é a actividade marítima e a solidariedade geográfico-económica dos Algarves luso-hispano-marroquinos que formam o golfo de Gibraltar», a que acresce o isolamento relativamente a Portugal, pela serra e pelo Baixo Alentejo, muito escassamente povoado, quase um deserto populacional, até à estrada de Sevilha a Lisboa, mas sobretudo a posição de península andaluza do Algarve litoral pelas relações económicas (Romero Magalhães, 1970, p. 233), até à separação política dos dois reinos, afastando o Algarve



da Andaluzia, justamente quando Cádiz sucede a Sevilha: o Algarve torna-se então menos mediterrâneo, menos ligado ao comércio espanhol e marroquino, mais atlântico e mais português.

***Esplendor e decadência da Cidade.*** Naquele quadro, Tavira afirmara-se como a principal cidade do reino do Algarve, «até ao abandono das praças de Além. Em meados do século XVI era um porto de escala importantíssimo (Romero Magalhães, idem, p. 238), de concentração do comércio terrestre e marítimo: 70 embarcações de alto bordo, que navegavam para diversas partes, e outros tantos cercos de sardinha; concorrência de estrangeiros, carregação de fruta, de sal, azeite; feira franca de 3 meses (Setembro, Outubro e Novembro), mercado diário abundante de caça, frutas, hortaliças, pão e outros géneros; alguns mareantes ricos, com barcos próprios, actuando tanto no comércio como nas armações de pesca e nas pescarias longínquas. O trigo chegava de Alcoutim, Mértola e Campo de Ourique, a dorso de besta, sempre dispendioso, e também por mar - transporte bem mais barato - do Reino e de fora dele, do Mediterrâneo, directamente ou através da Baixa Andaluzia marítima, de Cádiz e da Sicília, a troco de atum e sardinha, ou de Marrocos (Mazagão) e das Canárias e das ilhas portuguesas do

Atlântico - Açores, mesmo da Bretanha, Normandia, Flandres e Grã-Bretanha. O porto possibilitava o comércio por mar, em direcção ao norte de África e ao Mediterrâneo, mas também pelo Atlântico, de Lisboa até Flandres e Inglaterra: atraía muitos mercadores estrangeiros e assegurava a exportação de frutas, vinho, azeite, passas de uva, sal e também conservas de peixe. A pesca constituía uma das riquezas locais: armações de sardinha e de atum, embora de revês, e correspondentes salgas, facilitadas pela abundância local de marinhas; pescas nas costas de norte de África; exportação de conservas de peixe, atraindo mercadores e diversificando os portos de destino, com relevo para os do Mediterrâneo, desde logo de Espanha e em particular a Andaluzia próxima.

Muitos mareantes participavam nas guerras de expulsão dos Mouros, nas conquistas e defesa das praças da costa marroquina (guarnição permanente), o Algarve de além mar, nos socorros quando cercadas, como Arzila em 1516 e Mazagão em 1576, com baixéis e gente armada. Várias vezes aportaram aqui os nossos reis, quando passavam à África, ou d'Além regressavam ao Reino. Em Tavira instalou-se em 1489 D. João II, com toda a Corte, de Junho a Setembro, por estar mais perto do Norte de África. Por todo o século XV nela invernavam as galés de Portugal e dali saíam com gente e munições a fazer



grandes presas nos mouros e corsários (turcos, berberes e outros) que saqueavam muitos lugares, fazendo cativos para posterior resgate (valor da mercadoria humana). Os fidalgos e os homens do mar envolviam-se com seus barcos e gastos das suas fazendas em armas e mantimentos nestas diferentes missões, do mesmo modo que participavam na defesa das praias com gente a pé e a cavalo, de Maio a Outubro. O hospital, criado em 1442 pela confraria de Santa Maria, e designado depois do Santo Espírito (a que a câmara cedera meia légua de matos na malhada da serra em 1499), acudia muita gente das possessões africanas e doentes do baixo Alentejo interior, vindos a partir de Mértola.

Em atenção aos reis terem recebido continuados serviços nas armadas e socorros de além mar em que expunham suas pessoas e gastavam sua fazenda, D. Manuel 1506 (confirmado em 1525 por D. João III e depois também por D. Filipe em 1584), reconhece que todos os escudeiros de Tavira quando devessem ser presos deviam ser tratados como cavaleiros em suas prisões e os peões e povo como escudeiros, nunca sendo acoutados, degradados nem recebendo penas públicas. Pelo mesmo motivo a povoação foi elevada a categoria de cidade por D. Manuel em 1520, que em 1509 escolhera a vila de Tavira e seu termo para couto de homiziados de Castela ou outros lugares do reino. E fora permitido alargar as viagens para sul até cabo de Guér trazendo escravos.

Depois o rio foi-se assoreando, o comércio foi desviado para o porto de Faro, os mareantes emigraram, os terramotos do século XVIII produziram estragos de vulto na Ribeira, na Corredoura, na Rua Nova Pequena, o novo hospital foi arrasado; nos finais do século XVIII, as pescarias reduziram-se a apenas oito artes de sardinha, 15 lanchas de pesca no rio e costeira e 37 de mar alto, e a um total de 465 pescadores. Meio século depois, a Fuzeta, lugar de uma antiga armação de pesca, mas com acesso a embarcações de mais de duas mil arrobas, contava 13 caíques do alto e 26 lanchas, usadas na cabotagem para Lisboa, Cádiz e Gibraltar e também na pesca nos mares de Larache (de Abril a Setembro) e no de Setúbal (no resto ano); a ela acorriam muitos almocreves a comprar peixe para o Alentejo e terras vizinhas, como outrora a Tavira. Alguns dos seus pescadores ingressavam na pesca do bacalhau da Terra Nova.

Os novos períodos áureos da pesca e da indústria de conservas – armações de atum, armações, galeões e traineiras da pesca de sardinha - não relançaram efectivamente a cidade, centrada na organização do seu termo rural-agrícola, cada vez mais disputado por Vila Real a leste e Olhão-Faro a oeste (porto, instituições de ensino, hospitais e maternidades), nos serviços da sua Estação Agrária e na formação de militares para as guerras do Ultramar, cujos quadros criaram ou continuaram enraizamentos locais, nomeadamente prediais, rurais e urbanos, até aos grandes investimentos, internacionais e bancários, em projectos turísticos ocupando grandes unidades fundiárias, que se multiplicavam por todo o Algarve e a que o concelho de Tavira não ficou imune, muito embora se tenha vindo a privilegiar a afirmação da cidade com destino de turismo cultural-patrimonial.

*Campos marcadamente «urbanos».* Estamos perante campos marcadamente urbanos, pela orientação das produções e mais ainda pela residência dos seus proprietários, donos de vastas fazendas, ainda hoje bem expressas na morfologia agrária, nas paisagens rurais e nas suas dinâmicas. A cidade era habitada por famílias muito distintas, uma importante fidalguia com suas casas nobres. A agricultura foi a base da riqueza não só dos lavradores, que viviam nas suas fazendas, como dos «grandes da terra», como ainda de «quantos empregam nela os seus haveres. Carpinteiros, sapateiros e outros mesterais procuram ter o seu figueiral ou a sua vinha. O ser proprietário permite-lhes acompanhar a subida dos preços... A terra garantiria consideração social e até uma boa posição perante as autoridades. Lavradores eram, afinal quantos alguma coisa tinham, pois o investiam logo na terra: almocreves, mercadores afazendados e certamente também os mareantes e muitos homens dos ofícios mecânicos, de residência urbana, que só se tem por gente se apanharem figueiral seu ou arrendado, para onde se viram no tempo do *alacil* (Romero Magalhães, 1970, p. 228). Com o aumento da população, a procura de pão e a inflação dos preços, a terra torna-se o único valor seguro e afirmam-se os seus detentores, mesmo se também mareantes, comerciantes, pescadores e conserveiros (salgas de peixe desde os romanos).



Na ordenação social, hierarquia socio-económico-profissional na primeira metade do século XVI, dos vários grupos na procissão de Corpus Christi de Tavira sucedem-se: fidalgos e cavaleiros; tabeliães e escrivães; mercadores; lavradores; mareantes, seguidos pelos homens de ofício... Em 1512, o concelho de Tavira ordena que a «gaiola» da dita procissão seja levada por fidalgos, mas o monarca ordenou que o seja por clérigos, que também eram lavradores: não a grande nobreza que vivia na Corte ou ao seu serviço, absentista e que apenas recebia direitos, antes uma pequena nobreza com haveres na agricultura mas também na pesca e até, embora raramente, no comércio, em concorrência com os mercadores, gente bem mais letrada, lembra-nos Romero Magalhães (1970, p. 227).

A apropriação fundiária pelas «elites» urbanas favoreceu a criação e permanência de estruturas favoráveis à introdução de formas diversas de intensificação dos sistemas produtivas, na lógica da modernização técnica e da valorização nos mercados distantes, nacionais e mais ainda externos, atenta permanentemente às suas condições de competitividade, pelo menos enquanto a posse de terra e a agricultura asseguravam algum reconhecimento social e rendimentos apreciados pelos seus detentores, até à terciarização profunda das mentalidades e das economias.





**O RURAL  
NA CIDADE**

**THE RURAL  
IN THE CITY**





# Tavira: apontamentos para as relações com a periferia rural e vestígios da ruralidade na cidade

Rita Manteigas, historiadora de arte\*

*Offerece a cidade a quem entra pelo rio o mais lindo painel: avistão-se de ambos os lados bem cultivadas fazendas de vinhas, e arvoredos, semeadas de casais mui caiados, entre-cortadas de vários regatos que as águas tem formado; marinhas, moinhos, palhoças de pescadores à margem; segue-se a cidade áquem, e além da ponte com edifícios bastante branqueados, grandes quintaes verdejando entre elles; no fundo a serra em amfiteatro coberta de alfarrobeiras, oliveiras, e medronheiros que todo o anno conservão a folha, figueiras, amendoeiras e vinhas que a despem, matizando entre ellas as searas e relvas na primavera e verão.<sup>1</sup>*

Eis como, cerca de 1841, João Baptista da Silva Lopes, descreve a entrada em Tavira pelo rio Gilão. Tendo como ponto de partida a paisagem que vai observando, fazendas na periferia, a cidade entrecortada por quintais e por fim o enquadramento da serra, pretende este texto deter-se sobre os dois primeiros momentos: com base em alguns documentos cartográficos datados dos finais do século XVIII, analisar fragmentos da periferia de Tavira tendo em conta a sua relação com a cidade e, por último, compreender que aspectos da ruralidade mantinha a maior horta urbana da cidade em 1960, aquando do início da sua urbanização. Aqui a investigação baseou-se na documentação disponível no Arquivo Histórico de Tavira.

O percurso pelos subúrbios de Tavira faz-se observando “fazendas” e “casais” entrecortados por linhas de água. Esta periferia povoada de quintas, hortas e fazendas, pode visualizar-se em vários mapas da autoria de José Sande de Vasconcellos, engenheiro que cartografou toda a região do Algarve e particularmente Tavira, no último quartel do século XVIII.

Na monumental carta parietal “Cidade e seus arredores” (411x172 cm), pertencente à Biblioteca Nacional, datada entre 1790 e 1797, podemos observar o território dos “subúrbios orientais” desde a barra de Tavira. Nesta área podemos visualizar o Sítio da Conceição passar pela Ribeira do Almargem até chegar à entrada da cidade consumada através do “caminho para Tavira que vem de Vila Real”. Com efeito, todo o trajecto é ladeado por fazendas de vários donos, muitos deles identificados, podendo visualizar-se como se fosse em vista aérea, a localização das casas, dos poços, das

<sup>1</sup> In João Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, p.355

## Tavira: notes towards the relationships with the rural outskirts and traces of the rurality in the city

Various texts have described the pleasant farms and rich crops which surrounded Tavira until mid 20<sup>th</sup> century. Many of these properties, where vineyards, orange trees, almond trees, among other agricultural and vegetable varieties were prolific, irrigated by natural streams or water courses, not only gave form to the most beautiful landscapes of the region, but also reflected an economy which gave the city its autonomy as well as products to export.

This rurality marked the city almost until the present time through the presence of its urban vegetable gardens. Among these, the Horta d'el Rei stands out. Of medieval origin, with an area of about 40.000 m<sup>2</sup>, it was surrounded by the growth of the town during the Modern Era. During centuries it supplied the fresh goods market and marked the image of Tavira, with its expressive shade of verdure, until 1960, the year when the urbanisation of the Horta d'el Rei began.

\* Museu Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Tavira



Cidade de Tavira e seus arredores. Carta Parietal Manuscrita e colorida. José Sande de Vasconcellos (e colaboradores), 1790/97. Biblioteca Nacional de Portugal, C. Par. 2



Pormenor da Carta Parietal 2 / Biblioteca Nacional de Portugal, onde se pode observar a "Horta de Manuel Vaz"

azinhas e calçadas. Existem alguns destes espaços descritos pormenorizadamente, como é o caso da “Horta de Manuel Vaz”, com legenda autónoma. A horta é constituída por “Casas”, “Entrada”, “Oficinas”, “Jardim”, “Tanque”, “Vinha”, “Pomar d’espinho” e “Fazenda”.

No final do século XVIII, parte das terras agrícolas que envolviam a cidade, tinham como proprietários, em expressiva percentagem, muitos portadores de cargos autárquicos. Constatam-se também, como donos, cargos representativos da Coroa para além de indivíduos com posição social relevante na cidade. É o que podemos concluir pela análise do “Mappa das terras D’ Almagem”<sup>2</sup> da autoria do mesmo engenheiro, atribuível às mesmas datas da carta parietal acima referida (1790-7).

As courelas (parcela de terra cultivada, comprida e estreita) pertenciam aos Alcaides, Vereadores, diversos Escrivães (... das execuções, ... da almotaçaria, ... das sizas, ...dos órfãos, etc), ao Síndico da Câmara, ao Juiz de Fora, ao Alferes, ao Corregedor, ao Provedor do Concelho, a médicos, cirurgiões, entre outros.

Com efeito, existe na Torre do Tombo um documento





“Mapa das terras D’Almargem”, Carta Parietal Manuscrita e Colorida, José Sande de Vasconcellos e discípulos, 1790–97, Biblioteca Nacional de Portugal, C. Par. 19



Pormenor da Carta Parietal 19 / Biblioteca Nacional de Portugal, onde se pode observar algumas das “Denominações das courelas”

de 1785 onde se refere que as ditas courelas rendiam ao Município de Tavira a relevante quantia de 521\$450 reis<sup>3</sup>. Romero Magalhães refere que: “Dominando a pequena e média propriedade da Orla, o proprietário vive na cidade ou na vila, donde sai a trabalhar, dirigir trabalhos ou simplesmente vigiar o estado e aproveitamento das terras. Tratando-se de

gente nobre da governança da terra, a poderosa aristocracia local, sem dúvida que assim convinha. Participava no governo camarário, nas mesas das Misericórdias, ou se não participava, tinha uma vida mais política do que o lavrador que habitava nos campos”<sup>4</sup>.

Contudo, em 1792, o Arquivo Municipal de Tavira, traz à luz um documento referindo que a Rainha D. Maria I doa todo o terreno em análise ao escrivão da Mesa Grande e dos armazéns da Guiné e da Índia, “com a obrigação do donatário entregar à Coroa o oitavo do que neles colhesse e pagar à Câmara Municipal de Tavira 6\$000 por ano”<sup>5</sup>. Terá sido o “Mapa de terras do Almargem” elaborado neste contexto de doação?

Analisando o mapa do ponto de vista da informação visual, podemos observar, para além da delimitação das courelas, a localização dos muros de pedra e dos marcos; a designação

<sup>2</sup> Pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal, C. Par. 19

<sup>3</sup> Arnaldo C. Anica, *Tavira e o seu Termo*, vol. II, p.240

<sup>4</sup> Joaquim Romero Magalhães, *Algarve Económico- 1600-1773*, p.128

<sup>5</sup> Arnaldo C. Anica, *Tavira e o seu Termo*, vol. II, p.240

de algumas culturas e espécies vegetais como amendoeiras, alfarrobeiras, zambujeiros, loendros, palmeiras, entre outras. Localizam-se as zonas onde as terras estão limpas e uma “ribeira velha atulhada e que já se semeia”, ilustrando fases e “conquistas” relacionadas com os trabalhos agrícolas.

Depreende-se destes dados a importância da periferia para o abastecimento e principalmente para os rendimentos da cidade.



Pormenor da Carta Parietal 19 / Biblioteca Nacional de Portugal, onde se pode observar a “ribeira velha atulhada que já se semeia”

Retomando o texto de 1841, Silva Lopes refere que ao entrar na cidade, nos dois lados da ponte, entrecortando os edifícios, grandes quintais sobressaem. Com efeito, observando o “Projecto da Cidade da Cidade de Tavira”<sup>6</sup> desenhado em 1797 também por Sande Vasconcellos, podemos constatar que uma enorme mancha, que corresponde no desenho a vegetação, percorre o centro da cidade assim como se vai entrecruzando com os edifícios que se apresentam na periferia e que são, na maioria, conventos e suas hortas.

Visualizando a margem sul do Gilão, por detrás da correnteza de casas paralelas ao rio, podemos ver, em continuidade até à zona das salinas em primeiro plano, uma das referidas manchas de vegetação. Corresponde às duas maiores e mais antigas hortas urbanas da Cidade: a Horta d’el Rei e a Horta do Bispo.



Pormenor do “O Prospecto da cidade de Tavira, tirado do pé da casa da bateria do Registo”, José Sande de Vasconcelos, 1797, 0,37m x 0,53m, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1/6/41, onde se pode visualizar a Horta d’el Rei por detrás das casas na zona ribeirinha.

A planta de Tavira copiada em 1800 de um original de Sande Vasconcellos (sendo possível datar o original entre os anos 1797 e 1800, pois o engenheiro detém já a patente de Brigadeiro), permite observar claramente as hortas urbanas da cidade. Destaca-se nitidamente pela sua dimensão e centralidade, a Horta d’el Rei.



“Planta da cidade de Tavira” copiada de uma planta desenhada pelo Brigadeiro José Sande de Vasconcellos, 1800, IGP (Instituto Geográfico Português) /CA396, com a Horta d’el Rei em destaque no centro da cidade



Terá sido esta horta um dos bens que o rei requereu para si no Foral de Tavira de 1266, designada por “a horta que foi de Abenfabila”. Sabemos que D. João I tinha mandado plantar neste espaço cana de açúcar, antes de a doar em 1412 (através do regime geral dos bens particulares, ou seja, por número de vidas) a Vasco Martins do Carvalhal. Já D. Afonso V, em 1475, faz uma doação de “juro e herdade” ou seja, por “transmissão integral pela linha varonil” a Vasco Annes Corte Real, doação que incluía os foros das casas pegadas à Horta. Esta horta ficou associada à família Corte-Real pelo menos até 1617, dado que existem documentos que comprovam as rendas recebidas.<sup>7</sup>

Observando a Planta de Tavira da autoria de Leonardo di Ferrari<sup>8</sup>, datada de 1645 mas que retrata a cidade no século XVI, podemos observar a Horta d’el Rei cercada por casario na quase totalidade do seu perímetro. Destaca-se a Igreja de São José e o anexo Hospital do Espírito Santo, com as fachadas principais e acessos virados para o adro do Convento de São Francisco. Pode dizer-se que o Hospital teve origem em 1425 resultando da ampliação da Albergaria da Confraria de Santa Maria a Nova sendo que na segunda metade do século XV se encontravam a decorrer as obras da igreja anexa.<sup>9</sup> Sabemos que foram sendo doados parte de terrenos adjacentes (chãos, pardieiros, etc) com vista à construção do hospital ou seu aumento.<sup>10</sup>



“Planta da cidade de Tavira”, 1645, incluída no Atlas do Marquês de Heliche, Arquivo Militar de Estocolmo, onde se pode visualizar a Horta d’el Rei (à esquerda da muralha) e na sua cerca, a igreja associada ao Hospital do Espírito Santo

Cerca de 1600, Henrique Fernandes Sarrão, na sua *História do Reino do Algarve*, ao referir-se a Tavira, não deixa de reparar neste espaço: “No meo da praça está ua horta muito grande, que se chama a Horta d’el-Rei, rodeada de boas casas, que lhe servem de valados”.<sup>11</sup>

Sarrão localiza a horta na praça principal, porque, com efeito, uma das extremidades da horta, a norte, na Rua de Montalvão, encontra-se muito próxima do que é hoje a Praça da República, na altura Praça da Ribeira, a mais importante da cidade. A Horta d’el Rei, que na época islâmica era um arrabalde das muralhas, veio a estruturar, na sua delimitação virada a poente, já na Baixa Idade Média, a Rua Nova Grande, uma das principais artérias de Tavira (hoje Rua da Liberdade) que liga à praça referida por Sarrão.

Olhando para as plantas em análise ambas representam o interior da enorme horta com uma quadrícula regular/talhões hortícolas(?). No prospecto conhecido como o mais antigo da cidade, publicado no Jornal “O Panorama” em 1843,<sup>12</sup> mas ao qual tem sido atribuído uma datação de meados do século XVI, podemos observar, com efeito, no local da Horta d’el rei, uma superfície não edificada.

Abasteceria esta horta, com produtos frescos, o mercado de Tavira, que ocorreu até ao final do século XIX sob as arcadas e na zona fronteira ao edifício do Município? Exportavam-se os seus produtos de carácter mais perecível?

Sabemos que, na generalidade, a horta d’el rei foi sendo sucessivamente aforada pelos seus consecutivos proprietários, conforme relata Arnaldo Casimiro Anica no livro *Tavira e*

<sup>6</sup> Pertencente à Sociedade de Geografia de Lisboa, 1-G-41

<sup>7</sup> Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e seu Termo, Memorando Histórico*, págs. 228-229

<sup>8</sup> Planta integrada no Atlas do Marquês de Heliche pertencente ao Arquivo Militar de Estocolmo, publicada em *Imágenes de un Imperio perdido, El Atlas Del Marqués de Heliche, Plantas de diferentes Plazas de España, Itália, Flandes y Las Índias*

<sup>9</sup> Conforme Arnaldo Casimiro Anica, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira*, p. 95

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p.20

<sup>11</sup> In Henrique Fernandes Sarrão, *História do Reino do Algarve. In Duas Descrições do Algarve do século XVI*, p.166

<sup>12</sup> *O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Vol. 2º- Série 2ª, Lisboa, 1843, p. 209



Pormenor da imagem de Távira publicada no “O Panorama”, 1843, onde se pode observar o espaço sem edificação correspondente à Horta d’el Rei

*o seu termo*. Depois da família Corte Real deter a sua posse, a propriedade pertenceu à Condessa de Calheta (1659), que a aforou; esta, ao entrar como religiosa para o Convento de Santo Alberto em Lisboa, doou a Horta ao convento. No século XVIII, já o espaço pertencia ao Desembargador João Leal da Gama Ataíde, que igualmente a afora. No século XIX, os seus descendentes vendem-na em duas partes, que vão passando por sucessivos proprietários até que a autarquia a adquire em 1960 com o intuito de urbanizar.<sup>13</sup>

Interessa-nos analisar o complexo processo de urbanização da antiga Horta d’el Rei no sentido de depreender os vestígios rurais no centro da cidade ainda presentes nos finais da década de cinquenta do século XX, pistas que nos poderão elucidar acerca do seu uso nas décadas anteriores.

Analisando o dossier “Urbanização da Horta d’el Rei/ 1959 a 1973” pertencente ao Arquivo Histórico de Távira<sup>14</sup>, deparamos com uma série de documentos que nos elucidam não só acerca do projecto de urbanização e alterações assim como da preparação para que tal pudesse acontecer, ou seja, o conhecimento do terreno em questão, delimitações, usos e seus proprietários.

Tendo como objectivo urbanizar uma zona central da cidade, para resolver um “problema habitacional como ainda de embelezamento da cidade”<sup>15</sup>, o primeiro projecto a que se

refere a pasta analisada é da autoria do arquitecto Raul Lino (1959) contemplando 15 lotes para vivendas unifamiliares. Estava ainda previsto manter um espaço verde, na forma de um parque, associado a um equipamento cultural.

Contactam-se, então, os proprietários da antiga Horta, para que “amigavelmente” se proceda à sua compra. As cartas de resposta de dois deles elucidam-nos sobre a organização das terras: uma das propriedades apresenta variadíssimo arvoredo, algumas casas de habitação, várias dependências e abundante “água de pé de várias nascentes da *Atalaia*”, tendo este dono referido que lhe têm feito boas ofertas por este património;<sup>16</sup> noutra carta de resposta, a proprietária refere que no referido espaço, se encontram duas noras, três tanques, pocilgas e coelheiras, para além do facto de toda a área ser regada e apresentar, tal como em cima vimos, diverso arvoredo; no fim desta carta, é referido que a “propriedade tem dado sempre o rendimento com o qual tenho vivido e minha família”<sup>17</sup>, aspecto relevante sobre a manutenção das funções hortícolas do espaço para além da criação de animais. Das duas respostas ressalta a presença abundante de água, em parte proveniente da zona da *Atalaia*, zona alta da cidade e profícua em nascentes.

Entretanto, é feita uma avaliação de toda a parte rústica,<sup>18</sup> tendo em conta os seguintes parâmetros gerais: as áreas das propriedades, a densidade de arvoredo, os valores dos produtos agrícolas no triénio 1956/1958 e ainda as despesas tidas com a exploração agrícola. Depreende-se ainda deste documento que existiam apenas 3 proprietários.

Associamos à informação do relatório de avaliação, a observação de um mapa (não datado mas com indicações topométricas e delimitação das propriedades) igualmente existente no dossier em análise e que nos dá alguns esclarecimentos pertinentes, tal como a existência de um grande tanque no centro da Horta que abastecia as três propriedades, de forma poligonal, sendo que um dos vértices do polígono de cada propriedade tocava no ponto que correspondia ao tanque.

Na propriedade que existia entre as traseiras do Hospital do Espírito Santo e o Quartel da *Atalaia* (com cerca de 8.564 m<sup>2</sup>), apresentando uma forma regular, “o terreno é todo plano e de utilização agrícola, sendo uma parte de sequeiro





Planta da Horta d'el Rei pertencente ao Arquivo Histórico de Tavira, com o traçado das três propriedades existentes em 1959

e outra de regadio pois não beneficia da abundância de água [das restantes] embora possua duas noras”<sup>19</sup>; existiam também estruturas em alvenarias que foram valorizadas embora não soubéssemos a sua função; o mapa mostra a presença de uma área associada ao hospital que o relatório esclarece ter sido vendida pelo proprietário à Misericórdia de Tavira para ampliação do Hospital.

Na propriedade que se desenvolvia entre o fim das traseiras do Hospital e a Capela de Nossa Senhora da Consolação (10.415 m<sup>2</sup>), o terreno seria sensivelmente inclinado, de utilização agrícola “beneficiando (...) de abundante “água de pé” para a sua irrigação”<sup>20</sup>. No mapa podemos ver algumas alvenarias existentes, delimitações de muros (?) e três pequenos tanques(?) assim como algumas construções.

Por fim, na propriedade maior (21.043 m<sup>2</sup>), localizada a nascente das referidas, o relatório refere que o “terreno é sensivelmente inclinado, em socalcos, e de utilização nitidamente agrícola possuindo abundante água de pé” que lhe permite irrigar todo o solo. Encontra-se povoada de várias árvores de fruto, irregularmente distribuídas e que se apresentam com um certo desenvolvimento vegetativo.”<sup>21</sup> Refere-se o relatório a várias alvenarias existentes como “tanques, levadas, ramadas muros” que poderão ser semelhantes às encontradas nas propriedades anteriores. No mapa, podemos ainda observar, nesta propriedade, uma eira para além da delimitação de um “pomar de laranjeiras pequeninas” e de uma “hortinha”.

Podemos afirmar que a antiga Horta d'el Rei continuava, em 1959, a fazer juz à sua designação, existindo nela intensa produção agrícola, basicamente de regadio, respondendo à pergunta se abasteceria ela o mercado de frescos da cidade, é mais uma vez o relatório que nos induz à resposta, ao justificar os valores atribuídos às três propriedades, com base nos seguintes factos: “Nesta avaliação foi considerada a boa localização da propriedade, a sua abundância em “água de pé” e ainda o facto de estar a uma curta distância do Mercado Municipal que lhe permite uma exploração agrícola mais económica”.<sup>22</sup>

<sup>13</sup> Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e seu Termo, Memorando Histórico*, págs. 229-230

<sup>14</sup> Arquivo Histórico de Tavira, Urbanização da Horta d'el Rei, 1959 a 1973

<sup>15</sup> Arquivo Histórico de Tavira, Urbanização da Horta d'el Rei, 1959 a 1973, carta da Câmara Municipal de Tavira aos proprietários da Horta d'el Rei, datada de 10 de Março de 1959

<sup>16</sup> Idem, ibidem, carta de J. S. R. datada de 25-03-59

<sup>17</sup> Idem, ibidem, carta de M. C. C datada de 31-03-59

<sup>18</sup> Idem, ibidem, “Relatório da avaliação feita para a toda a parte rústica da Horta de el-rei”, Julho de 1959

<sup>19</sup> Idem, Ibidem, “Relatório da avaliação feita para a toda a parte rústica da Horta de el-rei”, Julho de 1959, p.2

<sup>20</sup> Idem, Ibidem, “Relatório da avaliação feita para a toda a parte rústica da Horta de el-rei”, Julho de 1959, p.2

<sup>21</sup> Idem, Idem, “Relatório da avaliação feita para a toda a parte rústica da Horta de el-rei”, Julho de 1959, p.1

<sup>22</sup> Idem, Ibidem, “Relatório da avaliação feita para a toda a parte rústica da Horta de el-rei”, Julho de 1959, p.3

Entretanto, para avançar com o estudo urbanístico, foi necessário fazer o levantamento topográfico tendo ficado a cargo de Manuel Faustino Madeira, de Faro, em cuja *Memória Descritiva* refere ter contabilizado o relevante número de 366 árvores.<sup>23</sup> É enviado um ofício ao Director do Posto Agrário do Sotavento do Algarve a solicitar a classificação das árvores de maior interesse existentes na Horta.<sup>24</sup>

Neste contexto, existe ainda o registo da Sub-Delegação de Saúde do Concelho de Tavira no qual se descreve a vistoria efectuada ao espaço e que nos elucida sobre a permanência da ruralidade nesta zona central da cidade.<sup>25</sup> É referido que a exploração de animais que aí se verificou não pode continuar devido a vários factores: a localização no centro da cidade “junto a prédios da rua principal”; não apresentar o espaço água canalizada; os compartimentos onde se encontram os “sete bovinos turinos e um híbrido” não apresentarem condições; e, para culminar, os estrumes serem acumulados próximos do estábulo, ao ar livre, situação propícia à concentração de moscas e mau odor.

Há que referir que, entre 1959 e os primeiros anos da década de 60, vão surgindo várias alterações ao plano inicial de urbanização assim como vão mudando os seus autores e requisitos. Para que exista viabilidade económica na venda dos talhões vai-se alterando a ideia de moradias para prédios habitacionais.

Num mapa com a identificação da parte rústica e casario envolvente da Horta,<sup>26</sup> podemos ver delineado um esboço de um largo de características monumentais voltado para a fachada principal do Quartel da Atalaia que, penetrando no interior da horta se desmembra em duas ruas de carácter circular com saídas respectivamente para a Corredora e para a Rua do Poço do Bispo.

Sabemos que, embora se tivessem verificado algumas alterações de planos para o traçado dos arruamentos, que os citados três locais (Quartel da Atalaia, Corredora e zona da Rua da Fonte do Bispo) se mantiveram na origem de embocaduras de novas ruas causando motivo para expropriações de moradias, logradouros, quintais e estabelecimentos comerciais.

Temos conhecimento de que em frente à fachada do quartel (antiga Rua 9 de Abril) foram feitas avaliações a alguns



Planta da Horta d'el Rei pertencente ao Arquivo Histórico de Tavira, onde se pode visualizar todo o casario que a delimita assim como o traçado de algumas artérias novas no seu interior

quintais e vários prédios, quase todos com logradouro na zona posterior.<sup>27</sup> Na desembocadura da nova rua prevista na Corredoura, dado existir um estrangulamento, parte de dois edifícios teriam de sofrer demolições.<sup>28</sup>

Ainda em 1959, verifica-se que é conveniente inserir no plano o Palácio da Justiça da cidade.<sup>29</sup> Como se pode visualizar na planta ao lado, mantém-se o cinema e o jardim,<sup>30</sup> insere-se o tribunal e altera-se, de alguma forma, o posicionamento da artéria que iria dar à Rua da Fonte do Bispo, colocando-a a uma cota superior, saindo agora na Rua Combatentes da Grande Guerra, sendo que a expropriação neste local se revela mais complexa. Nesta via estariam localizados os dois equipamentos





Planta com projecto de urbanização para a Horta d'el Rei da autoria do arquitecto Soares Nunes, responsável pela 5ª Zona de urbanização, D.G.S.U., pertencente ao Arquivo Histórico de Tavira, com a localização do Tribunal, Cinema e Jardim

públicos (sendo que o Tribunal acabou por se situar no local do cinema e este acabou por não se concretizar).

Este projecto mostra ainda uma nova via para poente, saindo próxima da Rua da Liberdade, posicionamento que foi revisto, localizando-se a cota mais elevada, devido ao valor baixo das expropriações, “por se tratarem de construções antigas, em mau estado e mal aproveitadas”.<sup>31</sup> Esta nova rua, dando para a Rua Tenente Couto, albergaria futuramente as Casas dos Magistrados.

Assim, ao verificar-se expropriações, somente nos locais em que as novas ruas iriam romper o perímetro urbano que desde à séculos cercava a horta d'el rei, verificamos que ainda

sobrevivem vestígios do traçado e casario original da sua “cercadura”. Se alguns quintais, edificações com logradouros e edifícios sobreviveram aos tempos, nalgumas construções mais recentes ainda se reconhece o traçado anterior, devido a condicionalismos na área de implantação.

Já o interior da Horta, que tem vindo a ser urbanizada até aos dias de hoje, tendo seguido em diferentes fases diferentes planos, apresenta-se como um espaço de características irregulares onde, involuntariamente, ainda se reconhecem vestígios desta ruralidade perdida.

<sup>23</sup> Idem, Ibidem, “Memória Descritiva” assinada por Manuel Faustino Madeira em 29 de Junho (?) de 1959

<sup>24</sup> Idem, Ibidem, carta de 29 de Junho (?) de 1959. A resposta chega anexada a um ofício datado de 6 de Julho, não se encontrando actualmente associada a este e por isso não podendo ser visualizada no âmbito desta pesquisa.

<sup>25</sup> Idem, ibidem, Carta de 11 de Julho de 1959

<sup>26</sup> Idem, ibidem, planta não datada e sem autoria expressa

<sup>27</sup> Idem, ibidem, conforme análise de desenho não datado e sem autoria expressa e de ofício de 14 de Julho de 1960

<sup>28</sup> Idem, ibidem, conforme análise de desenho não datado e sem autoria expressa e de ofício de 14 de Julho de 1960

<sup>29</sup> Idem, ibidem, carta da Câmara Municipal de Tavira, de 21 de Maio de 1959

<sup>30</sup> Idem, ibidem, “Horta d'el Rei, Sugestão de arranjo, Esboceto”, Arquitecto Soares Nunes, D.G.S. de Urbanização, 5ª Zona de Urbanização

<sup>31</sup> Idem, ibidem, carta da Câmara Municipal de Tavira, datada de 23 de Julho de 1959



Antiga Rua 9 de Abril, lado oposto ao quartel

# A cidade, os conventos e as suas hortas

Catarina Almeida Marado, arquitecta\*

## A instalação dos conventos na cidade

Após a Reconquista Cristã, Tavira foi a primeira cidade do Algarve a receber uma casa conventual. Em 1312, uma comunidade de franciscanos claustrais<sup>1</sup> instalou-se fora de portas, a sul do núcleo amuralhado, perto de uma das suas vias de acesso<sup>2</sup>. A igreja do convento, com cabeceira orientada a nascente, implantou-se perpendicularmente à via, formalizando um largo junto à sua fachada lateral<sup>3</sup>, as dependências conventuais localizaram-se do lado direito da igreja em torno do claustro e a sua cerca ocupou



## The city, its convents and their kitchen gardens

Between the early 1300s and the mid-1700s, the city of Tavira saw the foundation of six convents – São Francisco, Graça, São Paulo, Santo António and Carmo. Their disposition, as a ring around the urban centre, delineated the boundary line between the city and the urban world. Their premises, which included a church and other buildings, marked the urban landscape, while their kitchen gardens, which combined a diversity of green spaces, brought the country into the city.

During their religious use, the convents acted as structuring elements within the urban space, either by inspiring the construction of new urban areas and the reorganisation of those already in existence, or by acting as obstacles to the city's growth.

With the extinction of the religious orders and the nationalisation of their possessions, these spaces underwent considerable changes. Nonetheless, they kept playing an important role in the city, taking part in the urban reformulations that occurred in the transition from the 19<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century. The buildings were put to new uses, while their kitchen gardens offered free spaces for the city to expand. More recently, former conventual spaces have been recognised as valuable elements of the city's heritage, and most of them were subjected to refurbishments that allowed them to be used in ways more compatible with the preservation of their cultural values.

\* Professora auxiliar convidada, Universidade do Algarve, Investigadora CIEO



uma vasta área nos arrabaldes do núcleo urbano. A segunda casa monástico-conventual que se fundou na cidade foi o Convento de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido como Convento das Bernardas<sup>4</sup>. A construção deste edifício surgiu na sequência de uma intenção de D. João II de edificar um convento de freiras de Santa Clara em Tavira, concretizada em 1509, pelo seu sucessor, D. Manuel I. A casa acabou por ser entregue à Ordem de Cister<sup>5</sup> em 1530 pelo Bispo D. Fernando Coutinho, que ficou responsável pela construção do edifício, sendo uma das suas irmãs, a primeira abadessa do convento. O local escolhido para a instalação desta casa encontrava-se fora de muros, perto do Campo da Atalaia, na proximidade do convento franciscano.

Ainda no decorrer do século XVI, em 1542, Frei Pedro de Vila Viçosa<sup>6</sup>, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, funda em Tavira, o Convento de Nossa Senhora da Graça. Esta casa localizou-se no espaço intramuros, entre a Porta do Postigo e a

<sup>1</sup> Esta comunidade foi substituída por uma outra de franciscanos observantes em 1517 quando da divisão da Ordem de São Francisco entre claustrais e observantes. Em 1532 este convento ficou integrado na Província dos Algarves, que foi criada a partir da Província de Portugal.

<sup>2</sup> Esta localização respeita a tipologia de localização dos primeiros franciscanos nas cidades. Ver ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 228.

<sup>3</sup> Que ficou conhecido como o Largo de São Francisco, o actual Largo Zacarias Guerreiro.

<sup>4</sup> Esta casa regular, normalmente identificada como convento, é na realidade um mosteiro, dado que pertence a uma ordem monástica, a Ordem de Cister.

<sup>5</sup> Damião Augusto de Brito VASCONCELOS transcreve um documento de um livro-tombo de 1675 do Hospital do Espírito Santo em Tavira, onde se lê: "(...) não pareça equívocação ou engano mas verdade certa de que o dito Rei fundou este convento para freiras de Santa Clara em Tavira cuja instituição se mudou depois que fez doação d'elle às ditas monjas de São Bernardo". VASCONCELOS, Damião A. B. *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999, p. 222. Este autor refere ainda que a fundação desta casa estava inicialmente prevista para uma das naves da Casa do Hospital do Espírito Santo.

<sup>6</sup> Este frade havia sido responsável pelo início da construção de um convento desta ordem em Azamor, porém em consequência do abandono desta praça africana, a casa foi transferida para Tavira, cidade que nessa data efectuava o apoio à presença portuguesas nesse continente. Cf. GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. *Dois descrições do Algarve do séc. XVI*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 3, p. 52.



Porta da Vila Fria<sup>7</sup>, ocupando assim o sector poente da cidade na margem direita do rio. A construção do edifício fez-se sobre a antiga judiaria, onde os frades permaneceram, de forma provisória, durante vários anos. Em 1569 deu-se início às obras que se prolongaram pelo século XVII e no século seguinte o edifício sofreu ainda consideráveis alterações<sup>8</sup>. A fachada da igreja e a ala sul das dependências conventuais formalizaram o enquadramento do largo que recebeu o nome do convento, enquanto a cerca, de reduzidas dimensões, estendeu-se até ao limite amuralhado da cidade.

A instalação das ordens religiosas na outra margem do rio iniciou-se nos primeiros anos de seiscentos. Os habitantes da cidade haviam solicitado aos frades capuchos da Província da Piedade que aí construíssem um convento, porém, foram os Eremitas de São Paulo que primeiro se instalaram nessa parte da cidade. Estes frades, que desde 1448 se encontravam na Ermida de São Marcos<sup>9</sup> nos arredores de Tavira, fundaram, em 1606, um convento dentro da cidade. O local escolhido para a implantação do edifício foi a antiga Ermida de Nossa Senhora





da Ajuda<sup>10</sup>, um templo existente nos limites do espaço urbano, e que deu o nome ao convento. A fachada da igreja ficou virada para o espaço que deu origem ao Largo da Alagoa, e as dependências conventuais situaram-se à esquerda do templo, no interior dos muros da cerca, que se prolongou até ao Alto de Santa Ana.

Em 1607, os capuchos da Província da Piedade chegaram à cidade de Tavira e ocuparam provisoriamente a Ermida de Nossa Senhora do Espinheiro<sup>11</sup> na Atalaia, enquanto decidiam o sítio exacto onde construir o convento. As duas opções eram: o local onde se encontrava esta ermida, e outro, na margem esquerda do rio, junto à Ermida de São Brás. Os frades acabaram por se decidir pela primeira opção, apresentando como argumento o facto de que no outro local “*não havia nem podia haver uma árvore verde*”<sup>12</sup>. O sítio escolhido para a construção do convento foi assim a margem direita do rio, nos limites da área urbana. A construção do Convento de Santo António iniciou-se em 1612 numa fazenda propriedade de Pedro de Sousa e abrangeu parte de um rossio público<sup>13</sup>. A fachada da sua igreja, único elemento que se relacionava com o exterior, ficou orientada para o Campo da Atalaia, e o muro da cerca envolveu todo o conjunto, ficando as instalações conventuais no seu interior.

O Convento de Nossa Senhora do Carmo, de frades carmelitas descalços, foi a última casa conventual a implantar-se em Tavira e ocupou o único sector disponível na cidade, na margem esquerda do rio, a nascente do Alto de São Brás. A

fundação deste edifício, datada de 1737, foi feita “*a pedido dos tavirenses para assim terem cobertura legal para a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo anos antes instituída nesta cidade*”<sup>14</sup>. A construção de um convento carmelita em Tavira resultou assim de um pedido efectuado pela ordem terceira, que

<sup>7</sup> Em 1570, depois do início das obras do edifício, os frades tentaram que esta porta, de acesso à Horta da Bela Fria, fosse encerrada. Cf. Natércia MAGALHÃES. *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*. Lisboa: Letras Várias, 2008, p. 93.

<sup>8</sup> Sobre as diferentes campanhas de obras que decorreram no edifício ver SANTANA, Daniel. “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira” in *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2001, n.º 14, pp. 130-132.

<sup>9</sup> Actual Ermida da Nossa Senhora da Saúde.

<sup>10</sup> Cf. Damião A. B. VASCONCELOS. *Ob. cit.*, pp. 206-207.

<sup>11</sup> Este templo era também conhecido por Ermida Nossa Senhora da Esperança ou da Atalaia. Cf. Idem, *ibidem*, p. 215.

<sup>12</sup> MONFORTE, Frey Manoel de. *Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem & Regular Obfervancia de noffo Seraphico Padre S. Francisco*. Lisboa: ed. Oficina de Miguel Deslandes, 1696. p. 653.

<sup>13</sup> A tipologia de localização dos conventos capuchos da Província da Piedade caracteriza-se pelo distanciamento em relação à cidade. A implantação desta casa, na proximidade do espaço urbano, é fruto de uma mudança de critérios no que respeita ao carácter de isolamento que os primeiros capuchos tanto prezavam. Relativamente à evolução da tipologia de localização dos conventos capuchos ver Catarina Almeida MARADO. “Os frades capuchos no Reino do Algarve: processo de instalação e tipologia de localização”. *Anais do Município de Faro. Vols XXXIII-XXXIV (2003-2004)*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2008, pp. 12-27.

<sup>14</sup> VASCONCELOS, Damião A. B. *Ob. cit.*, p. 226.



pretendia deixar a capela que mantinha na igreja do Convento de São Paulo e construir uma outra junto ao futuro Convento do Carmo. Para esse efeito, os terceiros doaram algumas casas no Alto de São Brás. No entanto, o convento carmelita foi edificado num outro terreno cedido pelo Capitão António da Costa de Paiva, e acabaram por ser os frades a doar o espaço para a construção da capela da Ordem Terceira, impondo como condição que esta ficasse com a porta principal para dentro do convento, podendo ter uma outra porta, lateral e secundária, para o exterior. As obras destas duas edificações terão inicialmente corrido em simultâneo, mas a igreja dos terceiros foi concluída no final do século XVIII, enquanto que o convento, nomeadamente a sua igreja, nunca chegou a ser terminada. A cerca ocupou uma vasta área a nordeste do núcleo urbano e constituiu a maior horta conventual da cidade.

### A presença no espaço urbano

Os seis conventos fundados em Tavira, entre o início do século XIV e meados do XVIII, constituíram a estrutura conventual da cidade que formalizou um anel em torno do espaço urbano.

As duas casas franciscanas – de São Francisco e de Santa Clara, depois entregue à Ordem de Cister – foram as primeiras a instalar-se na cidade. Seguiu-se o Convento da Graça que veio completar o anel conventual na margem direita do rio, em torno da nova centralidade que surgiu na parte baixa da cidade. A ocupação da outra margem fez-se com a construção dos conventos de São Paulo e do Carmo, que encerraram a primeira coroa conventual da cidade. O Convento de Santo António, localizado a uma maior distância do espaço urbano, deu início a um segundo anel, que não chegou a completar-se.

Os conventos definiram assim o limite entre o espaço urbano e o mundo rural, e apesar de, muitas vezes, funcionarem, como pólos de atracção para o crescimento urbano, promovendo o desenvolvimento de novos bairros na sua proximidade, a forma como se distribuíram em torno da cidade teve, posteriormente, o efeito contrário, obstruindo o desenvolvimento da urbe. Estes edifícios, e muito especificamente as suas hortas, constituíram, na maioria dos casos, barreiras à expansão urbana. Em Tavira, este facto é

evidente tanto a sul – com as hortas muradas de São Francisco e dos Capuchos – como a norte, onde a horta de São Paulo e, particularmente, a do Carmo, constituíram um claro limite à expansão da cidade.

Por outro lado, as casas regulares funcionaram também como elemento estruturador do tecido urbano. A sua implantação, na malha consolidada ou na envolvente à cidade, provocou a reorganização dessas áreas. Quer se construíssem de raiz ou sobre preexistências<sup>15</sup>, os espaços conventuais – edifícios e cercas – participaram de forma activa no desenho da cidade, não só no momento da sua construção, mas também ao longo da sua presença no espaço urbano. O estudo aprofundado da forma urbana da cidade de Tavira mostra-nos que esta foi em grande parte determinada pela implantação destes elementos, que funcionaram simultaneamente como espaços rígidos, marcando definitivamente o “chão” da cidade, e como espaços flexíveis que se ajustaram e dinamizaram transformações urbanas.

<sup>15</sup> Sobre o tipo de espaços que os conventos ocupam nas cidades ver Catarina Almeida MARADO. *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilla, Sevilla, 2007, vol.1, pp.102-104.



Planta de Tavira, incluída em “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandres y las Indias” de Leonardo di Ferrari (1645). Arquivo Militar de Estocolmo



1. Horta de São Paulo
2. Horta do Carmo
3. Horta da Graça
4. Horta de São Francisco
5. Horta de Santo António
6. Horta das Bernardas

- A. Horta d'el Rei
- B. Horta do Bispo
- C. Horta da Bela Fria
- D. Horta das Canas





Os conventos, interpretados na sua dimensão arquitectónica, são construções constituídas por três elementos: igreja, dependências e cerca. Destes, a igreja é aquele que detém maior destaque em termos artísticos e que comunica directamente com o mundo exterior. As dependências são compostas por uma série de espaços, ordenados e hierarquizados, simbólica e funcionalmente, sendo o claustro aquele que organiza e articula todos os outros<sup>16</sup>. Por último, a cerca (também designada por horta) constitui o espaço não construído do convento composto por áreas de arvoredo, cultivo de cereais, hortas, jardins, fontes, sistemas de irrigação e de armazenamento de água, que garantem a subsistência da comunidade. Estas áreas são delimitadas por um muro que se articula com o edifício dando unidade ao conjunto.

Em termos urbanísticos, os espaços conventuais são elementos primários na composição da cidade. A sua relação com o espaço urbano fez-se, como vimos, a vários níveis: efectuando a ligação entre a cidade e o território envolvente, orientando ou condicionando a expansão urbana, e participando no desenho da cidade. Nesta dinâmica, cada um dos seus três elementos desempenha um papel distinto. A igreja sendo o elemento mais significativo do conjunto, é aquele que se relaciona mais directamente com a cidade, não só em termos físicos, mas também em termos visuais, dado que é o seu volume e desenho arquitectónico que mais se destacam no perfil da cidade. As dependências encontram-se normalmente situadas dentro dos muros da cerca, mas em muitos dos casos constituem, também elas, frentes urbanas. Finalmente as hortas definem, através dos seus muros, os novos limites ou novas orientações para o crescimento urbano e representam o campo dentro da cidade.

Em Tavira, as hortas conventuais constituíram — juntamente com as hortas D'el Rei, Bela Fria e do Bispo — uma importante parcela do espaço urbano, que tinha características de espaço rural. A horta de São Francisco era composta por áreas de “*arvoredo, terras de pão, vinha e horta com água de pe*”, a de Santo António por “*terras de pão, arvoredo, parreiras e um hortejo*”, a de São Paulo por “*amendoeiras e outras arvores, terras de pão e um bocado de horta*”, a da Graça também por “*algumas amendoeiras e terras de pão, um quintal com parreiras*”<sup>17</sup> e a das Bernardas por “*dois pequenos quintais*”<sup>18</sup>.

### O processo de extinção dos conventos: os edifícios e as hortas

No decorrer do século XIX, a realidade dos espaços conventuais alterou-se significativamente. O Decreto de 30 de Maio de 1834, que estabeleceu a extinção de todas as casas regulares masculinas e a nacionalização dos seus bens, veio colocar um ponto final a um longo processo de iniciativas legislativas dirigidas às ordens religiosas. No Algarve, este decreto abrangeu vinte e duas casas regulares<sup>19</sup>, sendo que cinco delas se localizavam na cidade de Tavira.

Depois de decretada a extinção, deu-se início ao processo de tomada de posse, inventariação e avaliação de todos os bens móveis e imóveis dos conventos. Os bens móveis foram agrupados segundo diferentes categorias: bens de uso comum, obras de arte, bibliotecas, utensílios de culto divino e objectos de ouro, prata e jóias. A cada uma delas foi dado um destino diferente<sup>20</sup>, e actualmente pouco se sabe sobre o que aconteceu a muitos dos bens das extintas casas regulares de Tavira<sup>21</sup>.

Os bens imóveis foram separados em dois grupos: prédios urbanos (os edifícios) e prédios rústicos (as cercas conventuais). No caso de Tavira, a inventariação e avaliação destes bens, para além de separar o edifício da cerca, separou também a igreja das dependências conventuais. Isto é, nos processos de extinção<sup>22</sup> das casas masculinas desta cidade podemos ver que as igrejas foram inventariadas e avaliadas em separado, constituindo-se assim como imóveis independentes.

Terminada a inventariação e avaliação procurou-se dar um destino às extintas casas regulares. Começou-se pelas igrejas, escolhendo as que deveriam ser conservadas. O Governo Civil do Distrito de Faro, depois de consultados os municípios e o Bispado, elaborou um quadro intitulado *Relação dos Conventos e Casas Religiosas extintas situadas no sobredito Distrito, com declaração das Igrejas respectivas que devem ser conservadas ou profanadas*<sup>23</sup>, que continha as intenções de utilização para cada um dos extintos templos conventuais. De acordo com este documento, em Tavira, apenas as igrejas dos conventos de São Paulo e de São Francisco foram consideradas como a conservar-se. A primeira para se “*(...) transferir a Igreja Paroquial de São Tiago, fazendo-se nova divisão das duas Paroquias da cidade, como convém*”, e a segunda pelo facto de estar “*incorporada na*





Descrição do Reino do Algarve”, Fólio 11 do “Codice de Massay” de Alexandre Massay, 1621, Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade

da *Ordem Terceira*, e por isso não pode separar-se”. As restantes – Graça, Carmo e Santo António – foram consideradas como a profanar-se, declarando-se que “são inúteis, salvo se nos conventos respectivos se der alguns destino que as torne precisas”.

Relativamente às dependências e às cercas conventuais, a primeira decisão foi atribuir-lhes um uso com carácter provisório (principalmente aos edifícios). Neste contexto, o extinto Convento da Graça foi “ocupado pelo 1º Batalhão do Regimento 8<sup>o</sup>”<sup>24</sup>.

<sup>16</sup> Sala do capítulo, refeitório, cozinha, dormitórios, biblioteca, enfermaria e outros.

<sup>17</sup> Descrições presentes na *Relação dos Prédios urbanos e rústicos que se inventariaram e avaliaram nos extintos Conventos Religiosos da sobredita Província*

em cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834, Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146.

<sup>18</sup> IAN/TT. A.H.M.F., Convento Nossa Senhora da Piedade, cx. 1935, cap. 1.

<sup>19</sup> Dezanove conventos, dois hospícios e um eremitério. Sobre este assunto ver Catarina Almeida MARADO. “Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de um uso às antigas casas regulares do Algarve” in *Promontoria*. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, nº 7 (no prelo).

<sup>20</sup> Os objectos de uso quotidiano, alfaias agrícolas e reservas de alimentos, foram de imediato colocados à venda em hasta pública. Os valores (dinheiro, títulos de juros e rendas) foram incorporados na Fazenda Pública. As obras de arte e bibliotecas só mais tarde em 1836 foram atribuídas a estabelecimento de cultura, arte e ciência, entretanto já grande parte de havia perdido. Os objectos de culto que se entenderam manter nos templos foram entregues ao clero secular, os restantes ficaram nas mãos das autoridades civis, e torna-se hoje bastante difícil seguir-lhes o rasto. Alguns dos objectos precisos de ouro, prata e jóias deram entrada na Casa da Moeda, mas muitos extraviaram-se. Sobre o destino dos bens móveis veja-se António Martins da SILVA. “A desamortização” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 5 (O Liberalismo), p. 345.

<sup>21</sup> Os objectos ligados ao culto religioso do extinto Convento de Nossa Senhora da Piedade de Tavira foram distribuídos pela Igreja de São Pedro de Faro, Hospital do Espírito Santo de Tavira, Arquivo Municipal, Igrejas de Santo António e São Francisco de Tavira, Museu Paroquial de Moncarapacho e Igreja Paroquial de Boliqueime. Cf. Armando da Costa FRANCO. “A degradação do património conventual de Tavira após 1834” in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*. Tavira: Clube de Tavira, 1992, pp. 89-95.

<sup>22</sup> Os processos de extinção podem ser consulados no IAN/TT. A.H.M.F. De cada processo de extinção constava um inventário completo de todos os seus bens móveis e imóveis. Com base nestas informações, o Governo Civil do Distrito de Faro elaborou um documento que continha a descrição e avaliação de todos os bens imóveis das casas masculinas extintas na Província do Algarve em 1834, intitulado *Relação dos Prédios urbanos e rústicos que se inventariaram e avaliaram nos extintos Conventos Religiosos da sobredita Província em cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834*, que se encontra no Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146. Os dados do inventário presentes nestes documentos (descrição dos bens imóveis e valores pelos quais foram avaliados) fornecem-nos importantes informações sobre a composição espacial e estado de conservação dos edifícios e das suas hortas. Sobre este assunto ver Catarina Almeida MARADO. *Património conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilha, Sevilla, 2007, vol. I, pp. 154-156.

<sup>23</sup> Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146.

<sup>24</sup> SARAIVA, José (dir.). *Situação dos Edifícios e Institutos Religiosos ao Serviço do Estado e das Corporações*. s.l.: ed. Arquivo de História do Ministério das Finanças, 1941. Vol. I (Conventos de Frades).

Finalmente, em 1835, a Carta de Lei de 15 de Abril, determinou a venda dos bens nacionais (nos quais estavam incluídas as extintas casas regulares) com a excepção daqueles que servissem para o serviço público<sup>25</sup>. Na cidade de Tavira, o único extinto convento para o qual foi indicado um destino de utilidade pública foi o Convento da Graça, que foi entregue ao exército “*para continuar a servir de aquartelamento da Tropa que guarnece esta Cidade, pois está preparado para isso*”<sup>26</sup>. Os restantes imóveis foram levados à venda em hasta pública.

Na primeira fase das vendas, que ocorreu entre Outubro de 1836<sup>27</sup> e 1840, nenhuma das extintas casas regulares da cidade foi vendida, de modo que, durante os anos que se seguiram, chegaram à Junta do Crédito Público inúmeros pedidos para a atribuição dos seus edifícios e cercas para os mais diversos fins<sup>28</sup>. Este processo prolongou-se durante vários anos, sem que se tomasse uma decisão definitiva sobre o destino destes imóveis, sendo este um dos principais factores de degradação deste património.

A casa feminina da cidade de Tavira, que saiu ilesa da ordem de extinção de 1834<sup>29</sup>, foi extinta a 8 de Fevereiro 1836, porém, poucos meses depois, em 27 de Abril, as freiras dos extintos conventos do Algarve (até então reunidas no Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro) foram enviadas para esta casa, por ser a maior da região. A mudança deu-se a 25 de Maio<sup>30</sup> e durante os anos que se seguiram aí se mantiveram as religiosas, até que em 1862 se procedeu finalmente ao auto de posse dos seus bens.





<sup>25</sup> O artigo 2º a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835 referia que seriam exceptuados da venda os bens considerados necessários para o serviço público, as fábricas necessárias para promover a indústria, os monumentos históricos e artísticos, as matas, pinhais e arvoredos necessários para novas plantações e os edifícios necessários para o Exército e Marinha.

<sup>26</sup> Em carta datada de 3 de Março de 1836, dirigida ao Governo Civil do Distrito de Faro, o município confirma esta informação relativa ao *Convento dos extintos gracianos*, indicando ainda outro bem nacional (a “*Casa da extinta Portagem destinada para Alfandega*”) que se considerou compreendido no art.º 2º da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835. Ver *Mapa dos Bens Nacionais situados no sobredito Distrito, que se julgão compreendidos nas disposições do artigo 2º da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835*. Transcrição e fotocópia deste documento em Catarina Almeida MARADO. *Ob. cit.*, vol.3, pp. 40-42

<sup>27</sup> Os bens nacionais dos diferentes distritos do país foram a hasta pública em diferentes datas. Ver António Martins da SILVA. *A Venda dos Bens Nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835: Aspectos económico-Geográficos. Os resultados estatísticos*. Coimbra: Edição da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, Separata de la Revista Portuguesa de História, tomo XX, p. 180.

<sup>28</sup> O antigo Convento da Graça foi requisitado, em 1839, pelo Ministério da Guerra para quartel do Batalhão de Caçadores n.º 5. Posteriormente, também a sua igreja foi pedida pelo mesmo Ministério, tendo-lhe sido concedida em

1844. E, finalmente, no ano seguinte, duas parcelas de terra junto ao convento foram também requeridas para servir de horta do referido Batalhão. A igreja de Nossa Senhora do Carmo (que havia sido considerada inútil) foi pedida em 1841 (incluído o órgão) pela Ordem Terceira de Tavira. Acabou por ser entregue a esta instituição em Junho de 1842, porém, em Outubro desse mesmo ano, foi declarado que a concessão era afinal provisória. O extinto Convento de Santo António foi solicitado em 1837 para estabelecer um liceu e a sua cerca foi requisitada pelo Ministério da Guerra em 1843 para servir de horta do Batalhão de Caçadores n.º 5. A cerca do antigo Convento de São Francisco foi requerida simultaneamente pelo Ministério de Guerra, para servir de horta do Batalhão n.º 5, e pela Câmara para cemitério. Este processo prolongou-se até 1840, com sucessivos pedidos e consultas à Junta de Crédito Público. Alguns destes pedidos podem ser consultados em José SARAIVA (dir.). *Ob. cit.*

<sup>29</sup> O Decreto de 30 de Maio de 1834 determinou a extinção apenas das casas regulares masculinas. Os conventos femininos tiveram um diferente processo de extinção, permitindo-se a permanência da comunidade até à morte da sua última representante. A sua nacionalização só foi decretada em 1861.

<sup>30</sup> ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1967-1971, vol.3, p. 135 e VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito. *Ob. cit.* Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999, p. 224.



O contexto em que se deu a secularização desta casa foi diferente daquele que caracterizou os primeiros anos do processo de extinção. Nesta data, já se conheciam as dificuldades que existiam na atribuição de um uso para estes edifícios. A carta que o Delegado do Tesouro do Distrito de Faro dirigiu à Direcção Geral dos Próprios Nacionais em 6 de Abril de 1862<sup>31</sup> ilustra bem esta realidade. Questionado “(...) sobre a conveniência ou não conveniência da conservação do templo do extinto Convento das Freiras de São Bernardo da Cidade de Tavira”, o Delegado José Maria Rolla Lobo refere que não vê possibilidades de venda, nem de uso para o edifício e aconselha a secularização da igreja, considerando que só a “*pequena horta e casa chamada do feitor*” serão de fácil venda. Alguns dias depois, a 26 de Abril, a Câmara de Tavira solicitou a cedência do imóvel para “*Tribunal Judiciário, Administração do Concelho, Repartição da Fazenda, Cartórios de Escrivães e Escolas de instrução Primária*”. Cerca de um ano depois, em 23 de Setembro de 1863, um outro Delegado informa que “*não pode servir à Câmara para o fim que o pede, porque está fora da Cidade, e careceria gastar nele quinze a vinte contos de réis, quando com quantia inferior pode edificar casa apropriada e em melhor local*”, e conclui “*parece-me portanto que convém vendê-lo, e pode talvez haver quem o compre com o fim de demolí-lo para vender a telha, madeira, e mais aviamentos, e ficar com o solo*”<sup>32</sup>.

### A atribuição de novos usos: transformações e permanências

No contexto do pós-extinção, a atribuição de uma utilização de carácter público aos edifícios e às antigas hortas dependeu de diversos factores, mas a sua localização, dentro ou fora do núcleo urbano, e também o seu estado de conservação foram aspectos determinantes. Na cidade de Tavira, os extintos conventos da Graça e de São Francisco, localizados no interior do tecido urbano, foram os escolhidos para equipamentos públicos: o primeiro foi quartel e o segundo, cemitério. O Convento do Carmo teve também várias utilizações de carácter público<sup>33</sup>: funcionou como Asilo Distrital de Infância Desvalida, depois como Escola de Pesca, em seguida Escola Preparatória, e finalmente, foi ocupado pelas instalações da Cruz Vermelha Portuguesa.

Os imóveis que não foram atribuídos ao serviço público, acabaram por ser vendidos a particulares e, ao contrário daquilo que inicialmente se pensava, o principal interesse dos seus compradores estava nas hortas conventuais e não nos edifícios. Esta terá sido a razão da aquisição por parte de particulares, dos conventos de Santo António e de São Paulo, cujos edifícios foram posteriormente utilizados como habitação e as hortas mantiveram-se como espaço agrícola. O Convento das Bernardas, nacionalizado cerca de três décadas depois, foi também vendido e em 1890 transformado em “Fábrica de Moagem e Massas a Vapor”.

Das antigas igrejas conventuais, apenas as de São Francisco<sup>34</sup>, Santo António e São Paulo permaneceram ao culto, enquanto que as restantes serviram os mesmos usos que as respectivas dependências conventuais.





Relativamente às antigas hortas conventuais, independentemente de terem ficado na posse de instituições públicas ou de particulares, elas mantiveram, praticamente até às últimas décadas do século XX, o seu carácter de espaço rural, com excepção das reduzidas cercas da Graça e das Bernardas que serviram de apoio aos usos que os edifícios adquiriram. A horta de São Francisco foi a única que, nesta fase, foi utilizada para a construção de novas áreas urbanas, ainda que não na sua totalidade. Uma das mais significativas intervenções urbanísticas de inícios do século XX em Tavira fez-se sobre o espaço desta antiga horta franciscana, com o rasgar do eixo de ligação à Estação dos Caminhos-de-ferro (a antiga Rua de Lisboa, actual Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo).

Em suma, após a sua secularização, os extintos conventos continuaram a desempenhar um papel fundamental na cidade, participando nas transformações que ocorreram entre os finais do século XIX e inícios do XX. Os seus edifícios absorveram parte dos novos equipamentos que neste contexto surgiram na cidade, enquanto as suas hortas ofereceram espaços livres dentro da malha consolidada para intervenções de renovação urbana.

Mais recentemente, os antigos conventos da cidade de Tavira atravessaram outro período de importantes transformações. A partir das últimas décadas do século XX, foram reconhecidos como imóveis de interesse cultural pelo seu valor histórico, artístico, arquitectónico, técnico, científico e social<sup>35</sup>, tendo os seus edifícios adquirido novos usos, distintos daqueles que tiveram no período pós-conventual e compatíveis com a preservação dos seus valores culturais. São Francisco manteve a sua igreja ao culto e as ruínas do antigo espaço conventual foram transformadas em jardim público; o das Bernardas encontra-se a ser reabilitado como conjunto habitacional; o de Santo António e o da Graça foram adaptados a unidades hoteleiras, sendo que o primeiro mantém a sua igreja ao culto; o do Carmo manteve as instalações da Cruz Vermelha Portuguesa e recentemente recebeu o Centro de Ciência Viva; e a igreja de São Paulo permanece em funcionamento.

Neste contexto, também as antigas hortas conventuais sofreram inevitáveis alterações. As cercas da Graça e das Bernardas, que ficaram anexadas aos edifícios, servem hoje os

usos que lhes foram atribuídos, enquanto que as hortas de São Francisco e do Carmo foram totalmente ocupadas pelas novas áreas de expansão da cidade de finais do século XX.

Pelo contrário, as cercas dos Paulistas e dos Capuchos permanecem como espaços não construídos, mantendo o seu carácter de espaço verde dentro da cidade.

<sup>31</sup> IAN/TT. A.H.M.F., Convento Nossa Senhora da Piedade, cx. 1935, cap. I.

<sup>32</sup> IAN/TT, A.H.M.F., Convento de Nossa Senhora da Piedade, Tavira, cx. 1935, cap. I.

<sup>33</sup> Sobre a posse deste edifício ver ANICA, Arnaldo Casimiro. *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 2001, Vol. 2, pp. 202-205.

<sup>34</sup> A igreja franciscana original foi destruída, a actual igreja foi construída sobre a anterior.

<sup>35</sup> O Convento de Nossa Senhora da Graça está classificado como Imóvel de Interesse Público (homologado), o Convento de Nossa Senhora do Carmo como Imóvel de Interesse Municipal, os conventos de Santo António, São Paulo, Bernardas e São Francisco estão em vias de classificação.





**SONORIDADES**

**SOUNDS**





# Charolas, a invenção da tradição

Rui Moura Jerónimo, professor de Educação Musical\*

## Introdução

Nas mudanças sócio-culturais ocorridas na região Algarve, sobretudo na segunda metade do século vinte, adquirem especial relevância as manifestações musicais que ocorrem na Quadra Natalícia, pela sua especificidade e projecção, especialmente, as designadas Charolas no Sotavento algarvio, principalmente nos Concelhos de Faro, Olhão e Tavira. Os grupos de charoleiros juntam-se para cantar e tocar anualmente na época própria, iniciando os ensaios algum tempo antes das suas apresentações, que decorrem normalmente desde o Fim do Ano até ao Dia de Reis, extinguindo a sua actividade pouco depois desta última festividade.

Há motivos substanciais que determinam a participação dos diversos intervenientes nas Charolas. Quer os participantes nos grupos, quer os que assistem aos momentos de performance, alteram a sua rotina diária, as suas práticas sociais correntes, a fim de nesta altura do ano estarem presentes nas Charolas. Os valores que parecem estar na base dos comportamentos observados nestas práticas são, essencialmente, o improviso, a saudação, o convívio, o retrato social e a performance instrumental e/ou vocal. No entanto há aspectos simbólicos que importa revelar.

Neste trabalho procuraremos contribuir para a construção e desenvolvimento de um modelo interpretativo das Charolas, esclarecendo o processo de transformação destas práticas sócio-musicais, desde meados do século vinte, evidenciando as alterações ocorridas em algumas das suas características e revelando a coerência evolutiva das mesmas. Nele se tenta explicar a ocorrência simultânea de diversos elementos que se observam nas Charolas (a “tradição”, o improviso, a palavra, a rima, a voz falada, o canto, o instrumental musical, a crítica social, a solidariedade, o “folclore”, a intervenção política, o religioso e o profano, entre outros) e o modo como se opera a sua integração, registando-se a manutenção de aspectos formais, não obstante, a profusão de elementos, o crescimento de ingredientes e a variabilidade de conceitos.

## 1. Teoria Central

O conceito de objectificação da cultura, definido por Richard Handler (1984), é o modo de ver a cultura como uma coisa: um objecto ou uma entidade natural feito de objectos e entidades (traços). Assim, é possível

## Charolas, the invention of tradition

Among the various sociocultural changes that occurred in the Algarve region, more precisely during the second half of the 20<sup>th</sup> century, certain musical events of the Christmas Season hold a very special position due to their specificity and importance, particularly the ones called Charolas, in eastern Algarve, mostly held in the Faro, Olhão and Tavira municipalities. Groups of people (called ‘charoleiros’) get together to sing and play during the festive season, rehearsing for some time before their public performances, which usually take place from New-Year’s-Eve until Twelfth Night, after which they cease their activities.

This article aims at making a contribution towards the construction and development of an analytical grid for the study of Charolas, highlighting the changes undergone by certain of their features and revealing the evolutionary coherence of the same. In it, we try to offer an explanation for the simultaneous occurrence of various elements in the Charolas (‘tradition’, improvisation, lyrics, rhymes, spoken word, singing, instrumental music, social criticism, solidarity, ‘folklore’, the sacred and the profane, among others) and for the way they integrate with each other, remarking how certain formal aspects remain unchanged, in spite of profuse elements, increasing ingredients and variable concepts.

\* Grupo Musical de Santa Maria



perceber como o conceito dominante de “tradição” é construído sobre metáforas naturalistas que prevalecem quer no senso comum quer na teoria social, através de uma ideologia que pressupõe sempre um corpo isolado e objectivo de traços culturais que são transmitidos do passado sem alterações.

Handler coloca a questão, também, da ambiguidade do termo “tradição”, procurando esclarecer se a “tradição” se refere a uma cultura herdada ou a uma mera construção simbólica. Sistemáticamente, este conceito restringe-se a um conjunto de traços culturais cuja continuidade é semelhante à de um objecto natural, invocando os seus actores metáforas orgânicas e naturalistas para descrever e interpretar esse conjunto de traços, assim como, presumindo que um conjunto de ideias e costumes imutáveis possa ser transmitido pelo passado. Assim, “tradição” e “novidade” são termos mais interpretativos do que descritivos.

Estas mesmas analogias entre “tradição” e organismos têm sido um elemento comum nas teorias nacionalistas da “tradição”, recorrendo-se a uma série de metáforas que relacionam a evolução nacional com a evolução de um objecto natural. Nesta retórica transforma-se a história nacional numa história natural, na qual um determinado grupo se mantém “inalterado” na sua adaptação ao meio, através de uma autoconsciência tendente a preservar a cultura nacional e a “tradição”. Gerando-se o culto da “tradição”, corresponde-se a uma exigência e princípio nacionalista, segundo o qual a existência de nação requer a existência de uma “cultura”. Todavia, tal invenção é selectiva, pois somente certos itens são escolhidos para representarem a cultura “tradicional”. Por isso é preferível usar o termo “tradicionalização” a fim de expurgar o termo “tradição” da sua carga estática e das correspondentes implicações naturalistas, uma vez que “tradição” é um processo que envolve contínua recriação. A “tradição” é um processo simbólico que pressupõe simultaneamente os simbolismos do passado e a criativa reinterpretção dos mesmos – um processo de interpretação e atribuição de sentido no pensamento presente através de referências ao passado.

Anthony Giddens (1997), entende o conceito de reflexividade como um dos fenómenos característico da actualidade e que contribui fortemente para o dinamismo da sociedade. Este



conceito consiste num exame constante das práticas sociais e na sua reforma à luz da informação produzida sobre as mesmas, alterando-se, assim, o seu carácter constitutivo. Neste contexto, também Bourdieu (1992) propõe uma exploração sistemática das categorias de pensamentos impensáveis que limitam o pensável e predeterminam o pensado. A reflexividade põe em questão o sentido sagrado da individualidade e da representação carismática que muitos intelectuais apresentam, julgando-se pensadores livres de determinações sociais.

Uma Etnografia da região Algarve, enquanto empreendimento que, propositadamente ou não, contribui para produzir uma representação da sua cultura, terá que atender ao eventual aproveitamento que dela se faça num qualquer sentido político ou económico. Numa perspectiva epistemológica, porém, não poderá ficar isenta da aplicação dos conceitos acima expostos.

## 2. As Charolas

### Considerações sobre o termo Charola

A designação de Charola, no Algarve, parece estar muito ligada à imagem do Deus-Menino, de pé, no alto de uma armação composta por caixas de diferentes tamanhos que, sobrepostas, formam um trono em escadaria. Por extensão, significa também o grupo de pessoas (cantadores, músicos e acompanhantes) que percorre os povoados, na época natalícia, cantando e/ou tocando de porta em porta. No entanto, o termo é muito polissémico. No mês de Junho, já pode significar o enfeite que se coloca no topo dos mastros, nas festas dos Santos Populares.

O P.e José da Cunha Duarte, que ao longo de trinta anos tem percorrido a região recolhendo todo o tipo de informações e objectos, entre outros, ligados com assuntos natalícios, autor de várias publicações relativas a diversos assuntos identificados com o património local, defende o seguinte:

*Charola, ou Choraula, dança colectiva em cadeia aberta ou fechada; espaço circular à volta do altar onde se dançava a charola; parte superior do mastro; mísula ou altar no cimo do qual se coloca uma imagem; até ao século VIII é uma dança religiosa, processional; no século XI é dança profana; dança dirigida por uma mulher colocada no centro da roda; com a Renascença tomou o nome de*

*«branle»; «baile mandado» algarvio; grupo de pessoas que anda de porta em porta, ao longo da quadra natalícia, transportando o Menino Jesus num balaio ou caixa de madeira, diante do qual cantam loas ao Menino (Duarte, 2002, p. 547).*

Contudo, no que se refere aos presépios algarvios, descreve que em cima das cómodas se colocava um pequeno trono ou altarinho, em escadaria, penha ou charola. Esta relação da Charola com o pequeno trono em escadaria, aparece associada ao presépio, embora, o significado de Charola seja aqui bastante extensivo, porquanto, normalmente, “presépio” designa estábulo, cerca, tapada para animais, curral, estrebaria, ou suas representações.

No comum dicionário poderá verificar-se a existência de bastantes significados para Charola. Designa uma padiola ou andor em que se levam as imagens numa procissão mas, também, pode identificar-se com o acto de transportar o andor, com a própria procissão ou referir-se especificamente à imagem. Em arquitectura designa o deambulatório (corredor) ou um nicho para santos. É também utilizado com o significado de aplauso, aclamação ou com o de dança. Efectivamente, conforme entrevista concedida em 2002, o P.e Cunha esclareceu que houve em tempos a tradição de dançar no fim da missa, à volta do altar, ou nos claustros, ou fora da igreja. O próprio bispo abria a dança e por isso tem ainda o nome “*praesoles*” – significa, aquele que abre a dança. A dança era colectiva, nela se incorporando todos os fiéis. Considerou, ainda, que o canto mais popular para a dança, até ao século oitavo, era religioso, e o coro universal era o *Kyrie*, no sentido louvai, cantai. *Kuyrios*, é o Senhor. O canto terá sido progressivamente secularizado e transportado para fora da igreja mas conservando sempre um refrão com *Kyrie*, havendo uma letra profana que termina com o *Kyrie*. Assim se originaram, explica, outras melodias e outros cantares profanos chamados os *Kyrioles*. A progressiva corruptela leva a que os *Kyrioles* tenham dado os *Carioles*, *Carrol*, *Carola* e *Charola*.

Os diversos matizes semânticos da designação têm desafiado a procura de uma origem para o termo mas a sua utilização em diferentes contextos dificultam uma conclusão única e inequívoca. Por isso, se tem considerado mais prático considerar este termo etimologicamente duvidoso e de origem obscura.

### Perspectiva histórica das Charolas

Crê-se que as Charolas, entendidas como grupos de pessoas (cantadores, músicos e acompanhantes) que na época natalícia percorre os povoados, cantando e tocando, se têm manifestado desde tempos ancestrais. De acordo com os relatos de pessoas mais idosas, é parecer comum que as Charolas já existiam antes do final da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, mas cantavam ao Deus-Menino. As Charolas seriam grupos de cantares de presépio que progressivamente adquiriram outras características e funções. Esta evolução parece ter ocorrido em vários grupos que progressivamente se foram constituindo nos mesmos moldes.

### Uma apresentação

Executando a Marcha de Entrada, só com instrumentos, o grupo dirige-se para o local de apresentação até se instalar convenientemente. Ao som do apito, normalmente um curto e um longo, a música termina no momento da cadência final seguinte.

Tem então lugar o Estilo do Começador. Nalguns grupos, a composição musical correspondente ao Canto Novo designa-se Estilo do Começador. A designação estilo significa melodia, canção. Sendo as canções criadas de novo tomaram noutros locais a denominação de Estilo Novo (ou Canto Novo), por oposição ao Estilo Velho (Canto Velho) que correspondia às canções natalícias, com referências explícitas de louvor a Deus-Menino e relatando episódios bíblicos. A música





correspondente ao Estilo do Começador, em compasso binário, tem normalmente duas partes: uma sem canto, com todos os instrumentos a tocar, em andamento mais rápido, para permitir o acompanhamento da pancadaria; outra mais lenta, para proporcionar o canto do começador, com letra de improviso, saudando as instituições que promoveram a apresentação e as pessoas que se encontram a assistir, é acompanhada somente pelos acordeões. A ligação entre ambas as partes é feita exclusivamente por estes instrumentos (acordeões), com carácter *ad libitum*. Este esquema estrófico alternando entre canto e tutti instrumental é repetido até nova ordem (apito) do começador.

Curiosamente, embora o Estilo do Começador se associe ao Canto Novo, conserva ainda alguma referência ambiental com o Estilo Velho, sobretudo pelo carácter emotivo que sugere e pretende transmitir (*quando o começador canta é quase como no Fado, é sagrado, esse momento é sagrado*).

Segue-se a Valsa das Vivas, momento alto da performance. É agora que terá lugar a satisfação ou não dos espectadores e a validação do nível de qualidade do grupo: a sua criatividade, o inesperado das situações evocadas, a oportunidade da crítica política, o simples retrato social e a lembrança dos que não podem ser esquecidos e que determinam o poder, o afecto, a amizade, a compreensão ou o desafio (*retratar, saudar as pessoas, muitas vezes em tom de brincadeira, certas piadas, certas malandrices, que às vezes só o visado é que percebe*). É o reino do improviso com regras explícitas.

A música pára quando o improvisador fala para levar toda a gente a gritar: Viva!. Esta acção de despoletar o entusiasmo chamam-na “tirar Vivas”. O discurso tem que ser formado por quatro versos com rima do tipo “abab” ou “abba”, ou por sextilhas. A sua finalidade é sobretudo causar o riso ou a admiração. Por vezes tem somente a função de saudação.

No entanto, o jogo que se estabelece e as cumprilidades assumidas tornam esta fase extremamente interessante, sem fim (*uns somos o fermento dos outros: há o Zé que tira uma Viva sobre um tema ou uma pessoa e faz lembrar o António*).

A música utilizada na Valsa das Vivas é formada por duas partes: uma em modo menor e outra que modela à relativa maior. Ambas as partes se repetem em esquema do tipo “aabb”,

sendo “a” no modo menor e “b” no maior. A primeira das duas partes “aa” e “bb”, embora termine no acorde da tónica, corresponde-lhe uma melodia que não termina na tónica. A tónica só se afirma melodicamente na segunda vez de cada parte.

Quando o começador apita, ao sinal de um qualquer dos elementos ou até mesmo de alguém no público que quer tirar Vivas, a música completa a volta, acabando na próxima cadência que lhe permita terminar a parte em que está. Quando o momento de terminar chega, normalmente pela necessidade de dar a vez a outros, ou pelo facto de se sentir ser o momento de pôr um ponto final no assunto, o começador apita várias vezes anunciando o final da Valsa e não apenas o fim de uma volta para alguém tirar Vivas.

Por último tem lugar a Marcha de Saída. Mais uma vez trata-se de uma marcha com carácter vivo e de despedida. Esta Marcha tem canto. Há um refrão longo que tende a exaltar as virtudes do grupo, a sua boa disposição e alegria em participar nas Charolas. Há um esquema formal para o conteúdo da mensagem da Marcha de Saída. Primeiro, procede-se à identificação do grupo. Depois faz-se uma saudação, em geral. Finalmente, expressa-se a despedida com votos de Bom Ano, saúde, felicidade e gratidão, sendo comum exaltar-se a bandeira e o pendão do grupo.



Este esquema em 4 partes, nas actuações públicas em palco, tem normalmente uma duração de cerca de meia-hora. Em contextos mais íntimos pode alongar-se.

### 3. Contributos para um modelo interpretativo das Charolas

#### Elementos estáticos

Nos grupos de Charolas é possível observar um conjunto de elementos cujas características se encontram também noutros contextos, alguns deles com aspectos de alguma estaticidade na dinâmica social.

O tipo de organização e gestão evidencia muitas semelhanças com outras organizações, designadamente, as musicais. A existência de um dirigente, o começador, que polariza o desenvolvimento da actividade, procurando promover o bom ambiente do grupo e um desenvolvimento harmonioso das suas actividades, é uma característica que também se encontra noutras organizações. Por outro lado, a hierarquização de funções e a análise dos papéis dos charoleiros, músicos e acompanhantes, remunerados e não remunerados, rapazes e raparigas, velhos e novos, fundadores e não fundadores, pancadaria e canto, pandeiros e castanholas, acordeão e sopros, são dicotomias que se estabelecem rapidamente pela simples observação dos papéis e pela organização do discurso dos participantes nas Charolas. Contudo, muitas vezes, a organização dicotómica por esses agentes constitui falsas relações, pois na pancadaria é costume comparar pandeiros e castanholas e esquecer os ferrinhos, nos charoleiros é hábito reparar em músicos e acompanhantes descuidando que todos os acompanhantes são executantes de um instrumento musical e entre acordeão e sopros rapidamente nos lembramos que o acordeão é também um aerofone, como aconteceu com um entrevistado, o Luís, que tentou manter a distinção ao recordar-se que *o acordeão também é um instrumento de sopro mas quando digo instrumentos de sopro são as cornetas*.

Outro elemento que se observa noutros contextos e que confere alguma estaticidade ao grupo é a presença de bandeira e pendão, por transmitir a ideia de “tradição” e pretender conferir identidade ao grupo, quando afinal, como refere outro

entrevistado, o João, entre as Charolas *o que distingue talvez seja os começadores, a postura de cada uma*.

Um outro aspecto, ainda, que também se veio a verificar importante para a dinâmica do movimento charoleiro foi a existência de um palco. Primeiramente, para realizar Concursos ou Combates entre grupos e depois, também, para os Festivais e Encontros, este elemento parece contribuir para a manutenção de características do grupo, pois a determinação de um tempo e de um esquema de apresentação obriga à manutenção das condições próprias de actuação e a forma de apresentação.

Também, a presença do acordeão e dos ferrinhos é igualmente observável em todos os grupos folclóricos algarvios, constituindo antes instrumentos de identidade mais do que instrumentos musicais, ao ponto de como se referiu, se esquecer que os ferrinhos são parte integrante da pancadaria e o acordeão um instrumento de “sopro”.

#### Elementos livres: improviso e integração

Nas Charolas observa-se também, por contraste, um conjunto de elementos que introduzem dinamismo. Desde logo, o improviso é um excelente ingrediente.

O improviso, que se manifesta com bastante nitidez no modo de fazer quadras de momento, de repente, tem sido uma prática observada com particular incidência em contexto rural. O modo como os agentes sociais encontraram este meio de integração de aspectos da sua cultura em manifestações onde antes não ocorriam revela a construção simbólica que constitui o conceito de tradição, por terem construído uma “tradição” sobre elementos distintos: o improviso e o canto de presépio.

Aliás, este aspecto de integração de elementos é também observado na aplicação de pandeiros e castanholas nesta manifestação. Todos os interlocutores que se recordam dos anteriores cantos que precederam os actuais números musicais, referem que a sua expressão se fazia através do canto, como refere o Edgar, outro entrevistado, antes *a Charola era com o estilo*. O Luís assistiu a toda a evolução do seu grupo. Ele recorda que antes de ser constituído oficial e organizadamente,



*cantavam todos o mesmo, era conforme o coro se lembrasse, sem instrumentos nenhuns. Só cantar, só cantar...*

Cabe aqui referir que o *corpus* completo dos cantos de presépio, designados nas Charolas actuais por Estilo (Canto) Velho, ou *versos sabidos*, a que se referem alguns testemunhos de entrevistados, tinham uma forma musical estrófica com 4 partes temáticas: Saudação, Episódio, Chacotas (com improvisação livre) e Despedida.

A primeira parte consistia numa ou duas quadras do tipo:

*Dai-nos licença senhores  
P'ra cantar um pouquinho;  
P'ra cantar as santas Janeiras,  
Em louvor de Deus-Menino*

Ou

*Venho-lhes dar os Bons-Reis,  
Já que os Bons-Anos não pude;  
Venho procurar aos senhores,  
Como passam de saúde?*

A segunda parte consistia na descrição de um episódio bíblico. Seguia-se então um conjunto de quadras que relatavam esse episódio. O canto na véspera de Natal, devia corresponder à descrição do presépio. Por exemplo, a primeira quadra poderia ser:

*À entrada de Belém  
Está uma donzela pura;  
Onde nasceu Deus-Menino  
Com um boi mais uma mula.*

Mas se ocorresse na véspera de Ano Novo, oito dias após o nascimento, corresponderia ao episódio da Circuncisão do Menino:

*Esta noite é de Janeiras,  
E é de grande merecimento;  
Por ser a noite primeira,  
Em que Deus passou tormentos.*

Na véspera de Dia de Reis seria:

*Quais são os três cavalheiros,  
Que fazem sombra no mar?;  
São os três Reis d'Oriente,  
Que a Jesus vão visitar.*

Após o episódio próprio tinha lugar o pedido de esmola através das Chacotas. Nestas havia a possibilidade de improvisar.

*Esta noite aqui ando,  
Com os pés na geada;  
Com a mão na fechadura,  
E não me vêm trazer nada.*

Ou

*Anda cá ó Zé do saco,  
Desata-me essa tamiça;  
Que aí vem o dono da casa,  
Com um pão e uma chouriça.*

Finalmente tinha lugar a despedida:

*Quem tão boa esmola deu,  
Oh! Que rico convidado;  
Deus queira que vá p'ro Céu,  
Até p'ro ano muit' obrigado.*

Ou

*Quem tão boa esmola deu,  
Aos portais com sua mão,  
De Deus terá o pago,  
Da Virgem a salvação.*

A apresentação deste esquema formal, mostra como aparece, ainda que limitadamente, a possibilidade do improviso numa apresentação com alguma rigidez, que como acima se referiu alguns testemunhos relatam como *versos sabidos*, reportando para a estaticidade da memória.

Contudo, o improviso estende-se a outros sentidos nas Charolas. Desde logo, o caso apresentado por um entrevistado, o Edgar, relativo à integração duma grafonola na sua Charola: *tinha os meus 17, 18 anos, tinha uma grafonola; aí é que já havia castanholas, pandeiros, e a partir daí o músico era a grafonola.*

A fotografia documenta a sua afirmação:



Charola. Da esquerda para a direita: Pandeira, ferrinhos, grafonola, prato da esmola e castanholas. Santa Bárbara de Nexe, Faro, finais da década de 1940

Observa-se da esquerda para a direita, um pandeiro, ferrinhos, grafonola, o prato da esmola e as castanholas. Em primeiro plano uma criança segurando um garrafão.

Esta fotografia, de finais dos anos quarenta, revela-se muito interessante por conter em redução todos os ingredientes das actuais Charolas. Aqui se desenha já a actual organização dos grupos actuais com vários instrumentos e funções dos elementos. Por outro lado, o improviso está presente pela estranha adaptação da grafonola. À falta de músico (de acordeão), como diz o provérbio, *quem não tem cão caça com gato.*

Repare-se que a presença ainda reduzida de pandeiro e castanholas é também reveladora de uma outra questão. Estes instrumentos, conforme nos foi relatado não integravam as Charolas. Serão provavelmente também integrações feitas por influências de grupos de Espanha, o que parece evidente se atendermos à “geografia” das Charolas. Elas distribuem-se pelo Sotavento algarvio, tendo especial pujança instrumental perto da fronteira. No concelho de Loulé, geograficamente central, já não existem Charolas.

Se compararmos a fotografia com grafonola e os actuais grupos de Charolas, podemos constatar que os traços gerais se inscrevem nos grupos. A organização formal com diferentes sectores de actividade é a mesma: começador, “músico/s” (grafonola), pancadaria (pandeiro/s, castanholas e ferrinhos), e porta bandeira/garrafão.

#### 4. A invenção da tradição

A integração de elementos e o improviso, que constituem os aspectos característicos das Charolas, remetem-nos para uma outra realidade resultante da análise sobre essa perspectiva.

A integração de elementos (grafonola, pancadaria provavelmente de Espanha, instrumentos de Bandas Filarónicas e bandeiras do folclore) e o improviso (Charola Vadia e quadras de repente) remetem-nos para a integração de géneros operada entre a actual Valsa das Vivas, onde existe improviso, e um género caído em desuso que é o Despique, também denominado desafio, combate, desgarrada ou descante.

A Valsa das Vivas constitui um autêntico meio de combate de ideias e de desafio entre os intervenientes, no qual, mesmo os que não estão com intenções de entrar no jogo se sentem enredados, tentados e impulsionados para o descante.

A integração de géneros operada entre Valsa das Vivas e Despique, que decorre por via do improviso, conduz-nos à percepção também de um outro nível de integração. Assim, se analisarmos a forma dos *versos sabidos*, isto é, do Estilo (Canto) Velho, e paralelamente atendermos à forma de apresentação de algumas apresentações, fica evidente a coincidência de 4 partes estruturais. De facto, na forma de apresentação acima relatada, verifica-se a manutenção de uma organização quadripartida.



Esquemáticamente, podemos comparar o seguinte:

Estilo Velho {

1. Saudação
2. Episódio religioso  
(Presépio, Circuncisão ou Reis)
3. Chacotas (com improvisação livre)
4. Agradecimento/Oração

Performance actual {

1. Marcha de entrada
2. Estilo do começador
3. Valsa das Vivas  
(com improvisação livre)
4. Marcha de saída

A coincidência nos momentos de improvisação livre com particular projecção também ocorre no terceiro momento em ambos os casos. Outra coincidência é a relação entre a religiosidade do segundo momento no Estilo Velho, correspondente ao Episódio bíblico, e o carácter algo dolente com estilo próximo dos cantares de presépio operado no Estilo do Começador.

A forma antiga de apresentação evoluiu no tempo, sendo tal evolução caracterizada essencialmente, em nossa opinião, pela extracção do episódio religioso. Extraída a componente religiosa à forma do Estilo Velho, revela-se a forma de um novo “estilo” performativo, constituído por temáticas de saudações, chacotas e agradecimentos. Na verdade se à forma temática quaternária do Estilo Velho retirarmos somente a componente referente ao episódio bíblico (2.º momento), restarão apenas as saudações, as chacotas e as despedidas que constituem a temática da actual performance.

Cabe aqui referir que alguns grupos de charolas, sobretudo de fora da freguesia de Santa Bárbara de Nexe, mantêm nas suas actuações o «Canto Velho», a antiga forma de apresentação das charolas com estilos característicos.

Este nível simbólico de manutenção de características parece querer evidenciar uma possibilidade de evolução e desenvolvimento das práticas sócio-musicais de modo a que tudo possa ser possível mudar no quadro de uma superestrutura

que se mantêm. Poderá ser uma intuitiva percepção desta superestrutura que permite aos agentes dessas práticas criarem o conceito de uma defesa da “tradição”, entendendo que a “tradição” se mantêm. Poderá também ser esta superestrutura que tem possibilitado as mudanças operadas na dinâmica das Charolas, por exemplo, com o progressivo aumento no número de elementos e relativa manutenção na organização dos grupos. Terá sido ela a responsável também pela exposição da manifestação a uma maior diferenciação de públicos, em qualidade e quantidade sem que os sentimentos e emoções vividas pelas pessoas possam ter sido substancialmente alteradas, o que poderá justificar o relato do João ao referir que *quando o começador canta é quase como no Fado, é sagrado, esse momento é sagrado*. É que o estilo do começador, o segundo momento da apresentação, é coincidente com o Episódio bíblico no Estilo Velho.

Se a forma geral se manteve numericamente inalterada, converteu-se numa expansão temático-musical, e terá também permitido a aquisição de uma individualidade e autonomia própria das peças. Na região do Sotavento algarvio assistiu-se a uma evolução das práticas que sempre se designaram Charolas, ao ponto de se trocarem os significados relativamente às denominações. Por isso o Francisco considera que *Janeiras era cantar ao Deus-Menino e isso assim. Charola é como a gente faz. Charolas é desejar um Bom Ano às pessoas, saudar sem esquecer ninguém. É o objectivo das Charolas é desejar um Bom Ano e alegria e felicidade*.





# RITUAIS E FESTIVIDADES

*RITUALS  
AND FESTIVITIES*





# Imaginários e construção social das festividades<sup>1</sup>

Jorge Queiroz, sociólogo\*

*“Raras são as aldeias que não albergam um herói religioso ou mítico construtor de igrejas ou fortalezas” – Moisés Espírito Santo in “A religião popular portuguesa”.*

As festas religiosas e populares, tal como as feiras tradicionais, estão intimamente ligadas e marcam há muitos séculos os ciclos fundamentais da vida comunitária. Nelas encontramos um universo com múltiplas componentes cuja observação remete para perspectivas disciplinares e informações complementares, nomeadamente sobre os seus impactos económicos e o envolvimento de estruturas organizativas permanentes ou temporárias. Essa análise necessariamente mais alargada e segmentada não cabe evidentemente nos objectivos deste breve texto, com o qual desejamos explicitar algumas problemáticas no âmbito do estudo das culturas populares e contemporâneas. Quanto melhor conhecermos as culturas tradicionais e populares melhor se entenderá a contemporaneidade, os problemas do quotidiano social e a mutação civilizacional que vivemos.

Neste contexto convirá desde logo distinguir as festas tradicionais e religiosas, com o seu carácter excepcional, comunitário e formal, dos “eventos” e “espectáculos” resultantes da “quotidianização” festiva nas sociedades contemporâneas, com repercussões político-institucionais, económicas e sociais.

Uma primeira linha de entendimento da festa como uma construção social é conjugação de elementos simbólicos e formais ligados a aspirações profundas, a sentimentos individuais e dos grupos humanos. Historicamente assumem funções catalisadoras e celebratórias que assinalam a estruturação e marcação dos “tempos vitais” (nascimento, reprodução e morte) e dos ciclos astrais, equinociais e solesticiais. As festividades e os ritos são uma fonte inesgotável de informações sobre a vida das comunidades.

O mito fundador da localidade, a sacralização da “terra-mãe”, é um elemento decisivo que justifica a localização e fundamenta os rituais colectivos e a festa que normalmente é dedicada à divindade ou padroeiro(a) locais. No mundo rural as forças da natureza, com funções e representações, ambivalentes e complementares, de protecção e ameaça, estão presentes

<sup>1</sup> Este texto contou com a colaboração de Ângela Zacarias, licenciada em Conservação e Restauro, na pesquisa bibliográfica e entrevistas de campo.

## Images and social construction of the festivities

Collective festivities and rituals play an important role in the organisation of human societies, acting as markers for biological and natural time while structuring relationships between groups and individuals.

For many centuries, supernatural events have been the main and nearly exclusive foundation of the feast, and often even the source of its place’s name.

Collective identities always express special, distinctive qualities, which give them singularity and security, symbolised in the powers of their Patron Saint or of the Virgin Mary. These, by producing an extraordinary event in a certain place, have made it sacred and extended their protection to its inhabitants.

Like other Portuguese regions, Tavira’s rural world is full of instances of that relationship of agrarian communities with the supernatural: every parish seat and locality has its own feast, dedicated to its Patron Saint. Festivities in the south of Portugal, occupied until the 12<sup>th</sup> century by North African populations and then by the military orders of Christendom, still hold elements from a lingering social memory, in the midst of a dynamic process of bringing in new values and adapting to the times.

Contemporary societies, as a consequence of the intense urbanising process of the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, tend to look at agrarian rituals as tourist attractions and local development factors.

\* Director do Departamento de Cultura, Património e Turismo da Câmara Municipal de Tavira e director do Museu Municipal de Tavira

na memória social e na toponímia dos lugares, também frequentemente nos apelidos dos seus habitantes. Fontes e lagos, pedras com poderes de fecundação, plantas e árvores protectoras, grutas de abrigo nas montanhas, águas para banhos santos e baptismos, animais detentores de capacidades várias (bois, mulas, serpentes, ...) fazem parte do imaginário popular e integram o discurso da construção das festividades.

Os rituais religiosos e práticas festivas tradicionais contemplam normalmente o pedido de protecção individual ou do grupo, o desejo de bons resultados produtivos e afastamento do espectro de carências, assinalam a iniciação da sexualidade e da união familiar, os momentos decisivos do nascimento, matrimónio e morte. Os cortejos de oferendas e deposição de alimentos, peditórios e sacrifícios, o consumo colectivo de animais (a morte do touro que é consumido na praça pública, ...), o jejum e a abstinência, as encenações de combates entre cristãos e mouros (praticadas também em Tavira, Santa Luzia, Santa Catarina da Fonte do Bispo<sup>2</sup>, ...), as procissões e juramentos, os rituais do baptismo, os dotes e preliminares de casamento, os lutos e cerimónias fúnebres, fazem hoje ainda parte em muitos lugares do quotidiano das sociedades contemporâneas.



Do ponto de vista da sua estruturação temporal verifica-se em todas as regiões do mundo colonizadas pelos europeus, em particular nos espaços europeu e ibero-americano o predomínio dos ciclos carnavalesco, quaresmal, joanino e natalino.

As ciências sociais que ao longo de décadas analisaram as manifestações festivas, pela observação directa e sua descrição, mas também através da comparação de valores simbólicos e expressões comportamentais, foram também assinalando elementos de diferenciação, de afirmação de identidades individuais e colectivas. Inerente ao estudo das festas populares releva a análise das suas formas organizativas e de associativismo, as sociabilidades de género e de identidade socioprofissional, que as sedimentam ao longo dos tempos e são fonte insubstituível para a compreensão da multiplicidade e complexidade das diversas expressões festivas.

A construção da festa é normalmente um processo de negociação e entendimento entre diversos actores sociais, de integração de interesses, nomeadamente materiais, que sempre envolvem a sua realização. Na festa ocorrem trocas reais e simbólicas. A conjugação e compatibilização no mesmo programa de componentes religiosas e profanas, originaram situações por onde perpassam elementos valorativos, organizativos, a relevância social de determinados grupos, problemas económicos nem sempre isentos de convergências ou afastamentos. São frequentes nas localidades as descrições de divergências e distanciamentos entre párocos e as comissões de festas.

Para alguns estudiosos as festividades tradicionais visavam essencialmente a coesão do grupo, a conversão à religião dominante e a coerção por vezes violenta ou mesmo sacrificial. Entre os processos mais dramáticos ocorridos em Portugal estão os “Autos de Fé” do Tribunal do Santo Ofício, apresentados a partir do início do séc. XVII como espectáculos religiosos de grande teatralidade, cuidadosamente preparados durante semanas. Os cadafalsos chegaram a ser concebidos por arquitectos, as listagens dos condenados e respectivas penas profusamente distribuídas às populações, que aos milhares assistiam aos castigos públicos.

Outros fenómenos de natureza celebratória ocorreram ao



longo de séculos. As romarias, ao contrário das peregrinações que implicam deslocações a lugares distantes, promovem percursos devocionais colectivos a espaços sacralizados situados normalmente nas periferias das localidades. As comunidades de devotos justificam quase sempre a escolha do local onde foi erigido o santuário ou ermida pelo relato do milagre ou acontecimento extraordinário ali ocorrido. Estas histórias repetem-se em vários pontos do País.

Centenas de festividades colectivas surgiram em todos os meses do ano, acentuadamente nos períodos equinociais e solesticiais. Não existe localidade, por mais pequena, que não tenha construído, recreado ou reconfigurado ao longo dos tempos a sua festa local, com origem na história de vida de um santo(a) ou no relato de factos extraordinários que remetem para o sobrenatural e o inexplicável, acontecimentos sempre ligados às vivências quotidianas, problemas e aspirações das comunidades.

Em Portugal como em outros países da Europa meridional, se a vida social e os costumes foram durante séculos orientados e tutelados pela hierarquia religiosa, nunca os cultos ancestrais, sob formas diversas, deixaram de estar presentes na concepção das festividades.

As características da festa tradicional, como momento de alteração da normalidade quotidiana e suspensão do trabalho, a permissão de comportamentos diferenciados e



a sua excepcionalidade no calendário, sofreram profundas alterações no decorrer do século XX, nomeadamente pelas modificações nas formas de vida colectiva, nas sociabilidades e convivialidades, nas estruturas sociais e mobilidades, igualmente pela importância assumida pelas indústrias culturais e do lazer, que interferem crescentemente nos conteúdos e programas festivos. Contudo é sempre necessário estabelecer a distinção entre a festa tradicional ou popular, que tende a conservar elementos ritualísticos, e os espectáculos, nomeadamente as reconstituições e representações recriadas, que se repetem por muitos lugares e de forma idêntica.

O antropólogo Isidoro Moreno, analisou as festividades andaluzas e observou os movimentos internos que as percorrem, constatando que “*os rituais festivos são especialmente reveladores da realidade social, tanto pelo que reflectem como pelo que dela ocultam e negam*”<sup>3</sup>. Acrescenta “*em todo o fenómeno festivo existem várias dimensões interconectadas, ainda que não coincidentes: a dimensão dos significados simbólicos, muitas vezes diversos e a diferentes de profundidade; a dimensão sociopolítica, que refere o papel de cada ritual festivo respeitante à ordem social do grupo ou sociedade que o celebra; a dimensão económica, sempre existente e hoje mais importante que em épocas passadas devido à mercantilização, pelo menos relativa, dos próprios rituais; e a dimensão estético-expressiva, integrada por significantes, por estímulos sensoriais de diverso tipo que contextualizam uma situação como festiva e produzem a mobilização emocional*”<sup>4</sup>.

Nas festas e manifestações religiosas populares, aparecem destacados os patrocinadores e organizadores, elementos representativos de hierarquias civis, religiosas e económicas, expressando no seu posicionamento festivo relevâncias e influências sociais.

Com a evolução das sociedades a festa tradicional e os rituais associados foram assumindo novos contornos,

<sup>2</sup> Mascarenhas, J. Fernandes, “Elementos Históricos sobre a Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e a batalha do Desbarato entre Mouros e Cristãos”, Tipografia Povo Algarvio, 1972.

<sup>3</sup> Moreno, Isidoro, “Los rituales festivos religiosos andaluces en la contemporaneidad”, Actas de las I Jornadas de Religiosidad Popular, Instituto de Estudios Almerienses, 1996

<sup>4</sup> *idem*



nalguns casos atenuada a sua importância ou mesmo tentada a sua substituição. O positivismo e o evolucionismo, o desenvolvimento das ciências e das ideias liberais, a revolução industrial e as transformações tecnológicas, as novas concepções de organização política e social tocaram profundamente as vivências locais e provocaram reacções conservadoras.

Neste contexto ocorre também em Portugal no século XIX, afirmando o nacionalismo e afastando-se do normativo tradicional, uma celebração de figuras históricas com uma forte dimensão festiva. Desenvolve-se durante várias décadas o comemorativismo centenarista, com celebrações, congressos, festividades e exposições. É celebrado Camões (1880-3º Centenário da sua Morte), Santo António (1895 -7º Centenário do Nascimento), D. Nuno Alvares Pereira (1931 - 5º Centenário da Morte), Duplo Centenário (1940 – Fundação da Nacionalidade e da Restauração), entre outros. Este é particularmente celebrado em Tavira em pleno Estado Novo.

A Primeira Republica (1910-1926) com o seu anticlericalismo militante, pôs em causa muitas das festas de cariz religioso e simultaneamente organizou “festas de substituição”, as “festas cívicas” ou “festas democráticas” (Festa da Árvore e

os feriados republicanos instituídos como o 1º de Janeiro, 31 de Janeiro, 5 de Outubro e o 1º de Dezembro) que resultaram também alterações nos conteúdos dos programas.

As festividades, como outros fenómenos sociais são realidades dinâmicas e cada época histórica apresenta novas formulações, apropriação de conteúdos anteriores, na sua maioria evolucionando a partir de valores tradicionais mas que sempre incorporaram elementos da modernidade.

As “marchas populares” produto ideológico-artístico nacionalista (na linha de outras iniciativas como a “aldeia mais portuguesa de Portugal”, os ranchos folclóricos e os bailados Verde Gaio, ...), foram criadas nos anos 40 pelo Estado Novo, inseridas nos programas são-joaninos. Em diversos concelhos “as marchas” foram adoptadas pelos novos poderes saídos da Revolução de Abril, reutilizadas nas funções de representação e sublimação dos valores do “localismo”, de afirmação do orgulho “bairrista” e das profissões populares.

Por outro lado a persistência de determinadas festividades tradicionais, se por um lado nos revela níveis de aparente e pretendida coesão social decorrente de uma estrutura que permaneceu e se conservou ao longo dos tempos, expressa hoje de forma evidente resistências identitárias à homogeneização globalizadora.

#### **Tavira: festividades tradicionais na cidade e no campo**

Pela antiguidade e distintas ocupações em épocas históricas, proximidade do mar e conseqüente relação com as navegações mediterrânicas e atlânticas, actividades piscatórias e mercantis, também pela sua periferização no contexto regional, a região de Tavira representa um interessante elemento de estudo regional comparativo sobre a evolução das celebrações sociais e festividades locais.

Encontramos nesta região fenómenos inseridos em movimentos socioculturais e religiosos mais vastos com características idênticas a de outras zonas do País, mas também especificidades ainda pouco aprofundadas.

A relação entre as festividades rurais e urbanas interpenetram-se, tanto mais que o “fenómeno urbano” é recente e Tavira durante séculos nunca excedeu uns escassos milhares de habitantes.



Pela análise do calendário, natureza e frequência das ocorrências verifica-se na região de Tavira, como em todo o Algarve, a permanência de festas ligadas aos solstícios de Inverno (em Dezembro, ocorre a noite mais longa do ano) e de Verão (em Junho ocorre o dia mais longo do ano), na sua maioria de origem pré-cristã, algumas estabelecidas na sequência da romanização do território, posteriormente adaptadas e modificadas pelo cristianismo.

No mundo rural existem três ciclos, “*o ciclo da germinação (Fevereiro/-Março), o ciclo da floração (Maio-Junho) e o ciclo das colheitas e da partilha ( Julho-Novembro)*”.<sup>5</sup>

Identificam-se festividades de celebração, agradecimento e pedido de protecção (N. Sra. da Saúde, N.Sra da Luz, N.Sra das Dores, São Luís, ...) ligadas à produção agrícola e pecuária ou decorrentes de acontecimentos trágicos e doenças (terramotos, pestes, cólera, ...) e ainda as festas de natureza civil relacionadas com a gradual secularização e progressiva ascensão de ideias liberais e republicanas, induzidas pela gradual separação da Igreja e do Estado. Estas últimas vieram a consolidar-se e a criar calendários próprios a par das festas tradicionais.

Entre as romarias regionais destacam-se as da Luz de Tavira e Livramento muito ligadas à classe marítima, conforme o texto confirma Ataíde de Oliveira “*Informou o cura Leal em 1758, que no seu tempo grandes romarias visitavam a Ermida do Livramento, ....e que a Igreja da Luz fora de grande romagem, por ter a Senhora grande fama de operar milagres.....*”<sup>6</sup>

As vigílias junto aos templos durante as festas, enquanto se aguardava a missa da meia-noite, eram manifestações de religiosidade mas significavam também oportunidade para divertimentos e até para actividades consideradas “escandalosas”. No séc. XVII para impedir situações e de acordo com as orientações anteriores do Concílio de Trento foram proibidas vigílias e recomendava-se que as portas dos templos fechassem com o crepúsculo.

Os cultos marianos introduzidos nas cidades como nas zonas rurais pelos primeiros monarcas portugueses e ordens religiosas militares na sua progressão para o Sul, tiveram uma importância central na função ideológico- cristianizadora subjacente à conquista de territórios e controlo das populações autóctones. Após a tomada aos mouros da cidadela fortificada

de Tavira pela Ordem de Santiago em Junho de 1242, a provável mesquita, existência apenas confirmável na oportunidade de prospecções arqueológicas no templo, foi transformada e consagrada a Santa Maria. Esta designação insere-se na lógica da decisão de D. Afonso Henriques de designar o Reino como “terras de Santa Maria”.

O já referido mito da fundação das localidades vamos encontrá-lo também no processo de cristianização de Tavira, através do feito da tomada heróica e também pela numerologia que lhe está associada. A conquista da cidade aos mouros pelos sete (número ligado à simbologia lunar e também aos rituais agrários) cavaleiros. Igualmente a lenda da moura encantada que habitava o castelo de Tavira faz parte do amplo imaginário popular e da tradição oral estudada pelos etnógrafos portugueses.

A invocação de Santa Maria e das suas virtudes milagrosas surge na descrição de Damião Augusto de Brito Vasconcelos

<sup>5</sup> Espírito Santo, Moisés, “A Religião Popular Portuguesa”, pág.65, Assírio e Alvim, 1990

<sup>6</sup> Oliveira, Ataíde, “Monografia da Luz de Tavira”, Algarve em Foco Editora, Faro, 1991



por parte do chefe militar da conquista de Tavira, *conta-se dele que combatendo um dia com os sarracenos de Lorena, viu o sol aproximar-se do ocaso antes de ter podido vencer e desbaratar o inimigo. Largou as armas, pôs-se em oração e rogou à Virgem Santíssima que fizesse em seu favor...Santa Maria detem tu dia! E o sol deteve-se no horizonte...*<sup>7</sup>

A este momento inicial de conquista e objectivo de sacralização de espaços está ligada a descrição sobre a deposição na Igreja de Santa Maria do Castelo dos corpos de “sete cavaleiros” e posteriormente também a eventual trasladação do Mosteiro de Tentudia para Tavira dos restos mortais de Dom Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago.

Da Igreja de Santa Maria do Castelo, que em 1316 passou para a posse régia, saía a procissão do Corpus Christi.

Com oscilações no seu desenvolvimento ao longo dos diversos períodos históricos, manteve sempre relativa importância regional, económica, religiosa e militar. Tavira e o “seutermo”, utilizando a terminologia histórico-administrativa, são contudo marcados por algumas diferenciações geográficas e naturais, o litoral e a serra, mas também pela estruturação e estratificação social, consequência da existência de uma cidade litoral com tradições religiosas e militares, que foi importante “Praça de Guerra” no tempo de D. Sebastião. Nessa época possuiria “*um efectivo superior a mil e quinhentos homens, todos residentes no concelho...*”<sup>8</sup>.

A interpenetração e estreita ligação entre a urbe maior e o mundo rural ocorreram desde sempre, concentrando a cidade poderes político-administrativos, religiosos e militares, sendo residência das famílias proprietárias de terras próximas, muitas das quais realizavam a partir da cidade a administração agrícola. Na urbe viviam e exerciam a sua actividade dezenas de pequenos comerciantes e artífices. O mundo rural, sobretudo os lugares mais isolados em territórios serranos, era constituído essencialmente por pequenos agricultores e assalariados, que desenvolviam práticas agrícolas ancestrais e uma agricultura familiar e de subsistência.

Ao longo de todo o ano várias as festividades cíclicas ocorriam na cidade e também nas zonas rurais.

O ciclo natalício, enquanto representação cristã do Nascimento, foi desde sempre um tempo de esperança na

renovação solar. Num período de declínio e adormecimento das forças da natureza, o fogo é um elemento simbólico central consubstanciado nas fogueiras comunitárias, nas lareiras de família e “lumes novos” que duravam até ao ano novo. Os fogos solesticiais de Inverno e Primavera são distintos, têm significados próprios, sendo os rituais e jogos de fogueiras são-joaninas mais ligados aos jogos de saúde, sedução e da fertilidade.

As actuais iluminações públicas e o fogo-de-artifício da passagem do ano, não são mais do que a actualização com novas espectacularidades dos fogos ancestrais do desejo colectivo de bons augúrios para os tempos que irão chegar.

Na altura do Natal era hábito “armar-se o presépio”. No barrocal algarvio os presépios de grande simplicidade, eram montados em gavetas de cómoda, decorados com laranjas, pomares e “searinhas”. Merecem ainda especial referência pela sua arte e originalidade os “pinta santos”<sup>9</sup> de Santa Catarina da Fonte do Bispo, artistas populares que esculpiam pequenas figuras carregadas de simbolismo.

Escreve o Padre José Duarte da Cunha “*o século XIX foi a época do aparecimento dos pinta-santos ou faz-santos algarvios. Estes procuram reproduzir as imagens feitas pelos imaginários...O concelho de Tavira foi, outrora, um grande centro de pinta-santos...*”<sup>10</sup> A estas pequenas esculturas pediam as pessoas favores, presas com fitas só eram desfeitas quando o desejo se cumpria, “*o santo ficava amarrado, enquanto não satisfizesse o pedido do devoto*”.<sup>11</sup>

As “charolas” também designadas por “quadrilhas”<sup>12</sup>, grupos de cantares de Natal e Ano Novo têm uma forte tradição na região. Em Santa Catarina organizou-se em 1937 um “Desafio de Quadrilhas de Janeireiros”<sup>13</sup>, em Cachopo “os janeireiros” vinham dos montes em grupos para cantar na aldeia<sup>14</sup> e em Tavira “*existe uma forte tradição de cânticos de Natal que se intitulam charolas*”<sup>15</sup>. As Janeiras, canções dedicadas ao Menino Jesus, ganharam alguma centralidade em Tavira que ainda hoje organiza nos primeiros dias do ano um encontro de “charoleiros”.

Na transição dos séculos XIX e XX o Carnaval aparece como uma festa predominantemente urbana. Em Tavira “*o trânsito tornava-se perigoso. Voavam de um lado ao outro as laranjas,*



*os arremessos, os jorros de água inundavam os viandantes*<sup>16</sup>... *Aproveitava-se para caluniar, enxovalhar. Intrigas anónimas.* Em todo o caso *“para assistir às festas de deus momo, vinham muitas famílias das aldeias concelhias e que aqui se demoravam em toda a temporada carnavalesca.”*<sup>17</sup>

No período pascal o lugar destacado ia para as cerimónias religiosas e importantes procissões: das Endoenças organizada pela Irmandade da Misericórdia que percorria todas as Igrejas onde se encontrava exposto o Santíssimo Sacramento (Quinta Feira Santa), o Enterro do Senhor (Sexta Feira Santa), Das Cinzas (Domingo de Pascoa), do Triunfo (Domingo de Ramos).

As divindades da Primavera e da fertilidade, os “maios”, consagração floral ou “maias” personificadas, surgiriam segundo alguns autores<sup>18</sup> também nalgumas localidades rurais da zona de Tavira, de acordo com o Almanaque Enciclopédico (1897) as celebrações durariam três dias e *“em todas as casas se faz uma boneca de palha de centeio em torno da qual há danças durante toda a noite”*. Nalguns lugares algarvios (Alcoutim, ...) eram raparigas que assumiam o papel de “maias vivas”. Estas tradições da Primavera permanecem ainda hoje na zona de

Olhão, especialmente em Bias (limite do concelho de Tavira até 1836) e na zona de Quelfes.

Afirma-se com fundamento que as festas de São João sempre foram as mais populares em Tavira.

<sup>7</sup> Vasconcelos, Damião, “Ecos do passado de Tavira”, reed. Câmara Municipal de Tavira, 2009

<sup>8</sup> Anica, Arnaldo Casimiro, “Tavira e o seu Termo”, pág.255, edição da CMT, 1993

<sup>9</sup> José Martins Murteira (1869-1934), José Bernardo (1892-1958) e Ventura das Neves (1870-1948).

<sup>10</sup> Cunha, Pe. José Duarte da, “Natal no Algarve - Raízes Medievais”, edições Colibri.

<sup>11</sup> Idem, pág.103

<sup>12</sup> Anica, Arnaldo Casimiro, “Monografia da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo”, CMT,2005

<sup>13</sup> Idem, pág.107

<sup>14</sup> Idem, pág. 34

<sup>15</sup> Abelho, Azinhal, “Teatro Popular Português – ao Sul do Tejo-VI”, Editora Pax, 1973

<sup>16</sup> Idem, pág. 13

<sup>17</sup> Idem, pág. 14

<sup>18</sup> Graça, Natália Maria Lopes Nunes da, “Formas de sagrado e profano na Tradição Popular”, Colibri, 2000



“Levantar mastros pelo São João, ou queimar árvores, mais ou menos desramadas, nessa noite, constitui tradição de origem pré-cristã em que o simbolismo regenerador do fogo se alia a pujança vegetativa, nessa altura de singular intensidade”<sup>19</sup> Acrescenta ainda Aurélio Lopes que a tradição ocorre no centro/sul de Portugal referindo-se também a Tavira, “*aí os paus são decorados até meia altura com verdura, mostrando daí para cima, uma charola de arcos...* Na actualidade a tradição mantém-se e grupos de mulheres reúnem-se trabalhando voluntariamente na confecção dos arranjos durante as noites inverniais, decorando finalmente em Junho algumas das ruas centrais de Tavira. Pelos bairros proliferam os arraiais populares e a cada um a autarquia tem por hábito oferecer uma caixa de sardinhas.

O jornalista e escritor Damião de Vasconcelos (1880 – 1953) refere que “*muitas e variadas festas houve em Tavira e seu termo: inúmeras festividades religiosas, romarias, touradas, cavalhadas, arraiais, festas e serões particulares que seria prolixo enumerar*”<sup>20</sup>. E acrescenta que “*as festas públicas que maior brado davam em Tavira: o Carnaval e o mês de Junho, que todo ele era uma festa pegada.*”

As “marchas populares”, desfile de grupos organizados pelas freguesias ou por associações locais que normalmente se realizam a 23 de Junho, véspera de São João, foram introduzidas em Tavira no pós-25 de Abril a partir da iniciativa de responsáveis autárquicos, inspiradas no modelo do desfile lisboeta. Terão sido também organizadas nos anos 40 do século passado em Santo Estevão por iniciativa do maestro António Viegas Jr.<sup>21</sup> e em Santa Catarina da Fonte do Bispo em 1948 ensaiada por Maria de Lourdes Mascarenhas Neto<sup>22</sup>

Entre os cultos historicamente mais destacados nesta região refira-se a importância de Santo Estevão, primeiro mártir do cristianismo, ao qual são dedicadas festas nas localidades concelhias de Cachopo e Santo Estevão, São Tiago (patrono da Ordem que conquistou Tavira) São Luís protector dos pastores e dos animais (Cachopo – no Domingo de Carnaval), Nossa Senhora das Dores e Santa Catarina de Alexandria (em Santa Catarina da Fonte do Bispo), Santo Isidro padroeiro dos lavradores, para além dos celebrados “santos populares” Santo António (13 de Junho), São João (24 de Junho) e São Pedro (29 de Junho).

As principais festividades e divertimentos coincidiam normalmente com a realização das feiras, atraindo centenas de forasteiros da periferia e das zonas rurais. A mais antiga, a “Feira de Tavira”, terá sido instituída no reinado de D. João II por volta de 1490, com início no primeiro dia de Setembro e duração sempre crescente até Filipe I de Portugal em 1589 ter autorizado o seu prolongamento por três meses<sup>23</sup>... A feira de São Francisco surgida em 1622 coincidia com a “feira dos três meses” que poucos anos depois foi extinta. Posteriormente no século XVIII surgiria a Feira de Nossa Senhora da Boa Morte.

Nas zonas rurais realizavam-se feiras no rocío da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz (8 de Setembro) instituída em 1622, em Santa Catarina (3º domingo de Agosto) por carta régia de 1813, em Cachopo (3º domingo de Agosto) por alvará do Governador Civil de 1875, Santo Estevão (21 e 22 de Setembro) por deliberação camarária.

Com advento do liberalismo existe notícia em Tavira de uma “procissão do chinelo”<sup>24</sup>, espécie de comemoração da vitória dos adeptos de D. Pedro IV ridicularizava os miguelistas e foi pouco depois proibida pelas autoridades.

Como noutras cidades algarvias tiveram lugar em Tavira festividades ocasionais assinalando a passagem pela região de personalidades da vida nacional. A cidade de Tavira centro político, militar e religioso, embora secundário, recebeu em vários momentos históricas visitas de monarcas<sup>25</sup> (D. Diniz, D. João I, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. Sebastião, D. Carlos, ...).

Às cerimónias religiosas dos Dias Santos se associavam procissões, festas e por vezes também feiras, como a de Sexta-Feira Santa em Tavira criada em 1934. A procissão do Enterro do Senhor, na Sexta-feira Santa, foi decidida já no século XIX por força do testamento do Provedor Valentim Mendonça Veiga.<sup>26</sup>

Do que se conhece através das fontes documentais, ao contrário de outras regiões, como Ribatejo e o Alentejo, mais ligadas a criação de gado bravo e às tradições taurinas, raras são as referências a touradas em Tavira, excepção da alusão à que integrou o programa da visita de D. Sebastião a Tavira, durante a qual o próprio rei segundo a narrativa<sup>27</sup> terá mandado prender o causador da morte de um touro, e ainda a carta de Felipe I de



Portugal na sequência de contactos havidos com o Papa sobre a autorização deste tipo de espectáculo festivo.

Na zona serrana, a Feira de Santo Estêvão em Cachopo como foi atrás referido, foi criada em 1875, realizando-se no terceiro domingo de Agosto. De acordo com depoimentos orais obtidos no decorrer deste trabalho, a Feira ocorria inicialmente na Eira da Cruz local alto situado junto à aldeia. Nela se vendia sobretudo porco preto do montado e outros animais, produtos variados como louças, roupas, ourivesaria e bijuteria. A Feira terminava com um baile de acordeão.

Escreve Maria José de Campos “*o dia seguinte ao Natal era o nosso grande dia. Tínhamos a feira de Santo Estêvão, padroeiro da aldeia*”. Regista também alguns pormenores interessantes “*a feira tinha duração de dois dias e terminava com um grande baile de acordeão no armazém do Ti Chaveca, pelo tocador Joaquim Fernandes (Cachola)*”.

A vida das gentes da serra era difícil e a festa representava simultaneamente momento de pausa no trabalho, de agradecimento e promessa, de descanso, convívio, de divertimentos, de aquisições de produtos domésticos e vestuário, também de transacções de animais.

Custódio Campos (1935), um moleiro de Cachopo que “vivía da água e do vento”, conta que chegava a produzir “trinta sacas por dia” e para a festa de Santo Estêvão ou Festa da Igreja “*vinha gente de todo o lado, descalços, também pela “estada dos cem anos*”, assim chamada porque se dizia que demorou um século a construir...

Luísa Maria, tecedeira, hoje com mais de 90 anos, recorda que se deslocava dos Currais, onde trabalhava o linho e a estopa. “*Os pastores tocavam com uma gaita de cana e não dormíamos toda a noite. Havia rifas, quermesse. Vinha gente de Martinlongo e do Azinhal, também aparecia por lá um fotógrafo ambulante.*”

Bernardino Francisco e António Pedro Domingues viveram as festas da Sra. da Saúde em São Marcos. A festa realizava-se anualmente a 8 de Setembro, “*qualquer que fosse o dia da semana. Mas se calhasse à sexta passava para o fim-de-semana seguinte. Havia três ou quatro nomeados mas quem mandava na festa era o padre. A Comissão indicava o grupo do ano seguinte. Antigamente a festa à noite era a petromax, havia baile de acordeão e também apareceu o saxofone. Entre os músicos lembro-me do Manuel José*

<sup>19</sup> Lopes, Aurélio “A sagração da Primavera”, pág. 145, Edições Cosmos

<sup>20</sup> Vasconcelos, Damião

<sup>21</sup> Afonso, Maria do Rosário Brás Cavaco F., “Monografia da Freguesia de Santo Estêvão”, CMT e JF de Santo Estêvão, 2008

<sup>22</sup> Anica, Arnaldo Casimiro, “Monografia da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo”, CMT, 2005

<sup>23</sup> Anica, Arnaldo Casimiro, “Tavira e o seu termo”, pág. 225, edição da CMT, 1993

<sup>24</sup> Vasconcelos, Damião, “Ecos do passado de Tavira”, pág.33, reedição da CMT, 2009

<sup>25</sup> Vasconcelos, Damião Augusto de Brito, “Notícias Históricas de Tavira”, com anotações de Arnaldo Casimiro Anica, Câmara Municipal de Tavira, 1999

<sup>26</sup> Livro de Actas da Misericórdia de Tavira 1779-1836, fls III. V

<sup>27</sup> Gascão, João “Relação da jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu de Évora” transcrição em “Notícias Históricas de Tavira” de Damião Augusto Vasconcelos



Caetano “Charro”, “Os Pardalinhos”, o Américo Palha e os cinco músicos “Os Godinhos”.

Maria Hilária da Conceição Estêvão, conta que o seu pai era um dos organizadores das Festas do Santo Estêvão “*Dizem que roubámos o Santo a Cachopo...Na Festa faziam-se as cavalhadas com dois paus altos. Às seis horas havia a missa, depois fazia-se a procissão onde tocava a Banda. Não havia bailes mas por vezes vinha o Rancho de Alte e eram também contratados artistas de fora. Também se faziam combates com os mouros...Mas o Rancho foi a coisa que deu mais nome à freguesia.*”

Em Santo Estêvão, Ventura Fernandes Marques, agricultor e antigo Presidente da Junta foi um dos organizadores do Rancho de Santo Estêvão. Sobre as festas mais antigas descreve “*realizavam-se num armazém, o dono tinha a taberna. Havia bailes de roda e cantava-se ao despique. As mães iam sempre com as filhas.*”

Recorda especialmente os Santos Populares “*a ceifa terminava na noite de São João. Havia banho nessa noite na Torre D Áires*”. Organizou em Santo Estêvão o Rancho Folclórico. “*As outras freguesias tiravam os números daqui. Ouvimos falar no Rancho de Alte e resolvemos organizar um aqui com pessoal da freguesia. Fizemos muitas apresentações, ganhámos o 1º Premio das Marchas e chegámos a estar nove dias em Madrid*”

Muitos acontecimentos festivos desapareceram ou modificaram-se, outros foram surgindo com os tempos procurando captar a atenção e adesão das populações. A contemporaneidade trouxe renovados desafios para o estudo de movimentos tão complexos e profundos como os da expressividade social, donde resulta a necessidade de acompanhamento, observação e registo desses fenómenos e das suas transformações mais recentes.

### **Transformações sociais, hibridação e festivalização do cultural**

“*As festas actuais não têm a beleza de outrora. A Festa de Verão, também ela com alguns séculos de existência, foi perdendo atractivos. Quem não se recorda das alvoradas com música clássica logo ao romper da manhã acompanhada de morteiros e o tal repique de sinos? A música, através de uma potente aparelhagem sonora comprada pelo padre Oliveira nos anos 50, a primeira aparelhagem a motor a surgir nesta zona para fazer as festas de Cachopo e de outras freguesias que na altura estava também a seu cargo.....*”

*A banda de música chegava cedo logo à hora da missa e percorria a aldeia à porta de cada festeiro que os convidava a entrar e os recebia com bolos e bebidas.....*





*Hoje é tudo diferente, não há fogos, a música transmitida é apenas para a nova juventude que aprecia sons mecânicos e barulhentos. Até a banda de música vem por tempo tão limitado que quase não se dá por ela”.*<sup>28</sup>

Num país maioritariamente rural, com aldeias do interior ainda bastante isoladas, economias de subsistência e baixa escolarização, emergiram na segunda metade do século XX dois poderosos fenómenos sociais: turismo e as mobilidades migratórias.

O turismo é uma prática social e cultural transformadora, plena de virtualidades e riscos, potenciadora de desenvolvimento e também portadora de ameaças para as culturas locais e os recursos ambientais.

Por outro lado, as deslocações de trabalhadores para o litoral e para o estrangeiro, vieram modificar significativamente comportamentos colectivos, introduzindo alterações nos calendários festivos, mas também nos seus programas e formas organizativas.

Outro dos fenómenos recentes é a fixação de grupos do norte da Europa (reformados, profissionais liberais,...), estabelecendo residência temporária em zonas rurais e com influência na vida local.

Com a contemporaneidade surgiram fenómenos novos, a “hibridação” e “fragmentação” das culturas, consequência das mobilidades sociais e heterogeneidade das populações, o tempo livre e o ócio, a “festivalização do cultural”, a tentativa de criação dos modelos atractivos, processos ligados aos objectivos das indústrias culturais e do turismo.

Nas localidades as festas tradicionais começaram a concentrar-se sobretudo em Julho ou Agosto, algumas transformadas em “festa dos emigrantes” acompanhadas também por feiras temáticas, aproveitando as férias de milhares de trabalhadores portugueses residentes sobretudo na França, Alemanha e Suíça.

A partir dos anos 50/60 a indústria do turismo ao Algarve produziu profundas transformações económicas, sociais, urbanísticas e ambientais, com aspectos positivos na economia e no emprego mas também assimetrias e alterações nas relações sociais, influenciando as práticas culturais. São exemplos deste fenómeno o entendimento da cultura e

recursos locais como “produto turístico”, a “folclorização” e “turistificação” das práticas culturais tradicionais retiradas do seu contexto social. Surgem também modelos importados, a anglosaxonização dos títulos e dos comportamentos.

Um outro fenómeno atinge o País e também o Algarve, a transformação da cultura popular (de origem camponesa nas regiões do sul da Europa) em cultura de massas (de matriz urbana na cultura anglo-saxónica, a “pop”), consequência da procura de referências identitárias por parte de populações suburbanas vindas dos campos para laborar nas indústrias e serviços situadas nas periferias das cidades. Este fenómeno permitiu o desenvolvimento de uma pujante e rentável indústria de espectáculos itinerantes e sazonais.

Com a sociedade aberta também o Carnaval perdeu a sua função social transgressora e em muitos pontos do País, transformou-se num espectáculo predominantemente comercial com influências do modelo brasileiro muito divulgado pelas transmissões televisivas, recurso à importação de “escolas sambistas”, “trios eléctricos” baianos, artistas de telenovela, ...

A “hibridação cultural” apresenta-se na forma de “eventos”, recreados e direccionados para um “cliente-consumidor” mais ou menos indefinido, do visitante estrangeiro ocasional ao natural ou residente, surgindo nos meses estivais todo o género de festivais, concentrações, festas, ...

A construção de um modelo de desenvolvimento cultural sustentado e alternativo à influente e poderosa concepção imitativa, importadora, padronizadora e massificadora, sugere aos promotores locais o estudo e valorização, como elementos diferenciadores, dos aspectos da história cultural local, a investigação dos seus processos constitutivos, a possibilidade de desenvolvimento de criações/produções contemporâneas baseadas na diversidade e nas especificidades do património material e imaterial das regiões. Também desta forma se poderão fixar e potenciar recursos humanos e patrimoniais endógenos, atrair a atenção, investimentos e capacidades externas, afirmar as culturas pela sua genuinidade e criatividade.

<sup>28</sup> Campos, Maria José de, “Cachopo e a sua História”, pág. 111, edição da autora, 2005

# ALTERAÇÕES NO MUNDO RURAL

**RURAL WORLD  
CHANGES**





# Desenvolvimento local em meio rural e a construção de novas territorialidades

Luís Moreno, geógrafo\*

## 1. Introdução

As tendências pesadas no interior rural de Tavira trazem as marcas humanas e culturais de um passado de exercício do poder longínquo, de dominação descendente e sem significativos estímulo e investimento, de carácter público e privado, em oposição ao relativo benefício de um litoral mais facilitador da vida económica, com ligações valorizadoras a outros territórios, mais ou menos distantes. No entanto, como o próprio Algarve litoral e Tavira não deixam de ter uma posição algo periférica no contexto nacional e europeu, afastados dos grandes centros de decisão, o interior – com mais limitadas acessibilidades e conexões – tem permanecido bastante mais desfavorecido e marginal, com fraca capacidade de assegurar a valorização de pessoas e lugares no sentido da qualidade de vida segundo padrões europeus e urbanamente reconhecidos como desejáveis.

Com o período da democracia iniciado no último quartel do século XX, após anos de desvalorização da ruralidade e da tradição – no contexto de centralismos e elitismos urbano-centrados, de funcionalismo excludente – algumas transformações foram-se sucedendo, paulatinamente, implicando caminhos de esperança na construção da sustentabilidade territorial, embora a lentidão dos processos e várias lacunas e inconsistências coloquem algumas dúvidas sobre a continuidade e adequação dos percursos encetados.

O principal motor das grandes mudanças qualitativas dos últimos trinta anos, que podemos assimilar a condições de desenvolvimento (local, social, económico) foi o processo de descentralização dos poderes públicos, tanto na dimensão orgânica – as autarquias – como na meramente funcional, esta identificada como desconcentração e traduzida na presença regional e local de organismos, funções e serviços do Estado Central (na educação, saúde, justiça, economia, ambiente e ordenamento do território, etc.).

Outro processo de criação e retenção de poder / capacitação regional e local – de efeitos similares ou convergentes com os da descentralização – correspondeu à implantação do Ensino Superior e de organizações com incidência no mundo empresarial e produtivo, mas também de outras de acção social e de valorização socioterritorial. Destas últimas, pela

## Local development in a rural milieu and the construction of new territorialities

In the past, the rural interior of Tavira tended to display the human and cultural marks of a remote central government, of power exerted from above, with no significant stimuli or investment from private and public entities, in contrast to the relative advantages of a more economically prosperous coastline, with valuable connections to other, more or less distant territories. However, since even coastal Algarve and Tavira still occupy a somewhat peripheral position within the Portuguese and wider European context, having remained quite distant from the major centres, the interior – with its lack of roads and other connecting means – continues quite underprivileged and secondary, unable to ensure for its people and places a quality of life that fits the acknowledgedly desirable European standards of urbanity.

The region is currently undergoing a series of processes that are bringing notable modifications to the rural milieu, causing it to generate a 'postmodern' multifunctionality, that is to say, something other than the functional versatility that is part and parcel of traditional interior economies but also different from more typified forms of modernity. In fact, this new reality presupposes a critical interconnection of tradition, modernity and innovation, challenging people and places to develop a new kind of resilience, brought about by a greater urban-rural articulation, which, however, will never become a consensual territorial integration.

\* Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UI), investigador do CEG

importância a que iremos dar relevo em termos de promoção integrada do meio rural e de “empoderamento” socioterritorial sistémico no interior do concelho de Tavira – numa alternativa inclusiva e complementar dos poderes públicos – salientamos a Associação IN LOCO<sup>3</sup>, agora sediada no município vizinho de São Brás de Alportel. Trata-se de uma organização classificável como Associação de Desenvolvimento Local (ADL), situando-se também entre as chamadas Organizações Cívicas e Solidárias (OCS), tendo um papel de dinamização de parcerias e redes, de indução de processos emancipatórios e de facilitação da participação plural para a governança e para a poliarquia (cf. Moreno et al., 2003; Moreno, 2007).

Embora com poucos meios e com incidência centrada no imaterial, já em inícios dos anos noventa do século passado esta associação era considerada por Gaspar (1993:181) como factor de esperança para a “região serrana”. No texto que segue, procuraremos ponderar o sentido dessa esperança, tendo em conta um conjunto de condições de força desigual que levam a repensar as vias para o desenvolvimento rural.

## **2. Um interior em perda, uma tendência que (ainda) não se reverte**

Até meados do século XX, a Serra foi uma sub-região que manteve acentuado isolamento, que Orlando Ribeiro explica «por faltarem os motivos de abertura de estradas que beneficiaram outras áreas do país – exploração de minas e construção de barragens, a que acrescentamos a intervenção tardia e muito localizada dos serviços florestais» (Cavaco, 1976:17). A evolução da população nas freguesias da Serra reflectiu este aspecto, à excepção de S. Brás de Alportel, concelho e freguesia servido pela principal estrada de acesso ao Algarve<sup>3</sup> até 1978. Os valores máximos foram atingidos nos anos 1940 e 1950, datas que se sucedem às obras de viabilização do tráfego rodoviário dos anos 30 e 40 do século XX, através da construção de pontes e melhoramento de estradas. Assim, não foram apenas as quedas da produção cerealífera a motivar o abandono crescente das terras mais pobres; de facto, as vias de comunicação com realidades mais atractivas tiveram um papel decisivo. Desde então, regista-se no interior um declínio continuado da população, devido a migrações internas (para o litoral) e para o estrangeiro.





Não obstante, algumas das migrações são pendulares, com frequências de pendulação correspondentes a ritmos diários, semanais e sazonais, as quais permitem uma certa continuidade da ocupação residencial e da vida social, diferenciada no meio rural da Serra e do Barrocal. O recurso aos contributos analíticos de Vanessa de Sousa (2008) permitem-nos apreciar as fortes ligações dos jovens de Cachopo à cidade de Tavira, reforçadas à medida que avançam nos estudos, preferencialmente feitos nesta cidade, mesmo havendo uma escola de 2º ciclo em Martinlongo, a menos 24 km de distância que a opção litoral.

A matriz urbana e urbano-centrada da educação molda as referências e as preferências. A autoconfiança e a autoestima não se reforçam com a marca dos antepassados e das dificuldades ainda presentes, mas sim com os modelos de conforto e com a pluralidade de estímulos e desafios que se encontram na cidade. A viatura própria é um elemento desse conforto, marcando novos ritmos, acelerando ou sugerindo a aceleração do acesso a melhores condições de vida. Só o abandono escolar precoce se associa ao regresso ao interior, ao «pouso seguro» do “atraso” de quem “não tem pedalada” para se vir a sentir bem no confronto de si mesmo com a urbanidade, a matéria da desilusão.

A referida autora mostra-nos como a maior parte dos jovens representa o «o discurso da modernização pela transposição

do modelo urbano», na forma de propostas para Cachopo, como por exemplo: « criar um Centro Comercial; abrir uma livraria ou papelaria; criar indústria; criar uma clínica privada; construir um Hospital; construir uma piscina para a prática de natação; criar um bar e/ou uma discoteca; criar um cinema; construção de um pavilhão polidesportivo; criar um Cyber Café; criar um serviço de aluguer de DVD's, etc.» (idem: 12).

Não se vislumbrando condições de realização no interior do “futuro aprendido”, segue-se a propensão e uma certa prática de reprodução de um modelo que já marcou familiares e amigos, que representa também à escala local o mesmo paradigma sociocultural historicamente construído no centralismo do território nacional: acreditar mais no exterior que no interior, mais no outro que no próprio, mais no que vem de cima e de longe do que no que está à mão, mais no centro que na periferia e na margem. A informação e as crenças emanadas dos centros de poder reforçam o princípio hedonista e a natureza focal da actividade humana, em contexto de civilização, reproduzindo as condições do próprio poder – atracção para a agregação, sendo congregação e controlo urbano-industrial e terciário de pessoas, tornadas forças sociais e económicas.

<sup>1</sup> Cf. <http://www.in-loco.pt/>

<sup>2</sup> Antiga Estrada Real nº 17, foi renovada em 1914, quando terminou a construção da actual ponte sobre o Vascão, 5 Km a norte do Ameixial.



O centralismo de base estatal encontra, como contrapartida, o sentimento de impotência e a convicção de que, na maior parte das vezes «a solução passa (...) por uma maior atenção pública ao território», sendo a «culpa» dos problemas «centrada na incúria dos outros, por vezes personificados na figura do Presidente da Junta de Freguesia», noutros casos «deixando em aberto o campo das responsabilidades» (ibidem: 11).

O território interior, desempoderado, torna-se meio de transição para os mais dinâmicos dos seus filhos, espaço onde se sentem raízes mas onde não se reconhecem os recursos suficientes para as manter. Há que ir buscar outros pontos de apoio... A pluriactividade e o plurirrendimento tornam-se correlativos da pluri territorialidade, das múltiplas apropriações encontradas no processo de construção da vida pessoal e familiar. As condições de crise, estrutural e conjuntural, mais acentuam esta realidade, complementando-se uma certa instabilidade rural com a dimensão da precariedade urbana. Paradoxalmente, é na crise que se pode reforçar o potencial de

“reempoderamento” do interior, do indivíduo e do território, quando o dependente cultivado na “cultura de dependência” conhece a desilusão, a relativa falência da promessa do centro urbano na perspectiva da “facilidade”, e quando pode ser levado a reconhecer as virtualidades da alternativa. É aqui que nos interessa considerar o potencial de um associativismo de proactividade, se puder incidir também na formação dos jovens – apenas habituados aos efeitos da clássica pedagogia descendente, escolar e de uniformização formalista urbano-centrada, excludente – e não apenas na educação e formação de adultos em contexto territorial (domínio evocativo da orientação dominante da Associação IN LOCO – cf. Soares, 2001).

Isto não significa que deva haver desvio de recursos da animação sociocultural e educativa, com incidência andragógica na valorização de adultos, pois Sousa (2008: 16) conclui no seu trabalho sobre Cachopo que «o trabalho e a família são (...) os principais factores que influenciam um abandono ou permanência na freguesia. Apostar na criação





de condições para que estes jovens se fixem no território não é garante da sua efectiva fixação». Por outras palavras, adiantamos aqui a nossa perspectiva concordante de que há que ter em conta a dimensão relacional das famílias, insistindo num processo de elevação anímica e de valorização participada das condições propiciadoras da qualidade de vida entre pais e avós, mais ou menos activos / activados, com alguma repercussão nos jovens, ao mesmo tempo que se estimula a educogenia territorial destes.

### 3. Quando as perdas são relativizadas por processos em parceria e em rede

Tendo chegado a este ponto, importa-nos considerar brevemente de que modo a iniciativa de empreendedorismo socioterritorial de base associativa pôde criar condições –



apoiada em recursos públicos e em complementaridade com a intervenção directa dos poderes públicos – para a difícil, lenta e controversa revalorização do interior, rural e com carências específicas. Uma aparente contradição com o desiderato de harmoniosa valorização territorial pode apresentar-se desde logo: a) em contexto de restrição dos meios públicos para coberturas assistenciais (pessoas e lugares em situação de desfavorecimento), por força da própria debilitação disseminada dos actores do mercado, o reforço e integração dos cuidados no meio urbano torna-se estratégico; b) em linha com a afirmação anterior, a equidade social não tem necessariamente correspondência na equidade territorial «e para garantirmos a primeira poderemos eventualmente comprometer a segunda» (Sousa, 2008: 14).

Uma das formas de procurar ultrapassar as consequências da relativa fraqueza – de base económica – dos poderes públicos, encontra-se numa adequada aplicação dos princípios da subsidiariedade (sem esquecer a sua dimensão horizontal), adicionalidade, programação e parceria, os mesmos que têm norteado a aplicação dos fundos comunitários desde finais dos anos oitenta do século passado. Ou seja, construir e executar programas e acções de forma participada e concertada, materializando a complementaridade público-privado nos compromissos e na afectação de recursos para o trabalho nas grandes dimensões da sustentabilidade territorial: social, económica e ambiental. No caso do território polarizado pela cidade de Tavira, esta incidência implicará o centro urbano principal e o seu “hinterland”, com articulações, parcerias e redes, tanto internas como externas e a diferentes níveis, por inerência a uma governança sistémica, de sinérgica partilha de responsabilidades.

Para o caso do interior, ilustraremos de seguida a construção de um processo de base associativa para a capacitação de pessoas para a pertença e/ou apropriação (simbólica e ligada às economias) do meio rural. Embora partindo da incidência neste meio, pode dizer-se que se chega a uma certa qualificação da relação urbano-rural.

#### 4. Do desenvolvimento pessoal à valorização territorial no interior

Durante o processo de instalação da UAlg e do IPF<sup>3</sup>, alguns dos seus docentes participaram nos trabalhos da CCRAIlg<sup>4</sup> para a elaboração do PIDR-NE<sup>5</sup>, levando à tomada de consciência da necessidade de exercício da função social do ensino superior regional para contribuir para a correcção dos profundos desequilíbrios existentes. Assim, na convergência das competências do IPF e das necessidades de valorização pessoal detectadas na serra de xisto, foi criado em 1985, no âmbito da ESE<sup>6</sup>, o Projecto RADIAL<sup>7</sup>, projecto de investigação-acção com incidência na criança em meio rural. Porém, como a viabilidade da valorização das crianças passava pela valorização integrada de todo o seu meio envolvente (familiar, produtivo...), a acção educativa processou-se, na medida do possível, em conjunção com o sistema oficial de educação de adultos – com forte incidência nas vertentes de animação sócio-cultural e sócio-económica – e de formação profissional



e ainda com as diferentes acções inscritas no âmbito do PIDR-NE. A actuação nos domínios da formação para o auto-emprego (fomento de Iniciativas Locais de Emprego – ILE) e dinamização associativa acompanhou o surgimento (em grande parte induzido) de empresas artesanais<sup>8</sup>, associações, serviços culturais/educativos e espaços lúdicos infantis.

A continuidade da dinâmica, com incidência mais alargada desde 1988 com a criação (por parte de membros do RADIAL e outros) da Associação IN LOCO, vem a permitir a formação (colaboração com a CCRAIlg) e integração de técnicos de Desenvolvimento Local (Programa JADE<sup>9</sup>), bem como uma diversidade de acções, projectos em cooperação, contactos nacionais e internacionais centrados na problemática do Desenvolvimento Local e na valorização do interior mais desfavorecido. De facto, a participação da IN LOCO em várias redes europeias de acção, informação e estudos sobre áreas desfavorecidas vem a propiciar um processo de simultânea intervenção, publicitação e promoção do interior, com efeitos imediatos limitados<sup>10</sup> mas com maiores efeitos potenciais a médio e longo prazo, graças à utilização do "efeito de rede" entre elites.

Com o surgimento do Programa LEADER<sup>11</sup> (1991) e a aprovação do PAL ARRISCA<sup>12</sup>, a IN LOCO cria uma rede de animadores residentes nos locais, em formação permanente para o desenvolvimento rural integrado, de forma a acompanhar projectos com presumíveis efeitos demonstrativos, contribuir para desenvolver uma cultura de qualidade e de participação no ordenamento e envolver a população numa dinâmica de participação crescente no(s) mercado(s). Pela forma de inserção em dinâmicas de investigação-acção e em rede, com autonomia ponderada por auto e hetero-avaliação, a abordagem dos animadores mostrou-se completamente diferente da actuação mais característica que em Portugal tiveram os técnicos de extensão rural dependentes do Ministério da Agricultura.

Logo na "Introdução" da publicação de apresentação do ARRISCA (IN LOCO, 1992) pode observar-se uma breve resenha em que se coloca a acção do RADIAL e da IN LOCO no paradigma de desenvolvimento explícito pela CE no documento "O futuro do mundo rural" (1988) e com a "melhor tradução" no surgimento do Programa LEADER.



Segue-se a consideração da inserção da Serra num território mais vasto, principalmente polarizado pelos centros da orla litoral e, cada vez mais (na sequência da construção da ponte sobre o Guadiana, próxima da sua foz), da Andaluzia, pelo que se justifica uma «intervenção específica, bem apoiada técnica e materialmente, e compreendida e apoiada pela população residente e pelos serviços públicos que intervêm no desenvolvimento destas regiões» (idem:3). Em adição, o texto justifica essa intervenção, ao considerar que os programas, incentivos e apoios até então aplicados na região eram desadequados à Serra, assim como se têm como desapropriadas as intenções mais comuns dos investidores externos (extensão territorial da mesma lógica dominante no litoral). Considera-se ainda que os Programas Operacionais Plurifundos (do primeiro Plano de Desenvolvimento Regional) concentravam os investimentos nas áreas de maior densidade e que os autarcas dão prioridade (naturalmente) às áreas onde estão as suas principais bases eleitorais.

Apesar disto, declara-se que todas estas entidades se dispõem a apoiar quer um programa específico quer a constituição de uma «agência inter-local e inter-regional para o desenvolvimento da Serra (...) desde que exista uma entidade mobilizadora e mobilizada para liderar inicialmente o processo e se possam disponibilizar verbas significativas para iniciativas exemplares com efeitos demonstrativos e exemplificadores» (ibid.).

Os princípios do PAL (que são também os da IN LOCO) encontram-se contidos na assunção de um compromisso entre 1) a necessidade de toda a sociedade contribuir (aos níveis regional, nacional e comunitário) para preservar o que resta da ruralidade e 2) o dever de as sociedades rurais se mostrarem aptas a definir e encetar um processo de desenvolvimento autocentrado, sem o que não ganham o direito de serem apoiadas. A IN LOCO declara ter-se constituído precisamente como entidade mobilizadora desse compromisso, procurando dar «um forte apoio, de arranque e de acompanhamento, vindo do exterior» a uma área carente do mesmo devido ao estado de fraqueza global associado à emigração dos elementos mais empreendedores (ibid.:15).

Perante a debilidade encarada, a estratégia central adop-

tada é a de "valorização dos recursos locais", mas sem desprezar a complementaridade do "desenvolvimento exógeno" e da "capacidade empresarial local". Nesse sentido, uma das frases revela a principal concepção: «Através da "invenção" de combinações "produtos/mercados" e de maior eficácia e eficiência tecnológica e organizacional, gera-se maior valor acrescentado na zona de intervenção. Uma vez reinvestidos no desenvolvimento local, estes valores irão produzir um efeito multiplicador: a soma de uma série de pequenos ganhos e avanços, de pequenos êxitos locais, acabará a prazo por gerar novas correntes sociais e económicas, novos fluxos de desenvolvimento a nível local». Acrescenta-se que a valorização dos recursos endógenos passa por uma oferta local de produtos de qualidade, com imagem forte e valorizados em mercados exigentes. Inclui-se aqui o "produto turístico", em que é o consumidor que se desloca até aos "locais de preparação".

Para tentar compatibilizar as motivações individualistas (sem visão estratégica e social) com os interesses sociais mais alargados, dentro do curto prazo imposto pelo LEADER, o ARRISCA não deixou de apoiar certos projectos individuais, considerados com valor demonstrativo, mas colocou em

<sup>3</sup> Respectivamente, Universidade do Algarve e Instituto Politécnico de Faro, este posteriormente integrado na UAlg.

<sup>4</sup> Comissão de Coordenação Regional do Algarve, que é desde 2007 a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg).

<sup>5</sup> Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Nordeste Algarvio (1983-89).

<sup>6</sup> Escola Superior de Educação, unidade do IPF.

<sup>7</sup> Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado do Algarve.

<sup>8</sup> Tecelagem, bordados, confecção, bonecos decorativos, brinquedos de madeira e plantas aromáticas e medicinais.

<sup>9</sup> Jovens Agentes de Desenvolvimento em Regiões de Emigração (Cf. M. R. Moreno, 1996).

<sup>10</sup> Incluindo o Campus Europeu do Ambiente e do Património (Cachopo, 1991, após a edição de Alte em 1990).

<sup>11</sup> Sigla de "Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural", um Programa de Iniciativa Comunitária bastante inovador e com consideráveis efeitos multiplicadores em termos socioculturais, políticos e institucionais (cf. Moreno, 2007).

<sup>12</sup> Plano de Acção Local "Apoio à Revitalização Rural Integrada da Serra do Caldeirão, Alentejo/Algarve" (1992-93), no âmbito do LEADER I, incidente em 17 freguesias algarvias e 10 alentejanas da serra de xisto (Cf. M. R. Moreno, 1996).

primeiro plano a dinamização de «actividades abrangentes, de impacte alargado e para benefício directo ou indirecto de toda a população». Citam-se, como exemplo, «projectos-piloto para melhoria de serviços e de infra-estruturas básicas à população, organização de produtores locais, organização da oferta turística local, circuitos e espaços próprios de comercialização, campanhas de promoção de produtos e da região no seu conjunto, mapas e publicações sobre a Serra do Caldeirão, sinalização de percursos de descoberta, etc.» (ibid.).

Pela confluência de objectivos, várias parcerias foram surgindo “naturalmente”. Por exemplo, algumas Câmaras negociaram projectos comuns, passaram a dar acolhimento a animadores ou criaram mesmo um gabinete próprio, permitindo maior alcance e entrosamento das acções. Por outro lado, algumas associações locais surgiram ou foram revitalizadas face à possibilidade de intervir “mais localmente”.

Na sequência de uma série de acções anteriores ao ARRISCA, desde 1992 que este PAL foi acompanhado por outras formas de promoção do desenvolvimento local/regional não beneficiadas directamente pela iniciativa comunitária LEADER. De facto, muitas iniciativas da IN LOCO ou em que esta surge como parceira demonstram a preocupação em obter a maior diversificação possível quanto à origem de fundos, sem perder a grande finalidade: maximizar a energia e a sinergia da dinamização do Desenvolvimento Local.

No período de 1994-99, o LEADER (II) significou um PAL de continuidade, embora obrigando a maiores compromissos em parceria. No caso do concelho de Tavira, ele implicou apoios à valorização cultural e turístico-recreativa do interior (ex: 1º Festival da Serra do Caldeirão - Sabor & Arte), mas também à actividade produtiva, directa ou indirecta<sup>13</sup>, sem deixar de incluir a própria edição da *MANIFesta* de 2001, em Tavira<sup>14</sup> (cf. Moreno, 2007, 2009b). No interior serrano, houve particular incidência no apoio à instalação de colectores solares, em escolas primárias e num restaurante.

Durante a vigência do LEADER + (2002-2008, na prática), o respectivo Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da IN LOCO incidiu numa área mais restrita do interior (em relação ao LEADER II), pelo que se designou sugestivamente

ARRISCA + (mais) «no coração da Serra do Caldeirão». O tema federador, correspondente à estratégia para a área de actuação, intitulou-se «Melhoria da Qualidade de Vida no Território», com correspondência, por um lado, em investimentos, tanto em infra-estruturas (valorização do Património Natural e do Construído, serviços às populações) como no apoio a actividades produtivas (valorização dos produtos locais e da restauração, criação e valorização de alojamento, serviços de animação turística) ou ainda noutras acções materiais (informatização de agentes económicos e sociais, apoio à promoção do território). Por outro lado, o mesmo PDL também incidiu em acções imateriais, como: formação profissional, animação para o desenvolvimento, informação e comunicação, experimentação e demonstração, organização de produtores e prestadores de serviços, acções promocionais do território.

No final do primeiro decénio do século XXI, deixou de existir o LEADER como programa mas não como abordagem, que se tornou transversal na execução do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). No âmbito deste, a estratégia local, que inclui a incidência em Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo, contempla, entre os Objectivos Estratégicos: a) mobilizar os agentes internos e externos ao território para o lançamento de iniciativas económicas no interior; b) criar uma rede mais diversificada de empresas inovadoras e qualificadas; c) apostar nas energias alternativas e nas soluções tecnológicas sustentáveis; d) capacitar os agentes promotores de iniciativas e projectos; e) assumir uma postura de responsabilidade social; f) promover a melhoria do quadro de vida; g) criar uma dinâmica de cooperação interinstitucional.

Para o alcance destes objectivos, afirma-se a aposta numa política de desenvolvimento que visa: 1) uma articulação positiva com o litoral; 2) a mobilização dos residentes mais activos e empreendedores e a capacidade de atrair agentes exteriores, dinâmicos e qualificados; 3) a valorização das produções artesanais através dos contributos da ciência e tecnologia; 4) introdução da inovação de bens e de serviços, nomeadamente na área das energias alternativas e das soluções tecnológicas sustentáveis; 5) a aposta na tradição, como ponto de partida imprescindível e diferenciador do território.



## 5. Considerações finais

Estamos perante um quadro de actuação e de processos condutores de apreciáveis transformações do meio rural, que potencia neste uma multifuncionalidade que diríamos “pós-moderna”, isto é, distinta da polivalência funcional implicada nas economias tradicionais do interior mas que se diferencia também da modernidade mais tipificada. De facto, a nova realidade pressupõe a ligação crítica da tradição, modernidade e inovação, desafiando pessoas e lugares para uma resiliência em novos moldes, induzida por uma maior articulação urbano-rural que nunca será consensualmente uma integração territorial. Mas trata-se de uma condição da **revitalização** do interior, reafirmada em planos e programas (incluindo a Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007- 2013).

Privilegiámos a abordagem ilustrativa do papel da sociedade civil organizada, qualificada e solidária, de cidadania activa estruturada com vocação emancipatória, nascida do inconformismo em contexto institucional e exercendo a «função empresarial necessária» (aquela que tem de surgir por via institucional, pública e/ou privada, por imperativos de interesse geral quando é insuficiente a força do empresariado de base individual – cf. Moreira, 2006). Trata-se de uma perspectiva de empreendedorismo socioterritorial (cf. Moreno, 2009a) para fazer face a meios profundamente carentes de uma mediação catalisadora de soluções ponderadas e (multi) participadas. Um dos maiores desafios, para cuja resposta

faltarão duradouramente meios (directos e nas condições de enquadramento), refere-se à capilarização de uma sociedade aprendente e exigente, para a construção dinâmica da sustentabilidade.

Como pensar prospectivamente e agir com antecipação, se as vulnerabilidades de curto e médio prazo escondem certas perspectivas aos decisores? Como patrimonializar e “entesourar” o interior da melhor forma, desenvolvendo nele melhores e mais cuidadas reservas (água, energia, biomassa) e recursos (amenidades, património valorizado, pessoas qualificadas) de sustentação territorial? Com novas âncoras na terra e o reforço de raízes na Serra, há que pensar e agir a montante dos problemas. Isto significa a necessidade de estimular uma apropriação mais partilhada do interior rural, nas dimensões do simbólico (em que há trabalho feito) mas também dos interesses materiais, que não são nem podem ser meramente privados e individuais...

<sup>13</sup> Exemplos: apoio à aquisição de equipamento para destilação e à construção de reservatórios para aguardentes; melhoria de instalações em caprinicultura; espaços de exposição/venda e outros apoios à comercialização de produtos locais (incluindo os turísticos); ampliação de um espaço de restauração, aquisição de um Minibus para “Circuitos Serranos”.

<sup>14</sup> A quarta edição da Feira e Assembleia Nacional do Desenvolvimento Local, numa parceria da Animar (cf. [www.animar-dl.pt](http://www.animar-dl.pt)), IN LOCO e Câmara Municipal de Tavira. No âmbito da comparticipação do LEADER II, a programação até 1999 permitia execuções / realizações até 2001.









**CATÁLOGO**

## 1. Planta “Ocupação islâmica na freguesia de Cachopo”

Reconstituição baseada na Carta Arqueológica da Freguesia de Cachopo de 2000, Maria Maia e Manuel Maia.

Parecem ter existido duas fases no povoamento serrano em época visigótica e islâmica. Numa primeira fase, centrada nos séculos VII e VIII/IX, terá ocorrido a continuidade da ocupação de algumas *villae* e de alguns casais e simultaneamente, terão aparecido alguns povoados de altura (Cerro dos Mouros) sendo que estes últimos não apresentam (à superfície) quer cerâmicas romanas quer cerâmicas vidradas muçulmanas.

A partir do califado (século X) assiste-se a um certo florescimento rural, traduzido no aparecimento de diversos alcariais com ocupação até à época almóada (séculos XII/XIII). Alguns destes alcariais estariam dispostos em torno de uma estrutura defensiva, a qual funcionaria como Torre de Atalaia.

No século XIII, e causadas pela Reconquista, assiste-se a migrações de populações muçulmanas em direcção ao que restava do Gharb al-Andalus, tendo estes movimentos populacionais levado a uma certa desertificação rural a que se seguiram dificuldades no repovoamento da região. [SC] [JC]

### Legenda

- ▲ Hunsun - Fortificação
- Alcaria - Povoado
- Necrópole - Cemitério





Masmorra

Alcarias Pedro Guerreiro

Montinho do Cravo

Casa Nova

Estevais

Cerro da Parra

Mealha

Navalha

Vale de Odre

Vale da Rosa

Anta da Mealha

Valeira

Cerro dos Mouros

Amoreira

Urzeira

Casinhas

Vale João Farto

Alcarias de Baixo

Casas Baixas

Cerro das Amoreiras

Cerro da Gineta

Cachopo

Garcia

Passa Frio

Corte Pequena

Currais

Cerro do Vale do Linho

Grainho

Azinhos

Estraga Mantens

Cerro das Mós

Larache

Seixo

Cerro da Eira da Capa

Cerro da Portela do Pau

Bernalfor

Alcarnicosa

Alcaria Alta

Relvais

Feiteira

Malhadinha

Varga

Mercador

Pero Chumaço

Castelão

Cortelha de Cima

Cerroles de Baixo



## 2. Telha com decoração



Material Cerâmica

Designação Telha digitada

Data Século XIII

Dimensão 0,45 (altura) x 0,21 cm (largura) x 0,15cm (espessura)

Proveniência Tavira

Proprietário Florian Fuhrmann

Local de Depósito Florian Fuhrmann

N.º de inventário FF-08-1-62

Desde a pré-história, a tradição antiga indígena dita a cobertura em palha de telhados inclinados com argamassa de barro, palha e junco. Também as lajes de pedra e – mais sofisticadas – as telhas em madeira eram usadas como cobertura para telhados.

Foram os romanos que adoptaram a técnica grega de produção de telhas em cerâmica e que a introduziram em todo o seu império<sup>1</sup>. Embora este material, muito dispendioso, possa não se ter tornado muito popular, por só ter sido usado em sumptuosos edifícios coloniais, a palavra em latim para telha, *tegula* (pl. *tegulae*), de *tegere* = cobrir, acabou por entrar nas várias línguas europeias. De *tegula* derivaram as palavras *telha* (português), *teja* (espanhol), *tuile* (francês), *tile* (inglês), *tegel* (holandês) e *ziegel* (alemão).

No entanto o que hoje vemos como coberturas de telhado comuns, nas regiões do sul europeu, não são propriamente herança romana. A *tegula* original era uma laje bastante grande, plana e oblonga, normalmente com cerca de 42x33 cm e 2,5 cm de espessura, mas também, ocasionalmente, muito maior, com saliências nos lados para formar um canal. As *tegulae* eram dispostas horizontalmente ao lado umas das outras e ligeiramente sobrepostas no sentido da inclinação. Os espaços entre as saliências eram cobertos com peças semi-cónicas sobrepostas de nome *imbrices* (vulgo *Imbrex*), de *imber* = chuva. Estas *imbrices* correspondem às telhas actuais e são exclusivamente usadas para colunas convexas e côncavas sobrepostas. A antiga cobertura de telha greco-romana pode facilmente ser disposta em traves, sendo suficientemente à prova de água e ao vento sem recorrer a grande quantidade de argamassa. O uso exclusivo de *imbrices* necessita de uma base de ripas (ou canas, como é prática no Algarve até aos dias de hoje) e não fica firme nem estável se não se juntar argamassa. Mas, obviamente, o ponto crucial é o peso. Uma cobertura em *tegula/imbrex* é 40% mais pesada do que uma cobertura de puro *imbrex*, e um peso e espessura menores requerem menos material, menos tempo de secagem, menos combustível e menos volume de transporte, assim resultando num corte de custos considerável.

Há indícios de que esta técnica de cobertura de telha já era usada no período romano tardio, mas não era prática comum cobrir os telhados de telha sob a influência



germânica, e na época de menor prosperidade no princípio da era medieval. No entanto, deve ter-se tornado popular durante o período islâmico visto que o anterior *imbrex* é agora conhecido como *teja arabe* em Espanha e como *telha mourisca* em Portugal. Em partes mais a norte da Europa, o uso de telhas semi-cónicas terá sobrevivido somente na arquitectura eclesiástica e por conseguinte designam-se normalmente por *mission tiles* em Inglaterra e ironicamente *Mönch und Nonne* na Alemanha, que significa “monge e freira”, sendo as telhas dispostas concavamente, as “freiras” e as dispostas convexamente, os “monges”, embora todas as telhas sejam iguais. Não foram só o custo mais baixo e a crescente riqueza geral, mas também as restrições para prevenção do fogo nas populosas cidades medievais, que promoveram o uso dos telhados de telha naqueles tempos.

No concelho de Tavira estas telhas ainda são manufacturadas pelo modo tradicional sob o nome *telhas de Santa Catarina*.

### Tipologia

A aparência de um *imbrex* ou *telha mourisca* não mudou muito durante os últimos dois milénios. Uma telha romana tinha cerca de 15mm, enquanto aquelas do período islâmico até aos nossos dias têm só 10mm de espessura, embora exemplares de 15mm também possam ser encontradas hoje nos telhados antigos. O comprimento/largura varia entre 37/15 a 48/21cm, provavelmente desde sempre. Supõe-se que as anteriores telhas islâmicas eram mais pequenas do que as posteriores<sup>2</sup>, mas a fig.1 mostra peças contemporâneas de tamanho diferente desde os séculos XII/XIII. As telhas actuais manufacturadas medem 41/17cm. A cobertura de barbotina não aparece nas telhas romanas ou islâmicas mas o tratamento da superfície da telha de Santa Catarina remonta pelo menos ao século XVI, como pode ser mostrado por objectos datados.

Um indício comum para uma telha mourisca seria a existência de linhas ondulantes e outras decorações calcadas na superfície com os dedos (telha digitada). Mas linhas ondulantes similares foram também encontradas em exemplares romanos, e, por outro lado, elas não aparecem necessariamente em cada telha islâmica. Talvez esta decoração seja uma marca da oficina como sucede com as telhas e tijolos militares romanos que costumavam ser marcados com selos da legião. Na Alemanha, a partir do século XII em diante, a denominada *Feierabendziegel* tornou-se comum, que eram mais ou menos decorados ou marcados com o selo do ano e que eram regularmente produzidos para finalizar um dia de trabalho. Duas ou três linhas paralelas atravessando a telha na borda frontal foram frequentemente encontradas em telhas islâmicas de Tavira. Como estas telhas não sustentam outras decorações e como as mesmas linhas podem ser encontradas num número de telhas *in situ* em telhados antigos, estas linhas podem ter uma função técnica – talvez para estabilizar a borda frontal. Se os exemplares romanos ou mouriscos podem ser encontradas nos telhados actuais ou não, é mera especulação.

<sup>1</sup> Neuberger, Alfred (1919), *Die Technik des Altertums*, Leipzig, Voigtländers/Reprint, pp.385-387

<sup>2</sup> Macías, Santiago (1996), *Mértola Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp.77-78



Fig. 1 – Telha digitada



O facto é que o período de vida calculado para as telhas dos telhados modernos é de cerca de 120 anos – dependendo de questões climáticas – mas alguns telhados de telha sob condições climáticas tão adversas como na Alemanha têm, supõe-se, cerca de 300 anos. E pode-se presumir que peças completas – de qualquer época e onde quer que sejam encontradas – foram bem vindas e reutilizadas pela população mais carenciada. Não há então certeza na datação arqueológica de ruínas de um edifício pelas telhas do telhado e vice-versa.

### A manufactura de telhas

A manufactura de telhas é um ofício arcaico que tem sobrevivido nalguns lugares, um deles sendo a área de Tavira. Pouca coisa mudou desde os primeiros tempos: o local de produção é sediado onde se encontra o melhor barro. Depois de extrair o material em bruto ele é esmagado, embebido em água, amassado com os pés intensamente e deixado a assentar. Depois, um bocado de barro é espremido à mão numa armação simples denominada *gavieira*, amaciada com uma raquetele de madeira, obtendo-se uma lastra lisa em forma de trapézio. Esta lastra de barro é então moldada num cepo, com a designação de *galapo*, para se obter a forma de um cone truncado longitudinalmente. Usualmente, é mencionado que este processo é executado em cima da coxa do artífice, mas tal não parece ser muito viável dadas as diferenças das formas corporais e o comprimento das telhas que podem medir até 46 cm. Depois da forma ter sido dada, a superfície convexa de uma telha típica de Santa Catarina é coberta à mão com barbotina branca (as pontas dos dedos deixam as riscas paralelas visíveis após a cozedura) antes de deixar a peça a secar. Após 2 dias (no Verão) as peças estão suficientemente secas para serem empilhadas no forno, que é alimentado a lenha, e também com cascas de amêndoa, pinhas ou bagaço de azeitona, que é combustível de alto valor energético. O processo de cozedura dura cerca de 24 horas.

À excepção do trabalho duro e pouco rentável de preparar o barro, que foi deixado para os moinhos de martelo e as feiras, o mesmo procedimento tradicional de fabrico de telhas foi mantido vivo ao longo do vale entre Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo, através dos tempos, pelo menos até aos finais do século XX. Embora desde então, nalguns lugares, equipamento moderno como máquinas de extrusão e fornos a óleo tenham vindo a substituir os antigos, muitas fábricas tiveram de fechar devido à falta de competitividade. No entanto, de quando em vez, o fumo negro de um forno mostra que o velho ofício de cozer ladrilhos e telhas ainda não desapareceu no concelho de Tavira e esperemos esteja a sofrer uma regeneração dado que cada vez mais construtores são atraídos para a atmosfera mais calorosa que rodeia os ladrilhos e telhas manufacturados e estão dispostos a pagar o preço adequado pelo duro trabalho de manufactura. [FF]



## Vestígios arqueológicos Museu Municipal de Tavira

Trabalhos arqueológicos levados a cabo pela equipa de Arqueologia da Câmara Municipal de Tavira identificaram estruturas habitacionais no Convento da Graça, correspondentes a um bairro intra-muros construído de raiz na segunda metade do século XII. Nas imediações deste bairro, na zona da Bela Fria, foram também identificadas estruturas habitacionais e artesanais correspondentes a um arrabalde, construído de raiz durante a primeira metade do século XIII.

A construção destes dois bairros e as dimensões do arrabalde, implantado desde as muralhas até, pelo menos, à Ermida de S. Roque, atestam o crescimento populacional e, conseqüentemente, urbano que a cidade sofreu nos últimos anos do domínio muçulmano no Gharb al-Andalus.

No decurso destas intervenções arqueológicas foram exumados diversos objectos ligados ao quotidiano das pessoas que aí residiram durante e após a ocupação almóada de Tavira, nomeadamente objectos em cerâmica ligados à confecção de alimentos (caçoilas e panelas) ou com o serviço de mesa (tigelas, jarrinhas), mas também um fogareiro [que para além de servir para cozinhar sobre ele, também poderia servir como *elemento de aquecimento junto dos braseiros* (GÓMEZ MARTINEZ, 1998:126)], um cantil [utilizado no transporte de água em viagem (*Ibidem*, 126)], fragmentos de talha, de pia de abluções, *et cetera*.

Foram igualmente exumados materiais de construção (telhas, ladrilhos, tijolos), e também objectos relacionados com as tarefas de tecelagem e fiação, nomeadamente, torres de roca, agulhas e cossoiros em osso trabalhado e pontas de fuso, agulhas e dedais em bronze.

Para além dos objectos ligados à vida no interior das casas foram identificados, no arrabalde da Bela Fria, objectos ligados ao abastecimento de água, nomeadamente alcatruzes e fragmentos de cano. Os primeiros apresentam forma fechada cilíndrica e estavam atados à nora através de cordas presas nos sulcos presentes no seu corpo, enquanto os segundos, seguramente associados à nora, serviam para conduzir a água e apresentam forma cilíndrica e base vazada.



### 3. Telha com decoração digitada

Fragmento de telha de canudo

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Cerâmica

Designação Telha digitada

Dimensão 13,2cm (altura) x 14,2cm (largura) x 15mm (espessura)

Proveniência Convento da Graça

Local de Depósito Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003362

Fabrico manual, cozedura oxidante (irregular).

Pasta heterogénea, de coloração variável, consistência compacta e textura vacuolar, com enps de dimensão média e grande, de frequência abundante e distribuição heterogénea. A superfície interna foi deixada grosseira, enquanto a superfície externa foi alisado.

Apresenta decoração digitada numa das laterais. [JC] [SC]



1 cm





## 4. Fogareiro

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Cerâmica

Dimensões 249mm (Ø bordo) x 158mm (Ø base) x 179mm (altura) x 7mm (espessura)

Proveniência Calçada de Santa Maria

Local de depósito Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00002729

Bordo introvertido, lábio triangular, corpo troncocónico invertido, base troncocónica com dois respiradores quadrados, fundo plano, duas asas verticais de secção com depressão longitudinal.

Fabrico a torno e manual, cozedura oxidante.

Pasta heterogénea, de coloração castanha (Munsell 7.5YR 5/3), consistência compacta e textura xistosa, com enps de dimensão pequena e média, de frequência abundante e distribuição heterogénea. Sobre a pasta da superfície interna foi aplicado engobe vermelho (Munsell 2.5 YR 5/6), enquanto que sobre a pasta da superfície externa foi aplicado engobe castanho avermelhado (Munsell 5YR 5/3).

Apresenta caneluras no corpo. No interior da base foram recolhidos dois pedaços de pasta cozida resultantes da abertura dos orifícios na parede que separa os dois corpos da peça. [JC] [SC]



## 5. Caçoila

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Cerâmica

Dimensões 271mm (Ø bordo) x 135mm (Ø base) x 70mm (altura) x 6mm (espessura)

Proveniência Convento da Graça

Local de depósito Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003363

Bordo vertical, lábio em aba, corpo troncocónico invertido, carena média suave, base plana, quatro asas verticais de secção elíptica.

Fabrico a torno e manual, cozedura mista.

Pasta heterogénea, de coloração castanho avermelhado (Munsell 2.5YR 4/3), consistência compacta e textura arenosa, com enps de dimensão pequena e média, de frequência abundante e distribuição heterogénea. Sobre a pasta de ambas as superfícies interna foi aplicado engobe castanho avermelhado (Munsell 2.5 YR 5/3). [JC] [SC]



## 6. Alcatruz



Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Cerâmica

Dimensões 163mm (altura); 4mm (espessura)

Proveniência Calçada de Santa Maria

Local de depósito Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003357

Corpo cilíndrico com estreitamento para encaixe na nora.

Fabrico a torno, cozedura mista.

Pasta heterogênea, de coloração impossível de aferir pelo Munsell soil color charts, consistência friável e textura vacuolar, com enps de dimensão média e grande, de frequência moderada e distribuição heterogênea. Sobre a pasta de ambas as superfícies foi aplicado engobe impossível de aferir pelo Munsell devido às concreções.

O corpo apresenta caneluras.

Apresenta paralelos em Moncarapacho, Olhão – Poço da Hortinhola (Gomes, 1998: 36). [JC] [SC]



Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Cerâmica

Dimensões 14,8mm (altura); 4mm (espessura)

Proveniência Calçada de Santa Maria

Local de depósito Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003358

Corpo bitroncocónico invertido com estreitamento para encaixe na nora, base plana.

Fabrico a torno, cozedura oxidante.

Pasta heterogênea, de coloração vermelha (Munsell 10R 5/6), consistência compacta e textura xistosa, com enps de dimensão média, de frequência moderada e distribuição heterogênea. Sobre a pasta da superfície interna foi aplicado engobe vermelho fraco (Munsell 10R 4/4), enquanto que sobre a pasta da superfície externa foi aplicado engobe castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/2).

O corpo apresenta caneluras.

Apresenta paralelos em Moncarapacho, Olhão – Poço da Hortinhola (Gomes, 1998: 38). [JC] [SC]



## 7. Tubo de rega

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Cerâmica

Dimensões 94mm Ø bordo; 107mm Ø base; 236mm (altura); 6mm (espessura)

Proveniência Calçada de Santa Maria

Local de depósito Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003361

Bordo introvertido, lábio plano, colo troncocónico recto, corpo cilíndrico, base vazada.

Fabrico a torno, cozedura mista.

Pasta heterogénea, de coloração vermelha (Munsell 10YR 4/8), consistência média e textura vacuolar, com enps de dimensão média e grande, de frequência moderada e distribuição heterogénea. Sobre a pasta da superfície interna foi aplicado engobe vermelho (Munsell 2.5YR 5/6), enquanto que sobre a pasta da superfície externa foi aplicado engobe vermelho (Munsell 2.5YR 5/6). [JC] [SC]



1 cm



## 8. Cantil de asas

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Cerâmica

Dimensões 32mm (Ø bordo) x Ø máximo 163mm x 190mm (altura) x 6mm (espessura)

Proveniência Calçada de Santa Maria

Local de depósito Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00002728

1 cm



Bordo extrovertido, lábio espessado ao exterior, colo troncocónico recto, corpo lenticular, duas asas verticais.

Fabrico a molde e manual, cozedura oxidante.

Pasta homogénea, de coloração vermelho claro (Munsell 2.5YR 6/6), consistência compacta e textura homogénea, com enps de dimensão pequena, de frequência moderada e distribuição heterogénea. Sobre a pasta da superfície interna foi aplicado engobe impossível de aferir pelo Munsell soil color charts, enquanto que sobre a pasta da superfície externa foi aplicado engobe castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/3).

Apresenta incisões no corpo. [JC] [SC]





## 9. Manuscrito

Designação Zahrat al-bustān wa nuzhat al-Adhān

Data séc. IX

Autor Hamdun Al-Isbili (século XI) também conhecido por Al-Tignari

Proveniência Biblioteca Nacional Rabat – Marrocos

Cota D 1579

Tradução do árabe do texto manuscrito do livro sobre Agricultura de: HAMDUN AL-IŠBILI (s. XI), também conhecido como AL-TIGNARI, Zahrat al-bustān wa nuzhat al-Adhān.

Manuscrito da Biblioteca Nacional, Rabat – Marrocos, n.º D 1579, p. 78

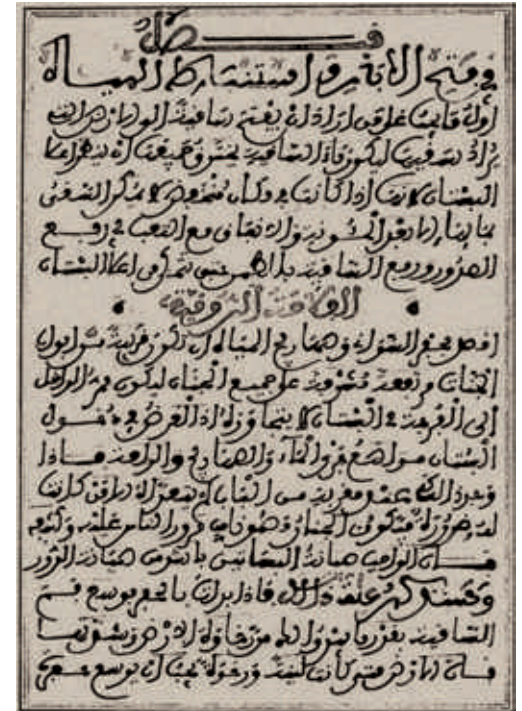
### CAPÍTULO

#### Abriu poços e estrair água

Para poder regar inteiramente um terreno, a primeira coisa que deve fazer quem quiser instalar uma acéquia é explorar a parte alta da horta, porque, se a fixar na parte baixa, as águas não conseguirão regar sem recursos, despesas e esforços, pois será necessário elevar os tanques de captação (*al-Sudūr*) e canalizar a acéquia usando taipas para a situar acima da horta.

#### Agricultura grega

Faz com que a instalação das azenhas e das alvercas fique perto dos acessos às hortas, nos pontos mais altos, desde os quais se dominam todas as plantações, para impedir a entrada de curiosos na horta, uma vez que, quem nela entrar, apenas estará interessado nos lugares por onde escorre a água, nas alvercas e nas áreas de lazer. Assim sendo, se as instalações ficarem perto da entrada, apenas passará além delas quem tiver necessidade de o fazer, de modo que a horta permanecerá protegida do ir e vir das gentes e afastada do seu olhar. É indispensável mostrar mais abnegação no cuidado das hortas do que no das casas, como iremos demonstrar a seguir. E se já começaste a escavar, dirige a boca da acéquia conforme a brandura ou dureza do solo permitir, pois sendo a terra mole e branda, será mister alongar a fossa. [AT]



## 10. Espaços urbanos e espaços rurais, dinâmicas de ocupação do solo e complementaridades

Data 2010

Conteúdos de base Alberto Corvo

Produção multimédia Jorge Rocha / Nerve Atelier de Design

Duração 15 minutos

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira



Percorrendo hoje, de preferência a pé e de olhar atento, alguns espaços periféricos, outros já completamente envolvidos pela malha urbana da cidade de Tavira, encontramos ainda particularidades paisagísticas diversas que constituem autênticas evocações de tempos históricos em que toda a cidade se encontrava rodeada de espaços de produção agrícola, hortas, fazendas e cercas conventuais, que lhe eram fundamentais à subsistência, sobretudo em períodos de grande desenvolvimento e inerente crescimento demográfico. Em tempos longínquos às facilidades de acondicionamento e transporte hoje conhecidas, a proximidade aos mercados era, sobretudo no que respeita aos produtos frescos mais perecíveis, um factor determinante, assim a qualidade dos solos e as disponibilidades hídricas o permitissem.

E se nalguns desses espaços podemos ainda encontrar a essência viva do que foram, porque mantêm hoje as suas funções produtivas, outros, esvaziados dessas funções, deixam ainda perceber o que terão sido, porque, apesar de semi-abandonados ou arruinados mantêm ainda muitas das estruturas construídas e antigas áreas de arvoredo e cultivo. Outros ainda, a maioria, engolidos pela voracidade urbanizadora, deixaram de sua memória apenas pormenores, que em grande parte, exceptuando aos entendidos, passam despercebidos: velhos troços de muros, restos de estruturas hidráulicas, casas arruinadas ou transformadas, algumas árvores poupadas ao derrube, referências toponímicas,... em vários sítios, nada, apenas um pequeno registo nas memórias de quem os conheceu.

Passar hoje o portão da Vila Flor da Rosa, uma das hortas sobreviventes e produtivas da Atalaia Pequena, é como passar uma linha invisível que num passo nos transporta da cidade para o campo e nos faz viajar no tempo. No seu interior, separados da cidade por um muro, percorremos o pátio fresco e florido e podemos observar o grande tanque, servido de água pela imponente nora, já sem os antigos engenhos, o grande armazém agrícola anexo ao casario e, estendendo-se até ao muro que a limita a sul, a horta, toda povoada de árvores de fruto e cultivada de hortícolas. É um dos espaços de evocação viva dessa antiga cintura agrária da cidade, mas já não lhe podemos chamar periférica. Para lá dos muros é já espaço urbanizado e terreno inculto à espera do betão. Não muito longe dali, ao fundo do antigo campo da Atalaia, entre a azinhaga para as salinas da



Foz e o antigo caminho dos moinhos de maré, também as hortas muradas do Cabeço e Caiada, essas ainda periféricas, porque para lá dos seus muros é espaço de salinas, mantêm vivas as antiquíssimas funções agrícolas, enquanto ali perto, a antiga Horta do Roxo serve agora de depósito de entulhos e só as ruínas da casa e da nora guardam memória da sua existência como horta. Junto ao extremo oposto do mesmo campo da Atalaia, a simbólica Horta do Bispo, atestada pelo Foral Velho de Tavira como “herança” moura, resistente até ao actual século, sucumbiu também ao valor especulativo do solo urbanizável e resume-se já a pouco mais que uma referência inscrita na pedra junto a um pórtico. Do outro lado do rio, a horta do convento de S. Paulo onde a erva bravia cresce sem impedimento entre o arvoredado do velho pomar de sequeiro, assemelha-se a uma ilha de verde na iminência de ser submersa pelas construções que a cercam. Também aí, há muito que o tecido urbano se consolidou, engolindo progressivamente as “ilhas de campo” que restavam. Ainda na margem esquerda, quem quiser encontrar algum vestígio da outrora imensa cerca do Carmo terá de se contentar com algum troço de muro ainda conservado ou alguma árvore esquecida nas orlas da densa urbanização ali implantada, enquanto da azinhaga do poço de Vaz Varela já mais não resta que o próprio poço.

Os exemplos atrás referidos ilustram diferentes estádios evolutivos (de manutenção, degradação, reconversão...) de antigos espaços rurais periféricos à cidade. Se nos afastarmos mais, em direcção às freguesias vizinhas, percorrendo espaços rurais, o cenário não é diferente: também aí podemos encontrar, desde espaços onde as memórias físicas das antigas ocupações do solo são muito pobres ou inexistentes, a outros onde as referências a *Terra de pão e arvoredos, Figueiral, vargens cultivadas...* inscritas na cartografia de Sande Vasconcelos, continuam a fazer todo o sentido e poderiam ser actuais.

### Produção multimédia

Para esta produção multimédia reuniu-se um conjunto de documentos cartográficos históricos, fotografias e cartografia digital produzida especificamente para este fim e construiu-se uma sequência de imagens graficamente elaboradas no sentido de orientar o olhar do observador para as áreas rurais e respectivos contrastes e complementaridades espaciais com as áreas urbanas e áreas húmidas próximas (sapais, salinas e caldeiras de moinhos de maré). A sequência reflecte, além da diversidade de olhares sobre um território comum, uma série de transformações na ocupação espacial e a importância relativa que em épocas e circunstâncias diversas se atribuiu aos elementos representados, deixando espaço à própria interpretação do leitor.

Sendo uma projecção de imagens dinâmica, optou-se pela inclusão de níveis de informação limitados ao estritamente necessário à percepção da localização dos elementos destacados, recorrendo a informação textual directa sobre as áreas em destaque (em grande parte um simples reforço da informação que consta dos documentos mas pouco perceptível ou sem destaque temático) e à aplicação de manchas de cor



transparente, verde e azul, facilmente identificáveis, por associação de ideias com áreas rurais e áreas húmidas. Apenas nas peças finais, de cartografia digital, se recorreu a uma sintética legenda explicativa. Sobre a cartografia histórica, a informação complementar está entre (). [AC]



Cidade de Tavira, século XVI.

Base: *Planta da cidade de Tavira*, de Leonardo di Ferrari, 1645 (desenhada com base numa outra planta, de autor desconhecido, a que Luís Fraga da Silva atribuiu datação de 1542 a 1568), publicada em *Plantas de diferentes plazas de España, Itália, Flandres y las Indias*;

Território litoral entre Tavira e o Forte de S. João, Cabanas, finais do séc. XVIII.

Base: *Borrão de Campo de huma légoa d'suburbios orientaes de Tavira*, de José de Sande Vasconcelos, 1790/1795;

Território litoral entre Tavira e Luz, finais do séc. XVIII.

Base: Extracto parcial (*Suburbios Occidentaes*) de Carta Parietal de José de Sande Vasconcelos, 1790/1797;

Cidade de Tavira, finais do séc. XVIII.

Base: *Borrão do alçado da planta de Tavira visto da parte do Nascente para o Occidente*, de José de Sande Vasconcelos, 1786/1790;

Cidade de Tavira, finais do séc. XVIII.

Base: *Planta da cidade de Tavira*, de José de Sande Vasconcelos, cópia de 1800 (original - 1795/1800);

Cidade de Tavira no início do séc. XX.

Base: *Planta da cidade de Tavira*, do Regimento de Infantaria nº 4, 1913; (Fig. 1)

Cidade de Tavira em meados do séc. XX.

Base: Fotografia aérea, de autor desconhecido, provavelmente de finais da década de 50.

Tavira e freguesias próximas (parcela do território concelhio definida a sul pela linha de costa e pelas seguintes distâncias a partir do centro da cidade: 5,7 km para N; 5 km para E e 10,5 km para O).

Base: Cartografia digital temática (relevo, geomorfologia e ocupação do solo), de Alberto Corvo, 2010. (Fig. 2)

Fontes: Carta Militar de Portugal, folhas 599 e 608, escala 1:25 000, SGE; Carta Geológica da Região do Algarve, escala 1:100 000, SGP; Mapa Corine Land Cover 2006, APA.



## 11. Documentário “Cidade e Mundos Rurais. Tecnologias agrárias e formas de habitar”

Data 2010

Realização Jorge de Sá

Coordenação Marta Santos

Guião Alberto Corvo, Marta Santos

Participação Ahmed Tahiri, Alberto Corvo, Carminda Cavaco, João Vieira Caldas, Luís Filipe de Oliveira, Miguel Reimão Costa

Duração 20 minutos

Propriedade Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

O território regista desde tempos passados uma fortíssima relação entre a cidade e o mundo rural, registando as relações das sociedades agrárias com a exploração de recursos naturais e agrícolas.

Barrocal, uma das três grandes unidades geomorfo-ecológicas na divisão sub-regional do Algarve - Litoral, Barrocal e Serra – existente numa faixa longitudinal que





atravessa todo o Algarve até Espanha, caracterizada por áreas planas e de solos espessos e férteis, onde se talharam grandes unidades fundiárias, e que ainda hoje marcam a paisagem com o seu geometrismo e dimensão parcelar.

O povoamento da serra de Tavira inscreve-se numa subunidade com características próprias que poderão ser reconhecidas, não apenas a partir das condições biofísicas, mas também das circunstâncias históricas associadas ao processo de ocupação do território, de uma área significativa das montanhas de xisto que se estendem entre o Alentejo e o Algarve, desde o Guadiana ao Atlântico.

Unidades de paisagem que terão diferentes formas de exploração dos recursos naturais e que tornarão permanentes a relação entre cidade e mundos rurais.

As tecnologias hidráulicas do período islâmico revolucionaram os métodos de captação, condução e armazenamento de água, os sistemas de rega inovadores permitiram uma agricultura produtiva instalada em hortas urbanas que converteu vastas superfícies agrícolas e abasteceu os mercados urbanos com produtos frescos.

Uma revolução agrária que havia sido operado em todo o Andaluz, e que os achados arqueológicos, a terminologia de origem árabe e manuscritos árabes do século XI evidenciam.

No manuscrito de agronomia de Al-Tignari<sup>1</sup> do século XI, constata as metodologias das técnicas agrárias, orientando a condução dos terrenos férteis, e da água para as hortas, constatando o interesse na água subterrânea, na captação das fontes hídricas e na construção desse sistema complexo de abastecimento e distribuição de água em esforços continuados de extensão da zona de regadio.

A época medieval manterá os cultivos de frescos com o pomar de sequeiro - alfarrobeira, amendoeiras, figueiras, vinha – em relação directa com a posição marítima, sendo que a maior parte da produção se destinava à exportação.

As ocupações serranas no período medieval desenvolvem-se pela importância da pastorícia e, provavelmente pela exploração mineira, devido à existência de alguns filões de ferro, e que já tinham sido explorados em períodos anteriores.

Alguns topónimos, distribuídos ao longo da serra, evidenciam a existência de povoados organizados e permanentes, informando dos seus usos, como a *passagem do gado*, *carris de vacas* e as várias *cortes*.

O mundo rural na época medieval manterá também relações de interdependência com o litoral, com o fornecimento de mato e de lenha, alimentando a cidade de Tavira, quer através da produção de carvão, quer para o consumo das cozinhas urbanas, e aquecimento das habitações.

A este território estarão associados diferentes formas de habitar.

No Barrocal, os seus habitares encontram-se dispersos pelos campos agrícolas do Baixo Algarve formando uma apertada rede de vizinhança nos arredores dos centros urbanos, onde abundavam as hortas, as espécies de pomar de citrinos e de sequeiro, formando uma apertada rede de vizinhança com os centros urbanos.



Unidades habitacionais que correspondem ao núcleo edificado – habitação e construções de apoio às actividades produtivas – necessárias para o funcionamento de uma unidade agro-pecuária auto-suficiente, na sua relação com o território em que se insere.

Será também uma ocupação que se intensificou no século XV e que profundas relações teve com a cidade de Tavira, na importação de modelos arquitectónicos, como o caso dos telhados de tesouro, as cantarias de pedra, a chaminé rendilhada e até mesmo o uso da açoteia.

Será após o XVIII que a habitação terá também o uso de *quinta de recreio*, estabelecendo uma relação com a zona agrícola, normalmente associando um pátio dianteiro ou um terraço.

Na serra, os assentamentos procuram fixar-se junto a ribeiras, ou a meia encosta ou em zonas de cumeada, em áreas mais favoráveis para as práticas agrícolas, com solos mais fundos. A implantação das fundações das construções irá ocupar o esporão rochoso, que usualmente domina a paisagem em seu redor.

Os povoamentos serranos caracterizam-se pela agregação de construções de diferentes proprietários, num processo de sucessiva agregação de células, que marcará não apenas o crescimento de uma determinada habitação mas a relação entre as habitações de diferentes proprietários, conformando uma estrutura intrincada que se poderá estender em todo o aglomerado.

A unidade de habitação da arquitectura rural da serra encontra-se quase sempre reduzida ao essencial, reflectindo as condições adversas que, de um modo geral, envolviam as economias locais.

Até finais do século XIX, os conjuntos edificados seriam constituídos na sua maioria com os recursos a materiais locais ou produzidos na serra. Serão a partir dos finais do século XIX, que os povoamentos serão influenciados com modelos e sistemas construtivos oriundos do Baixo Algarve e zona Litoral, introduzindo os revestimentos, a açoteia ou a chaminé mas elaborada e pontualmente coroada com platibanda. [MS]

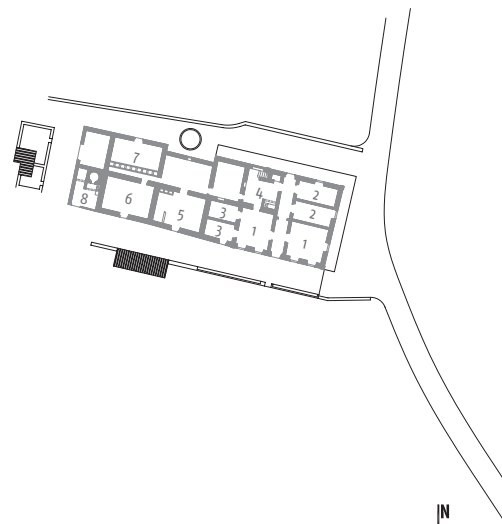
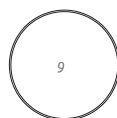
<sup>1</sup> AL-TIGNARI. *Zahrat al-bustân wa nuzhat al-adhân*. Biblioteca Nacional de Rabat, Marrocos, Cota n.º D1579, p.78.



## 12. Arquitecturas do Baixo Algarve: o caso do monte na Sinagoga

Casa rural representativa do tipo genericamente designado, no barrocal, por *monte*. É uma construção de planta grosseiramente rectangular, virada a sul, constituída por duas secções de épocas distintas que funcionavam como uma unidade. A secção maior e mais antiga, a poente, corresponde a uma edificação tradicional (com telhados de duas águas e vãos sem guarnições) com as habituais marcas de um crescimento faseado. A secção mais moderna, a nascente, corresponde a uma remodelação e ampliação de finais do século XIX que deve ter integrado um troço da parte habitacional do corpo primitivo.

1. Sala
2. Quarto
3. Alcova
4. Cozinha
5. Armazém
6. Palheiro
7. Ramada
8. Casa do forno
9. Eira





Na secção mais antiga conservaram-se as dependências de apoio (*ramada*, palheiro, armazém, celeiro, casa do forno, etc.). A secção mais recente contém apenas compartimentos habitacionais e destaca-se pela fachada delimitada por pilastras e rematada por cornija e platibanda (com a data 1898 inscrita). É atravessada ao meio por um corredor com a cobertura em terraço (acessível pela cozinha), ao lado da qual emerge um telhado de quatro águas do tipo *telhado de tesouro* que cobre um conjunto de três compartimentos.

Toda a edificação é construída em alvenaria de pedra calcária rebocada e caiada (o troço correspondente à *ramada* e ao palheiro não é rebocado nem caiado pelo interior). As pilastras, as decorações da platibanda e os prolongamentos decorativos sob a cornija são em argamassa caiada. As molduras da porta e das janelas são em cantaria.

Quase toda a fachada sul é acompanhada por um *pátio* empedrado, com o respectivo murete aberto nos extremos e interrompido por uma cancela à frente da porta principal. O murete inclui dois bancos corridos (um de cada lado da cancela) que definem rigorosamente os limites da parte habitacional. Em frente à parte utilitária do *monte* apoia-se no murete uma pequena correnteza de anexos (capoeiras e casota do cão). Os *pocilgos* ficam a poente, completamente separados da edificação principal. Do mesmo lado, mas mais afastada, encontra-se a eira.

O *monte* constituía o núcleo construído de uma fazenda onde predominava o pomar de sequeiro com as suas amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras, entre as quais o cultivo de cereais alternava com o das leguminosas. [JVC]



### 13. Arquitecturas serranas: o caso do monte Beliche de Cima

Ao longo das margens da ribeira do Beliche, antes ainda do seu curso se aproximar da Foz no Guadiana a sul da aldeia do Azinhal, poderemos encontrar alguns dos pequenos aglomerados que conformam a ocupação da serra de Tavira. O monte do Beliche de Cima sintetiza, de algum modo, a situação e morfologia desses assentamentos que tenderão a ocupar uma cabeceira sobranceira às margens da ribeira, num lugar em que os vales encaixados se abrem numa pequena superfície aluvionar que, associada à presença de uma linha tributária, é particularmente favorável às culturas das hortas. A implantação dos diferentes conjuntos edificados resultará, a partir da reconfiguração do percurso de fecho, na tendência de localização das habitações na área central do aglomerado e dos palheiros e estábulos com estrumeira no limite exterior de transição para as hortas. A construção do monte está marcada pela preponderância de um processo de sucessiva agregação de células que resultará, em cada conjunto, numa organização circunstancial dos diferentes planos da cobertura. Se nalguns casos, todos os compartimentos de uma habitação se poderão encadear numa mesma unidade, de um modo geral, tenderão





a dispersar-se por diversos conjuntos edificados no interior do monte, conferindo ao espaço exterior uma dimensão doméstica, acentuada pela presença dissociada dos fornos de pão. Um outro tema que converte Beliche de Cima num bom exemplo para a caracterização da arquitectura da Serra está relacionado com a presença dos palheiros de planta circular que, geralmente, se concentram junto das eiras, num afloramento próximo do monte. É também o que ocorre, no presente caso, em que parte dos *palheiros bicudos*, como são aqui designados, formam um alinhamento ao longo do percurso de acesso às eiras localizadas a norte, alguns dos quais conservando, ainda hoje, a cobertura cónica de colmo. [MRC]



Planta monte Beliche de Cima. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2004 por Alexandre Miguel Costa, Eugénia Rodrigues Teixeira, Fernando Vítor Ribeiro, Marta Rodrigues dos Santos, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia

## 14. Materiais construtivos

A arquitectura vernácula da região oriental da serra do caldeirão caracteriza-se por um vínculo fortíssimo ao território, aproveitamento e maximizando os recursos existentes, revelando um conhecimento profundo dos ciclos vegetativos das espécies vegetais, interpretando os seus ciclos de vida, e das transformações associadas aos materiais minerais como o xisto, o calcário ou o barro.

Mestres construtores e habitantes desenvolveram um conjunto de técnicas construtivas ao longo dos tempos através da sua experimentação continuada, tendo por base o conhecimento profundo dos recursos disponíveis, da extracção e transformação das matérias – primas constituintes, da aplicação e da utilização empírica da compatibilidade entre os materiais.

### **Xistos: *pedra azul*, *pedra parda*, *talisca***

Os solos serranos são constituídos na sua grande maioria pelo xisto, designação genérica de rochas metamórficas, com características laminares susceptíveis à erosão e pouco permeáveis, apresentando solos delgados, pedregosos, argilosos e ácidos.

Xistos que se podem apresentar com maior brandura ou maior rijeza e que serão aplicados de acordo com o elemento construtivo em execução: alvenarias, muros, vãos, pavimentos, capeamentos, e embora menos vulgar, também em algumas coberturas em abóbada de pequenos fornos comunitários.

Rochas que apresentam características relativamente diferentes: a *pedra azul*, utilizados preferencialmente para a execução de calçadas e paramentos exteriores de alvenaria por apresentarem maior resistência; os designados por *pedra parda*, de menor resistência que a anterior; e a *talisca* que se apresenta bastante laminar, que desagrega com bastante facilidade, e que será utilizada preferencialmente em enchimentos de alvenarias e da introdução na própria terra aplicada na *taipa*, conferindo maior resistência às paredes de terra crua.





### Dos calcários à *cal branca* e à *cal parda*

A rocha calcária da qual constitui a matéria-prima para a produção de cal, é composta maioritariamente por carbonato de cálcio, com maior ou menor grau de pureza, que quando submetidas no forno de cal a uma temperatura aproximada de 800°C, se transformam em cal, o ligante privilegiado na execução de argamassas, revestimentos e caiações da construção.

Estes calcários duros existem numa estreita faixa longitudinal que atravessa todo o Algarve e que se estende até Espanha. Será nessa faixa onde se localizariam os fornos de cal, tratando-se em geral de fornos de exploração em terrenos familiares ou arrendados, localizando-se na proximidade da matéria – prima e da lenha para a combustão, e que garantiam a produção de *cal branca* (utilizadas preferencialmente para nos revestimentos) e de *cal parda* (utilizada preferencialmente em argamassas de assentamento), que depois de transformada e devidamente ensacada, seria comercializada.

Após o processo de cozedura, a cal seria ainda submetida ao processo de hidratação – referido como *apagar a cal* ou *abrir a cal* – realizado por diferentes técnicas – hidratação espontânea, imersão, fusão e aspensão – sendo o método seleccionado pelo mestre construtor e de acordo com a sua aplicação em obra.

A adição de agregados à cal, através da selecção criteriosa de areias de diferentes granulometrias, recolhidas preferencialmente em leitos de ribeiras, e a introdução de pigmentos naturais (extraídos de terras corantes locais) ou artificiais, resultariam em argamassas de cal na execução de diversos revestimentos como os barramentos, fingidos, esgrafitos e grafitos, trabalhos de massa, caiações e pinturas.





### Barreiras, barros e peças de construção

Terras argilosas predominantes do Barrocal, características de solos com elevado teor de minerais de argila, que em contacto com a água se converte em pasta plástica, que endurece em contacto com o ar e que enrijece ao ser cozido a uma temperatura superior aos 1100°C.

Será nas faixas de transição entre a Serra e o Barrocal que predominam os solos com teores de argila elevados, e que favoreceu o aparecimento de pequenas indústrias artesanais de telheiros, marcando a dinâmica económica de alguns povoamentos, como Santa Catarina da Fonte do Bispo, privilegiada pelas relações com o Barrocal e com a proximidade aos núcleos urbanos do Litoral.

Também na Serra existiriam um conjunto de telheiros, menos abundantes, na proximidade de alguns povoamentos, que foram gradualmente desaparecendo no início do século XX, quando começou a ser mais recorrente a comercialização de produtos cerâmicos vindos do Baixo Algarve.

Estes fornos permitem a fabricação de peças essenciais nos sistemas construtivos da arquitectura vernácula: as telhas de canudo, para a execução de coberturas e remates de chaminés; os ladrilhos para os pavimentos, revestimentos de poiais e remates de cobertura; o tijolo maciço para o guarnecimento de vãos e construção de arcos, abóbadas, chaminés e fornos de pão.

O processo de cozedura das peças de barro corresponde a diversas fases. É iniciado pelo aquecimento gradual de toda a câmara de cozedura, processo de duração aproximada de 6 horas, favorecendo a secagem de todas as peças, processo essencial para evitar as fissurações das peças durante o processo de cozedura.

Posteriormente é iniciado o processo de cozedura, com extenuantes períodos de atijamento do fogo com lenha de rápida combustão, atingindo temperaturas aproximadas de 1100°C, intercalados com curtos períodos de descanso, num processo continuado e repetitivo que dura cerca de 18 a 26 horas.

A aferição da temperatura do forno é permanentemente ajustada pelo *mestre-de-telheiro*, através da observação directa do nível de dilatação do material da fornada.

A fornada é dada por terminada após o período de incandescência de todas as peças durante um determinado período e que corresponde à conclusão do processo de modificação da estrutura química da argila em material cerâmico inerte.

Em estado *cru*, tem a função de argamassa de assentamento de alvenarias de xisto, de revestimento de paramentos, ou ainda no isolamento de coberturas.





### Os materiais de origem vegetal: as madeiras, as varas, os feixes e os elementos de atar

Elementos vegetais que se encontram disponíveis no território, de crescimento espontâneo ou de cultivo, e que seriam seleccionados, recolhidos, preparados e aplicados num esforço continuado da actividade agrícola e de constante adaptação ao meio.

As madeiras de espécies arbóreas e arbustivas de maior porte seriam seleccionadas para a execução de elementos construtivos de maior exigência estrutural e durabilidade, como as vergas de vãos, coberturas, engenhos de moagem e carpintarias. Aproveitando o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), a oliveira (*Olea europea*), o pinheiro (*Pinus pinea* e *Pinus pinaster*) que seriam as espécies mais comuns anteriores às profundas transformações no coberto vegetal arbóreo que cobriria a Serra antes do avanço das áreas arroteadas para a criação de zonas agricultáveis. A partir da década de 40 do século XX, a utilização do eucalipto (*Eucalyptus sp.*) tornou-se o material arbóreo mais disponível para a construção.

Seriam também utilizadas as espécies vegetais que crescem espontaneamente no território, auxiliada pela existência de uma densa rede de drenagem superficial, serpenteando a acidentada região serrana, e unindo-se em inúmeros cursos de água, e muito embora se mantêm com pouco caudal nos períodos de ano de maior secura, consegue manter as espécies necessárias utilizadas na construção da habitação, como a cana (*Arundo donax*), o loendro (*Nerium oleander*), o saíço (*Saliz sp.*), a tabúia (*Typha sp.*), dos quais se aproveitavam as varas preferencialmente para funções de revestimento, de remate e de fixação.

As coberturas revestidas a telha de canudo, utilizariam o caniço como forro e para fixação das fiadas de telha. As canas seriam dispostas perpendicularmente à estrutura de madeira, e fixadas entre si com elementos de atar (designados também por *baraços* ou *baracinhas*), de algumas herbáceas como a palma (*Chamaerops humilis*) ou o esparto (*Stipa tenacissima*), espécies mais recorrentes no Baixo Algarve, ou as fibras vegetais da piteira (*Agave americana*), ou a junça (*Cyperus sp.*) em abundância na zona serrana. [MS]



## 15. Tavira e os sistemas de moagem

*Carta Topographica dos salgados, e sapaes da parte Occidental da Cidade de Tavira capazes só para Marinhas, divididas estas com o seo competente numero de talhos, e com os seos competentes viveiros, e depozitos, tirada por Ordem, Do ILLmo. e Exmo. Snr. D. Joze Francisco da Costa e Souza. Armador Mor de Sua Mag. Governador, e Cappitao General deste Reyno do Algarve.*

Carta Manuscrita e colorida

**Autor** José Sande de Vasconcelos (e colaboradores)

**Data** 1773

**Dimensão** 2,35 x 1,12 m

*"Petipé de 1 200 palmos" = 188 mm*

**Propriedade** Instituto Geográfico Português

**Cota** CA263 | IGP

O litoral ocupa um lugar de destaque na produção cartográfica realizada em Portugal ao longo dos séculos, reflexo da relevância económica, estratégica e militar assumida por uma orla marítima com cerca de 1 000 Km de extensão.

Moinho da Forca, Tavira





A elaboração de mapas incidindo sobre as regiões costeiras obedeceu a múltiplas finalidades e foi orientada para dar resposta a objectivos concretos, incluindo a necessidade de promover a fortificação de espaços considerados mais vulneráveis ou estrategicamente mais importantes prevenindo ataques de potências inimigas, ou visando garantir um mais eficaz aproveitamento dos recursos existentes, incluindo os recursos hídricos e as estruturas portuárias, o que deu origem à execução de uma significativa série de levantamentos cartográficos que abrangem praticamente toda a linha de costa nacional, os quais constituíram um instrumento essencial à realização de obras de defesa, de engenharia portuária, de hidrologia fluvial ou ainda, em época mais recente, à construção de acessos e de vias de comunicação. A produção cartográfica acompanha e reflecte, deste modo, as vicissitudes de carácter político e militar, bem como as orientações e estratégias seguidas pelo poder régio no sentido de promover o controlo político e fiscal, bem como a exploração económica do território.

A governação pombalina correspondeu a um período de intensa produção cartográfica, impulsionando-se a realização de levantamentos topográficos das principais praças-fortes da fronteira terrestre e marítima. A guerra travada com Espanha em 1762 e a continuação dos atritos entre os dois reinos ibéricos em torno da disputa de soberania relativamente à Colónia do Sacramento aconselhavam ao reforço não só da vigilância, como também dos dispositivos de defesa nas fronteiras.

De facto, neste contexto, a costa algarvia mereceu grande destaque, registando-se a presença de diversos engenheiros militares na região<sup>1</sup>, entre os quais se salienta José

<sup>1</sup>Francisco António Dias Brabo, “José de Sande Vasconcelos – engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII” in *Stilus*, nº 6-7, Janeiro/Dezembro de 2004, pp. 161-168.



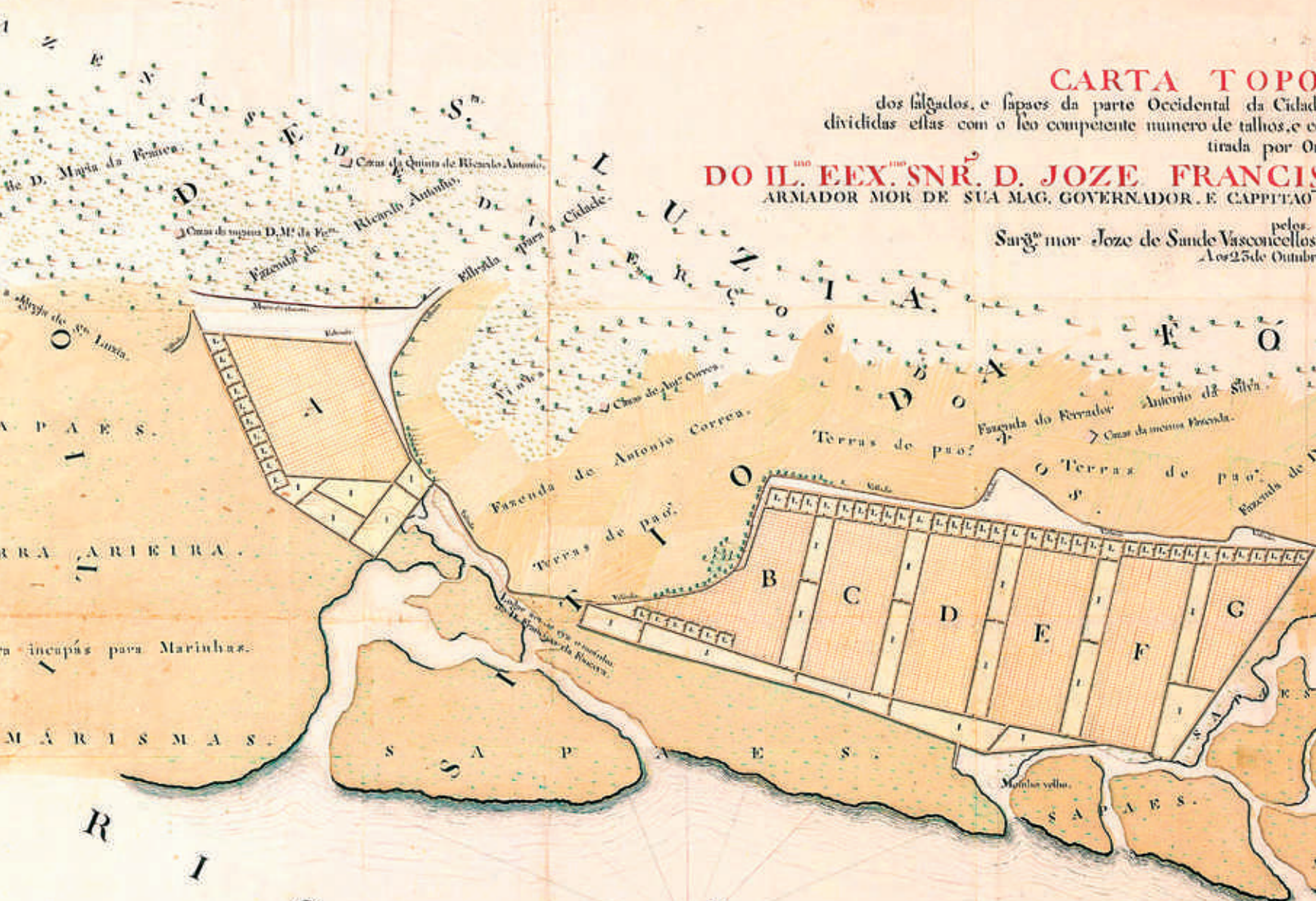


# CARTA TOPO

dos salgados, e sapas da parte Occidental da Cidade divididas ellas com o leão competente numero de talhos, e o tirada por Or

**DO IL.<sup>mo</sup> EEX.<sup>mo</sup> SNR. D. JOZE FRANCIS**  
ARMADOR MOR DE SUA MAG. GOVERNADOR. E CAPITAO

Sarg.<sup>o</sup> mor Joze de Sante Vasconcellos  
pelos  
Aos 25 de Outubro



## EXPLICAÇÃO

do numero de talhos, que contem as Marihuaz, projectadas nesta Carta.

AMarihuaz A. tem	396. talhos.
dita B. tem	328. ditos.
dita C. tem	686. ditos.
dita D. tem	720. ditos.
dita E. tem	695. ditos.
dita F. tem	787. ditos.
dita G. tem	588. ditos.
dita H. tem	19001. ditos.
<b>Somma</b>	<b>59771. ditos.</b>

## EXPLICAÇÃO

das cores que leuão os planos desta Carta.

Os planos projectados para Marihuaz, vão de amarelo.  
As Marihuaz do Dez.<sup>o</sup> e todas as obras de pedra e cal, de encanando.  
Os sapas, terras de paó, e fazendas de verde.  
O Mar, e todos os planos com água, de azul.



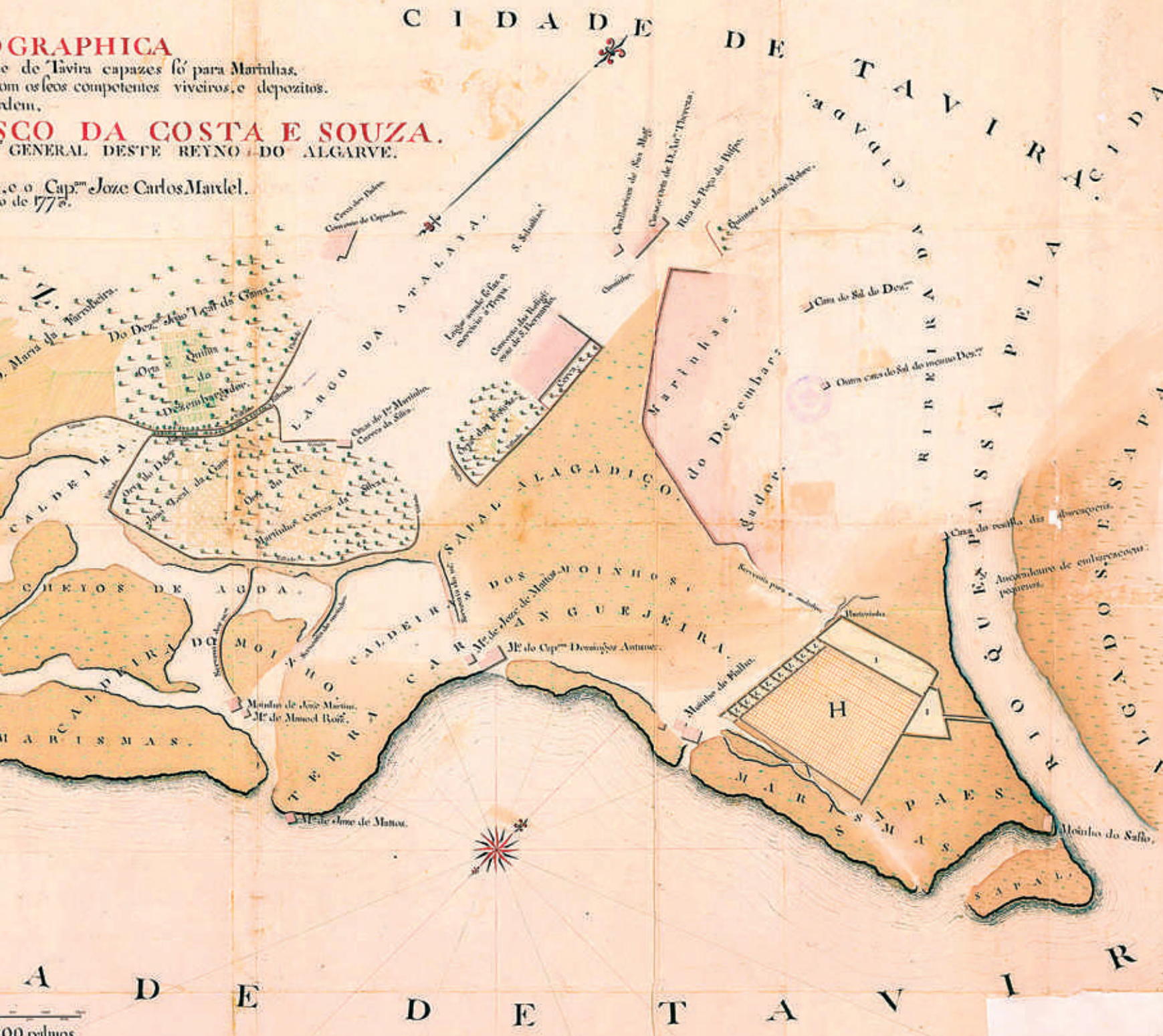


**GRAPHICA**

de Tavira capazes fô para Marinhãs,  
com os seus competentes viveiros, e depozitos.  
idem.

**CO DA COSTA E SOUZA.**  
GENERAL DESTA REYNO DO ALGARVE.

o Cap<sup>m</sup> Joze Carlos Mardel.  
o de 1778.



00 palmos.

de Sande Vasconcelos (c. 1730-1808), formado na Aula de Fortificação de Lisboa. Tendo chegado ao Algarve em 1772, aí viria a realizar durante mais de trinta anos um extenso conjunto de trabalhos. A vasta experiência desenvolvida justificou a sua nomeação, em 1796, como lente da cadeira de Engenharia do Regimento de Infantaria de Faro, com quartel em Tavira, bem como a nomeação como membro da “Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hydrograficas, Geográficas e Militares”<sup>2</sup>, criada por Alvará de 30 de Junho de 1798, no mesmo contexto em que surgiram outras instituições de que são exemplo a Academia Real das Ciências (1779) ou a Academia Real das Fortificações, Artilharia e Desenho (1790), correspondendo ao crescente interesse do poder central na ordenação do território, o que pressupunha a produção de informações precisas que fundamentassem as estratégias a implementar<sup>3</sup>.

Datam de 1773 as primeiras cartas assinadas por Sande Vasconcelos após a sua chegada ao Algarve. Entre estas, encontram-se dois espécimes referentes a Tavira: *a Carta Topográfica dos Salgados, e sapaes da parte Oriental da Cidade de Tavira, que são capazes só para Marinhas, divididas estas com o seo competente numero de talhos, e com os seos competentes viveiros e depozitos*, datada de 9 de Outubro de 1773, e a *Carta Topográfica dos Salgados, e sapaes da parte Occidental da Cidade de Tavira capazes só para Marinhas, divididas estas com o seo competente numero de talhos, e com os seos competentes viveiros, e depozitos*, datada de 23 de Outubro seguinte. Viriam a ser complementadas com a produção, entre 1773 e 1774, do *Mappa das Terras do Almargem*. Este conjunto de cartas fornece-nos importantes informações sobre o termo de Tavira, as quais só poderão ser cabalmente interpretadas quando contextualizadas no quadro das estratégias económicas encetadas pela governação pombalina em relação ao Algarve, traçadas num momento de recessão económica.

De facto, a quebra da produção aurífera ocorrida no Brasil na década de 60 do século XVIII traduziu-se numa crise comercial com impacto desfavorável na nossa balança de pagamentos e provocou uma diminuição substancial dos rendimentos do Estado. A fim de obviar a esta situação, as orientações da política económica definida por Sebastião José de Carvalho e Melo consistiram quer em fomentar as indústrias nacionais, quer em dotar de maior eficácia a máquina fiscal.

Em relação ao Algarve, as decisões que viriam a ser tomadas fundamentavam-se em sucessivos relatórios enviados por corregedores e magistrados, os quais davam conta da existência de situações de incumprimento de obrigações fiscais, de actividades de contrabando em torno da actividade piscatória, da decadência em que se encontravam as almadras e do peso excessivo que Espanhóis e Ingleses haviam assumido no controlo das actividades comerciais<sup>4</sup>. Assim sendo, e procurando tirar partido das potencialidades e recursos existentes na costa algarvia, capitalizando-os face aos interesses nacionais, o governo pombalino irá legislar no sentido de implementar uma reorganização económica do sector pesqueiro na região, o que aliás se assumirá como reacção à adopção de medidas por parte da Coroa espanhola visando o desenvolvimento



das pescarias na Andaluzia ocidental, no âmbito das quais se encorajava a transferência de tecnologia e da mão-de-obra especializada instalada no Algarve e se dificultava em simultâneo a importação de peixe salgado a partir de Portugal. Nesse sentido, a questão das pescas, entendida como estratégica para o Algarve, foi encarada de forma abrangente. Por um lado, foi constituída em 1773 a Companhia Geral das Pescarias Reais do Reino do Algarve, implementando um controlo monopolista da Coroa sobre a actividade piscatória numa região onde esse sector era especialmente lucrativo, em parte graças à presença de espécies piscícolas como o atum ou a corvina. Esta medida foi precedida, por outro lado, da nacionalização da produção salineira tendo em vista o seu incremento, de forma a garantir a sustentabilidade da conservação de pescado. Desta forma, por Decreto de 30 de Dezembro de 1772, procedeu-se à incorporação nos bens da Coroa dos “direitos, rendas, foros, pescarias, marinhas, praias e sapais de Faro, de Silves, de Ferragudo, de Olhão, de Pera, de Albufeira, de Quarteira, da Ponte Bêbada, da Pedra Negra, do Beliche e de Alvor”, os quais pertenciam até então à Casa das Rainhas, procedendo-se de forma idêntica em relação ao mesmo tipo de propriedades pertencentes à cidade de Tavira, ao condado de Alcoutim e às que a Casa do Infantado administrava no salgado algarvio<sup>5</sup>. Estavam assim reunidas as condições para rentabilizar a produção de sal, tendo a Coroa decretado, quer a colocação em hasta pública das marinhas que agora lhe pertenciam, quer o aforamento dos sapais que então permaneciam incultos, isentando do pagamento de qualquer foro ou pensão, por um período de oito anos, os que fossem aproveitados para a instalação de novas salinas.

Em relação a Tavira, a produção de sal parece ter sofrido um decréscimo após o Terramoto de 1755, como se depreende de um Alvará de 17 de Julho de 1769, no qual se mandava empraçar as salinas e salgados existentes no seu termo<sup>6</sup>. Esta decadência que a documentação deixa adivinhar deverá relacionar-se com eventuais alterações morfológicas e hidrológicas resultantes do evento sísmológico e subsequente tsunami, à semelhança do que foi já assinalado em relação ao Baixo Guadiana na zona da Andaluzia, onde terá provocado a fissuração dos sapais, o nivelamento das praias, a

<sup>2</sup>Sobre esta figura da cartografia portuguesa, ver por todos Francisco António Dias Brabo, *op. cit.*, pp. 145-176 e Miguel Soromenho, “Cidade de Tavira e seus arredores” in *Tavira, patrimónios do mar*, coord. Jorge Queiroz e Rita Manteigas, Tavira, Câmara Municipal de Tavira / Museu Municipal de Tavira, 2008, pp. 153-157.

<sup>3</sup>Inês Amorim, “Os inquéritos sobre o sal português nos séculos XVIII a XX” in *I Seminário Internacional sobre o Sal Português*, coord. por Inês Amorim, Porto, Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, pp. 114-115; Maria Fernanda Alegria e João Carlos Garcia, “Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)” in *Os Mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da cartografia*, coord. por Maria Helena Dias, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 70-71.

<sup>4</sup>José Eduardo Horta Correia, *Vila Real de Santo António. Urbanismo e poder na política pombalina*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997, pp. 41-43.

<sup>5</sup>Idem, *ibidem*, pp. 47-48.

<sup>6</sup>Idem, *ibidem*, p. 44; Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo. Memorando Histórico*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2001, pp. 221-222.

submersão de algumas ilhas e o desaparecimento de outras como a de San Bruno e a de San Antonio de la Arenilla, o encerramento da barra de la Tuta defronte de Isla Cristina, a inundação excepcional dos salgados e a destruição de infra-estruturas associadas às pescarias da sardinha<sup>7</sup>.

Efectivamente, as cartas elaboradas em Outubro de 1773 por Sande Vasconcelos testemunham o desenvolvimento da produção de sal no salgado de Tavira, representando com algum detalhe as marinhas então em funcionamento, assinalando as áreas livres e que poderiam ser aproveitadas para novos empreendimentos desse tipo e registando igualmente os terrenos que se mostravam desadequados para tal tipo de instalação. Paralelamente, regista-se a representação de um conjunto de doze moinhos de maré no conjunto das duas cartas referenciadas, a que acresce um outro no *Mappa das Terras do Almagem*, evidenciando a importância de que a moagem maremotriz se revestiu desde a Idade Média num centro urbano que se assumiu como um dos mais dinâmicos portos portugueses na conjuntura expansionista dos séculos XV e XVI<sup>8</sup>, em parte graças às fortes relações desenvolvidas com as praças portuguesas no Norte de África, às quais fornecia farinha e biscoito<sup>9</sup> produzido nos fornos locais, cujo funcionamento   possível testemunhar já no reinado de D. João I<sup>o</sup>. No entanto, a análise destes mapas permite verificar que as caldeiras de alguns destes moinhos de maré já se encontravam ocupadas por marinhas de sal, de que é testemunho também a autorização concedida ao Corregedor João Leal da Gama, em 1771, para transformar em salinas o seu moinho situado ao fim da Rua da Ribeira<sup>11</sup>, negócio possivelmente mais rentável face aos incentivos proporcionados pela Coroa. Essa mesma realidade pode justificar o facto de, alguns anos volvidos, apenas se representarem cinco moinhos de maré na carta da cidade de Tavira e seus arredores, elaborada igualmente por Sande Vasconcelos na década de 90 do século XVIII. De qualquer forma, a conversão de muitas das caldeiras dos moinhos de maré de Tavira para a produção de sal encontra-se confirmada em 1959<sup>12</sup>.





Assinala-se ainda, nas cartas de 1773, a preocupação do engenheiro militar em identificar o número de talhos compreendido em cada marinha, os quais na sua globalidade ascendiam a 13 663, informação certamente importante para que os oficiais régios pudessem estimar a respectiva produção e, conseqüentemente, para o apuramento e eficaz controlo do pagamento das respectivas exacções fiscais incidindo na venda da produção.

Contudo, o projecto de desenvolvimento do salgado de Tavira no último quartel do século XVIII parece não ter obtido os resultados esperados, porquanto em 1790 Constantino Botelho de Lacerda Lobo referia-se ao estado de ruína das salinas, contabilizando trinta e três unidades, das quais seis se encontravam mesmo incultas, e cuja produção estimava em mil moios de sal por ano, ocupando oitenta trabalhadores, números que ficavam muito aquém dos que caracterizavam outros salgados nacionais na mesma época<sup>13</sup>. [CS]

<sup>7</sup> Loïc Ménanteau, Céline Chadenas e Claire Choblet, “Les marais du Bas-Guadiana (Algarve, Andalousie): emprise, déprise et reprise humaines” in *Les zones humides européennes: espaces productifs d’hier et d’aujourd’hui. Actes du Premier Colloque International du Groupe d’Histoire des Zones Humides (GHZH). Le Blanc, 21-23 octobre 2005* in *Aestuarina, cultures et développement durable*, 2007, pp. 309-332.

<sup>8</sup> Ana Cláudia Silveira, “A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII e XVI” in *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves (no prelo).

<sup>9</sup> ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 628, fl. 74.

<sup>10</sup> *Chancelarias Portuguesas*. D. João I, vol. I, tomo 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 181.

<sup>11</sup> Arnaldo Casimiro Anica, *op. cit.*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2001, pp. 222-223.

<sup>12</sup> *Inquérito à Indústria do Sal*, vol. VIII – *Salgado do Algarve*, Lisboa, Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, 1959, pp. 269-322.

<sup>13</sup> Cf. “Memória sobre as Marinhas de Portugal” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, Lisboa, Banco de Portugal, vol. IV, 1991, pp. 127-152.



## 16. Influência das Instituições de Caridade na Sociedade Portuguesa dos Séculos XVI ao XIX

Durante duzentos anos registaram-se na Sociedade Portuguesa inovações que conduziram à passagem dos Tempos Medievais para os Modernos. Dentro dessas inovações encontra-se a evolução das Instituições de Solidariedade.

As Confrarias da Idade Média remodelaram-se segundo as exigências desta nova Época de Descobertas.

A rainha D. Leonor foi a responsável pela fundação de uma das Instituições mais poderosas e emblemáticas da época, que chegou aos nossos dias, as Misericórdias.

As Santas Casas da Misericórdia foram instituídas no final do século XV, tendo como objectivo a protecção dos pobres e dos necessitados de auxílio material e moral. Alastrando-se rapidamente a todas as povoações de Portugal e posteriormente a províncias portuguesas.

Eram encaradas como um certificado de desenvolvimento nas cidades ou aldeia onde se instalavam. Mostravam ser uma estrutura fundamental da Sociedade Portuguesa, visando a protecção dos mais carenciados.

Transformaram-se pelo seu percurso caritativo nas Confrarias mais poderosas ao longo de toda a Idade Moderna.

São regidas por um Compromisso que resume a assistência a toda a miséria humana, permanecendo ainda hoje como modelo o Compromisso da Misericórdia de Lisboa.

Sendo o quotidiano da Idade Moderna marcado por violência, os Irmãos da Misericórdia iam de forma voluntária ao encontro de quem precisava de ajuda, trabalhando no terreno. Inauguraram desta forma um movimento confraternal, verdadeiramente moderno, trabalhando com os problemas específicos da pobreza e da marginalidade da sociedade da época.

Até ao final da Idade Média encontrávamos em Portugal pequenas unidades designadas por Albergarias, Gafarias e Hospícios, que recebiam o indigente em viagem, o peregrino ou o vagabundo.

Teria o rei D. João II a pretensão de substituir estas unidades, por outro tipo de Instituições com controlo e organização que haviam de marcar as orientações quinhentistas europeias do poder, a respeito dos pobres e da pobreza, o Hospital.

No reinado de D. Manuel I estes já se encontravam em fase experimental, centrando as suas tentativas de reordenamento, em torno do Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa. Estes Hospitais eram casas de organização assistencial ao serviço dos mais pobres. Dividiam-se em albergue, recolhimento de enjeitados e uma casa de saúde.

A nível de tratamento apenas se começam a afirmar nos finais do século XVIII. Tornando-se eficazes do ponto de vista terapêutica apenas na segunda metade do século XIX.





Na Idade Moderna a estrutura da rede Hospitalar Portuguesa dependeu das Irmandades inspiradas pelo espírito da Instituição fundada pela rainha D. Leonor. Nesta época a maioria das Misericórdias já se encontravam integradas nos seus Hospitais locais.

Os Hospitais evoluíram ao longo dos tempos, passando por diversas fases e denominações. Apesar disso tiveram sempre o mesmo objectivo, ajudar os mais pobres.

Mesmo complementarizando-se, a acção destas duas Instituições foi desenvolvida à margem uma da outra.

Nos primeiros tempos não teria existido a necessidade de unir a rede hospitalar sob a égide das Misericórdias, tendo estas apenas o objectivo de fazer ingressar os doentes nos hospitais locais.

Tavira, sendo uma cidade importante nesta época, também tem as suas Confrarias. Em 1425 possuía a Confraria de Santa Maria a Franca, que D. Afonso V ordenou que passasse a designar-se por Hospital.

No fim do século XV (1498) é fundada a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tavira.

### O Hospital do Espírito Santo

O Hospital do Espírito Santo foi construído “nuns chãos” existentes no largo de São Francisco, doados à Confraria Nova de Santa Maria e São Brás em 1454. A estas juntou-se a Confraria do Espírito Santo.

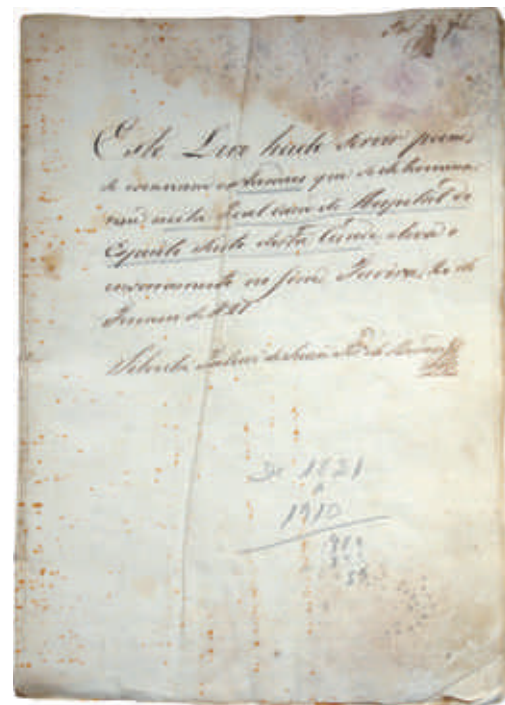
Estas Confrarias geriram o Hospital até se tornarem organismos independentes tuteladas pelo Estado.

O Hospital passa a dirigido por um juiz, auxiliado por um mordomo. Sendo este um estabelecimento prestigiado, apenas podia ser administrado por gente honrada.

O juiz deveria ser fidalgo, o mordomo e o escrivão pessoa nobre.

O Hospital recolhia os enfermos pobres, não tendo nenhuma ligação com outras Instituições de Solidariedade.

Para além disso, anualmente atribuía um dote de 30\$00 reis a órfãs pobres, e de 15\$00 reis por legado.





### A Santa Casa da Misericórdia de Tavira

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia foi instituída no Convento de São Francisco em 1498, donde transitou para umas casas anexas ao Hospital do Espírito Santo. Sendo as casas necessárias para a colocação de mais doentes, os irmãos Misericórdia vêm-se na obrigação de abandonar as casas, mudando-se para Santa Maria. Permaneceram em Santa Maria até 1551, ano em que a sua Igreja e Casa estavam concluídas.

Tal como as restantes Misericórdias, também esta se regia por um Compromisso, dando especial atenção ao culto e enterramento dos mortos, tanto dos irmãos como dos pobres.

### A Fusão

Tal como outras, também estas duas Instituições não se uniram nos primeiros séculos. A Misericórdia tinha como objectivo o ingresso dos doentes pobres no Hospital, sem envolvimento administrativo.

Pela especial importância do Hospital do Espírito Santo, a Misericórdia não tinha entre as suas obras o cuidar de doentes internados.

A ideia de fusão aparece no século XIX, concretizando-se em 1921, após o Hospital ter passado por grandes dificuldades financeiras, causadas pela inflação da Primeira Grande Guerra.

Após este acontecimento, os deveres e Compromisso destas duas Instituições fundiram-se.

Assim, passou a Misericórdia tratar dos enfermos e inválidos pobres, passou igualmente a dar um dote por ano a uma rapariga pobre, órfã, entre outros.

Destas novas obras foram banidos os actos de culto religioso.

### Meios de Subsistência

Apesar de as intervenções na sociedade serem em separado até à data da sua fusão, estas Instituições possuíam meios idênticos de sobrevivência. Os Foros e os Juros provenientes dos legados.

Legados deixados por pessoas influentes da cidade que lhes permitia cuidar e ajudar os mais carenciados. Mantendo as Instituições em funcionamento e evolução.

A propriedade legadas e depois aforadas eram transformadas em dinheiro ou bens de primeira necessidade.

Legados como o de João de Mendonça Corte Real, no caso do Hospital, e de Manuel Nobre Canelas na Misericórdia, permitia-lhes cuidar de um elevado número de doentes e carenciados.

Os terrenos e as fazendas deixadas a estas Instituições eram aforados a pessoas que os exploravam e tratavam, ficando a pagar um foro mensal ou anual.

Para assegurarem os pagamentos possuíam as duas Instituições cobradores, que mensalmente percorriam os legados cobrando os foros.





O Hospital do Espírito Santo recebia a maioria dos seus foros em géneros. Esses produtos serviriam para o consumo do próprio Hospital, ou para transformar em dinheiro. Consta-se no livro de Acórdãos do Hospital do Espírito Santo do século XIX existente no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia, que anualmente se deslocavam dois agricultores ao Hospital para o cálculo do preço médio a cobrar pelo figo.

A Santa Casa da Misericórdia recebia os seus foros em dinheiro ou trigo, de maneira a fazer face as despesas que tinha com os encargos impostos nos legados pelos instituidores, com o cumprimento do seu Compromisso e com a distribuição de pão pelos pobres.

### Qual e importância meio rural importante para estas duas Instituições?

O Hospital ajudava e cuidava dos doentes da Serra. A Misericórdia apesar de se debruçar mais sobre os problemas urbanos também poderia ter alguma intervenção no meio rural.

O meio rural foi porém decisivo para estas duas Instituições.

O que elas possuíam neste meio, e arrendavam permitia-lhes ajudar os mais pobres, e manter as suas actividades.

Certo que o que recebiam de esmolas, ou mesmo do reino, não lhes permitiria cuidar de um número tão elevado de doentes ou carenciados o ano todo, daí a necessidade da existência de outros rendimentos.

Durante três séculos o meio rural ajudou estas duas Instituições a sobreviverem e evoluírem.

Equacionando as duas faces da questão, o meio rural como principal economia, através dos legados aforados, e como beneficiário de apoio por partes das duas entidades.

O Hospital com o tratamento da população mais desfavorecida, e a Misericórdia com o acompanhamento e o enterro das pessoas pobres da zona serrana. [AR]

Livro de acórdãos da real casa do hospital  
do espírito santo de tavra, de 1821 a 1910 da misericórdia de Távira

*Accordão em Meza em que se delibe= / rou o preço das pessas de figos dos foros, que / se hão de  
pagar em dinheiro no anno de 1849 / para 1950 // Aos oito dias do mez de Outubro de mil / oito  
centos quarenta e nove, nesta Secretaria / da Nacional e Real Casa do Hospital / do Espirito Santo  
e onde se reunirão os / Mezarios abaixo assignados, e bem assim / os dois louvados para este fim  
nomiados / Jozé Lopes Mascarenhas, e Jozé Nas= / cimento, Lavradores, moradores nos re= / dores  
desta Cidade, os quaes, depois de / calcularem o preço médio deste pre= / zente anno porque devem  
pagar os / foreiros a este Hospital por cada pes= / sa de figos deliberarão que seria de nove centos  
reis ca= / da pessa para os que quizessem pagar / a dinheiro. E para constar se fez o prezente  
accordão, assignarão comigo Escri= / vão da Meza que o escrevi //*



## 17. Livro de Guias de Trânsito para Espanha da Administração do Concelho de Tavira, 1917

**Data** 1917

**Dimensão** 32,7 x 23,3 x 1,5 cm (alt x larg x esp)

**Propriedade** Câmara Municipal de Tavira – Arquivo Municipal de Tavira

**Fundo** Administração do Concelho

**Classificação SC:** A/ SSC: E/ SR: 003

**Cota** A/III/5

**Característica** 11 bifólios e tem colado 318 fotografias tipo passe

**Suporte** papel



A emigração temporária para Espanha foi uma constante das localidades fronteiriças e sofreu várias formas de controlo, de que é testemunho alguma documentação do Arquivo Municipal de Tavira.

Em 1917 a população tavirense vivia tempos difíceis. A crise económica, associada ao espectro da I Grande Guerra Mundial, assombrava as vidas das suas gentes. A 24 de Julho parte de Tavira o 3º Batalhão do Regimento de Infantaria nº 4, tendo perecido na Flandres 48 militares. Homens e mulheres fugiam da guerra e da fome, procurando alternativas a este difícil contexto sócio-económico, sendo a emigração a solução muitas vezes encontrada.

A entrada de Portugal na 1ª Guerra Mundial conduziu à proibição de saídas do país de cidadãos entre os 16 e os 45 anos de idade<sup>1</sup>, excepto aos que residissem na raia e que já trabalhassem em Espanha. A estes trabalhadores não era exigido o passaporte, mas tinham de apresentar um salvo-conduto ou guia, passados pelas autoridades administrativas<sup>2</sup>. É neste âmbito que se enquadra este livro, no qual o Administrador do Concelho de Tavira registou, durante o ano de 1917, as guias de trânsito concedidas aos habitantes do concelho de Tavira que reuniam as condições impostas.

Estes emigrantes temporários, com idades compreendidas entre os 11 e os 68 anos de idade, foram trabalhar para Espanha nas fábricas, nas ceifas e em serviços domésticos. O “Livro de Guias de Trânsito” é uma fonte complementar para o estudo migratório temporário de Tavira em 1917 e fornece informações importantes quanto à origem, idade, sexo e destino destes trabalhadores, estando visíveis nas fotografias os rostos de quem procurava melhores dias. [IS][OP]

<sup>1</sup> Decreto nº 2:305 de 30 de Março de 1916.

<sup>2</sup> Decreto nº 2:313 de 4 de Abril de 1916 e Portaria nº 852 de 11 de Janeiro de 1917.



Nº 43

Nome Anna dos Reis

Idade - 29 anos

Alt - 1,50

Estado civil - solteira

Nascimento - Luz

Residência - Luz

Vae empregada em fabricas

Nº 44



Nome Virginia Helder

Idade - 45 anos

Alt - 1,70

Estado civil - casada

Nascimento - S. Paulo

Residência - S. Paulo

Vae empregada em fabricas

Nº 45



Nome Antonio Lamego -

Idade - 48 anos

Alt - 1,70

Estado civil - solteiro

Nascimento - Coimbra



Nº 47

Nome Adeline dos Reis  
Idade - 29

Estado civil - casada

Nascimento - S. Paulo

Residência - S. Paulo

Vae empregada em fabricas

Nº 48



Nome Francisco Antonio

Idade - 37 anos

Alt - 1,70

Estado civil - solteiro

Nascimento - S. Paulo

Vae empregado em fabricas

Nº 49



Nome David Lopes -

Idade - 48 anos

Alt - 1,70

Estado civil - casado

Nascimento - Luz



## 18. Registo sonoro relativo às mondas entre Algarve e Alentejo

Data 2009

Duração 11 minutos e 12 segundos

Informante Custódio Campos, Cachopo, n.1930

Guião Marta Santos

Captação de imagem Fábio Palma

Sonoplastia Jorge Rocha / Nerve Atelier de Design

Propriedade Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

Registo das palavras de Custódio Campos das suas memórias de José Custódio, nascido a 1891 em Alcarias Baixas na freguesia de Cachopo, que recriava os acontecimentos, as aventuras e desventuras dos habitantes, e os reproduzia oralmente em alegres convívios na aldeia de Cachopo e povoados da freguesia.

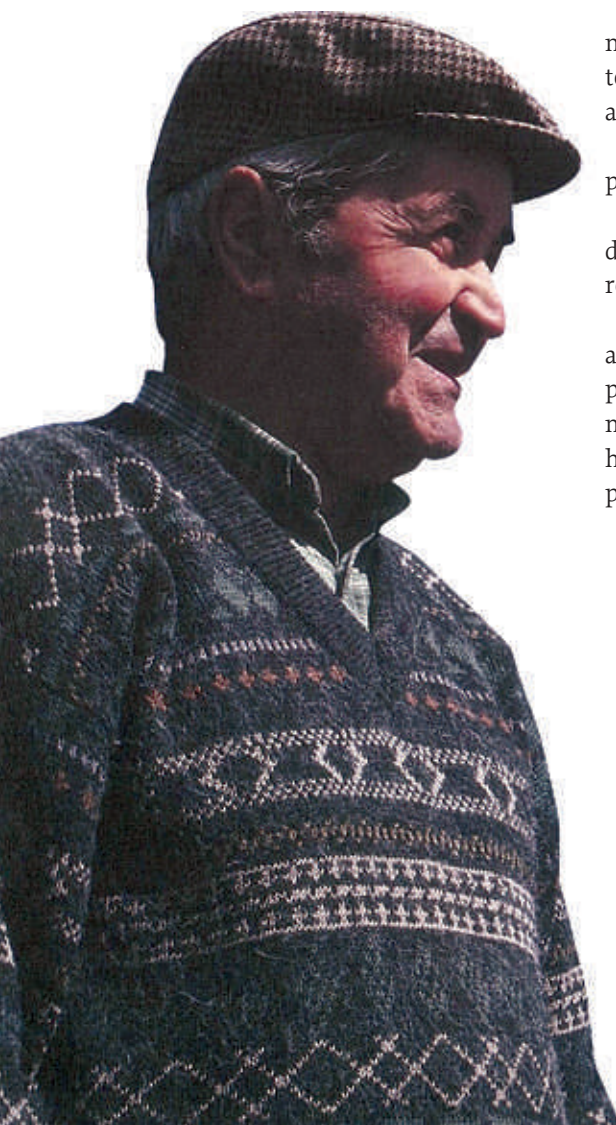
As *mondadeiras* registam os movimentos migratórios entre o Nordeste Algarvio, para o Litoral, Alentejo e Espanha.

O período das grandes arroteias do final do século XIX e da Campanha do Trigo na década de 30 de Século XX, atraíram aos mundos rurais uma significativa população, respondendo às oportunidades de trabalho nas terras serranas.

A emigração e a migração surge como uma prática regular, em movimentos cíclicos agrícolas, nas épocas anteriores à mecanização agrária, como nas ceifas do trigo e da palma, na apanha do figo e vindimas em Espanha, nas ceifas e mondas no Alentejo e mais recentemente em meados do século XX na apanha de hortícolas e primores nas hortas e pomares de regadio no Barrocal, na tentativa de procura de trabalho no exterior para sobreviver à escassez local. [MS]

De manhã vestem-se e lavam-se  
E comem o seu almocinho  
Põem o chaile pelos ombros  
A merenda e o *taleguinho*  
Dizem adeus passem bem  
Metem os pés ao caminho

Por causa da chuva e calma  
Levam chapéu na cabeça  
Do sacho fazem bengala  
Caminham a toda a pressa  
Mas com estas coisas todas  
A merendinha que não esqueça





Vão pelo caminho fora  
Onde se aparta o ramal  
Esperamos um bocado  
Pela *felana* de tal  
Que se a gente não a espera  
Ela parece-lhe mal

Lá se põem a esperar  
Mas se é fiel a demora  
Nós estamos a aguardar  
Vamos lá mas é embora  
Se estamos demorando  
Não chegamos lá a hora

Neste pouco mais ou menos  
Aparece a companheira  
Dirigindo umas palavras  
Em ares de brincadeira  
Julgavam que eu não vinha  
Diz ela muito *brejeira*

Vens hoje um pouco mais tarde  
Que seria isso então  
Dormiste até com sol  
Foi voltinha de serão  
Tens que contar a verdade  
Se *sarejaste* ou não

Ora viva como passaram  
Diziam as que vão chegando  
Menos mal muito obrigado  
E vocês como vão passando  
E abraçam-se umas às outras  
Alegremente beijando

Se é princípio de semana  
Tratam-se de combinar  
Mas sem sabermos o preço  
Não começamos a mondar  
Quem sabe depois no fim  
Como ele quererá pagar

Ora viva senhor *felano*  
Dizem elas ao patrão  
Ora viva raparigas  
Suas gentes como estão?  
Menos mal muito obrigado  
Regularmente aí vão

Vocês vêm p'ra mondar  
Isso mesmo tem de ser  
E quanto querem ganhar  
Digam lá que eu querer saber  
Não quero que depois no fim  
Que vocês tenham que dizer

Ficam um pouco caladas  
Umás p'rás outras olhando  
O senhor *felano* de tal  
Traz lá mulheres mondando  
Nós queremos ganhar o mesmo  
Que elas andam ganhando

Pois então em todo o caso  
Comecem a trabalhar  
Logo depois no fim  
Se vê o que se há-de terminar  
Conforme as outras ganharem  
O mesmo vos hei-de eu pagar

O lavrador escolheu uma  
Para ser a *manajeira*  
Para tomar muito sentido  
Por aquela brincadeira

A senhora *manajeira*  
Sempre tem melhor jornal  
Por causa do encarrego  
Que tem lá com o pessoal  
Para dirigir o rancho  
Através do cereal

Quem mondou cá estas margens  
Quero saber quem elas são  
Se vocês não se emendarem  
Passo a saber ao patrão

Se encontram uma flôr  
Que se chama malmequeres  
*Felano* dá-me um rapaz  
Esse que você quisier  
Se ele me quer bem ou não  
Agora vamos a saber

De um a um à flor  
Às folhinhas vão colhendo  
E bem me queres mal me queres  
Esta razão vão dizendo  
Pois na razão do fim  
É onde elas ficam querendo

Se acaba em bem me quer  
Já é uma consolação  
Para a rapariga que está  
Fazendo essa operação  
Diz logo para as companheiras  
Ele é um mocinho bom

Se acaba em malmequeres  
Já está mais desanimada  
Diz logo p'rás companheiras  
Esta razão não me agrada  
Ele não me quer bem  
É porque já tem namorada

De vez em quando olham ao sol  
Com a maior atenção  
Dizem em voz muito baixa  
Ainda assim que horas serão  
Já me vai lembrando a merenda  
Vocês julgam que não?

A senhora *manageira*  
Promete sabedoria  
Vira o rosto para o Norte  
E lhe fez a pontaria  
Com o seu relógio na mão  
Para ver se já era meio-dia

Ainda falta meia hora  
Se muito bem não me engano  
Dizem logo as mondadeiras  
Que meio-dia tão *magano*  
Já aquela meia hora  
Me parece mais dum ano

Moças vamos lá cantar  
Uma modinha bonita  
Pois então qual há-de ser  
Canta-se a da Marianita  
E se vocês não a querem  
É mesmo a da Tia Anica

A que tiver melhor fala  
Por alto tem que ir cantando  
*Trairilólei*  
O canto vão começando  
Em seguida as companheiras  
O canto vão ajudando

Moças deixamos a moda  
Vamos lá a conversar  
Ou então arranja-se um jogo  
Para nós irmos jogar  
Para assim alegremente  
Este dia se passar

Lá se põe a *manageira*  
Segunda vez observando  
Para ver o seu relógio  
As horas que estão marcando

É meio dia mesmo em ponto  
Moças vamos jantar  
O *taleguinho* da merenda  
Esta aqui que vá buscar  
Podemos jantar todas  
Mesmo aqui neste lugar

Ali seculosamente  
Se senta tudo no chão  
Quando aceitam o *taleguinho*  
Já a faca está na mão  
Aberta e afiadinha  
Para cortarem o pão

Afroxam o *taleguinho*  
E tiram o pão para fora  
Dizem elas lá consigo  
Faço-te as contas agora  
Dou-te um sumiço tamanho  
Em menos de meia hora

Dizem umas para as outras  
Ai agora é que são elas  
Bocados tamanho de punhos  
Não me tocam nas goelas  
Já a fome não me apresenta  
Senão luzes amarelas

Onde bailhará a gente  
Agora Domingo que vem  
Olha aqui esta menina  
Uma boa casa tem  
Nós temos que arrumar um *bailo*  
Que aqui não se está bem

E temos que vir dar  
Um tocarzinho bom  
Fica recomendado  
Para vir cá pelo S. João  
Não deve faltar nenhum  
Aqui num lugar de salão

Tu não viste um rapaz  
Que já da outra vez cá veio  
Um rapaz assim baixinho  
Mas não é cá muito feio  
Não sei lá o que ele queria  
Que me levava sempre ao meio

Eu bem vi esse rapaz  
Era um rapaz bem parecido  
Usava correntes de ouro  
E um lindo fato vestido  
Era muito *mangador*  
Muito alegre e divertido

Quando ele foi a ser meu par  
Cantou-me ele uma cantiga  
Se tu não acreditas  
Problema está aí ele que diga  
Naturalmente será  
Porque não tem rapariga



Perguntou-me a minha idade  
 E aonde é que eu morava  
 E quantos irmãos eu tinha  
 E o rapaz que eu namorava  
 Se lhe desse uma palavra  
 A outra flor não a amava

Quis-me apanhar um lencinho  
 Que eu trazia na algibeira  
 Eu pus-me muito zangada  
 Tal tá esta brincadeira  
 Se o senhor quiser lencinho  
 Mande-os buscar à feira

Ele pisou-me o pé  
 Também me apertou a mão  
 Eu pus-me muito zangada  
 E disse-lhe logo que não  
 Se ele cá tornar a voltar  
 Sempre lhe dou atenção

Tu não viste um dos tais  
 Que entrou ali primeiro  
 Aquele grande macacão  
 É um grande *pantomineiro*  
 Já fui namorada dele  
 Agora nem por dinheiro

Eu venho aqui esta noite  
 Não é só para te ver  
 Reunimos lá num *bailo*  
 Venho-te dar a saber  
 Agora se vais ou não  
 É que tens que me dizer

Eu vou de melhor vontade  
 Se o meu pai me deixar ir  
 Mas olha que eu não lhe peço  
 Tu é que tens que lhe pedir  
 Se vou falar em *bailos*  
 Má resposta posso ouvir

Muito boa noite senhor *felano*  
 Venho-lhe fazer um pedido  
 P'rá sua filha ir ao bailo  
 Que lá temos reunido  
 Por a gente ir ao *bailo*  
 Amanhã não colhe o trigo

O melhor de tudo é dormir  
 Que se evita mais calçado  
 Mesmo estas coisas dos *bailos*  
 Nunca dão bom resultado  
 Quando ela lá não vai  
 Durmo eu mais descansado

De ir esta noite ao *bailo*  
 Tenho a esperança perdida  
 Para conhecer tais coisas  
 Nunca eu fosse nascida  
 Eu serei menos que as mais  
 Mas, que raios parta a minha vida!

Põe-me um *supreito* tamanho  
 Que maior não pode ser  
 Mas deixem que eu tenha idade  
 Que logo hão-de ouvir dizer  
 Hei-de fugir-lhe ao respeito  
 Vamos lá agora a ver

Só que ele não haja um  
 Que me diga vamos embora  
 Que eu hei-de responder-lhe  
 Por mim não seja a demora  
 Hei-de deixar pai e mãe  
 Vamos lá haver agora

Comece o meu pai cá com muitas  
 Que me faça cá zangar  
 Que as suas maluquices  
 Já estou farta de aguentar  
 Antes de pouco tempo  
 Atiro com a albarda ao ar

Diz a velha para a moça  
 O melhor de tu é *tares* calada  
 Só tem dito disparates  
 Esta grande malcriada  
 Se eu vou contar ao teu pai  
 Levarás tamanha pancada

Pancada levarei eu  
 Mas calar-me é que não  
 Se o meu pai mas quiser dar  
 Faz a sua obrigação  
 Mas eu não me hei-de calar  
 Quando tiver a razão

No resto deste banzé  
 A velha sempre vai pedir  
 Ó marido em todo o caso  
 Sempre tens que a deixar ir  
 Que ela tá aí tão zangada  
 Que até nem se a pode ouvir

Pois então em todo o caso  
Vai lá ao adevertimento  
Mas olha que ela esta noite  
Namora lá mais dum cento  
Bem sabes que elas que são  
Umhas cabeças de vento

Pois terei é de ir eu com ela  
Que diabo se há-de fazer  
A mãe indo com a filha  
Esse é que é o seu dever  
Quando eu indo com ela  
Já ninguém tem que dizer

Se tu queres ir ao baile  
Trata-te em despachar  
Que eu fui pedir ao teu pai  
Esta ordem mandou dar  
Mas olha tens que vir a horas  
De amanhã ires mondar

Toda a vida tenho ouvido  
Um verdadeiro ditado  
Quando a esmola vem  
Já o pobre está zangado  
E assim por casa dos *bailos*  
Me tem a mim passado

Mas nisto vai-se lavar  
E trata logo em se compor  
E vai mudar o cabelo  
Lá pelo meio do frisador  
Com os cabelos às ondinhas  
Sempre tem outro valor

Já depois de estar vestida  
Veste o casaco de abrigo  
Pareces uma menina  
Que ainda nunca viste trigo  
Pois diz-lhe a velha  
Espera lá que eu vou contigo

Quando vão pelo caminho  
Eu quero-te dizer aqui  
Quando acabar uma valsa  
Tu sentas-te ao pé de mim  
Se tu te fizeres de parva  
Eu logo te digo a ti

Nisto veio o namorado  
Com uma falinha mansa  
A menina queria ser  
Meu par esta dança?  
Eu venho muito cansada  
Amanhã logo descansa

Pois começa o baile  
Começaram a conversar  
Já durante a noite inteira  
Não procurou outro par  
Mais logo como o namorado  
Até que a noite durar

Responde uma de repente  
Eu agora é que governo  
Vamos cantar uma moda  
Para dançar à moderno  
E daquelas mais bonitas  
Que encontrei no meu caderno

Tenho dito e digo sempre  
Gosto pouco dessas modas  
Só por causa dos rapazes  
Se *arrimarem* tanto à gente

Ai tanto medo, tanto receio  
Ai tanta coisa  
Queiras Deus não caias tu  
Como o pisco cai na *loisa*

Como o pisco cai na *loisa*  
Isso é modo de conversa  
Sempre tu tás adiantada  
Sempre tu tens uma pressa  
Como o pisco cai na *loisa*  
Mas então que fala é essa

Ai peço-te pedir desculpas  
Mil desculpas e perdão  
Eu dizia-te dessas coisas  
Pela nossa lidação  
Não te caíram em graça  
Não leves em *mangação*

Depois sai a velha à rua  
Já o sol dá pelos campos  
Vai a casa diz à filha  
Valha-me todos os Santos  
Queira Deus o nosso baile  
Não nos venha dar em prantos

Quando elas entram em casa  
Olha ele em volta redonda  
Ainda agora é que as meninas  
Regressam da sua ronda  
Quero ver como é que vocês  
Estão capazes de ir p'rá monda



Abalaram ontem à noite  
 Em princípio do serão  
 E eu aqui fiquei  
 Em formatura de cão  
 E vieram hoje já com sol  
 Isto não está nada bom

Isto daqui p'ró futuro  
 Tem de haver alguma emenda  
 Busquem para guarda portão  
 Quem deste ofício pretenda  
 A outra vez é vocês irem para o *bailo*  
 E vou a caminho da *venda*

Se vocês à outra vez  
 Estiverem lá até dia  
 Quando chegarem a casa  
 Levarão tamanha teoria  
 Onde levar tanta pancada  
 Que não hão-de ter quantia

Diz a velha p'rá moça  
 Tu é que foste a culpada  
 Se dar em chover pancada  
 Será uma água tão grada

E se der em chover  
 Nós temos de as amparar  
 Mas lembro-me uma *oraçanita*  
 Que eu agora vou rezar  
 Que não há nada melhor  
 Prá travoadas espalhar

Ó marido faz favor  
 Escuta lá estas razões  
 Já as onças de cruzado  
 Se vendem a três tostões

Já chegou muito tabaco  
 E pelo que lá dizem  
 Já está muito mais barato  
 Já são a três as onças que eram a quatro

Olha se eu ontem à noite  
 Tivesse levado dinheiro  
 Sempre tinha trazido algum  
 Mesmo que fosse estrangeiro

Se vier tabaco à venda  
 Quero comprar grande porção  
 Que isto os homens por fumarem  
 Pouco prejuízo dão  
 Eu vejo alguns que não fumam  
 Cada vez mais pobres tão

Nisto espalhou a travoadas  
 Avagaram os trovões  
 Tudo isto é prometido  
 Por meio de orações

Pois diz a filha ao pai  
 Com um modo entristecido  
 Eu queria ir Domingo à festa  
 Mas preciso dum vestido  
 Responde –lhe a companheira  
 Eu vou à loja contigo

Nós havemos de comprar  
 Uma linda fantasia  
 Que tenha riscas de seda  
 Que ainda tem mais valia  
 Responde a companheira  
 Isso é moda de algum dia

Nós havemos de comprar  
 Fazenda de *cordanito*  
 Isso sim é que é moderno  
 É moderno e é bonito  
 Aquilo é que fará  
 Um vestidinho mais *catito*

Nós havemos de fazê-lo  
 Com muitos ramos bordados  
 E com uns refegos largos  
 Só de seda alinhavados  
 Quando os rapazes nos vendo  
 Ficam todos encantados

Quando o tocador do harmónio  
 Princípiar a tocar  
 Às dúzias hão-de eles ser  
 Pra nós irmos dançar  
 Vêem-nos tão bem comportadas  
 Hão-de nos querer namorar

Quem serão aquelas aias  
 Quem serão aquelas senhoras  
 São cá da nossa Província  
 São valentes lavradoras  
 Sim eles hão-de nos chamar  
 Mas é grandes impostoras!

## 19. Recipientes de armazenamento de azeite

Data 1920 (aprox)

Dimensão 0,40m (diâmetro) x 0,80m (altura)

Proveniência Ramiro Cabrita e Irmão

Propriedade Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

Número de inventário RCl02

Data 1920 (aprox)

Dimensão 0,35m (diâmetro) x 0,60m (altura)

Proveniência Ramiro Cabrita e Irmão

Propriedade Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

Número de inventário RCl35

A cultura arbustiva do Sotavento Algarvio, mantém-se dominada pela paisagem com o pomar de sequeiro, com o figueiral a vinha, o olival, as amendoeiras e as alfarrobeiras.

A oliveira (*Olea europea*), de médio porte e bastante resistente, produz no Concelho de Tavira, a variedade *galega* e *maçanilha* como a azeitona mais frequente.

São colhidas em Setembro e Outubro para utilização na gastronomia, para britar, salgar e retalhar, ou em Novembro para extracção do azeite.

O processo de fabrico de azeite passaria por diversas etapas, recorrendo aos moinhos manuais de azeite, de uso comunitário, mais usuais nos povoamentos do Nordeste Algarvio, aos lagares instalados em unidades agrícolas no Baixo – Algarve com accionamento das galgas de tracção animal, ou em lagares em contexto urbano recorrendo a prensas hidráulicas, ou mais recentemente em Santa Catarina da Fonte do Bispo, constituída a 25 de Julho de 1949, propondo na Cooperativa Agrícola uma unidade pré-industrializada, para a moagem de cereais, armazenamento, ensacamento e distribuição e ainda uma linha contínua para a extracção do azeite.

O processo de extracção passaria por diversas fases, desde a apanha da azeitona ao seu entulhamento, ao fabrico do azeite propriamente dito. Serão utilizados um conjunto de equipamentos e de utensílios necessários para a sua execução, através dos sistemas de extracção do azeite (manuais, de tracção animal ou de accionamento hidráulico) e os sistemas de prensagem e de decantação.



Os recipientes apresentados constituem-se como um dos exemplos de cântaros de armazenamento de azeite, usualmente utilizados no transporte de azeite entre o lagar de azeite e a habitação, local onde seria aí conservado.

Recipientes fechados em ferro, com corpo cilíndrico e cónico com nervuras e de base plana. Apresentam elementos de preensão em forma de argola e uma tampa de formato circular, que está fixa na peça através de uma dobradiça metálica ou através de corrente em ferro. [MS]



## 20. Registo fílmico relativo à Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo

Título Cooperativas Agrícolas

Realização Alice Gabriela Gamito

Produção Secretaria de Estado da Agricultura

Data 1971

Portugal, 16 mm, 25 minutos, cor

Propriedade Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema

Partindo da parábola dos vimes – segundo a qual é muito fácil partir um vime isolado, o que não acontece quando se pretende fazer o mesmo a um conjunto destes – o filme desenvolve-se em torno do papel social e comunitário, para e com a contribuição de todos.





Esta obra sublinha a produção de azeite nas suas várias etapas, sem esquecer a importância das análises laboratoriais, com base na cooperativa do Alvito da beira. O mesmo tipo de abordagem é desenvolvido em torno da vinicultura, que leva o espectador aos trabalhos das cooperativas de Lagoa e de Palmela.

O caso de Oliveira de Azeméis destaca as cooperativas de lacticínios. Nesta abordagem, tem lugar a relação homem – animal, fundamental colaboração com base no gesto humano e no diálogo onde a beleza agrícola vem sobressair ainda mais: o trato do úbere, primeiro passo de todo um processo humano, animal e mecânico que termina no transporte dos produtos da União das Cooperativas Abastecedoras de Leite de Lisboa.

A câmara aproxima-se do detalhe, ao nível da máquina e do animal, mas também ao nível do gesto, que a realizadora sabe importante, em pormenores que humanizam as práticas agrícolas, feitas fundamentalmente de gestos que, humanos, exigem esforço, dedicação, suor.

As cooperativas agrícolas mistas têm na Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo o seu melhor exemplo, segundo o texto de João Falcato, “esclarecedor exemplo das



vantagens das cooperativas mistas. Reúne mais de 3000 sócios e possui várias secções com intenso movimento”. O *folhear* das mais importantes dessas secções comprova o realce que é dado a esta cooperativa, a mais destacada de todo o filme.

Os silos que se reconhecem para quem percorre a EN 270, é uma imponente estrutura que bem ilustra a “secção de armazenamento de cereais”. Tractores em manutenção ou o parqueamento de debulhadoras ilustram a “secção de máquinas agrícolas com oficina de reparações anexa”, onde o gesto do torneiro mecânico empresta o detalhe laboral significativo da cooperativa, tal como acontece na secção de “venda de produtos e materiais necessários à agricultura”.

A secção de “rações possui uma fábrica onde se moem matérias-primas e se faz a sua mistura de acordo com fórmulas estudadas”. É porventura, de entre toda a estrutura da cooperativa, onde melhor se verifica o diálogo laboral entre máquinas e os seus eternos helicoidais movimentos e o trabalhador, captado por uma câmara que o observa de perto, ao seu nível, exercício de humildade do operador, sujeito aos pós que cobrem calças e botas de quem suja as mãos.

O mesmo registo está patente no passo seguinte, pois “atendendo a que se trata de uma região de figo e medronho, também não falta a destilaria”. A câmara colocada a um nível baixo, acompanha o trabalhador que curva as costas e enche as canastras de figos.

Importante para a região, este filme destaca de forma relevante a actividade da cooperativa de Santa Catarina, num tempo agrícola passado em que os campos reflectiam uma constante laboração, um diálogo diário com a natureza que também se fazia de luta. Acaso feliz, é também o filme que de forma mais competente procura um retrato agrícola da região.

O olhar da câmara de Alice Gabriela Gamito é honesto, é humilde, procura o detalhe do gesto, desce ao nível do trabalhador que se cansa diariamente e que lida com os elementos e que disso depende. Fruto da formação em engenharia agrónoma, a obra reflecte também tendências de observação da geração documental dos anos 60.

Se os jovens cineastas de então renovavam a estética documental, fizeram-no partindo das vanguardas do género que pela Europa dos anos 20 e 30 se desenvolveram. A escola inglesa privilegiava o real, movimento contínuo directamente para a câmara, sem cortes não necessários. Na União Soviética, o Cine-Verdade elogiava o operador de câmara como herói de guerra, colocado lado a lado com os soldados do exército vermelho.

Entre nós, e apesar da à margem do movimento do Cinema Novo, o melhor aluno do documentário foi António Campos, amador, humilde, auto-suficiente mas com uma grande vontade e capacidade de observação. E, tal como a sua obra *Almadraba Atuneira* é o grande filme sobre a pesca do atum, também *Cooperativas Agrícolas* é o mais significativo registo cinematográfico agrário da região de Tavira. [LG]



## 21. O Prospecto da cidade de Tavira, tirado do pé da casa da bateria do Registo

**Autor** José Sande de Vasconcelos

**Data** 1797

**Dimensão** 0,37m x 0,53m

**Propriedade** Sociedade de Geografia de Lisboa,

**Cota** 1/G/41

O prospecto da Cidade de Tavira em exposição integra a secção de iconografia da Sociedade de Geografia de Lisboa. Consequência da dispersão que o vasto espólio cartográfico e iconográfico do engenheiro Sande de Vasconcelos (1730-1808)<sup>1</sup> sofreu, encontrando-se dividido por inúmeras instituições em Portugal e no estrangeiro (nomeadamente no Rio de Janeiro), o contexto de produção desta peça apresenta alguma dificuldade visto a mesma não se encontrar associada a qualquer outro documento (carta, memória descritiva, *etc*) que nos elucide.

Sobre Tavira e seu concelho conhecemos vários mapas/plantas/cartas parietais esclarecendo meticulosamente o estado das fortificações e dos aspectos sócio-económicos. Nestes, podem-se observar as áreas agricultadas e seus proprietários, os moinhos de maré, as salinas e o posicionamento das armações de atum, as fortalezas, castelos e a localização de água potável, caminhos, estradas reais, ribeiros e canadas, etc.

Enquadrados em documentos de grandes dimensões ou isolados, como é o caso em análise, sabemos da existência de alguns desenhos da cidade ilustrando perspectivas gerais ou pequenos trechos urbanos. A perspectiva exposta encontra-se assinada e datada: “feito por Jozé de Sande Vasconcelos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade” em 1797. Já no fim da carreira militar, sabemos ser este o ano em que o engenheiro é promovido de Coronel para Brigadeiro.

Estes factos biográficos auxiliam a relacionar obras não datadas, como acontece com a monumental carta parietal (411 x 172 cm) “Cidade de Tavira e seus arredores”<sup>2</sup>, possivelmente efectuada entre 1790 e 1797 datas extremas em que Vasconcelos foi Coronel. Este documento é para nós relevante porque apresenta na sua base, em forma de pequeno quadro, um prospecto da cidade muito semelhante ao exposto. A legenda refere que é “tirado d’ponto d’Reg.<sup>o</sup> b”, ou seja, a partir da “Caza do Registo” que se localiza numa planta adjacente sinalizada com a letra b. A perspectiva é, com efeito, idêntica e

<sup>1</sup> Francisco António Dias Brabo, “José de Sande Vasconcelos –engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII”, *Stilus*, nº6-7, Ajea Editores, Faro, 1999, p.147

<sup>2</sup> Pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal, cota: C. Par 2





revela um desenho feito “no terreno” como ainda se pode observar actualmente. Seria também o desenho em exibição executado para integrar uma carta parietal de maiores dimensões?

No prospecto em análise, podemos observar a cidade voltada a nascente. Esta perspectiva ilustra a zona ribeirinha na direcção da foz, local onde se verificou grande desenvolvimento urbano entre os séculos XV e XVI tornando-se a zona central da cidade, sobretudo a margem sul do rio. Pode ainda verificar-se, em forma de mancha, uma extensa área de vegetação que percorre tanto o interior como o contorno da cidade. Esta vegetação é expressão visual das hortas urbanas e conventuais, estando identificadas, na margem sul do Gilão, a “Orta das Canas”, “Orta do Tiro”, “Orta do Bispo” e “Orta d’El Rey” (esta de grandes dimensões no centro da malha urbana) assim como as hortas conventuais das Freiras Bernardas e de Santo António. Na margem norte, a legenda não identifica as cercas ou hortas dos Conventos de S. Paulo e do Carmo, contudo o espaço circundante a estes edifícios apresenta-se com uma vegetação intensa, o que traduz este facto.

Sabemos que a Cerca das Bernardas, ladeada pelas salinas, não era de grandes dimensões, desenvolvendo-se a sul do convento. Continha uma fonte e um poço<sup>3</sup> embora em 1526 se tivesse sentido necessidade de recorrer a uma horta do rei na zona da Atalaia para captação de mais água.<sup>4</sup>

O Convento de Santo António não surge na imagem em análise devido ao facto de se encontrar, visto de nascente, por detrás das referidas Bernardas. Contudo, a sua cerca, de grandes dimensões, aparece indicada na legenda do prospecto. A crónica da Província da Piedade refere que a opção por aquele espaço (no rocio da Atalaia) em detrimento da área proposta junto a S. Brás, deve-se ao facto deste último local se apresentar muito pedregoso “onde não havia nem podia haver huma arvore verde, ou hortaliça alguma, e tão seco, que nem para beber em todo aquele bairro, além da ponte, há fonte de agua doce”<sup>5</sup>.

A cerca medieval dos Franciscanos, a mais antiga da cidade, era também uma das maiores, condicionando o seu muro o crescimento urbano até ao século XX. Em 1881, a Revista Occidente, cita um entusiástico relato sobre como teria sido a cerca franciscana em tempos passados: “A cerca d’este magnifico convento é das mais abundantes de todo o género e diversidade de fructas; tem no meio de um fresco bosque uma fonte tão sinceramente clara, que todos em seus cristaes estão vendo suas feições admiravelmente retratadas, à qual as árvores ou de agradecidas ou de zelosas com a verde laçaria de seus ramos tecem um pavilhão de esmeraldas, tão porfiadamente opposto aos mesmos raios

<sup>3</sup> Andreia Fidalgo, *O Mosteiro das Bernardas*, trabalho policopiado, Lic. em Património Cultural, Universidade do Algarve, 2008, p.27

<sup>4</sup> Fernando Calapez Correia, *O Convento Cisterciense de Tavira. Nossa Senhora da Piedade*, Secretaria de Estado da Cultura/Delegação Regional do Algarve, Faro, 1991, p.31

<sup>5</sup> Frei Manuel de Monforte, *Chronica da Província da Piedade*, 1751 p.642

de sol, que andando este de aposta a ver-se em suas prateadas laminas retratado, não é possível nêlle seus raios introduzir, ainda quando no seu zenith mais intenso”<sup>6</sup>. [RM]

O Convento de Nossa Senhora da Graça, por detrás da Igreja de Santa Maria, na vertente da colina que desce para poente, por isso não desenhada pelo engenheiro, era o único dos conventos intramuros. Fundado no século XVI no local da antiga Judiaria, a sua cerca encontra-se delimitada pelo desenho da muralha medieval. A Corografia do Reino do Algarve de Frei João de S. José (1577) refere-se ao local para onde foi transferido o convento iniciado em Azamor, realçando mais uma vez a importância do abastecimento de água para a manutenção dos espaços que temos vindo a destacar: “ E passando a esta cidade, Tavira, que então ainda estava próspera, como tenho dito, fez seu assento na judiaria, que estava junto dum poço, que inda está dentro na cerca do mesmo mosteiro (...)”<sup>7</sup>.

Na margem norte do Gilão existiam dois conventos. O convento de São Paulo, indicado no prospecto de forma sucinta, estruturando a fachada da igreja num largo da cidade já consolidado, apresentava a sua cerca na área posterior, na direcção de uma das saídas da cidade. O seu perímetro ainda hoje se encontra tal como era no século XVII, data da sua fundação. Embora a horta se encontre em estado de abandono, persistem contudo algumas velhas árvores do pomar.

Já no século XVIII, no local onde o já referido Convento de Santo António não se quis estabelecer, por falta de terra arável e de água, instalou-se o Convento de Nossa Senhora do Carmo e a respectiva Ordem Terceira. A horta desenvolvia-se, numa das suas dimensões, até à zona da Ermida de Nossa Senhora do Livramento<sup>8</sup>, perto da zona ribeirinha e na extremidade da cidade. Apesar das dificuldades apontadas para o local, como vimos, temos indicações de que os carmelitas, já em 1740, arrecadavam bom rendimento das suas “terras de pão, (...) amendoal e olival”.<sup>9</sup> [RM]

<sup>6</sup> Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, Ano 4, volume IV, nº94, 1 de Agosto de 1881, p.179

<sup>7</sup> Frei João de S. José, *Corografia do Reino do Algarve*. In *Duas Descrições do Algarve do século XVI*. Apresent. de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. 1ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1983. (Cadernos da Revista de História Económica e Social; 3) p.52

<sup>8</sup> Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu Termo, Memorando Histórico*, Tavira: Câmara Municipal, 1993, p.239

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*



## 22. Imaterialidades conventuais

As cercas dos conventos capuchos revelam, pela sua localização, pela sua arquitectura e pelo seu significado, uma sábia compreensão do território envolvente e um profundo respeito pela Natureza. Não obstante a austeridade dos ideais que lhes estão subjacentes, guardam, na sua essência, uma riqueza de conteúdos simbólicos e sensitivos, ébrios de misticismo e de religiosidade, que exaltam a sua importância patrimonial, cultural e paisagística.

Inscritas nos denominados “desertos” - ermos rústicos, propícios à paz e à meditação -, estabeleciam com o sítio (e suas demais criaturas) uma relação de estreita cumplicidade espiritual: a áspera solidão de um lugar, o suave perfume de uma flor, a delícia de um fruto silvestre, o harmonioso canto de uma ave, o comovente soluçar de uma fonte ou o eminente aprumo de uma árvore, convidavam os sensíveis monges à oração, à beatitude, aos louvores divinos.

Nelas se combinavam diferentes espaços - o Edifício, a Mata, o Pomar, a Horta e o Horto de Recreio -, autónomos mas complementares, formando um todo organizado e auto-suficiente, num elo perfeito entre propósitos de produção, contemplação e recreio. E como íntimos e sagrados paraísos, onde convergiam o fértil solo terrestre e a límpida água celestial, eram entregues ao corpo e à alma dos seus hábeis e penitentes construtores.

O Edifício constituía o pólo principal, junto ao qual se concentravam o útil Pátio da Cisterna ou o simbólico Jardim de Jericó.

A Mata simbolizava o refúgio dos primeiros ascetas cristãos. No seu ambiente, selvagem e impenetrável, gerava-se o cenário ideal para a construção de pequenas capelas, onde os professos poderiam recolher-se, orar e meditar.

A Mata revestia as áreas mais elevadas e declivosas; protegia o solo contra a erosão e facilitava a retenção e a infiltração da água das chuvas, das quais dependiam as nascentes e, por consequência, todo o sistema de produção.

Nas cercas situadas a sul do rio Tejo, a Mata seria povoada por espécies arbóreas e arbustivas da região mediterrânica, à base de carvalhal da zona continental seca e quente, tais como: a azinheira, o sobreiro, o carvalho-cerquinho, o zambujeiro, o catapereiro, o medronheiro, o carrasco, a gilbardeira, a giesteira, o piorno ou o loendro; às quais se acrescentariam: o castanheiro, o cipreste, o freixo, o ulmeiro, o loureiro ou o folhado. Da sua vegetação, os frades obteriam alguma madeira, lenha e frutos silvestres.

O Pomar e a Horta, por seu turno, dispunham-se em terrenos suaves ou em socalcos. No Pomar, plantavam-se as amendoeiras, as figueiras, as laranjeiras, os limoeiros, as macieiras, as ameixeiras, os pessegueiros, as romãzeiras ou as oliveiras. Na Horta, cresciam as videiras; semeavam-se as hortaliças, as culturas arvenses, para obtenção de grão ou forragem, e as ervas aromáticas ou medicinais.

A par dos interesses produtivos, manifestavam-se pressupostos estéticos, protagonizados, por excelência, pela presença de citrinos; sobretudo de laranjeiras, graças às características aromáticas e ornamentais da flor e do fruto.

O Horto de Recreio, onde prosariam as flores seráficas para adorno dos altares, tinha um carácter exclusivamente lúdico ou metafórico. A ocorrência de água, neste recinto, conferia-lhe uma enorme carga simbólica e religiosa, atingindo porventura a sua máxima expressão no Jardim de Jericó.

A água assumia-se, aliás, como o elemento definidor e unificador de toda a estrutura e funcionamento das cercas. Tão precioso líquido era, por isso, cuidadosamente captado, conduzido e armazenado por um engenhoso conjunto de minas, poços, caleiras, canos, aquedutos, tanques e cisternas; ao mesmo tempo que, por meio fontes e chafarizes, intervinha na criação de ambiências, de lugares de estadia e emoção, de encontros essenciais e refrescantes.

Fiéis guardiãs de uma dimensão ecológica, poética e imaterial, as cercas dos conventos capuchos conduzem-nos para uma ideia de Paisagem enquanto intercessor místico entre o Homem e o Universo. [AX]

3 A cerca deste Convento he mui grande ; porque logo, quando se fundava , mandou o Duque ficar dentro todo aquele bosque , tão povoado de diversas , e antigas arvores , que se não he por algumas ruas , ou caminhos , que os Religiosos por entre elles tem feito , não ha poder rompello. A maior parte do mato he folhado , freixos , medronhos , mosqueiros , e carvalhos , criados onde nascem sem outro beneficio , nem alguma ordem. Muitas destas arvores se vem abraçadas com

formosas parreiras , que arrimadas a seus troncos , e estendidas por seus ramos , crescem tanto , que depois sustentão as mesmas arvores , a que se encostarão , pagando-lhes na mesma moeda , como as pinta Alciato , <sup>Atcist em-</sup> o arrimo , que quando <sub>bl. 112a.</sub> tenras plantas , nellas tiverão , e tornando-lhes assim agradecidas o que recebêrão necessitadas. Supposto que são agrestes , he seu fruto tão saboroso , que serve de conhecida affronta às cultivadas , ainda que em algumas dellas não se aproveita , porque só das aves do Ceo pôde ser colhido.

## 23. Cossoiro

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Osso trabalhado

Dimensões 5mm (altura) x 21mm (largura)

Proveniência Convento da Graça, Tavira

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

Nº de inventário MMT00002779



Cossoiro em osso trabalhado cuja superfície se apresenta polida.

Apresenta forma discoidal e ligeiramente cónica tendo orifício central circular.

Apresenta paralelos em Silves [(Gomes, 2001: 128) e (Gonçalves, Pereira e Pires, 2007:192)] e em Mértola (Rafael, 2001:171). [JC] [SC]

## 24. Cossoiro

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Osso trabalhado

Dimensões 14mm (altura) x 20mm (largura)

Proveniência Convento da Graça, Tavira

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

Nº de inventário MMT00002783



Cossoiro em osso trabalhado cuja superfície se apresenta polida.

Apresenta forma ligeiramente cónica com orifício central circular. A meio do corpo da peça são visíveis três grupos, de três círculos com furo central, delimitados em cada uma das extremidades, por conjuntos de duas linhas incisas.

Apresenta paralelos em Silves [(Gomes, 2001: 128) e (Gonçalves, Pereira e Pires, 2007:192)] e em Mértola (Macias, 1996: 89-90). [JC] [SC]

1 cm





## Vestígios arqueológicos Museu Municipal de Tavira

Os trabalhos arqueológicos realizados em contextos habitacionais de época islâmica, quer no Convento da Graça, quer na Bela Fria, revelaram a existência de torres de roca, agulhas e cossoiros em osso trabalhado e pontas de fuso, agulhas e dedais em bronze.

Estes objectos eram utilizados não apenas nas tarefas domésticas de tecelagem, como também, na confecção de mantas (MACIAS, 1998: 112), de artigos em pele e de vestuário (RAFAEL, 2001: 75) em linho, algodão, lã ou seda, esta última utilizada apenas nas casas mais abastadas. Estas tarefas quotidianas eram realizadas sobretudo pelas mulheres no interior da casa, nomeadamente, no salão ou no pátio (MACIAS, 1996: 88).



## 25. Torre de roca

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Osso trabalhado

Dimensões 100mm (comprimento) x 22mm (largura)

Proveniência Convento da Graça

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00002807

Fragmento de torre de roca em osso trabalhado cuja superfície se apresenta polida. Apresenta um primeiro corpo de forma quadrangular, seguindo-se um corpo intermédio de forma cilíndrica, sendo o último corpo de forma cónica.

A torre de roca ostenta na base, em cada uma das faces, um círculo com furo central. Os dois outros corpos mostram círculos incisos justapostos. Entre cada um dos corpos são visíveis molduras.

Apresenta paralelos em Silves [(Gomes, 2001: 127) e (Gonçalves, Pereira e Pires, 2007:191)] e em Mértola (Rafael, 2001:171). [JC] [SC]



## 26. Torre de roca

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Osso trabalhado

Dimensões 23mm (altura) x 21mm (largura)

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00002808

Fragmento de torre de roca em osso trabalhado cuja superfície se apresenta polida. Apresenta representação antropomórfica, sendo visíveis dois olhos amendoados, sobrancelhas, nariz e boca perfeitamente delineados.

As incisões foram preenchidas a negro (carvão?).

Apresenta paralelos em Silves, Córdova (Azuar Ruíz: 1997) e Tetuan (Marrocos). [JC] [SC]



1 cm





## 27. Agulha

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Osso trabalhado

Dimensões 58mm (comprimento) x 12mm (largura)

Proveniência Convento da Graça

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00002794

Agulha em osso trabalhado cuja superfície se apresenta polida.

Apresenta forma, tendencialmente losangular. O triângulo superior é curto e liso enquanto o inferior é alongado, e igualmente liso. Na junção dos dois triângulos foi realizado orifício circular por onde passava a linha. Ambos os corpos ostentam círculos com furo central.

Apresenta paralelos em Tavira (Maia, 2003: 311). [JC] [SC]



## 28. Dedal

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Metal

Dimensão 17mm (altura)

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003366

Dedal em liga de cobre.

Dedal em forma de cápsula com a parte superior arredondada. A superfície está decorada com ponteados distribuídos em linha. Apresenta, junto à base, uma faixa sem ponteados, bem como, a extremidade superior.

Apresenta paralelos em Mértola (Macias, 1996: 90). [JC] [SC]





## 29. Metápodu perfurado

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Osso trabalhado

Dimensões 159mm (comprimento) x 25mm (largura)

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003352

Metacarpo de *Bos taurus*.

Apresenta na face dorsal perfuração central com desgaste desigual na parte central da diáfise. Na face anterior mostra marcas incisivas em resultado do trabalho exercido sobre instrumento metálico.

Paralelos no arrabalde islâmico de Silves (Gonçalves; Pereira e Pires, 2008: 194). [JC]  
[SC]





### 30. Ponta de fuso

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Metal

Dimensão 164mm (comprimento)

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003367

Ponta de fuso em liga de cobre.

Objecto pontiagudo de morfologia aciforme. Uma das extremidades termina em ponta e a outra extremidade, incompleta, apresenta incisão em espiral destinada a passar o fio.

Apresenta paralelos em Mértola (Macias, 1996: 89), Aljezur (Gomes e Gomes, 2007: 97) e Tavira (Maia, 2003: 311). [JC] [SC]



### 31. Ponta de fuso

Almóada (segunda metade do século XII/primeira metade do século XIII)

Material Metal

Dimensão 44mm (comprimento)

Propriedade Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

N.º de inventário MMT00003368

Ponta de fuso em liga de cobre.

Objecto pontiagudo de morfologia aciforme. Uma das extremidades termina em ponta e a outra extremidade, incompleta, deveria ser oca de forma a encaixar no respectivo suporte.

Apresenta paralelos em Mértola (Macias, 1996: 89), Aljezur (Gomes e Gomes, 2007: 97) e Tavira (Maia, 2003: 311). [JC] [SC]



## 32. Tear

**Designação** Tear de pedais de dois liços

**Data** 1910 (aprox.)

**Dimensão** 2,00 m (largura) x 2,00 m (comprimento) x 2,00m (altura)

**Propriedade** Salomé Gonçalves, Vale São João Farto, Cachopo, Tavira  
 Maria do Anjos, Currais, Cachopo, Tavira

Fibras e pêlos que se constituíram essenciais na produção de vestuário (íntimo, de trabalho e de festa), artigos para a habitação (colchas, toalhas, mantas, ...) e artefactos agrícolas (alforges, sacos de cereais, coadeiros, ...), tecidos em lã, linho e algodão, maioritariamente produzidas em contexto domiciliário, indispensáveis à vida quotidiana das comunidades rurais.

Tecnologia que se mantinha como actividade subsidiária da agricultura, de acordo com os ritmos das tarefas que o trabalho do campo permitia, estando até à década de 60 do século XX identificadas cerca de 70 tecedeiras na freguesia de Cachopo.

Matérias-primas como a lã, o linho (*Linum usitatissimum L*) e, mais recentemente a partir do século XIX o algodão (*Gossypium hirsutum L*), se constituíram as fibras têxteis preferenciais à tecelagem manual, e que passariam por um conjunto de etapas, que as transformariam da fibra, ao fio de fiar.

O tear exposto é um dos exemplos dos equipamentos de tecelagem comuns no Nordeste Algarvio, em madeira de castanheiro (*Castanea sativa*) do tipo horizontal, de pedal e de quatro liços.

Caracteriza-se por uma estrutura quadrangular, constituída por quatro prumos de madeira de secção rectangular, fixos entre si e reforçados por um conjunto de travessas aplicados no topo e nas laterais da estrutura.

A meia altura dos prumos estão localizadas as *mesas do tear*, que suportam o *órgão da urdidura* (peça sobe a qual está enrolada a urdidura e que se desenrola à medida que o tecido se desenvolve) e o *órgão do tecido* (peça onde é enrolado o tecido à medida que decorre a sua execução).

O *banco do tear*, tábua de madeira amovível, é apoiado lateralmente sobre as duas traves laterais da estrutura que se encontram a meia altura dos prumos.

O mecanismo do *pente* (conjunto de lâminas de cana interligadas e fixas por talas de cana) é integrado na *queixa*, normalmente amaciada pelo desgaste na zona da colocação das mãos.

O mecanismo dos *liços* (*canas interligadas entre si por fios de algodão pelos quais passam isoladamente os fios da urdidura*) é constituído pelas *ciganas*, que permitem a sua suspensão, e articulado com o pedal independente, que os acciona alternadamente fazendo-os subir e descer durante o processo de tecelagem.





A *lançadeira*, peça de madeira funsiforme com cavidade elíptica e extremidades arredondadas, permite o transporte do fio de trama. A vareta que existe no seu interior permite a fixação da canela, excerto de cana, da qual sustenta a fio de tecer.

Do processo de tecelagem estão também correlacionados um conjunto de instrumentos e objectos. Os de preparação das fibras - *ripo*, *maço*, *grama*, *espadela*, *sedeiro*, *carda* e *pente* – os equipamentos de preparação dos fios para tecelagem - *roca* e o *fuso*, *roda de fiar*, *sarilho*, *dobadoura*, *caneleiro*, *urdidura* e *restilho* – e o equipamento de tecelagem - *tear*, *lançadeira*, *canela*, *peso de tear*, *pente*, *esticadores* e *medidores*. [MS]



### 33. Registo sonoro “Os sons do tear”

Data 2009

Duração 5 minutos

Informante Beatriz Inácia

Local Mealha, Cachopo, Tavira

Produção, investigação e argumento Marta Santos

Captação de imagem Fábio Palma

Sonoplastia Jorge Rocha / Nerve Atelier de Design

Propriedade Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira

Conjunto de instrumentos e artefactos utilizados no processo de tecelagem – os de preparação das fibras, os de preparação dos fios para tecelagem o equipamento de tecelagem propriamente dito - que integram a tecnologia têxtil do linho, usualmente de fabrico caseiro, utilizando as matérias – primas disponíveis, privilegiando no entanto os azinhos (*Quercus rotundifolia*) e o castanheiro (*Castanea sativa*) para a execução de instrumentos de maior resistência ao uso.

A tecedeira Beatriz Inácia, apresenta-nos no registo fílmico o trabalho da lançadeira e a utilização dos pedais do tear para permitir a subida alternada dos *liços* e o entrecruzamento sucessivo dos fios da urdidura com os fios da trama. Etapa fundamental de uma das quatro operações que constituem o processo de tecelagem: a preparação de urdidura, a montagem da urdidura no tear, a preparação da trama e o fabrico do tecido. [MS]



## 34. Instrumento de mobilização da terra

**Designação:** Arado de garganta com rabiça, dente, garganta e cabeça em madeira.

**Data:** 1930 (aprox.)

**Dimensão:** 1,00 m (altura) x 2,50 m (comprimento)

**Propriedade:** Luís Gameiro. Empréstimo de longa duração Câmara Municipal de Tavira - Museu Municipal de Tavira

**N.º de inventário** M00000078

Adequando-se ao animal e ao homem que o empunha, os arados constituem-se como dos artefactos de rasgar a terra que mais importância teve no trabalho agrícola.

Os arados simétricos do tipo de garganta dental, foram identificados já na década de 40 do século XX por Jorge Dias como os mais correntes no Mediterrâneo, em particular no Algarve e Alentejo, locais onde se caracteriza pelos solos pedregosos em terras quentes, predominando o cultivo de cereais.

Apesar da mecanização da agricultura que se generalizou na década de 40-50 do século passado, o arado de pau continuou a ser amplamente utilizado nas sementeiras de cereal de lança tradicional e na abertura de regos de escoamento de águas.

O arado apresentado caracteriza-se do tipo de *garganta* com *rabiça* e dente.

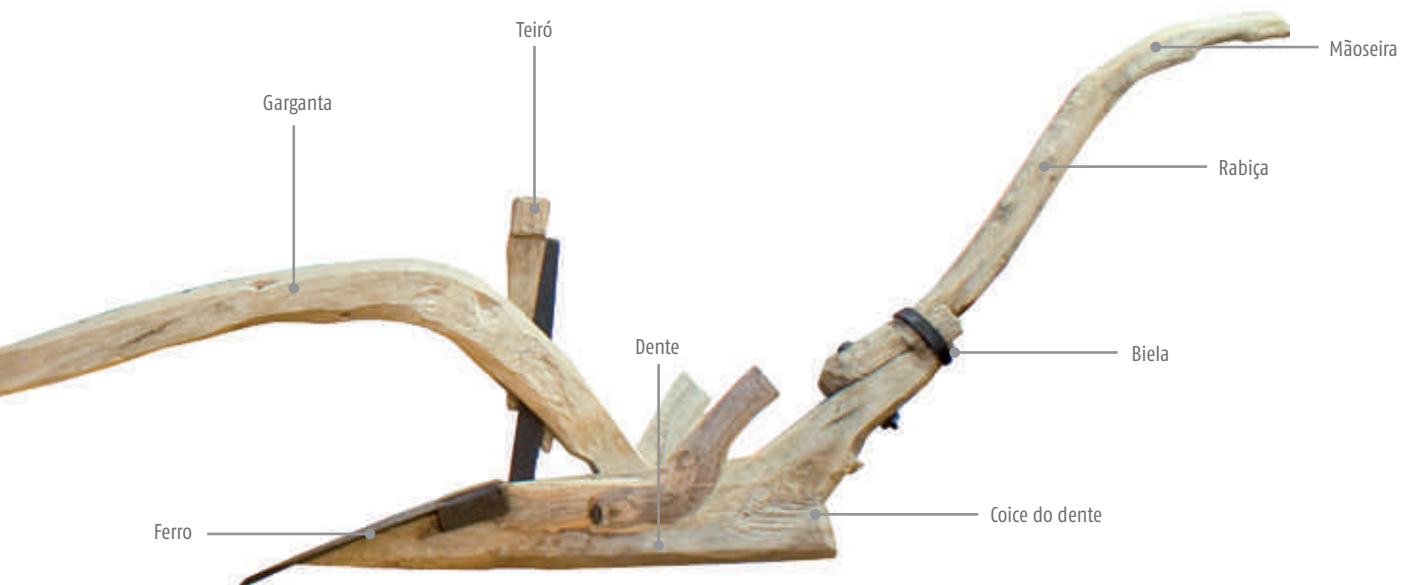




É composto pelo dente e pela rabiça que serve de *mãoseira*, e pela *garganta* e *cabeça* que constituem o *temão*. Utilizam apenas o *ferro* nas *bielas* e *cravos* nos elementos de fixação e preferencialmente as madeiras da azinheira (*Quercus rotundifolia*) e da alfarrobeira para todas as restantes peças constituintes.

A cabeça complementa a linha da garganta que fixará a canga do animal de tracção.

O ferro de rasgar a terra é fixo ao *dente* do arado, sendo apertado e afinado através do *teiró* em ferro e dos *pescais* em madeira. [MS]



## 35. Registos sonoros

1. Vi-se quem se que chegou - e eu não vi chegar ninguém - e eu não vi chegar ninguém  
 E não vi chegar ninguém - e eu não vi chegar ninguém - e eu não vi chegar ninguém

2. Não vi quem se que chegou - e eu não vi chegar ninguém - e eu não vi chegar ninguém  
 E não vi chegar ninguém - e eu não vi chegar ninguém - e eu não vi chegar ninguém

3. Oh que lindos os olhos - para namorar - e oh para casar - e oh de sim ou não  
 Já cá vai roubado - Já cá vai na mão - Já cá vai metido - No meu coração

Canção Viva quem aqui chegou  
 Duração 1 minuto e 10 segundos  
 Data de recolha 1987  
 Informante Maria Estefânia, n. 1904  
 Local Corotelo, São Brás de Alportel  
 Registo José da Cunha Duarte

Bis  
 Viva aqui sem chegou  
 E não vi chegar ninguém  
 Bis

E chegaram os olhos pretos  
 Namorados de alguém  
 Bis

E ainda agora eu reparei  
 Quem andava no terreiro  
 Bis

E anda ó cravo e anda a rosa  
 E anda o ramalhete inteiro  
 Bis

E hei-de me casar este ano  
 Que este ano há muito milho  
 Bis

E o meu sogro dá-me um moio  
 Dá-me um paspalhão de filho  
 Bis

E oh que lindos olhos  
 Para namorar  
 E oh para casar  
 E oh de sim ou não  
 Bis

E já cá vai roubado  
 E já cá vai na mão  
 Já cá vai metido  
 No meu coração



Canção Ribeira Nova

Duração 52 segundos

Data de recolha 1984

Informante Maria de Lourdes Gonçalves, n. 1922

Local Cabeça do Velho – São Brás de Alportel

Registo José da Cunha Duarte

Venho da ribeira nova  
Para regar o laranjal  
Já cá trago uma flor  
Nos laços do meu avental

Nos laços do meu avental  
Na gola do meu vestido  
Lindo amor tu vais para a guerra  
Desejo de ir falar contigo  
Desejo de ir falar contigo  
Mas uma hora não é nada  
Isto é rapariga nova  
Não quer andar difamada

Não quer andar difamada  
Difamada não quer andar  
Venho da ribeira nova  
Para regar o laranjal

Canção Fui-te ver estavas lavando

Duração 2 minutos

Data de recolha 1994

Local Martinlongo

Registo Lizete Mendes

Fui-te ver estavas lavando  
Ai! No rio sem sabão  
Lavas-te em água de rosas  
Fica-te o cheiro na mão  
Lavas-te em água de rosas  
Fica-te o cheiro na mão

Ai! Fica-te o cheiro na mão  
Ai! Fica-te o cheiro no fato  
Se eu morrer e tu ficares  
Adoram-me o meu retrato  
Bis

Ai! Adora-me o meu retrato  
Ai! Adora-me o meu coração  
Fui-te ver estavas lavando  
No rio sem sabão  
Bis

Fui-te ver estavas lavando  
Ai! No rio sem sabão  
Lavas-te em água de rosas  
Fica-te o cheiro na mão  
Bis

Ai! Fica-te o cheiro na mão  
Ai! Fica-te o cheiro no fato  
Se eu morrer e tu ficares  
Adoram-me o meu retrato





## Canção Catita

Duração 2 minutos e 24 segundos

Data da recolha 1987

Informante Maria Estefânia, n. 1904

Local Corotelo, São Brás de Alportel

Registo José da Cunha Duarte

Bis

Quando eu te amava  
Eras mais bonito

Bis

Não saías fora  
Passeavas no sítio

Passeavas no sítio  
Livre de enganar  
Era um par de botas  
Que eu estragava a menos  
E era um par de botas  
Que eu estragava a menos

E ó Catita e ó Catita  
E ó Catita Pomarão  
Já lá vem na barca nova  
Ai! as carrinhas para Olhão

E as carrinhas para Olhão  
E as carrinhas para Loulé

Ó Catita e ó Catita

Ai! Ó Catita bate o pé

Musical score for 'Canção Catita' in 2/4 time. The score consists of five staves of music with Portuguese lyrics underneath. The lyrics are: 'Quando eu te amava / Eras mais bonito / Bis / Não saías fora / Passeavas no sítio / Passeavas no sítio / Livre de enganar / Era um par de botas / Que eu estragava a menos / E era um par de botas / Que eu estragava a menos'.

Musical score for 'Canção Catita' in 2/4 time. The score consists of two staves of music with Portuguese lyrics underneath. The lyrics are: 'E ó Catita e ó Catita / E ó Catita Pomarão / Já lá vem na barca nova / Ai! as carrinhas para Olhão / E as carrinhas para Olhão / E as carrinhas para Loulé'.

## Canção Joguei papelinho ao ar

Duração 42 segundos

Data de recolha 1985

Informante Maria da Glória Viegas, n. 1912

Local Vilarinhos, São Brás de Alportel

Recolha José da Cunha Duarte

Joguei papelinho ao ar  
Joguei papelinho ao chão  
Maldito do papelinho  
Caiu-me no coração

Caiu-me no coração  
Caiu-me no pensamento  
Joguei papelinho ó ar  
Joguei papelinho ao vento

Basta o que basta  
Meu pensamento  
Tu és a causa  
Dos meus tormentos

Dá-me os teus braços  
E eu te dou os meus  
Se te vais embora  
Adeus, adeus, adeus  
Se te vais embora  
Adeus, adeus, adeus

**Canção** À porta das Almas**Duração** 1 minuto**Data de recolha** 1995**Informante** José Joaquim Fernandes**Local** Marmelete, Monchique**Registo** Rui Moura Jerónimo, F. Lameira

À porta das almas santas  
 Bate o Senhor de hora a hora  
 Almas santas responderam:  
 Senhor que quer Vós agora?

Quer que nos deixeis do Mundo  
 Que nos levem para a Glória  
 Como hei-de de lá ir Senhor  
 Se eu não estou a aproparado?

Ajoelhamos em terra  
 Nós não somos os primeiros  
 E em nossa companhia vem  
 Meu Bom Jesus Verdadeiro

Atormentado de dores  
 De contínuo padecendo  
 E assim estão as almas santas  
 Lá no purgatório ardendo

Dai esmola se puderes  
 Se com devoção a dais  
 Que lá tendes os vossos filhos  
 Vossos irmãos, vossos pais

Misericórdia a Vós pede  
 Que não lhe deis as fazendas  
 Só lhes deis os bocadinhos  
 Que os sobragem das vendas

**Canção** Canto das Almas**Duração** 23 segundos**Data da recolha** 1987**Informante** Maria Estefânia, n. a 1904**Local** Corotelo, São Brás de Alportel**Registo** José da Cunha Duarte

As almas do outro mundo  
 Elas lhe mandaram pedir  
 Que lhes façam bem  
 Por alma que elas cá não podem vir



## 36. Concertina

Designação Concertina

Classificação Aerofone

Propriedade Grupo Santa Maria

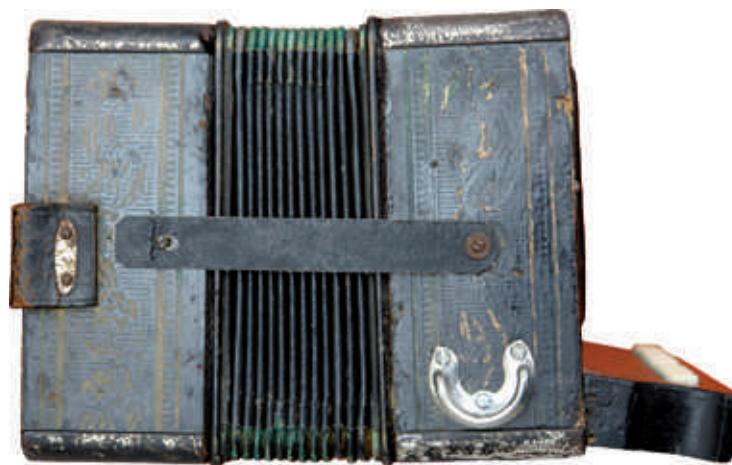
Dimensões 0,25 (largura) x 0,30 cm (altura) x 0,20 cm (profundidade)

Instrumento musical que se classifica como de *aerofone*, de palheta livre, onde som é produzido pela passagem do ar em palhetes que estão livres, passagem essa que é accionada por um botão, que quando pressionado abre a passagem do ar do fole para a palheta.

A diferença entre a concertina e o acordeão, é que neste último independentemente de se abrir e a fechar o fole, sempre que se pressiona o botão a nota é a mesma, enquanto na concertina, accionando o mesmo botão permite produzir duas notas, permitindo o *arpejo*, ou seja a sucessão de notas por intervalos de terceira ou de quarta dependendo do movimento a executar, o que terá de certa forma a construção do instrumento proporcionado a construção de certas melodias, contribuindo de forma significativa para um processo de mudança musical.

O acordeão já permite para cada botão tocar uma nota, assumindo de certa forma grande projecção, pela sua versatilidade para todo o tipo de melodias e adaptabilidade.

Instrumentos de grande projecção sonora sendo por isso utilizados em actos de exterior e de interior. [RMJ] [MS]





## 37. Flautas de bisel

Designação Flautas de bisel em folha de aço

Classificação Aerofone

Data 1940 (aprox.)

Propriedade Museu do Trajo de São Brás de Alportel

Dimensões 0,30cm (comprimento) x 0,01cm (diâmetro circular)

Os Instrumentos de sopro, com a classificação do tipo de aerofone, fabricados com os materiais de que disponham em quantidade, como as canas ou excedentes de latoaria, as flautas de bocal apertado nos lábios do tocador como na flauta transversal, ou em forma de bisel, produzia o som pela simples passagem de ar através de um canal estreito, seriam executados pelo próprio tocador.

As flauta de bisel em folha de aço, seriam provavelmente mais utilizadas pelas profissões ambulantes, e comercializadas em feiras e mercados enquanto as flautas laterais de cana, com decorações incisas, queimadas ou pintadas, constituíam-se como um instrumento pastoril. [RMJ] [MS]





### 38. Bandolim

Designação Bandolim

Classificação Cordofone

Data meados do século XX

Propriedade Museu do Trajo de São Brás de Alportel

Dimensão 0,30cm (largura) x 0,50cm (comprimento) x 0,15cm (profundidade)

Instrumento musical que se classifica de *cordofone*, cujo som é produzido por corda retesada e ampliando-o por uma caixa de ressonância, e com alguns séculos de existência. De voluta com oito cravelhas fixando as oito cordas, sendo dobradas, resultando em quatro cordas dobradas, com quatro notas – Mi, Lá, Ré, Sol – que permitem fazer o efeito *trémulo* muito característico.

Tem no seu interior a referência a «Casa do Largo do Carmo» em Faro.

O bandolim fora popularmente utilizado, sobretudo durante o século XX em contexto urbano. Era utilizado em particular na região do Algarve nas cidades e vilas e sobretudo por gente de uma classe popular associada ao comércio, eventualmente a algumas pequenas indústrias, com particular incidência ao que diz respeito às barbearias. Seriam sobretudo barbeiros que tinham algum tempo disponível que aprendiam a tocar este tipo de instrumento para que no interior das suas barbearias proporcionarem alguns momentos agradáveis aos seus clientes também motivar alguma clientela para fomentarem nos seus estabelecimentos comerciais alguns centros culturais, locais onde também se proporcionavam o debate de determinados temas geradores de opiniões.

Porém existem referências explícitas a estas actividades, que estas pessoas destas classes populares, sobretudo comerciantes, das pequenas indústrias, se associava para comporem agrupamentos instrumentais, que tinham o nome de *tunas*.

As tunas seriam essencialmente agrupamentos musicais com base em instrumentos de corda e assumiam este carácter mais popular, utilizando não apenas o bandolim, mas os da mesma família, como a bandola, a guitarra, entre outros.

Instrumentos fabricados por determinadas personalidades e tornariam-se instrumentos dispendiosos no início do século XX.

Estes instrumentos musicais têm uma potencialidade sonora relativamente baixa comparativamente com outros instrumentos com uma potencialidade sonora muito mais elevada, como o caso dos instrumentos de sopro (trompete, clarinete, ...), e esses instrumentos seriam naturalmente preferidos para serem tocados em exteriores, como em feiras, nos arraiais, nas procissões, e nesses actos de exterior seria privilegiados esses instrumentos com potencia sonora mais elevada e esses instrumentos seriam os constituintes das bandas , das filarmónicas, que privilegiam este tipo de instrumentos como também os de precursão (tambores, caixas,...), enquanto os *cordofones* tinham outras potencialidades sonoras sendo privilegiados para os actos de interior. [RM]  
[MS]





## 39. Chocalhos

Designação Cocalhos

Classificação Ideofone

Propriedade Museu do Trajo de São Brás de Alportel

Dimensão 0,15cm Ø (conjunto) 0,05cm Ø (unidade)

Os chocalhos classificam-se de *ideofones*, criado pelo corpo do próprio instrumento e em geral só permite produzir um som característico de altura única.

Embora não devendo ser considerada como uma sonoridade musical, contribuíam de certa forma para uma sonoridade relacionada com a actividade pastoril e de lavoura.

[RMJ] [MS]



## 40. Garrafa de vidro com garfo

Designação Garrafa de vidro com garfo

Classificação Ideofone

Propriedade Museu do Trajo de São Brás de Alportel

Dimensão 0,10cm (largura) x 0,15cm (comprimento) x 0,05cm (profundidade)

Garrafa de vidro com garfo de ferro no seu interior.

Instrumento que se classifica de *ideofones*, constituído por objectos de uso comum, podendo ser utilizado para acompanhar ritmicamente algumas melodias e danças.  
[RMJ] [MS]





## 41. Nossa Senhora da Luz

**Material** Madeira estofada e policromada

**Designação** Nossa Senhora da Luz

**Data** Séculos XV–XVI (c.1475–1525)

**Proprietário** Igreja N.ª Sr.ª da Luz

**Dimensões** 51 cm (altura) x 18 cm (largura) x 16 cm (profundidade)

Escrevendo em 1577, Fr. João de São José dá conta na sua *Corografia* de um medo quotidiano que afectava os habitantes da cidade e termo de Tavira, *que vivem sempre com o olho sobre o ombro e recatados dos i[ni]migos que muitas vezes fazem saídas nesta costa* (SÃO JOSÉ, 1577, apud GUERREIRO, MAGALHÃES, 1983, p. 51). As razias empreendidas por piratas muçulmanos e corsários ao longo da costa algarvia, bem como a tomada de cativos para resgate, eram uma realidade agravada nesta época pela conquista e domínio português das praças do Norte de África, levando os algarvios a considerar o cativo como algo de quotidiano à própria sociedade. Numa perspectiva religiosa esta vicissitude relacionou-se ao culto de N. Sr.ª da Luz, na sequência da fundação da igreja desta invocação em Carnide, Lisboa (1463), a partir de um voto de um cativo que miraculosamente conseguiu a liberdade do cativo. Desde então assistimos ao aumento de importância religiosa atribuída a N. Sr.ª da Luz, encarada como protectora contra os perigos do mar, bem como contra a captura pelos muçulmanos e o consequente cativo em terras norte africanas.

Se a consciência deste facto parece ter tido importância no orago atribuído à freguesia do termo de Tavira criada durante a primeira metade do século XVI – a ameaça da pirataria e cativo era real para os habitantes de Tavira e seu termo –, não é de somenos importância o lendário aparecimento de uma imagem da Sr.ª da Luz no sítio da *Fonte Santa*, freguesia da Luz de Tavira, a qual logo operou *tantas e grandes maravilhas, que à fama delas se abalava todo o Algarve* (SANTA MARIA, 1716, p. 417). De acordo com a crença popular, a dita fonte junto à qual apareceu a santa imagem *fora santificada pela mesma Rainha dos Anjos* beneficiando, com os milagrosos efeitos curativos de suas águas, aqueles que nela se lavavam.



De tal modo cresceu esta crença que em 1600 o cronista Henrique Fernandes Sarrão refere-se à igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Luz como um local *de muita romagem, que já fez muitos milagres* (SARRÃO, 1600, apud GUERREIRO, MAGALHÃES, 1983, p. 167). No dia da padroeira, a 8 de Setembro, a localidade era então invadida por uma grande multidão de romeiros em cumprimento dos votos e promessas que haviam feito à Senhora. No templo encontrava-se colocada esta imagem da padroeira, tida como milagrosa. De representação rudimentar e de grande contenção, anatomicamente imperfeita e o rosto denotando grande sobriedade, deve a sua execução a um imaginário local, remontando aos finais do século XV ou inícios do século XVI. Faz-lhe menção Fr. Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano* (1716): *A imagem da Senhora da Luz é de escultura de madeira estofada e por ornato se lhe põem ricos mantos de tãla. Tem em seus braços ao Infante Jesus e está colocada no meio do retábulo da Capela-mór, como Senhora e Padroeira daquela casa. A sua estatura é pouco mais de três palmos* (SANTA MARIA, 1716, p. 417). Não obstante encontrar-se hoje fora de culto e de carecer da importância religiosa recebida no passado, esta imagem da N. Sr.<sup>a</sup> da Luz vê de algum modo recuperada no presente a sua relevância social através do incontestável valor memorial e identitário que projecta, em particular, para os naturais da freguesia da Luz de Tavira. [DS]



## 42. Jóias

Brincos (par)

Trabalho português

Data Séc. XVIII (último quartel)

Prata, pedras forradas (cristais de quartzo?)

Dimensões alt. 70 mm x larg.134 mm

Propriedade Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Tavira

Brincos (par)

Trabalho português

Data Séc. XIX (primeiro quartel)

Ouro, diamantes

Dimensões alt. 70 mm x 170 mm

Propriedade Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Tavira



Testemunho frequente de reconhecimento por graças concedidas, a oferta de jóias de uso profano a imagens religiosas conheceu grande expressão durante os séculos XVII e XVIII, sobretudo no que diz respeito ao culto de Nossa Senhora, sob as suas diversas invocações. Entre outros, ficou célebre o espólio da imagem de Nossa Senhora do Carmo que se conservava no convento lisboeta com aquela invocação e que, tendo escapado quase incólume ao terremoto de 1755, seria desmembrado e largamente destruído com a extinção das ordens religiosas<sup>1</sup>.

Difundido um pouco por todo o país, o culto a Nossa Senhora do Carmo teve o seu ponto alto em Tavira a partir de a partir de 1745, com a edificação de um convento e respectiva igreja aos quais se associou posteriormente um templo para a correspondente Ordem Terceira. No altar-mor deste último, obra maior da talha Rococó nacional, seria colocada uma grande imagem em madeira estofada à qual foram ofertadas várias jóias como os dois pares de brincos que aqui são dados a conhecer.

Ambos são constituídos por três corpos articulados (o superior oval, o central em forma de laço, o inferior em pingente) e revelam duas tendências específicas da antiga joalheria portuguesa: ora um gosto pela utilização do ouro com moderado recurso à pedraria, ora a aplicação abundante das pedras, empregando apenas o metal necessário ao suporte das mesmas. Tal sucede com o primeiro par de brincos marcados por uma notável depuração do desenho e da decoração vazada, dotando-os de uma elegância que anuncia o neoclassicismo. A montagem é em prata com pedras forradas para lhes

acentuar o brilho, provavelmente, cristais de quartzo que, durante a segunda metade de Setecentos, tiveram presença alargada na joalheria portuguesa, extraídos em grande abundância do solo brasileiro. A crescente rarefacção dos diamantes oriundos daquela antiga colónia está na base da utilização generalizada destas pedras, vulgarmente designadas por “minas novas”, de efeito quase semelhante a olhos desprevenidos e obtidas a um preço bastante mais reduzido.

Os brincos em apreço poderão corresponder aos que surgem mencionados numa acta datada de 1829 e conservada no Arquivo Histórico da Ordem Terceira do Carmo: “hum laço e dois brincos de prata com pedras verdes e brancas dadas pela Irman Donna Maria Ignácia, viúva de Duarte Correia”, com a condição de ser conservarem “sempre postos na imagem de N.ª S.ª do Carmo que se acha colocada no altar-mor desta capella, e que [por] nenhum título ou necessidade desta Ordem se possam vender ou trocar”<sup>2</sup>.

Outra provável oferta devota, o segundo par terá sido executado durante o primeiro quartel de Oitocentos e revela já o regresso ao gosto tradicional pelas montagens em ouro recortado e realçado com pequenos diamantes. A caprichosa modulação dos laços, evocando as formas têxteis originais, mostra-se ainda subsidiária do Rococó, muito embora tenha tendência para se estilizar cada vez mais. Como efeito, e por ser muito caro ao gosto nacional, o modelo de brincos com laços continuará em vigor até tarde, decaindo apenas o seu fabrico com a expansão dos adereços românticos. [HX]



<sup>1</sup> A este respeito cf. Luísa Penalva “As jóias da Virgem do Carmo”. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte - FCSH/UNL, n.º 2, 2006, pp. 236-241.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico da Ordem Terceira do Carmo, III Livro de Actas, p. 4.





### 43. Esculturas do Menino Jesus de Santa Catarina da Fonte do Bispo

**Designação** Esculturas do Menino Jesus do Pinta-santos José Martins Murteira (1869-1934)

**Propriedade** Museu do Trajo de São Brás de Alportel

**Dimensão** 0,07cm (largura) x 0,20cm (altura)

**Designação** Esculturas do Menino Jesus do Pinta-santos Faustino José Bernardo (1892-1958)

**Propriedade** Museu do Trajo de São Brás de Alportel

**Dimensão** 0,10cm (largura) x 0,20cm (altura)

**Designação** Esculturas do Menino Jesus do Pinta-santos Ventura das Neves (1870-1948)

**Propriedade** Museu do Trajo de São Brás de Alportel

**Dimensão** 0,10cm (largura) x 0,25cm (altura)

No século XVIII a imaginária popular chegou ao povo. No Algarve, nos meados do século XIX, surgem vários artesãos no Concelho de Tavira. A devoção ao Pai do Céu (Cristo Crucificado) e ao Menino Jesus fez surgir artesãos que começaram a fazer estas imagens, bem como a de Santo António. Santa Catarina da Fonte do Bispo foi um centro de imaginários populares denominados “Pinta Santos” ou “Faz Santos”.

A miséria social, falta de trabalho nas invernias prolongadas, levou alguns idosos, agricultores, carpinteiros e abegões sem trabalho, a ocuparem o tempo fazendo pequenas peças de artesanato, imagens de santos não só para a família, mas também para vender e sustentar o lar. Artesãos populares fazem pequenas peças de arte popular ao sabor da sua imaginação.

José Martins Murteira nasceu no sítio dos Pocilgais, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Tavira. Era agricultor e carpinteiro. Como não tinha trabalho, deixou a arte e passou a vida a fazer santos para vender. Executou peças muito simples que procuram imitar as imagens que via na igreja. Coloca as imagens numa “penha” ou numa escadaria. O corpo da imagem é rectangular e simples e é vestido posteriormente. A cabeça, os braços e pernas são colados no tronco. O trabalho é feito em série, por isso, têm todas as mesmas características. Vendeu imagens para todo o Algarve e Baixo Alentejo. Por encomenda, fazia imagens mais artísticas. O exemplar que ofereceu aos filhos revela a qualidade deste artista. As imagens do Pai do Céu, feitas em série, têm todas o mesmo aspecto. São feitas com raiz de oliveira. Os meninos eram vestidos com “roupinhas de pano fino”, que ele próprio costurava, enquanto as imagens secavam em cima de um banco comprido. As imagens por encomenda eram mais artísticas, vestidas com pano bom e tinham um galão dourado, na orla do vestido.

Faustino José Bernardo foi um agricultor que fez várias imagens do Menino Jesus. Procura copiar as imagens saídas dos imaginários que se encontram nas igrejas e famílias abastadas. O Menino Jesus tem uma almofada sob os pés. Fazia apenas por encomenda para familiares e amigos. As imagens revelam que tinha uma alma de artista.

Ventura das Neves dedicou-se a fazer imagens religiosas já em idade avançada, para os familiares e amigos. Há outros artistas anónimos da freguesia que não foi possível identificar. Uns faziam as imagens em madeira, outros em gesso moldado.

Estas imagens populares não eram benzidas, porém, o povo simples venerava-as com muita devoção. Por vezes surgem com fitas que envolvem o corpo. Não são ornamentos. As pessoas atavam-nas e viravam-nas para a parede até lhes satisfazer os seus pedidos. Outros ainda surgem com um cordel ao pescoço. Colocavam-nas à “beira de água”, num poço, até o pedido se satisfazer. Tradições populares que o Concílio de Trento já proibira.

No início do século XX, as famílias do barrocal e da serra algarvia tinham no seu quarto, na sala de entrada ou num nicho ou cantareira da parede estas imagens tapadas com um pano branco para não apanharem pó e humidade. Eram ofertas dos pais no dia do casamento. Na quadra natalícia, eram colocadas numa cómoda, na casa de entrada e “armava-se o presépio” num pequeno trono, com as searinhas, laranjas, almofadas de papel e uma luz a alumiar. No barrocal colocavam um arquinho com murta ou com ramos de laranjeira. Todas as noites se rezava e cantava os versos da novena do Natal, os cantares natalícios pelo Natal, a Santa Circuncisão pelo Ano Bom e os versos dos reis na festa dos Reis. Os vizinhos reuniam-se onde havia um presépio armado. Por vezes andavam de casa em casa a cantar ao Deus menino ao longo da quadra natalícia. As charolas são grupos de pessoas que só cantam versos em honra do Deus Menino. Transportam num “balai” uma imagem que colocam em cima de uma mesa, nas casas que não têm presépio. Os grupos janeireiros dão as boas festas e criticam a sociedade. No Algarve alguns grupos janeireiros apelidam-se indevidamente de charoleiros. [JCD]



#### 44. Turismo e os discursos da ruralidade

As zonas rurais possuem hoje crescente procura como uma das alternativas ao quotidiano urbano e às massificações do litoral. A busca dos “paraísos perdidos”, mais ou menos longínquos, integra o imaginário citadino à procura de novas experiências e alteridades num mundo mais globalizado e padronizado.

A produção de imagens cria significados e conforme constatamos pela documentação histórica do turismo, foram-se alterando discursos e construindo novas narrativas sobre as regiões e os lugares.

A imagem de Algarve foi interna e externamente construída durante o século XX, sobretudo na vigência do Estado Novo, a partir de fotos e textos publicitários que divulgavam as “amendoeiras em flor”, os camponeses em veículos de tracção animal, ranchos folclóricos dançando “corridinhos”, “touradas no mar”, a “chaminé algarvia”... António Ferro, ideólogo das políticas culturais e da propaganda do regime corporativo, salientava a importância da “encenação” na promoção turística.

O paradigma conservador mudou e recentemente surgiu na região um novo discurso, que reproduz um Algarve cosmopolita e contemporâneo, em condições de atrair visitantes da classe média-alta interessados em eventos artísticos e na arte contemporânea. A procura da distinção social, já detectada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, integra este novo tipo de estratégia.

A dicotomia “rural-urbano” esteve desde sempre presente na construção dos discursos turísticos.

As mudanças das sociedades agrárias nos últimos dois séculos foram profundas e ocorreram fenómenos sociais marcantes. O Algarve participou dessas transformações e da consequente dinâmica de modernização: a mecanização dos campos, a agro-indústria transformadora, as deslocações dos camponeses para o litoral em busca de trabalho na hotelaria e na construção civil, a chegada de novas populações provenientes de outros continentes, a massificação do turismo, a hibridação das culturas, o suburbano e o multiculturalismo, são algumas dessas realidades.

Surge também um turismo rural, hipoteticamente substitutivo das economias agrárias tradicionais em declínio, acompanhado pela produção de imagens e estereótipos como a “tradição genuína”, a “autenticidade dos costumes”, “a natureza única”, discursos integradores do processo de mercantilização e transformação dos espaços rurais. Este movimento originou novas filosofias de vida, mobilidades de grupos sociais e modelos comportamentais, como a “patrimonialização”, o ecoturismo, o condomínio rural, “trabalhar na cidade e viver no campo”, turismo de descoberta e aventura, e mesmo a novas categorizações como o “rurbano”, discursos sobre o desenvolvimento local...





A par disso constroem-se classificações como o “turismo em espaço rural”, o “turismo de habitação”, o agroturismo, o enoturismo, o ecoturismo ou turismo verde, o turismo solidário”, entre outras e hierarquizações várias.

Questionam-se nas políticas nacionais e regionais novos posicionamentos para os espaços rurais, construídos pela diversidade e complementaridades funcionais, nomeadamente nos aspectos produtivos e de inovação tecnológica, na expectativa que possam corrigir assimetrias regionais e dinamizar do ponto de vista demográfico e económico um “mundo rural” em declínio. [JQ]



## 45. Agricultura: o legado do cinema

Reportagens SNI – Caixa 13, Portugal

Produção Rádio Televisão Portuguesa

Data 1961

16 mm, p&b, 9 minutos

Propriedade Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema

Amendoeiras em Flor

Realização e fotografia Manuel Luiz Vieira

Produção H. da Costa

Data 1935

35 mm, p&b, 5 minutos

Propriedade Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema



Numa região que tem como principal foco de interesse para o exterior o Turismo, seria de presumir – e a produção ao longo dos anos confirma-o – que aos cineastas interessasse, sobretudo, um Algarve nas suas várias perspectivas que permitissem uma abordagem tendencial aquela faixa de economia.

Quando muito, o registo de um ou outro carácter pitoresco contraria (ou complementa) a tendência. E neste contexto, é evidente a relevância que a pesca do atum ganha ao longo dos anos (no caso de Tavira), embora registado mediante contornos estéticos que variam conforme as épocas e as suas tendências. Contudo, e no contexto das mesmas tendências, é porventura possível traçar um percurso que o cinema deixou de legado ao sector agrícola na região.

A passagem da década de 20 para a de 30, anos de mudança e revalorização do cinema português, têm na 7ª Arte um grupo de jovens entusiastas por ideias provenientes do exterior. Os modernismos estão ao rubro em Portugal e encontram na figura de António Ferro um arauto que, não obstante a estratégia doutrinal do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), era susceptível de apostar em valores feitos – também – de vanguardas internacionais que, mediante várias formas de abordagem, tendem a defender a imagem como reflexo exacto da realidade, quando não a realidade em si.

Todavia, enquanto no norte e centro do país e mesmo no Alentejo, o cinema traduzia as ideias descritas, o Algarve é um local longínquo, separado do resto do território por serranias, que o deixam pouco menos do que isolado. Deste ponto de vista ganha alguma relevância uma excursão ao Algarve levada a efeito pelo Automóvel Club de Portugal em 1935, que conta com a participação do cineasta amador Fernando Carneiro Mendes. Responsável pelas primeiras imagens com algum interesse agrícola registadas na região de Tavira, limitam-se estas, apesar de tudo, ao registo das sempre fascinantes

e incontornáveis amendoeiras em flor. É talvez possível estabelecer uma ponte entre tal motivo de interesse turístico e um cinema que queria ser a realidade em si, através das tomadas de vistas sem preparação, sujeitas às trepidações do automóvel onde viaja o operador, numa obra justamente intitulada *O Algarve no Tempo das Amendoeiras*. Este mesmo tipo de movimento ensaia o realizador madeirense Manuel Luiz Vieira, que em *Amendoeiras em Flor* procede a uma sucessão de planos sobre os campos cobertos da “neve do sul”.

Com *A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*, filme que acompanha o concurso do mesmo nome organizado em 1938 pelo SPN, e ganho pela aldeia beirã de Monsanto, o Algarve é candidato com Alte. O registo cinematográfico contempla, agora sim, situações de laboração como o pastoreio, a cardação e fiação, aspectos de valor etnográfico que todavia são explorados por uma tímida câmara, em paralelo com a mais directa e pitoresca sedução da brancura da aldeia e das chaminés.

A mesma abordagem ensaia o portimonense Armando de Miranda em *Algarve Encantado*. Com *Algarve em Flor*, Fernando Ponte e Sousa filma cenas de pastoreio, o gado asinino como força de trabalho e surge o moinho algarvio pela primeira vez em filme. São dois exemplos, filmados em Loulé e Silves, representativos o bastante do tipo de abordagem praticada pelos nossos cineastas.

Nos anos 40 o SPN (rebaptizado SNI – Secretariado Nacional de Informação), ocupa-se em enaltecer – também em filme – os grandes feitos da Nação, na esteira das comemorações de 1940 do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração. Surge o grande filme histórico, encabeçado por Leitão de Barros – *Inês de Castro* em 1945 e *Camões* no ano seguinte – que o Fundo do Cinema Nacional permite. A grande campanha de obras públicas em curso é enalticida na tela, com referências às inúmeras inaugurações, entre elas vários bairros de pescadores também pelo Algarve e a grande obra turística que constituía a Pousada de São Brás de Alportel, esta ainda nos anos 30.

O contraponto é a obra cinematográfica do artista plástico farenses Carlos Porfírio, bem conhecedor da realidade algarvia. O filme de ficção *Um Grito na Noite*, 1948, tendo como pano de fundo a vida e a sobrevivência de Alcoutim com base no contrabando, é um pequeno “léxico filmado” de aspectos com pertinência no actual contexto, tal o detalhe da composição dos planos, das carroças aos adereços, dos figurinos às casas rústicas.

Os anos 50 anunciam uma mudança de paradigma, consumado definitivamente na década seguinte. O Cinema Novo português anuncia-se, influenciado por movimentos congéneres sobretudo em França e na Itália. Por um lado Paulo Rocha, Fernando Lopes e António de Macedo reúnem-se em torno do produtor António da Cunha Telles, operando toda uma linguagem na ficção portuguesa, na esteira de curtas-metragens que tinham já realizado, de olhar mais atento, preocupado e aberto a questões que não se prendem com a máquina propagandística do SNI.





Por outro lado, o advento da televisão e da publicidade como grande indústria operam contaminações de linguagem na forma de fazer cinema, exercitando-se um olhar que capta o detalhe com precisão e capta a atenção do espectador, mediante modos de registo mais rápido, mas também mais honesto e real do que aquele que se vinha praticando.

Em terceiro lugar, o *boom* turístico que a região algarvia sofre é razão suficiente para transformar o Algarve em tema cinematográfico à escala nacional e não só. Assim, o turismo no Algarve transforma-se em *leitmotiv*, tema genérico em torno do qual se movimentam equipas de filmagem um pouco por toda a parte. As instituições do ramo, privadas ou não, e sobretudo os grandes grupos económicos com interesses na região, multiplicam-se em encomendas de filmes que façam sobressair de forma sedutora os seus empreendimentos, salpicados por aspectos pitorescos que sempre cativam o viajante, como os molins, as carroças, a cestaria, a gastronomia, o folclore, etc.

Por último, a pesca do atum é redescoberta pelas câmaras de filmar e torna-se no símbolo do cinema documental em Tavira, cujos exemplos capitais são *Almadraba Atuneira* de António Campos e *Visor em Tavira* de Perdigão Queiroga, ambos de 1961.

Nesta conjuntura, pouco espaço resta ao cinema que reflecta realidades agrícolas, embora seja de realçar alguns exemplos isolados e à margem da produção contínua que a televisão permite, como é o caso de parte das imagens da presente exposição, reunidas em arquivo com a designação *Reportagens SNI – Caixa 13*.

Assim, Jean Noel Pascal-Angot, prolífico documentalista entre nós, assina em 1966 *Portugal de Hoje*, manancial de imagens que pretendem traduzir aspectos sociais, económicos e turísticos de Portugal, fazendo referências à olivicultura algarvia. Óscar Onésimo, com *Correio do Algarve*, realiza em 1964 através da Junta de Acção Social um *compêndio* sobre o aparelhamento de muares, detalhando as várias peças: antolhos, cabeçadas, cabrestos, espelhos, encostos, guiseiras, brincos de raposa, rabadas... Em 1965, *Moinhos de Portugal* de Miguel Spiguel retrata aspectos da actividade de moleiro no Algarve. Ainda na mesma década, a Junta de Acção Social produz a obra *Instituições Públicas Para o Meio Rural*, avaliando as comunidades agrícolas mediante os apoios de que dispõem. Neste filme há uma referência oral ao Curso Agrícola Especial da Escola Técnica de Tavira, instalada em espaço deste mesmo edifício [Palácio da Galeria].

Em 1984, produzido em 16mm e a pensar na exploração televisiva, João Matos Silva realiza *Garb Al Andaluz*, focando aspectos da herança árabe na região, entre eles o cultivo de sequeiro e o de regadio.

A resenha pretende demonstrar de que forma, no campo cinematográfico, a agricultura sempre esteve refém de interesses turísticos e propagandísticos. Dificilmente rompe esses véus para se entregar a formas de filmar que traduzam aspectos objectivos, reais e fascinantes, componentes do legado agrícola da região. [LG]



## 4.6. Novas funções para o mundo rural

**Informantes** Habitantes das freguesias de Cachopo e Santa Maria

**Realização** Marta Santos, José Lima Ferreira

**Propriedade** Câmara Municipal de Tavira – Museu Municipal de Tavira, 2010, 5 minutos

Durante séculos “rural” e “urbano” distinguiram-se pelas actividades económicas, características das populações e dos respectivos núcleos familiares (família camponesa alargada...), pelo urbanismo e as paisagens, pelos valores simbólicos, o acesso ao ensino, ao conhecimento e á inovação.

As transformações ocorridas no hemisfério norte com a revolução industrial dos séculos XIX e XX e os conflitos bélicos internacionais, provocaram a saída massiva dos campos para as fábricas e o crescimento das populações urbanas, sobretudo nas periferias das principais cidades.

A actividade agrícola viu perder população activa para a indústria e os serviços, diminuindo a sua importância económica e social.

Desertificarem-se os campos pela mecanização agrícola e a emigração.

Nas últimas décadas, resultante dos problemas ambientais e sociais causados por um modelo industrial desequilibrado e desajustado, surgiu um elevado desemprego urbano e a marginalização das periferias, problemas poluição por resíduos, contaminações do ar e de recursos hídricos, um urbanismo “social” segregador de comunidades emigrantes, entre outros fenómenos.

Neste contexto ocorre uma revalorização do mundo rural e a descoberta de novas funções.

Se, na perspectiva produtivista do desenvolvimento, o problema da baixa densidade populacional e das acessibilidades são impedimentos ao investimento, surgem possibilidades no âmbito do turismo rural e de natureza, da reabilitação e construção de habitação para férias e fins-de-semana das famílias urbanas de classe média e alta, que activam economias agro-turísticas locais.

Desenvolveu-se igualmente um discurso patrimonialista, ligado à valorização do edificado e das paisagens, à qualidade ambiental e dos produtos da terra, à recriação da produção artesanal tradicional, aos percursos de natureza, à gastronomia e à recreação das tradições simbólicas e festivas.

O lazer, a reforma e a habitação são vectores actuais deste novo modelo.

Mas serão suficientes para compensar os desequilíbrios de um mundo cada vez mais urbano?

As novas funções para o mundo rural do futuro serão inevitavelmente equacionadas no plano produtivo, da revitalização demográfica e das possibilidades tecnológicas permitidas pelas sociedades emergentes e pelos comportamentos e valores das novas cidadanias. [JQ]





# BIBLIOGRAFIA





# Artigos

## Tavira, território rural a olhar o mar

Alberto Corvo

AFONSO, M. do R. B. C. F. (2008), *Monografia da Freguesia de Santo Estêvão de Tavira*, Junta de Freguesia de Santo Estêvão; Câmara Municipal de Tavira.

ALBERGARIA, M. E. (1991), A Vegetação e os Solos, Factores Geográficos da sua Distribuição Espacial. Em: J. GASPAS (coord.), *Portugal Moderno, Geografia*, Pomo, Lisboa.

ANICA, A. C. (2005), *Monografia da Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

ANICA, A. C. (2008), *Monografia da Freguesia de Conceição de Tavira*, Junta de Freguesia de Conceição de Tavira.

BASTOS, C. (1993), *Os Montes do Nordeste Algarvio*, Edições Cosmos, Lisboa.

BONNET, C. (1990), *Memória Sobre o Reino do Algarve: Descrição Geográfica e Geológica*, Secretaria de Estado da Cultura - Delegação Regional do Sul, Faro.

CALDAS, E. C. (1997), Evolução da Paisagem Agrária. Em: M. C. ABREU (coord.), *Paisagem*, DGOTDU, Lisboa.

CAMPANIÇO, C. (2008), *Da Serra de Tavira ao Riff Marroquino. Analogias e Mitos*, Gente Singular Editora, Olhão.

CARY, F. C. (1994), Paisagem e Agricultura. Em: M. C. ABREU (coord.), *Paisagem*, DGOTDU, Lisboa.

CAVACO, C. (1976) *O Algarve Oriental, As Vilas, o Campo e o Mar*, Vol. 1, Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro.

CAVACO, C. (2005), As Paisagens Rurais: do “Determinismo Natural” ao “Determinismo Político”? *Finisterra*, XL, nº 79, pp. 73-101.

CORVO, A. (2008), Tavira Litoral, Território em Mudança. Em: J. QUEIRÓS e R. MANTEIGAS (coord.), *Tavira, Patrimónios do Mar*, Câmara Municipal de Tavira.

DAVEAU, S., MATTOSO, J. e BELO, D. (1997), *Portugal – O Sabor da Terra, Algarve*, Círculo de Leitores; Expo'98 Lisboa, Pavilhão de Portugal, Lisboa.

ESPENICA, A. (1994), Paisagem e Sustentabilidade. Em: M. C. ABREU (coord.), *Paisagem*, DGOTDU, Lisboa.

FEIO, M. (1951), *A Evolução do Relevo do Baixo Alentejo e Algarve*, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa.

FERREIRA, R. J. P. P. e GOMES, C. J. P. (2005), *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira - Portimão)*, CCDR Algarve, Faro.

FERREIRA, V. M. e FREITAS, E. de, coord. (1999), *A Serra do Caldeirão, Roteiro Sócio-Cultural*, In Loco, Faro.





- GUERREIRO, M. G. (1991), O Mundo Mediterrâneo Sua Diversidade e Seu Futuro, *Correio da Natureza*, nº 11, SNPRCN, Lisboa, pp. 20-28.
- GUERREIRO, M. V. e MAGALHÃES, J. R. (1983), *Dois Descrições do Algarve do Século XVI: Frei João de S. José, Corografia do Reino do Algarve (1577), Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (Circa 1600)*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, nº3, Sá da Costa Editora, Lisboa.
- KHAWLI, A. (2003), Tavira Islâmica. Novos dados sobre a sua História. Em: *Tavira, Território e Poder*, C.M. Tavira; Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa, pp. 131-146.
- LOPES, J. B. da S. (1988), *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 2ª Ed., Algarve em Foco, Faro.
- LOURO, E. (1986), *O Livro de Alportel*, 2ª ed., Câmara Municipal de S. Brás de Alportel.
- MACHADO, J. S., coord. (1990), *Moçarabe em Peregrinação a S. Vicente (de Mértola ao Cabo de S. Vicente)*, Associação Caminus, Lisboa.
- MAIA, M. (2003), Muralhas Islâmicas de Tavira. Em: *Tavira, Território e Poder*, C.M. Tavira; Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa, pp. 155-162.
- MAIA, M. G. P., coord. (2000), *Levantamento da Carta Arqueológica de Cachopo*, Campo Arqueológico de Tavira.
- MANUPPELLA, G., RAMALHO, M., ANTUNES, A.T. e PAIS, J. (1987), *Carta Geológica de Portugal, Notícia explicativa da folha 53-B Tavira*, SGP, Lisboa.
- OLIVEIRA, A. (1991), *Monografia da Luz de Tavira*, 2ª ed., Algarve em Foco Editora, Faro.
- PAVARI, A. (1947), *Bases Ecológicas de la Selvicultura Europea*, Escuela Esp. Ing. de Montes, Madrid.
- PENA, A. (2001), *Roteiro Natural do Concelho de Tavira*, C. M. Tavira.
- RIBEIRO, O. (1961), *Geografia e Civilização*, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1983), *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, 2ª ed., FCG, Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1987), *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, p. 49.
- RIBEIRO, O. (1991) *Opúsculos Geográficos*, O Mundo Rural, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SANTOS, B. de S. (1981), A Pequena Agricultura e as Ciências Sociais, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, Coimbra.
- SERRÃO, J.V. (2001), Tavira um Percurso na História. Em: R. G. GUEDES (ed.), *Tavira História Viva*, Lisboa.
- SILVA, J. S., coord. (2007), *Árvores e Florestas de Portugal: Do Castanheiro ao Teixo, As Outras Espécies Florestais*, vol. 05, Público; FLAD, Lisboa.

SILVA, L. F. da (2007), *Balsa, Cidade Perdida*, Campo Arqueológico de Tavira; Câmara Municipal de Tavira, pp. 72-73.

SINTRA, F. P. e ESTEVENS, J. (2004), *Património Rural Construído do Baixo Guadiana*, Odiana, Castro Marim.

TELLES, G.R. (1997), Paisagem Global. Em: M. C. ABREU (coord.), *Paisagem*, DGOTDU, Lisboa.

## Tavira nos tempos de al-Ândalus: a dinâmica cidade-campo

Ahmed Tahiri

### Fontes

ABU-L-JAYR (1357 h.): *Kitāb al-filāha* (Tratado de Agricultura), ed. por T. AL-NACIRI, Fes.

ABU-L-JAYR (1990): *‘Umdat al-tabīb fi ma’rifat al-nabāt*, ed. por M.A. AL-JATTABI, Rabat.

AL-BAKRI (1968): *Al-Andalus wa Europa min kitāb al-masālik wa-l-mamālik*, ed. por A. ALI AL-HIYYI, Beirute.

AL-DABBI (1967): *Buḡyat al-multamis*, Cairo.

AL-HIMYARI (1984): *Al-Rawd al-mi‘tār fi jabar al-aqtār*, Beirute.

AL-IDRISI (1975): *Nuzhat al-muštāq fi ijtirāq al-āfāq*, fasc. V, Nápoles.

AL-IDRISI (1989): *Uns al-muhaḡ wa rawd al-furaḡ*, ed. por J. ABID MIZAL, Madrid.

AL-MAQDASI (1967): *Ahsan al-taqāsīm fi ma’rifat al-aqālīm*, Leiden.

AL-MAQQARI (1968): *Nafh al-tib min gusn al-Andalus al-ratīb*, ed. por I. ABBAS, Beirute.

AL-JUŠANI (1966): *Qudāt Qurtuba*, Cairo.

AL-RAZI (1953): “La description de l’Espagne d’Ahmed al-Razi. Essai de reconstruction de l’original arabe et traduction française”, ed. por E. LEVI PROVENÇAL, *Al-Andalus*, XVIII, Madrid.

AL-TIGNARI (Ms. 1260 D) *Zahrat al-bustān wa nuzhat al-adhān*, manuscrito da Biblioteca Nacional, Rabat.

AL-UDRI (1965): *Tarsi’ al-ajbār wa tanwī’ al-āthār*, ed. por A. A. AL-AHWANI, Madrid.

AL-ZAYYALI (1971): *Amthāl al-‘awwām fi al-Andalus*, ed. por M. BENCHERIFA, Fes.

AL-ZUHRI (s/d): *Kitāb al-ḡuḡrāfiya*, ed. por M. HAY SADUQ, Cairo.

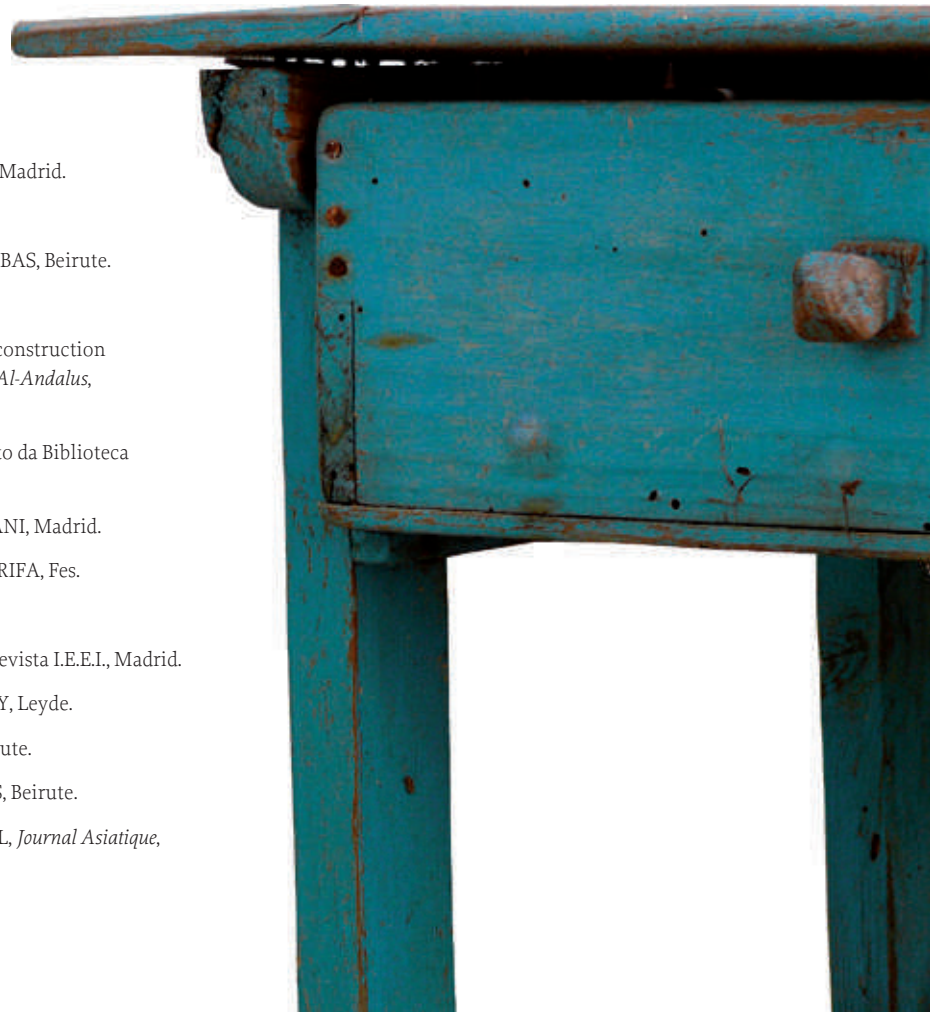
ANONIMO (1965): *Wasf’ādīd li Qurtuba al-islāmiya*, ed. por H. MUNIS, Revista I.E.E.I., Madrid.

ARIB B. SA’D (1873): *Le calendrier de Cordoue de l’année 961*, ed. por R. DOZY, Leyde.

IBN ABD AL-BARR (1985): *Al-Qasd wa-l-umam*, ed. por I. AL-ABYARI, Beirute.

IBN ABD AL-MALIK (1964): *Al-Dayl wa-l-takmila*, vol. IV, ed. por I. ABBAS, Beirute.

IBN ABDUN (1934): “Le tarité d’Ibn Abdun”, ed. por E. LEVI-PROVENÇAL, *Journal Asiatique*, t. CCXXIV, Paris.







IBN AL-ABBAR (1963): *Al-hulla al-siyarā*, ed. por H. MU'NIS, Cairo.

IBN AL-ATHIR (1994): *Al-kāmil fi al-tārīj*, Beirute.

IBN AL-ATTAR (1973): *Al-watā'iq wa-l-sijillāt* (formulário notarial), ed. por P. CHALMETA, F. CORRIENTE, M. SOBH, Madrid.

IBN AL-AWWAM (1802): *Kitāb al-filāha* (Tratado de Agricultura), ed. por J. ANTONIO BANQUERI, Madrid.

IBN AL-HAY (Ms. ʔ 55): *Kitāb al-nawāzil*, Manuscrito de la Biblioteca Nacional, Rabat.

IBN AL-JATIB (1973): *Al-Ihāta fi ajbār Garnāta*, ed. por M. ABD ALLAH INAN, Cairo.

IBN AL-JATIB (1347 h.): *Al-Lamha al-badriya fi al-dawla al-nasriya*, ed. por M.D AL-JATIB, Cairo.

IBN BASSAM (1978): *Al-Dajīra fi mahāsin ahl al-ʔazīra*, ed. por I. ABBAS, Beirute.

IBN GALIB (1955): "Ta, līq muntaqā min farhat al-anfus fi tārīj al-Andalus" *Arab Manuscript Review*, vol. I fasc. I, Cairo.

IBN JALDUN (1959): *Al-muqaddima*, ed. A. A. WAFI, Cairo.

IBN SAID (1958): *Bast al-ard fi al-tūl wa-l'ard*, ed. por J. VERNET, Tetuão.

IBN SAID (1978): *Al-Mugrib fi hulā al-Magrib*, ed. por S. DIF, Cairo.

IBN AL-QUTIYA (1982): *Tārīj iftītāh al-Andalus*, ed. por I. AL-ABYARI, Beirute.

IBN BASSAL, (Ms. 1410 D), *Kitāb maʔmū' fi al-filāha* (Miscelânea de Agricultura), Biblioteca Nacional, Rabat.

IBN HAYYAN (1937): *Al-Muqtabas fi tārīj riʔāl al-Andalus*, ed. por M. ANTUÑA, Paris.

IBN HAYYAN (1965): *Al-muqtabas fi ajbār balad al-Andalus*, ed. por A. ALI AL-HAYYI, Cairo.

IBN HAYYAN (1979): *Al-Muqtabas V*, ed. por P. CHALMETA, F. CORRIENTE, M. SOBH, Madrid.

IBN HAYYAN (1999): *Al-Muqtabas II*, edição fac-símile, Real Academia de Historia, Madrid.

IBN HAWQAL (1967): *Sūrat al-ard*, Leiden.

IBN HAZM (1980): "Risālat al-taljīs li wuʔūh al-tajlīs", in *Al-Rasā'il*, ed. por I. ABBAS, vol. III, Beirute.

IBN IDARI (1980): *Al-Bayān al-mugrib fi tārīj al-Andalus wa-l-Magrib*, ed. por S.G. COLIN & E. LEVI-PROVENÇAL, Beirute.

IBN MANZUR (s/d): *Lisān al-'arab*, ed. por A.A. AL-KABIR, Cairo.

IBN MUZAIN (1957): "Al-Risāla al-šarīfiya ilā al-aqtār al-andalusiya", in IBN AL-QUTIYA, *Tārīj iftītāh al-Andalus*, ed. por A. ANIS AL-TABBA, Beirute.

IBN RUSD (1987): *Al-Fatāwā*, ed. por M. BEN TAHAR AL-TALILI, Beirute.

IBN WAFID (Ms. 69) *Kitāb fi al-filāha* (Tratado de Agricultura), manuscrito da Biblioteca do Palácio Real de Rabat.

YAQUT (1979): *Muʔam al-buldān*, Beirut.

## Bibliografia

- BRAZÃO CONÇALVES, E. (1996): *Dicionário do falar algarvio*, Faro.
- CAMPOS PAULO, L. (2009): “Medina Tavira e o Povoamento Islâmico do Sudeste Litoral Algarvio”, in *XELB* 9, Câmara Municipal de Silves.
- CARRA DE VAUX, B. (1908): “L’invention de lhudraulis”, XXI, *Revue des Etudes Greques*.
- CATARINO, E. (1997-98): “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica”, *al-‘ulyā* 6, Loulé.
- DOMINGUES, J. G. (1997): “Invasão e conquista da Lusitânia por Muça ben Noçair e seu filho Abdalaziz”, in *Portugal e o al-Ándalus*, Lisboa.
- DOMINGUES, J. G. (2004): “Tavira na época árabe”, in *Tavira. Território e Poder*, Campo Arqueológico de Tavira.
- GUICHARD, P. (1990): *Les musulmans de Valence et la reconquête*, Damas.
- LOPES, D. (1968): *Nomes Árabes de Tierras Portuguesas*, Lisboa.
- TAHIRI, A. (1989): ‘*Ammat Qutuba fi ‘asr al-jilāfa* (Classes populares da Córdova califal), Rabat.
- TAHIRI, A. (1997): *Agricultura y medicina en al-Andalus*, Casablanca.
- TAHIRI, A. (2000): “*Al-Qadā, wa-l-tašrī, bi-l-Andalus bayna manhā al-istiqlāl wa sayrūrāt al-ihitiwā*” (O Direito e a Legislação em al-Ándalus: separação entre poderes), in *Revista Amal*, vol. XXI, Casablanca.
- TAHIRI, A. (2001): *Agricultura y poblamiento rural en Sevilla durante la época abadī*, Sevilla.
- TAHIRI, A. (2002): “La estructura social en Gharb al-Andalus y el proceso de disolución de los lazos de parentesco tribal (siglos VIII-XI)”, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve.
- TAHIRI, A. (2004): *Al-filāha wa-l-‘umrān al-qarawī bi-l-Andalus*, Alexandria.
- TAHIRI, A. (2006): “Importancia de las fuentes árabes para la investigación arqueológica en Garb al-Andalus”, in *XELB* 6, Silves.
- TAHIRI, A. (2007): *Rif al-Magrib y al-Andalus*, Granada.
- TAHIRI, A. (2009a): *Cacela e o seu poeta Ibn Darraj al-Qastalli na história e literatura do al-Ándalus*, Câmara Municipal de VRSA, Portugal.
- TAHIRI, A. (2009b): *Al-Andalus fi ‘asr banī abbād* (Al-Ándalus na época dos Banū, Abbad), Damasco.
- TORRES BALBAS, L. (1981) “Las norias fluviales en España”, in *Obras dispersas*, vol. I, Madrid.



## Verdade e ficção acerca da casa rural vernácula do baixo Algarve

### João Vieira Caldas

AAVV - *Traditional Mediterranean Architecture*, Barcelona, Meda-Euromed Heritage/Corpus, 2002.

CALDAS, João Vieira - *La maison rurale de l'Algarve et la Méditerranée*, comunicação apresentada no Rencontre Internationale sur le Patrimoine Architectural Méditerranéen (RIPAM, 2005), Meknès – ENSAM, Setembro 2005.

CALDAS, João Vieira - *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve* (Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, IST-UTL), Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2007.

CASTRO, Damião António de Lemos Faria e - *Política moral, e civil, aula da nobreza lusitana (...)*, VII tomos, Lisboa, Francisco Luiz Ameno, 1749-61.

CAVACO, Carminda - *O Algarve Oriental, as vilas, o campo e o mar*, 2 volumes, Faro, Gab. do Plan. da Reg. do Algarve, 1976.

CORREIA, José Eduardo Horta - "A arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural" in *O Algarve na perspectiva da Antropologia Ecológica* (Seminário realizado em Fevereiro de 1987), Lisboa, INIC, 1989, pp. 135-146.

CORREIA, José Eduardo Horta - *Diogo Tavares e a arquitectura de Tavira no século XVIII*, (manuscrito), 2006.

FIGUEIREDO, Cândido de - *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, 23ª edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1986, vol. II, p. 1295.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando - *Arquitectura tradicional portuguesa*, (1992), 3ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

PROENÇA, Raul - "Algarve. Noções geográficas" in AAVV, *Guia de Portugal*, vol. II, *Estremadura, Alentejo, Algarve*, (1927), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp. 188-189.

VASCONCELOS, J. Leite de - "No reino do Algarve, 1894" in *De terra em terra*, vol. II, 1927, pp. 286-295.

WILHELM, Eberhard Axel - "O Algarve há 140 anos — a viagem do botânico alemão Heinrich Moritz Willkomm" in *Anais do Município de Faro*, nºXVIII, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1988, pp. 177-213.





## Os montes da serra de Tavira

Miguel Reimão Costa

D'ABREU, Alexandre Cancela, CORREIA, Teresa Pinto Correia, OLIVEIRA, Rosário (coord.). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume V. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

Joaquim Romero Magalhães, "O Algarve económico. 1600-1773". Lisboa: Estampa, 1993

RIBEIRO, Orlando Ribeiro. Geografia e civilização – Temas Portugueses. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

SANTOS, Mariana Amélia Machado. O Barranco do Velho - tentativa de estudo duma pequena região portuguesa. Separata da Revista Biblos. Coimbra: Coimbra Editora. Volume VIII. Nº 1-4, 1932.

RIBEIRO, Orlando Ribeiro. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas. 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998.

BASTOS, Cristiana. Os montes do Nordeste Algarvio. Lisboa: Cosmos, 1993.

AMARAL, Francisco Keil, [et al.]. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961, vol. 2.

STANISLAWSKI, Dan. Portugal's other kingdom: The Algarve. Texas: University of Texas Press, 1963.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando. Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

GUERREIRO, Manuel Viegas. Uma excursão à serra do Algarve. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1991.

CALDAS, João Vieira. A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2007. Dissertação para a obtenção do grau de doutor em Arquitectura.

COSTA, Miguel Reimão. Das casas de trave às casas de espigão: processos de transformação dos montes da serra do Caldeirão. Promontoria. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Nº 5, 2007.

LOURO, Estanco. O livro de Alportel: monografia de uma freguesia rural – concelho. 3º ed. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1996.

ANICA, Arnaldo Casimiro. Tavira e o seu termo – Memorando histórico. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1993.

LOPES, João Baptista da Silva. Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve, [1841]. Faro: Algarve em Foco, 1988.

Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia. Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados (volume IV): Distritos da Guarda, Évora e Faro. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1941.





## Paisagens rurais no concelho de Tavira: da diversidade natural e fundiária às dinâmicas económicas

**Carmina Cavaco**

CAVACO, Carmina (1976), *O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar*, vol. 1 e 2, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro.

SILVA LOPES, J. Baptista da (1988), *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, vol. 1 e 2, Algarve em Foco Editora, Faro.

ROMERO MAGALHÃES, J. Antero (1970), *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, Edições Cosmos, Lisboa.

## Tavira: apontamentos para as relações com a periferia rural e vestígios da ruralidade na cidade

**Rita Manteigas**

### Fontes

Arquivo Histórico de Tavira, Urbanização da Horta d'el Rei, 1959 a 1973

### Estudos

ANICA, Arnaldo Casimiro, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira (Da Fundação à actualidade- Notas)*, Tavira, 1993

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu Termo, Memorando Histórico*, 1ª edição, Tavira: Câmara Municipal, 1993

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu Termo, Memorando Histórico*, Vol. II, Tavira: Câmara Municipal, 2001

BRABO, Francisco António Dias, "José de Sande Vasconcelos – engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII" in *Stilus*, nº 6-7, Faro, AJEA Edições, 1999

CORREIA, José Eduardo Capa Horta, "A Conjuntura Portuguesa, O Algarve e o Reformismo Pombalino" in *Vila Real de Santo António, Urbanismo na Política Pombalina*, Porto: FAUP Edições, 1997

LOPES, João Silva, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1º Volume, Faro, Algarve em Foco Editora, 1988

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Algarve Económico- 1600-1773*, Histórias de Portugal 3 (col.), Lisboa, Editorial Estampa, 1993

MENESES, Avelino de Freitas, "A Economia" in *Nova História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume VII, Portugal, Da paz da Restauração ao ouro do Brasil", coord. Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001

O Panorama, *Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Vol. 2º- Série 2ª, Lisboa, 1843, págs 209-210

RUBIO, Rocio Sánchez, Núñez, Isabel Testón, Rubio, Carlos M. Sánchez, *Imágenes de un Império perdido, El Atlas Del Marqués de Heliche, Plantas de diferentes Plazas de España, Itália, Flandes y Las Índias*, Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004

SOROMENHO, Miguel, “Cidade de Tavira e seus arredores” in *Tavira, patrimónios do mar*, Tavira: Câmara Municipal, 2008

## A cidade, os conventos e as suas hortas

### Catarina Almeida Marado

AAVV. *Tavira: território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2003.

ANICA, Arnaldo Casimiro. *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1993.

ANICA, Arnaldo Casimiro. *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 2001, vol. 2.

FERNANDES, Eduardo J. D.; CACHINHO, Herculano A. P. *Crescimento e estrutura urbana de Tavira*. s.l.: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1985.

LAMEIRA, Francisco. *Roteiro das Igrejas de Tavira*. Faro: Região de Turismo do Algarve, 1996.

MARADO, Catarina Almeida. *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilla, Sevilla, 2007.

MARADO, Catarina Almeida. *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

MARADO, Catarina Almeida. “Os frades capuchos no Reino do Algarve: processo de instalação e tipologia de localização”. *Anais do Município de Faro. Vols XXXIII-XXXIV (2003-2004)*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2008, pp. 12-27.

PÉREZ CANO, Maria Teresa. *Patrimonio y ciudad: El sistema de los conventos de clausura en el Centro Histórico de Sevilla*. 2ª ed. Sevilla: ed. Fundación Focus-Abengoa, Universidad de Sevilla, 1999.

ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento, 1992.

VASCONCELOS, Damião A. B. *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999.







## Charolas, a invenção da tradição

Rui Moura Jerónimo

BOURDIEU, Pierre, & Wacquant, Loïc, 1992, Réponses – Pour une anthropologie réflexive, Éditions du Seuil, Paris

DUARTE, José da Cunha, 2002, Natal no Algarve. Raízes medievais, Colibri, Lisboa

GIDDENS, Anthony, 1997, Sociologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

HANDLER, Richard & Linnekin, Jocelyn, 1984, «Tradition, Genuine or Spurious» in Bauman, Richard (ed.), Journal of American Folklore, vol. 97, n.º 385, p. 273-289, American Folklore Society, New York

HOUAISS, Antônio & Villar, Mauro de Salles, 2002, Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa

## Imaginários e construção social das festividades

Jorge Queiroz

Abelho, Azinhal, “Teatro Popular Português ao sul do Tejo”, Pax, 1973

Anica, Arnaldo Casimiro, “Tavira e o seu termo”, CMT, 1993

Anica, Arnaldo Casimiro, “Monografia de Santa Catarina da Fonte do Bispo”, CMT, 2005

Aurélio Lopes, “A sagração da Primavera”, Cosmos, 2007

Campos, Maria José, “Cachopo e a sua História”, edição de autor, 2005

Cunha, José Duarte, “Natal no Algarve raízes medievais”, Colibri, 2002

Graça, Natália Maria, “Formas do sagrado e do profano na tradição popular”, Colibri, 2000

Mascarenhas, J. Fernandes, “Elementos Históricos da freguesia de Nossa Senhora da Fonte do Bispo e a batalha do Desbarato entre cristãos e mouros”, Tipografia Povo Algarvio, 1992

Moreno, Isidoro, “Los rituales festivos religiosos andaluces en la contemporaneidad”, Instituto de Estudios Almerienses, 1996

Oliveira, Ataíde, “Monografia da Luz de Tavira”, Foco Editora, 1991

Sanchis, Pierre, “Arraial – Festa de um povo”, Dom Quixote, 1983

Santo, Moisés Espírito, “A religião popular portuguesa”, Assírio e Alvim, 1990

Vasconcelos, Damião, “Notícias Históricas de Tavira”, CMT, 1999

Vasconcelos, Damião, “Ecos do passado de Tavira”, CMT, 2009

## Desenvolvimento local em meio rural e a construção de novas territorialidades

Luís Moreno

CAVACO, Carminda (1976), *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Faro, Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Vol I (204 p. + diversos) e Vol II (492 p. + diversos).

GASPAR, Jorge (1993), *As regiões portuguesas*. Lisboa, MPAT / *The regions of Portugal*, Lisbon, Ministry of Planning and Administration of the Territory, Secretary of State for Planning and Regional Development, 236 p.

IN LOCO (1992), *Relatório Anual de Progresso [PIC LEADER]*, Faro, Associação IN LOCO.

MOREIRA, Manuel Belo (2006), “Empresariado Rural. Tópicos para Reflexão”, in: Fonseca, Maria Lucinda (Coord.) - *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 171-188.

MORENO, Luís (coord.); et al. (2003), *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*. Lisboa, *Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local*, 237 p.

MORENO, Luís (2007), *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa, edição do autor / Universidade de Lisboa, FLUL, 379 p. + Apêndice. [in: [www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt](http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt)]

MORENO, Luís (2009a), “Empreendedorismo e promoção territorial das áreas rurais”. In: baptista, f o; jacinto, r; mendes, t (Coord.) – *Os Territórios de Baixa Densidade em Tempos de Mudança*. Proença-a-Nova, Ed. Câmara Municipal de Proença-a-Nova / Centro de Ciência Viva da Floresta, pp. 121-132.

MORENO, Luís (2009b), “A MANIFesta – Feira e Assembleia do Desenvolvimento Local. O caso de Peniche, 2009 (VII MANIFesta): Inovação Social na resposta à Crise? Enquadramento, Leituras, Análises e Posições em torno de um Processo-Evento”. *VeZ e Voz* nº 4, II Série, Ano XVI, Junho 2009, pp. 5-82 [versão electrónica em [http://www.animar-dl.pt/gestao/upload/vezvoz/files/20091204\\_59\\_VVJUNHO09.pdf](http://www.animar-dl.pt/gestao/upload/vezvoz/files/20091204_59_VVJUNHO09.pdf)].

MORENO, Maria do Rosário (1996), *Da indução do desenvolvimento rural à gestão multiparticipada*, FCT-UNL, dissertação de mestrado em Ordenamento do Território, 273 p.

SOARES, Maria Priscila (Coord.) (2001), *Formação para o desenvolvimento: formação / inserção profissional territorializada*. Faro, Associação IN LOCO, 199 p.

SOUSA, Vanessa Duarte de (2008), “Factores de atracção e de repulsão dos territórios rurais deprimidos – uma análise a partir de um estudo de caso sobre os jovens de Cachopo (Tavira)”, *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAAlg, 2008, CD-ROM. [acedido em 23-08-2009 em [http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/VanessaSousa\\_com.pdf](http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/VanessaSousa_com.pdf)]



# Catálogo

## Telha com decoração

Florian Fuhrmann

TEICHNER, Felix (2010), informação verbal sobre as escavações de Mirobriga

TEICHNER, Felix (2010), informação verbal sobre as escavações de Mirobriga

Ceramics from Tavira, Tavira, Câmara Municipal de Tavira

## Planta “Ocupação islâmica na freguesia de Cachopo”

Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco

CATARINO, Helena (1997-98) – “O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica – Povoamento rural e recintos fortificados”. In. *Al – Ulyã*. 6. Loulé.

MAIA, M. (2000) – *Levantamento da Carta Arqueológica de Cachopo*. Campo Arqueológico de Tavira.

MARQUES, T. (dir.) (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal. Faro – Olhão – Tavira – Vila Real de Santo António – Castro Marim – Alcoutim*. Lisboa. SEC/IPPAR.

## Documentário “Cidade e Mundos Rurais. Tecnologias agrárias e formas de habitar”

Marta Santos

ABREU, Alexandre Cancela, CORREIA, Teresa Pinto, OLIVEIRA, Rosário, Contributos para a identificação e Caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume I Grupos de Unidade de paisagem R-V (Alentejo Central ao Algarve). Colecção Estudos 10. Direcção-Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

AA.VV. Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão. Faro: CCDR, 2008.

BASTOS, Cristiana. Os montes do Nordeste Algarvio. Lisboa. Edições Cosmos, 1993.

COSTA, Miguel Reimão (Coord. Técnica), et al. Património rural construído do Baixo Guadiana. Castro Marim: Odiana, 2004.

CAVACO, Carminda. O Algarve Oriental, as Vilas, o Campo e o Mar, Volume 1 e 2. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando. Arquitectura tradicional portuguesa, (1992), 3ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.





## Arquitecturas do Baixo Algarve: o caso do monte na Sinagoga

João Vieira Caldas

CALDAS, João Vieira - A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve (Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, IST-UTL), Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2007.

CORREIA, José Eduardo Horta - Diogo Tavares e a arquitectura de Tavira no século XVIII, (manuscrito), 2006.

## Arquitecturas serranas: o caso do monte Beliche de Cima

Miguel Reimão Costa

COSTA, Miguel Reimão. Das casas de trave às casas de espigão: processos de transformação dos montes da serra do Caldeirão. Promontoria. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Nº 5, 2007.

COSTA, Miguel Reimão Costa. Antes ainda dos processos construtivos tradicionais: uma introdução breve ao estudo dos montes da serra do Caldeirão. Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão. Faro: CCDR, 2008.

## Materiais construtivos

Marta Santos

ALMEIDA, Marta. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão. Capítulo: Material de origem mineral: o barro.* Faro: CCDR, 2008.

ALMEIDA, Marta. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão. Capítulo: Materiais de origem vegetal.* Faro: CCDR, 2008.

COSTA, Alexandre Miguel. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão. Capítulo: Materiais de origem mineral: o xisto.* Faro: CCDR, 2008.

COSTA, Miguel Reimão (Coord. Técnica), et al. *Património rural construído do Baixo Guadiana.* Castro Marim: Odiana, 2004.

SANTOS, Marta. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão. Capítulo: Materiais de origem mineral: a cal.* Faro: CCDR, 2008.

SANTOS, Marta. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão. Capítulo: Argamassas e revestimentos.* Faro: CCDR, 2008.



SANTOS, Marta. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Capítulo: Telheiros. Faro: CCDR, 2008.

SANTOS, Marta. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Capítulo: Fornos de cal. Faro: CCDR, 2008.

## Tavira e os sistemas de moagem

**Claudia Silveira**

CORREIA, José Eduardo Horta Correia. Vila Real de Santo António. Urbanismo e poder na política pombalina. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

ANICA, Arnaldo Casimiro Anica, Tavira e o seu termo. Memorando Histórico, volume II. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2001.

SILVEIRA, Ana Cláudia. A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII e XVI” in Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves: Câmara Municipal de Silves (no prelo).

Chancelarias Portuguesas. D. João I, volume I, tomo 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

Inquérito à Indústria do Sal, vol. VIII – Salgado do Algarve. Lisboa: Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, 1959.

“Memória sobre as Marinhas de Portugal” in Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815). Lisboa: Banco de Portugal, volume IV, 1991.

## Livro de Guias de Trânsito para Espanha da Administração do Concelho de Tavira, 1917

**Isabel Salvado, Óscar Pinto**

Decreto nº 2:305 de 30 de Março de 1916.

Decreto nº 2:313 de 4 de Abril de 1916 e Portaria nº 852 de 11 de Janeiro de 1917.

## Recipientes de armazenamento de azeite

**Marta Santos**

CAVACO; Carminda. *O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar*. Volume 1 e 2. Lisboa: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976.

D'ABREU, Alexandra Cancela, CORREIA, Teresa Pinto, OLIVEIRA, Rosário, et al. *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume V – Grupos de Unidades de Paisagem: Alentejo Central e Algarve*. Lisboa: DGOTDU, 2004.



PARREIRA, João José de Matos. *A oliveira no Algarve*. Dissertação inaugural apresentada ao Concelho Escolar do Instituto Superior de Agronomia. Tavira, 1919.

PEREIRA, Benjamim. *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*. Idanha – a – Nova: Câmara Municipal de Idanha – a – Nova, 1997.

## **Influência das Instituições de Caridade na Sociedade Portuguesa dos Séculos XVI ao XIX**

**Alexandra Rufino**

ANICA, Arnaldo Casimiro, “O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira (da fundação à actualidade - notas)”, Tavira, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1982.

AVV, “500 anos das Misericórdias Portuguesas – solidariedade de geração em geração”, Lisboa, 2000.

AVV, “Portugaliae Monumenta Misericordium – Fazer a história das Misericórdias”, Vol. I, Lisboa, União das Misericórdias, 2002.

GOODOLPHIM, Costa “As Misericórdias”, Lisboa, 1897.

PINTO, Mendes, HELENA, Maria e ROBERTO, Victor, “As Misericórdias do Algarve”, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência, 1968.

SILVA, Ferreira da, “A Rainha D. Leonor e as Misericórdias Portuguesas”, Lisboa, Edição rei dos Livros, 1997.

SOUSA, Ivo Carneiro de, “V Centenário das Misericórdias Portuguesas”, Lisboa, edição do clube colecionador dos correios, 1998.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, “Noticias Históricas de Tavira 1242/1840 – Anot. Arnaldo Casimiro Anica”, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1999.

### **Livros consultados no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Tavira**

Livro de Acórdãos da real casa do Hospital do Espírito Santo de Tavira; 1821 a 1910.

Livro de traslados do Hospital do Espírito Santo, fl.54 de 1499

Livro dos próprios do Hospital do Espírito Santo de Tavira, século XVI

Livro de Foros do Hospital do Espírito Santo de Tavira, século XVI

Livro de Rendimentos e Privilégios da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Século XVIII

Livro Apontador Nº1 da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, século XVIII

Livro de Receitas e Despesas da Misericórdia de 1606 a 1910 e do Hospital de 1651 a 1910.







## O Prospecto da cidade de Tavira, tirado do pé da casa da bateria do Registo

Rita Manteigas

Anica, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu Termo, Memorando Histórico*, Tavira: Câmara Municipal, 1993

Brabo, Francisco António Dias, “José Sande Vasconcelos –engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII”, *Stilus*, nº 6-7. Ajea Editores, Faro, 1999

Correia, Fernando Calapez Correia, *O Convento Cisterciense de Tavira. Nossa Senhora da Piedade*, Secretaria de Estado da Cultura/Delegação Regional do Algarve, Faro, 1991

Fidalgo, Andreia, *O Mosteiro das Bernardas*, trabalho policopiado, Lic. em Património Cultural, Universidade do Algarve, 2008

Monforte, Frei Manuel de, *Chronica da Província da Piedade*, 1751

Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, Ano 4, volume IV, nº 94, 1 de Agosto de 1881

S. José, Frei João de, *Corografia do Reino do Algarve. In Duas Descrições do Algarve do século XVI*. Apresent. De Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, 1ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1983. (Cadernos da Revista de História Económica e Social; 3)

## Imaterialidades conventuais

António Xavier

XAVIER, António. Das cercas dos Conventos dos Capuchos. Centro de História e Arte Universidade de Évora. Lisboa: Casa do Sul Editora, 2006.

## Vestígios arqueológicos - Museu Municipal de Tavira

Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco

AZUAR RUIZ, R. e López Padilla, J. A. (1997) – Arquetas andalusíes de hueso y asta de ciervo (s. XII – XIII). El taller del castillo de la Torre Grossa de Xixona (Alicante). *Arqueologia Medieval* 5. p. 163-176.

GOMES, Mário Varela (1998) – “Cerâmicas islâmicas do poço da Hortinhola (Moncarapacho, Olhão)”. In. *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela. Câmara Municipal de Tondela. p. 33 – 41.

GOMES, Rosa Varela e Gomes, Mário Varela (2001) – “Palácio Almóada da Alcáçova de Silves”. Catálogo da Exposição. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia.

GÓMEZ MARTINEZ, Susana (1998) – “A Cerâmica no Gharb al-Ándalus”. In. *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. p. 121 -131.

GONÇALVES, Maria José; Pereira, Vera e Pires, Alexandra (2007) – “Ossos trabalhados de um arrabalde islâmico de Silves: aspectos funcionais”. *Xelb*. 8. II. p. 187-214.

MAIA, Maria (2003) – “Fichas de entrada de peças”. Catálogo da exposição. *Tavira, Território e Poder*. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Tavira.

MACÍAS, Santiago (1996) – *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*. Campo Arqueológico de Mértola.

MACIAS, Santiago (1998) – “Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Andalus.” *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 109 – 120.

RAFAEL, Lígia, (2001) – “Os materiais não cerâmicos do período islâmico”. In. *Arte Islâmica*. Campo Arqueológico de Mértola.

## Tear

### Marta Santos

ALMEIDA, Cláudia, BRITO, Joaquim Pais, MELO, Patrícia. *Normas de Inventário*. Tecnologia Têxtil. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2007.

BRAHIC, Marylène. *A tecelagem*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

COSTA, Catarina Alves. *O linho é um Sonho*. Documentário. Suporte VHS. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu de Francisco Poença Junior, 2003.

Instituto do Emprego e Formação Profissional. *Fios. Formas e memórias dos bordados, rendas e tecidos*. Coleção Catálogos FIA. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2009.

MEDEIROS, Carlos Laranjo, LOPES, Filomena. *Tecelagem tradicional: Motivos e Padrões*. Lisboa: Livros e Leituras, 2000.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim. *Tecnologia Tradicional Portuguesa. O linho*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos de Etnologia, 2ª edição, 1991.

## Instrumento de mobilização da terra

### Marta Santos

BRITO, Joaquim Pais, BAPTISTA, Fernando Oliveira, PEREIRA, Benjamim (Coord.), et. al. *O voo do arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996.

BRITO, Joaquim Pais, CAMPOS, Ana Margarida, COSTA, Paulo Ferreira. *Alfaia agrícola. Normas de inventário*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim. *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.



## Registos Sonoros

Rui Moura Jerónimo

JERÓNIMO, Rui, DUARTE, J. Cunha. Algarve tradições musicais, Volume I. Faro: Grupo Musical Santa Maria, 1995.

JERÓNIMO, Rui, DUARTE, J. Cunha. Algarve tradições musicais, Volume I. Faro: Grupo Musical Santa Maria, 1996.

JERÓNIMO, Rui, DUARTE, J. Cunha. Algarve tradições musicais, Volume I. Faro: Grupo Musical Santa Maria, 1997.

JERÓNIMO, Rui, DUARTE, J. Cunha. Algarve tradições musicais, Volume I. Faro: Grupo Musical Santa Maria, 2002.

## Concertina, Bandolim, Flautas de bisel, Chocalhos, Garrafa de vidro com garfo

Rui Moura Jerónimo, Marta Santos

Enciclopédia da Música Portuguesa no século XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010

FREITAS, Pedro. Quadro de Loulé Antigo, 2ª edição. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1980

Instituto do Emprego e Formação Profissional. As Idades do Som. Coleção FIA. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2006

OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Instrumentos musicais populares portugueses*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000.





## Nossa Senhora da Luz

Daniel Santana

ALBERTO, Edite, “O culto de Nossa Senhora da Luz e o resgate de cativos”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular – Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*, Lisboa, Centro de História da Cultura / História das Ideias – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Ed. Terramar, 1999, pp. 105-110.

GUERREIRO, Manuel Viegas, e MAGALHÃES, Joaquim Romero (apresentação, leitura e notas), “Duas Descrições do Reino do Algarve do Século XVI”, in *Cadernos – Revista de História Económica e Social*, n.º 3, Sá da Costa Editora, 1983.

LAMEIRA, Francisco, *A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz*, Câmara Municipal de Tavira, 2001 (desdobrável).

OLIVEIRA, João Xavier d’Ataíde, *Monografia da Luz de Tavira*, s.l., Algarve em Foco Editora, 1991.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo VI, Lisboa, Off. de António Pedrozo Galram, 1716.

## Jóias

Hugo Xavier

PENALVA, Luísa. As jóias da Virgem do Carmo. Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte - FCSH/UNL, n.º 2, 2006.

## Esculturas do Menino Jesus de Santa Catarina da Fonte do Bispo

José da Cunha Duarte

CUNHA, José Duarte. Natal no Algarve - Raízes Medievais. Edições Colibri





# CRÉDITOS





Lúcio Alves

págs. 8, 12, 45, 83, 87, 142, 167, 262

Imagens cedidas por ANTT - Fundo SNI

págs. 10, 85 (esq.), 86, 89, 92, 95, 143 (dir.), 239, 240 (cima)

Imagens cedidas por ANTT - FLAMA

pág. 143 (esq.)

Nerve Atelier de Design

págs. 14, 106, 109, 114, 115, 117, 150, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 199, 209, 211, 212, 213, 214, 218, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 245, 248, 259, 260

Margarida Santos

págs. 18, 25, 85 (dir.), 137

Imagem cedida por Tipografia Tavirense

pág. 20 (esq.)

Alberto Corvo

págs. 20 (dir.), 21, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 107, 164, 165, 166, 178, 179

Jorge Corte Real

pág. 22

Biblioteca Nacional Rabat - Marrocos

págs. 36, 163

Marta Santos

págs. 41, 71, 81, 146, 156, 168, 169, 174, 176, 177, 184, 200, 201, 202, 210, 215, 216, 217, 220, 224, 242, 244, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257

Fatima Zahara

págs. 43, 44, 46, 47

Instituto Geográfico Português

págs. 50, 100 (dir. baixo), 180



João Vieira Caldas  
págs. 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 170, 171

Miguel Reimão da Costa  
págs. 65, 67, 69, 70, 73, 75, 76 (cima), 77, 78, 79

Stefano Malobbia  
págs. 74, 172, 247, 249, 258, 270

GTAA Sotavento  
pág. 76 (baixo)

Ministério da Agricultura  
pág. 84

ERTA  
págs. 90, 93, 144, 145, 175, 236, 237, 238, 240 (baixo)

Biblioteca Nacional de Portugal  
págs. 98, 99, 100 (esq.)

Sociedade de Geografia de Lisboa  
págs. 100 (dir. cima), 204

Arquivo Digital de Cartografia Urbana, ISCTEC  
(<http://cartografiaurbana.ceurban.com>)  
págs. 101, 110

Jornal Litterario e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos  
Conhecimentos Úteis "O Panorama". Volume 2ª série, Lisboa, 1843.  
pág. 102

Arquivo Municipal de Tavira  
págs. 103, 104, 105 (esq.)

Rita Manteigas  
pág. 105 (dir.)

Catarina Almeida Marado  
págs. 108, 116

Câmara Municipal de Tavira  
págs. 111, 123, 127, 132, 133, 138, 183, 233, 243

Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa  
pág. 113

Rancho Folclórico da Luz de Tavira  
pág. 120

Museu do Trajo de São Brás de Alportel  
pág. 122

Enciclopédia da Música de Portugal no séc. XX  
pág. 126

Imagem cedida por Maria Rosário Afonso Cavaco  
pág. 130

Imagem cedida por Ana Cristina Jesus Cruz  
pág. 131

Valter Matias  
págs. 149, 241

Imagem cedida por Maria Manuela Andrade Martins  
pág. 135

Florian Fuhrmann  
pág. 156 (cima)

Jorge Murteira  
pág. 192

Ângela Zacarias  
págs. 234, 235, 255









**tavira**  
vive cultura



**ALGARVE 21**  
PROGRAMA OPERACIONAL



UNIÃO EUROPEIA  
FEDER